...Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho

Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F. C.

Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General António Maria Meira e Cruz
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

Sede

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Condições de Assinatura

Ano . . . . . 45$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 22$50

F. C.

Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Brigadeiro Ricardo José Alves Porto
Brigadeiro Amadeu Buceta Martins
Coronel António da Cunha Viana
Coronel Fernando Pires Monteiro
Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes
Ten. Coronel João Gamarro Correia Barrento
Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais
Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira
Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares
Ten. Coronel António C. Sá P. de A. Souto Maior
Major António Quintino da Costa
Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Major José da Costa Gomes
Major Jaime Filipe da Fonseca
Major José Félix Alves de Carvalhosa

Revista da Cavalaria

Major António Herculano de Miranda Dias
Major Luís Cezarini Calafate
Major Vasco de Castro Ataíde Cordeiro
Capitão Alberto da Silva Benazol
Capitão Henrique Alves Calado
Capitão José Luís de Mendonça Ramires
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira
Capitão João Cecílio Gonçalves
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo
Capitão Francisco José de Morais
Capitão Mário Abrantes da Silva
Capitão Bernardo Raposo de Sá Nogueira
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto
Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro
Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva
Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães
Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias
Capitão João Sequeira Marcelino
Tenente Rui Pedrosa Curado
Tenente Ricardo Ferreira Durão

F. C.

SUMÁRIO

HOMENAGEM AO DIRECTOR DA ARMA DE CAVALARIA	*Brigadeiro Carlos de Chaby*	7
A CAVALARIA E AS INFORMAÇÕES	*Major Travaços Lopes*	9
ENGENHOS MODERNOS	*Tenente Faria Fernandes*	20
AS PRIMEIRAS PROVAS DO PATTON NA EUROPA	*Capitão F. Lemos da Silveira*	35
COMBATE NAS ÁREAS URBANIZADAS	*Capitão Minas da Piedade*	41
GUERRILHAS	*Capitão Ferrand d'Almeida*	52
AS TRANSMISSÕES NO GRUPO DE CARROS DE COMBATE	*Capitão Mestre Rodrigues*	62
PREPARAÇÃO FÍSICA DO SOLDADO	*Capitão Ennes Ferreira*	73
HIPISMO:		
IMPULSÃO E ASSIMETRIA	*Ten.-Coronel Fernando Paes*	81
TEMAS DE HIPISMO	*Major Reimão Nogueira*	84
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
UM PROBLEMA ARTILHEIRO... VISTO POR UM CAVALEIRO	*Capitão F. Lemos da Silveira*	89
A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS DO BLOCO SOVIÉTICO	*Ten.-Coronel J. Perret-Gentil*	92
O OFICIAL DO EXÉRCITO — MERCENÁRIO OU MISSIONÁRIO?	*Ten.-Coronel A. Green*	133

Revista da Cavalaria

18.° ano - n.os 1 a 3 PUBLICAÇÃO BIMESTRAL Jan.° - Junho

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (Antiga Biblioteca do E. M. E.) 1.204 Curso - Aumentado em 16-6-938 Livro N.° 1 - cav.ª Pág. 36

HOMENAGEM
AO
DIRECTOR DA ARMA DE CAVALARIA

É para mim subida honra deixar expresso, nestas páginas da *Revista da Cavalaria* e em nome de todos os Camaradas da Arma, o devido preito de homenagem ao Ex.mo General António Maria Meira e Cruz, novo Director da Arma de Cavalaria.

E, ao fazê-lo, estou certo que não serei traído pelos laços de franca camaradagem e boa amizade que, desde os tempos do Colégio Militar e através os anos além, sempre nos tem unido — camaradagem e amizade estas que tão sinceramente aprecio — porquanto a carreira de S. Ex.ª, como Oficial, se espelha com a maior fidelidade nos louvores que, a par e passo, a ilustram.

Assim, se vê exaltada, logo de início e como subalterno da Escola Prática, a sua dedicação no cumprimento dos seus deveres de instrutor, revelando já muito apreciáveis faculdades de trabalho, inteligência e amor ao estudo. E este amor ao estudo nitidamente

se vê confirmado, primeiramente, na Universidade de Coimbra onde, com honrosas classificações, se habilita com as Cadeiras Preparatórias do Curso do Estado-Maior e, depois, ao ultimar com distinção este mesmo Curso.

Meira e Cruz sai então do âmbito pròpriamente da Cavalaria para, como Oficial do Estado-Maior, passar sucessivamente pelos Quartéis Generais da 4.ª Região Militar, da Província de Moçambique, do Governo Militar de Lisboa e da 3.ª Região Militar, e, no desempenho daquelas funções, a sua inteligência, o seu interesse pelo serviço, a sua competência, bom senso e ponderação são postos em evidência nos louvores que justamente vieram premiando «as reconhecidas qualidades de Oficial do Estado-Maior muito distinto» — termos estes do louvor concedido por S. Ex.ª o Ministro.

Concluídos com aproveitamento o 4.º Curso do Colégio de Defesa Nato, em Paris, e o Curso de Altos Comandos, regressa Meira e Cruz à sua Arma de origem ao ascender, como Brigadeiro de Cavalaria, ao Corpo de Oficiais Generais.

O seu brilhante passado, confirmado pelo presente, é para nós segura garantia de que, neste difícil momento, a traduzir-se pela indispensável evolução para que a Cavalaria se adapte às modernas exigências da Guerra, o Ex.mo General Meira e Cruz será um digno e exemplar Director da Arma à qual todos nós tanto nos honramos de pertencer.

Brigadeiro CARLOS DE CHABY

General Meira e Cruz

se vê confirmado, primeiramente, na Universidade de Coimbra onde, com honrosas classificações, se habilita com as Cadeiras Preparatórias do Curso do Estado-Maior e, depois, ao ultimar com distinção este mesmo Curso.

Meira e Cruz sai então do âmbito pròpriamente da Cavalaria para, como Oficial do Estado-Maior, passar sucessivamente pelos Quartéis Generais da 4.ª Região Militar, da Província de Moçambique, do Governo Militar de Lisboa e da 3.ª Região Militar, e, no desempenho daquelas funções, a sua inteligência, o seu interesse pelo serviço, a sua competência, bom senso e ponderação são postos em evidência nos louvores que justamente vieram premiando «as reconhecidas qualidades de Oficial do Estado-Maior muito distinto» — termos estes do louvor concedido por S. Ex.ª o Ministro.

Concluídos com aproveitamento o 4.º Curso do Colégio de Defesa Nato, em Paris, e o Curso de Altos Comandos, regressa Meira e Cruz à sua Arma de origem ao ascender, como Brigadeiro de Cavalaria, ao Corpo de Oficiais Generais.

O seu brilhante passado, confirmado pelo presente, é para nós segura garantia de que, neste difícil momento, a traduzir-se pela indispensável evolução para que a Cavalaria se adapte às modernas exigências da Guerra, o Ex.mo General Meira e Cruz será um digno e exemplar Director da Arma à qual todos nós tanto nos honramos de pertencer.

Brigadeiro CARLOS DE CHABY

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

General Meira e Cruz

A CAVALARIA E AS INFORMAÇÕES

pelo Major TRAVAÇOS LOPES

A Cavalaria perante as outras armas

Não há militar algum, que hoje ignore o valor que a informação tem para o desempenho da missão que lhe é atribuída. Não há Comando, por mais elevado que seja o seu escalão, ou por menor que este seja, que não sinta a necessidade de decidir baseando-se nas informações que lhe foram dado obter sobre o

Inimigo
Terreno
Estado atmosférico

e de conduzir a sua acção nas informações que durante o desenrolar da acção for obtendo.

E porque assim é, há que recorrer a todos os meios ao nosso alcance para obter as tais tão desejadas informações, meios que diferem em valor, de escalão para escalão, e informações que têm um valor relativo ao escalão que as utiliza.

Também porque, o inimigo está tão interessado como nós em conquistar informações a nosso respeito, há que igualmente recorrer a todos os meios ao nosso alcance para nos opormos à sua curiosidade.

Esta luta entre a informação e a contra informação que deve existir desde o tempo de paz, e à qual não é estranha a acção dos Serviços Secretos, prolonga-se através das tropas em operações logo que rotas as hostilidades. Destas forças uma há que pelos seus meios rápidos, grande profusão de meios de transmissão, e considerável poder de fogo, está especialmente indigitada para o desempenho destas missões: é a Cavalaria. A Infantaria e a Artilharia, por não terem sido dotadas dos meios que àquela arma foram atribuídos, não estão em condições de garantir a liberdade de acção e a segurança terrestre que o Comando de uma força necessita.

A Cavalaria constitui assim um dos principais órgãos de informações dos comandos das G. U. Evidentemente que, quando dizemos Cavalaria, referimo-nos em particular às G. U. da Cavalaria e às unidades tipo reconhecimento, porquanto aos G. C. C. das D. I., são-lhe normalmente atribuídas missões na ofensiva, na defensiva e na exploração do sucesso, em íntima cooperação com a Infantaria.

Embora seja a Cavalaria o elemento terrestre predominante da informação, deverá sempre que possível cooperar em íntima ligação com a aeronáutica, embora por vezes se tenha de desempenhar isoladamente dessa missão.

É normalmente a aeronáutica que dispondo de maior raio de acção procura as informações a distância orientando a Cavalaria, a qual completa o trabalho daquela, estabelecendo o contacto com o inimigo, atacando-o se necessário, para o fazer revelar e definir o seu contorno aparente.

A intimidade de cooperação entre a Cavalaria e a Aeronáutica é tão flagrante e premente, que tem sido e continua a ser objecto de preocupação constante de vários países os quais, e muito lògicamente, procuram manter a Cavalaria em constante evolução, dando-lhes meios que lhe permitam continuar a desempenhar-se cabalmente das missões que lhe são afins, e que possam competir com os progressos técnicos e tácticos do adversário. Para conseguir atingir este objectivo há que fornecer à Cavalaria todos os meios indispensáveis para lhe aumentar a mobilidade, flexibilidade, e a sua fácil e rápida dispersão e concentração.

Assim, durante as manobras do Exército, realizadas na U. R. S. S. em 1937, uma brigada mecanizada inteira, com artilharia ligeira, meios de transporte e carros de combate, foi transportada por uma frota de 200 bombardeiros adaptados, à distância de 160 k., onde saltou de pára-quedas.

A descida fez-se à noite sem o menor acidente, e o Inimigo foi capturado por completa surpresa.

Por outro lado, como não podemos pôr de parte a hipótese de uma guerra atómica, e há que dispor de um instrumento capaz de encontrar o inimigo, verificar os vazios do campo de batalha e bloquear os elementos móveis do inimigo antes do emprego do grosso, missões estas que são as inerentes à Cavalaria, há que organizar esta por forma a que possa fazer face a esta nova situação. Somos, portanto, conduzidos a pensar na unidade de Reconhecimento Aerotransportada. Para o estudo da organização e emprego desta unidade fez o Exército dos E. U. em 1956 um exercício experimental de uma unidade para tal fim concebida. Esta unidade tipo Esquadrão de Cavalaria, dispunha além do comando, de mais quatro pelotões todos diferentes:

Pelotão de Reconhecimento — à base de C. C.
» de Assalto — à base de atiradores.
» de Rec. e Obs. — à base de aviões e helicópteros.
» de Aviação — idem.

A Divisão Pentómica aerotransportada também dispõe de uma unidade de Reconhecimento Aerotransportada. Esta unidade compreende equipas de Infantaria dispondo de aviões ligeiros, de helicópteros de reconhecimento e de helicópteros de transporte, destinados a precisar e a completar as informações recolhidas pelas tropas em contacto e pelos órgãos de pesquiza. Estas equipas estão preparadas para serem depostas no interior das linhas inimigas e devem ser recuperadas em pontos combinados.

Quer com a orgânica actualmente regulamentada quer com outra resultante dos estudos actualmente em curso, a Cavalaria continua a ser a Arma por excelência indicada para o desempenho das funções que lhe prescreve o nosso R. C.

Informar
Cobrir
Combater

e cumpre estas missões quer dentro da própria arma, quer em aproveitamento das outras unidades, às quais ela reforça a potência, acelera o ritmo e aumenta o raio de acção.

A Cavalaria informa executando acções de reconhecimento, as quais consistem na execução de um esforço no campo de batalha, no sentido de obter informações sobre o inimigo, terreno ou recursos.

Estes reconhecimentos, consoante a distância a que são lançados podem ser:

— Afastado, quando procuram a informação para além do raio de acção imediato das forças terrestres;
— Próximo, quando efectuado entre o espaço e o tempo que separa a iminência do estabelecimento do contacto, e o estabelecimento deste entre os grossos;
— De combate, que se realiza depois de estabelecido o contacto acima referido.

As acções de reconhecimento devem ser executadas com agressividade, evitando os pontos fortes do adversário, e procurando os flancos e retaguarda. O combate deve quanto possível ser evitado, mas quando necessário, nunca deverá ser levado a fundo a fim de poder ser roto em qualquer momento, permitindo assim o prosseguimento da missão noutro ponto mais vulnerável. A fim de doutrinar esta forma de proceder, fez-se assentar a acção de reconhecimento sobre os seguintes princípios:

— Estabelecer o contacto tão cedo quanto possível e mantê-lo durante toda a operação;
— Comunicar todas as notícias mesmo negativas ou aparentemente inúteis;
— Deslocar-se através de todo o terreno, sem nunca perder o inimigo de vista;
— Combater ùnicamente quando a missão lho imponha, mas sempre sem se empenhar a fundo;
— Comunicar as notícias em tempo oportuno.

A Cavalaria cobre, protegendo a força de que depende contra a surpresa e observação das forças terrestres inimigas. Para realizar esta protecção, a Cavalaria colhe informações sobre o inimigo e terreno, e opõe-se ou retarda a progressão dos elementos adversários sobre determinados eixos ou zonas. No desempenho destas funções a Cavalaria actua por meio de contra-reconhecimentos, os quais não são mais que um complemento dos reconhecimentos, com os quais se completam,

tornando assim difícil a sua separação. No entanto, existe uma característica funcional que profundamente os distingue. Ao passo que as forças de reconhecimento são lançadas contra o inimigo e movem-se livremente sobre o terreno a do contra-reconhecimento fixam-se em zonas relativamente definidas e fazem depender os seus movimentos do das forças que cobrem, estabelecendo cortinas móveis ou fixas, consoante se pretenda ocultar movimentos de uma força ou ocultar a concentração de tropas ou para impedir que o inimigo reconheça uma determinada zona.

O contra-reconhecimento actua defensivamente quando pretende evitar que o reconhecimento inimigo penetre em determinadas zonas, e actua ofensivamente procurando o inimigo e destruindo-o.

No desempenho de missões de cobertura a Cavalaria faz:

— Segurança afastada de uma G. U. (frente, flancos ou retaguarda);
— Ligação entre duas G. U.;
— Guardar uma zona;
— Guardar as retaguardas contra envolvimentos aéreos.

A Cavalaria combate quer para se desempenhar de qualquer das funções anteriormente citadas, quer ainda quando empregada como arma de grande potência de fogo em missões defensivas ou ofensivas.

As informações perante a Cavalaria

Uma vez iniciadas as operações, a missão normal da Cavalaria é ser lançada em missões de descoberta a grande distância à procura do contacto com o inimigo, e uma vez estabelecido este, transformar-se em força de cobertura, batendo os elementos adversos a fim de os desorganizar e retardar na sua progressão. Esta é a forma clássica do emprego da Cavalaria à qual é pedida a missão inicial de reconhecimento e consequente procura de notícias, e seguidamente, mantendo esta última função, transformar-se numa força de segurança da G. U. que com ela se cobre. As informações obtidas pelo comando da Cavalaria para orientar a sua própria manobra, são aquelas que servindo simultâneamente o comandante da G. U., garantem a este a sua liberdade de acção.

No desempenho de missões desta ordem, a Cavalaria só muito raramente tem quem lhe possa fornecer informações, e muito menos ainda quem lhas possa fornecer em condições de orientar a sua própria manobra, donde resulta a necessidade da nossa arma dispor de um Serviço de Informações privativo e eficientemente organizado, para não só responder às ordens de pesquisa emanadas da U. S., como também fazer face às necessidades da própria unidade de Cavalaria.

Estas informações tomam no entanto, e por vezes, aspectos particularmente específicos consoante a missão atribuída, e por isso será interessante estabelecer um ligeiro contacto com algumas dessas situações tácticas.

A informação durante a marcha de aproximação

O trabalho da informação durante esta fase ou outra similar deverá versar sobre:

— Organização do plano de pesquisa e de contra-informação;
— Estudo do terreno;
— Localização e actividade dos nossos, e dos elementos avançados inimigos, em especial o seu dispositivo anticarro;
— Os órgãos de pesquisa funcionam simultâneamente em todos os escalões, e trocam entre si notícias através dos meios de transmissão e oficiais de ligação.

Tanto quanto a situação o permite os diferentes escalões colocam nas testas das suas colunas, órgãos de pesquisa com a finalidade de conseguirem ter notícias tão rápidas e precisas quanto possível.

A informação durante o contacto

Uma vez o contacto estabelecido, a informação procurada por cada um dos escalões varia com as suas possibilidades, a situação táctica que lhe foi atribuída. A prioridade na pesquisa de notícias traduz-se pela seguinte ordem:

— Objectivos do terreno, dentro da respectiva zona de acção cuja neutralização ou captura afecta grandemente o sucesso da missão;

— Armas anticarro, cuja neutralização ou destruição permite que o movimento continue;
— Blindados inimigos cuja situação interfere no desempenho da nossa missão;
— Blindados cuja acção pode posteriormente afectar a nossa missão.

A informação durante o combate ofensivo

À medida que a acção progride devem completar-se as informações sobre:

— Localização de carros de combate, armas anticarro, morteiros, metralhadoras, postos de observação e postos de comando avançados;
— Eixos de aproximação para os objectivos;
— Localização dos pontos fortes e centros de resistência;
— Localização, dispositivo e efectivo da artilharia;
— Localização de postos de comandos, locais de reabastecimento e de distribuição, campos de aviação e centros de transmissões.

A informação durante a exploração do sucesso

Durante a fase da exploração, todo o esforço de pesquisa é orientado no sentido de obter informações que possam auxiliar o comandante a manter o ímpeto do ataque. A violência e a velocidade do ataque dependem da oportunidade com que são recebidas as informações sobre os objectivos, itinerários desimpedidos. Durante a operação é vantajoso que o oficial de informações se mantenha sobrevoando a zona de acção, a fim de manter o comandante constantemente informado. O comandante deve assegurar-se de que os comandantes das unidades suas subordinadas estão convenientemente informados antes de se lançarem na acção.

A informação durante a defensiva ou acção retardadora

Ainda que inicialmente os órgãos de pesquisas façam incidir o seu trabalho sobre os blindados inimigos, deverão no entanto procurar localizar os seus elementos mais importantes a fim de constituirem alvos para a artilharia e outras armas, ou objectivos para contra-ata-

ques, e para determinar com propriedade as suas possibilidades por forma que os elementos blindados avançados possam retirar na altura mais vantajosa e que as reservas possam ser empenhadas no local e com a oportunidade mais convenientes.

A informação durante a retirada

Em virtude da importância que reveste a manutenção do contacto durante a retirada, assume especial importância a ligação com as unidades subordinadas. O trabalho dos órgãos de pesquisa, deverá incidir especialmente sobre a localização dos elementos avançados inimigos, em particular os blindados. As notícias colhidas deverão imediatamente ser difundidas em todos os sentidos, e deverão envidar-se todos os esforços no sentido de se obterem informações, que evitem que os elementos subordinados sejam surpreendidos. A artilharia deverá manter-se informada por forma a estar sempre em condições de satisfazer as necessidades de apoio pedidas pelo comando.

A informação durante as operações especiais

Ataque a posições fortificadas

O ataque a posições fortificadas requer especial cuidado e um planeamento perfeito, visto que o sucesso depende muitas vezes de pequenos detalhes, tais como a localização ou direcção de fogo de uma seteira. O oficial de informações deve ter em consideração os seguintes factores:

— Camuflagem da zona de acção;
— Casamatas colocadas a meia encosta, construídas no interior de casas ou disfarçadas em montes de palha ou tufos de arbustos;
— Existência de passagens através de muros;
— Existência de passagens ao longo de encostas rochosas que se encontram camufladas com rede ou pedras artificiais;
— Existência de abrigos colectivos para pessoal comunicando por meio de túneis com casamatas e posições fixas de artilharia ou armas anticarro;
— As casamatas e os abrigos podem ter as verdadeiras entradas dissimuladas e apresentarem outras falsas à vista;

— As linhas de obstáculos anticarro, ainda que sendo difíceis de camuflar podem, no entanto, ser ocultadas com sebes de arbustos;
— Existência de posições de alternativa para peças, armas anticarro e metralhadoras, que ligadas entre si e com os abrigos e casamatas, constituem a organização do campo fortificado;
— O emprego de cintas fortificadas e apoio mútuo dos abrigos são normalmente organizados a fim de interdizer ao adversário o acesso a pontos dominantes.

Combate de ruas

O problema das informações neste caso, é muito semelhante ao problema das posições fortificadas. As regiões edificadas, permitem abrigo e protecção para as tropas e armas a defensor contra a acção do atacante.

O oficial de informação deve providenciar no sentido de obter uma planta bastante detalhada da região, que lhe permita tirar partido deste tipo especial de combate. Deverá também quanto possível aproveitar os cobertos e desenfiamentos para melhor aproveitamento das nossas tropas.

Operações anfíbias

As operações de desembarque referem um planeamento meticuloso e bem coordenado com a marinha e aeronáutica.

Operações em regiões muito frias e cobertas de neve

As operações nestas regiões não requerem técnica especial do serviço de informações. A principal diferença entre este tipo de operações e as operações normais reside no efeito da neve e do frio, e ainda no aspecto uniforme do terreno exigindo uma camuflagem especial.

Operações no deserto

Nestas regiões é fácil a observação a grandes distâncias, mas em contrapartida o terreno apresenta-se relativamente plano e sem pontos definidos. A poeira e as miragens dificultam a visibilidade. A referenciação do material e a avaliação de distâncias é precária.

Operações nocturnas

O planeamento destas operações incide especialmente sobre:

— Estudo detalhado do terreno a percorrer para atingir o objectivo;
— Determinação de linhas bem definidas no terreno que conduzam aos objectivos (se possível, deve dispor-se de uma estrada ou caminho);
— Localização das passagens através dos campos de minas e obstáculos naturais e artificiais.

Organização do Serviço de Informações na Cavalaria

O serviço de informações dentro de cada unidade a partir do escalão Grupo está a cargo de uma secção de informações com a constituição seguinte:

G. C. C. (da D. I.)

— 1 oficial de informações (subalterno);
— 2 sargentos de informações e observação;
— 1 ou 2 cabos escriturários.

R. Rec.

— 1 oficial de informações (subalterno);
— 1 sargento de informações;
— 1 ou 2 cabos escriturários.

G. Rec.

— 1 oficial de informações (subalterno);
— 1 sargento de informações;
— 1 ou 2 cabos escriturários.

G. C. C. (do R. Rec.)

— 1 oficial de informações (subalterno);
— 1 sargento de informações e observação;
— 1 cabo escriturário.

É este pessoal do S. I. que acima se descreve, que dispondo dos órgãos de pesquisa normais (tropas e unidades superiores e vizinhas) ou especiais, colhe as notícias necessárias que depois de convenientemente transformadas em informações servem de base à elaboração dos Estudos de Informações e respondem às ordens de pesquisa emanadas das unidades superiores.

ENGENHOS MODERNOS

CARGA OCA
RADAR
TELEDIRIGIDOS

pelo Tenente FARIA FERNANDES

I — Carga Oca

Entre os dois grandes blocos rivais, poderosamente armados, que disputam a hegemonia mundial, debatem-se os países do Oeste Europeu com o severo problema da sua defesa.

Limitados no espaço, cada vez mais pequeno — em virtude da técnica em avanço constante — e agarrados ao solo pátrio, de que os interesses étnicos nunca se podem alhear, estes países, não podendo competir, procuram pelo menos satisfazer racionalmente os seus problemas defensivos, com base nessa mesma técnica.

A França, dentro desta ideia, já na guerra passada apresentou uma microgranada anticarro, de 6 cm de calibre, capaz de perfurar a espessura de 22 cm de blindagem, ou seja 3 vezes e meia o seu calibre.

É necessário salientar como uma das novidades mais importantes do século, a criação e o aparecimento das microgranadas francesas

que representavam uma revolução técnica tão profunda, que permitiram conduzir uma defesa terrìvelmente eficaz contra os Carros de Combate.

Arma ligeira, dotada de características favoráveis ao seu largo emprego, representa, ainda hoje, um dos elementos mais revolucionários no caso de uma eventual guerra futura.

Como apareceu e como foi possível a sua realização?

Parece que desde 1936, Mohaupt, na Suíça, realizou um petardo cilíndrico carregado de uma mistura de pentrite e de tolite que apresentava uma cavidade cónica, recoberta de uma coifa metálica. Colocada sobre uma blindagem, perfurava uma espessura de aço considerável, igual ao seu diâmetro.

De princípio, os técnicos militares franceses, a quem foi apresentado o invento, não tiveram confiança na nova arma, cuja teoria matemática não existia ainda e cujo êxito era contrário a todas as ideias admitidas. O invento é, entretanto, passado clandestinamente para os Estados Unidos e ali adoptado imediatamente, aparecendo com o nome de «*Bazuca*».

Os alemães apresentaram na II Guerra Mundial o «*Panzerfaust*» e o «*Panzerschreck*».

Como funciona?

Imaginemos a carga chegando ao contacto com a blindagem; neste momento um espaço vazio, geralmente em forma de semi-esfera oca, existe entre a carga e a parede de aço.

No momento em que a explosão se produz, simultâneamente em toda a carga, uma onda de energia destrutiva parte ao mesmo tempo de todos os pontos da semi-esfera.

Todas estas ondas elementares vêm «focar-se» no centro exactamente como os raios solares se reunem ao centro de uma lente.

A velocidade desta onda destruidora é enorme: 7.000 a 8.000 metros por segundo e a temperatura produzida é elevadíssima. Em experiências efectuadas nos Estados Unidos verificou-se ser de 150.000 graus centígrados.

Como consequência, produz-se na blindagem um orifício mais pequeno que o calibre da carga, geralmente não excedendo o diâmetro de um lápis mas que atravessa a parede de lado a lado, dando lugar a uma terrível projecção de chamas e de aço fundido no interior do carro blindado. É evidente que um carro atingido desta maneira se encontra instantâneamente incendiado, posto fora de combate e a tripulação morta.

Isto acontecia já com as micrograna das de 6 cm que permaneciam eficazes ao atacar blindagens sob ângulos até 60°.

Será lógico e natural pensar e isto está certamente no pensamento dos leitores, por que razão não veio esta arma tão eficaz como terrível, banir os blindados do campo de batalha e pôr de parte as outras armas que por ela eram, assim, ultrapassadas!?

É que a carga oca enferma de uma deficiência ainda inexplicável. Desde que a distância ao objectivo ultrapasse uma centena de metros, os artilheiros sabem que o seu tiro perderia a precisão, se o projéctil não estivesse animado de um violento movimento de rotação à custa das estrias helicoidais. Ora o efeito desta carga reduz-se grandemente com o projéctil giratório. É este o maior obstáculo que limita naturalmente o maior emprego da carga oca, fixando este apenas para curtas distâncias, isto é, pràticamente para os casos em que a propulsão por foguete ou por fulminante é suficiente. O primeiro caso é o da «bazuca» e o segundo é o das novas micrograna das que se atiram com uma espingarda vulgar («Energa»).

A técnica, porém, não cessou de evoluir e tem aperfeiçoado constantemente estes projécteis desde o seu aparecimento. Assim, no último salão aeronáutico de Paris, Von Zboronski apresentou recentemente vários engenhos entre os quais o BZ 420 — OI «Naine Bébé» — projéctil anticarro melhor que o «Panzerfaust», ou «Panzerschreck» ou mesmo o «Bazuca». O «Naine Bébé» é um corpo voador de autopropulsor. Tem 95 cm de comprimento, 125 mm de diâmetro máximo e 6 kg de peso.

Alcança uma velocidade constante de 450 m/seg.; o seu alcance táctico vai até 1.000 metros, e perfura blindagens de 350 mm. O peso total do dispositivo de lançamento (tubo cilíndrico de paredes lisas, com suporte e aparelho de pontaria) é de 4,5 kg. As suas partes componentes principais são: na frente um cone de carga (combinação de uma carga oca de 90 mm de calibre com uma ponta blindada); depois um estabilizador oscilante, um propulsor de marcha e um propulsor de arranque.

A coifa blindada existente na parte anterior, permite perfurar, antes de alcançar o objectivo, blindagens de uma espessura máxima de 15 mm sem que com isso diminua a eficácia da carga oca.

Como corpo voador, o novo projéctil tem sobre os seus predecessores de trajectória balística a vantagem de não apresentar mais que uma elevação máxima de 0,5 m da sua trajectória. O sistema de estabilização reduz muito a dispersão.

Este projéctil pode ser lançado pelo intervalo das nossas tropas ou por sobre elas, sem qualquer perigo. Como pesa 6 kg e o seu dispositivo de tiro 4,5 kg, pode dotar-se com estes engenhos qualquer homem isolado, que, convenientemente oculto, dificilmente será localizado pelo carro e embora localizado, dificilmente batido por tratar-se de objectivo muito reduzido.

Se considerarmos, ainda, as características tácticas relativas ao alcance que, como dissemos, é de 1.000 m, vemos que as armas dos carros resultarão ineficazes e que a defesa contra estes (DCB) disporá, com este engenho, de um novo e eficaz meio de combate.

Para a substituição do canhão de infantaria foi apresentado no mesmo salão um outro engenho com o alcance táctico de 5 km dispondo também de um cone de carga.

Será, porventura, ousado pensar na instalação destes engenhos em carros de combate? Talvez não.

Como vemos, baseados no princípio da carga oca estão a aparecer constantemente novos engenhos cada vez mais aperfeiçoados, cada vez mais eficazes.

Perante este problema, os franceses preocupam-se em rever a sua doutrina sobre carros e dizem: «A carga oca e a energia nuclear triunfam sobre a blindagem, sem apelo. O canhão volumoso, pesado, com mecanismos de precisão, não obtém maior efeito que um simples tubo (tipo sem recuo) ou «bazuca», singularmente ligeiro. Há, portanto, um facto novo; nenhuma blindagem resiste aos projécteis recentemente inventados.

Posto isto, por que havemos de empenhar-nos em construir carros complicados, custosos, de difícil manutenção, necessitando de meios de locomoção monstruosos, se um simples e pequeno veículo, tipo tartaruga, provido de uma arma rústica, obtém os mesmos resultados?

Tal é a revolução que a carga oca parece vir a proporcionar.

II — Radar

O Radar impôs-se e tomou vulto durante a última guerra mundial.

A palavra que exprime num termo tão breve a aplicação do electromagnetismo é constituída com as iniciais de uma frase em inglês: «*Radio Detection and Rading*» que significa Radiodetecção e telemetria.

Não se sabe exactamente a data do aparecimento do Radar. Como todas as comunicações por meio de ondas electromagnéticas, baseia-se nos princípios essenciais enunciados por *Maxwell*, sobre electricidade e magnetismo.

Este físico inglês mostrou que a passagem de correntes variáveis por um condutor gerava ondas electromagnéticas no espaço circundante.

Hertz, porém, com as suas experiências, provou que essas ondas podiam propagar-se no espaço vazio com uma velocidade igual à da luz.

Marconi aconselhou, em 1922, o emprego dessas ondas para a detecção. Foi a bordo do seu iate *Electra*, na 2.ª década deste século, que este sábio, então em Lisboa, afirmara estar a proceder a experiências com ondas curtas, estabelecendo comunicações com a Austrália.

Embora tivesse afirmado e demonstrado que os corpos sólidos reflectiam as ondas electromagnéticas de curta extensão, não foi mais longe na exploração desse facto experimental.

Parece no entanto não haver dúvida de que foi o *Electra* o berço do radar durante as misteriosas emissões e recepções levadas a efeito naquele iate.

Em 1926, dois físicos, Breit e Tuve, puseram em prática o princípio enunciado por Marconi. Utilizaram a técnica das impulsões, isto é, grupos de ondas separados, enviados sucessivamente para o espaço à telemetria das camadas ionizadas da atmosfera, ou seja à determinação da altitude das camadas atmosféricas densas em electrões livres.

Essas séries de ondas sucessivamente emitidas e o seu reflexo, ou antes, o seu eco, permitiam calcular a distância a que se encontravam aquelas camadas, sabido que tais ondas caminham à velocidade da luz, aproximadamente 300.000 km por segundo. O número de segundos, ou as fracções de segundo, entre a emissão e o seu eco, dividido por 2, dava a distância a que se encontravam aquelas camadas.

As ondas curtas electromagnéticas, emitidas com intervalos regulares com uma rapidez apenas perceptível pelos complexos aparelhos a isso destinados, constitui o princípio basilar do Radar.

Os intervalos entre as emissões e o seu eco são contados em milionésimos de segundo.

O número de impulsões, ou grupos de ondas emitidos, pode ir de 60 a mais de 5.000 por segundo, conforme a distância máxima a alcançar. A duração das impulsões é regulada por um modulador e a frequência da energia emitida varia, conforme os aparelhos, de 100 a

10.000 megaciclos por segundo. Em geral, uma só antena emite e recebe as ondas.

Um osciloscópio dá a distância exacta do corpo que se pretende detectar. As antenas são fortemente directivas, isto é, emitem ou recebem a energia num limite de espaço cujas dimensões diminuem quando aumenta a precisão.

Parece terem sido os alemães os pioneiros do emprego do Radar. As experiências realizadas durante a guerra na Tunísia, onde os exércitos americanos apreenderam determinada aparelhagem, confirmam ter sido os alemães os iniciadores da aplicação do Radar.

A sua primeira utilização foi para a detecção dos aviões, voando a altitudes tais que os tornavam invisíveis, sendo inaudível na terra o ruído dos seus motores. O aparelho de radar, colocado no solo, regista as sucessivas distâncias exactas do avião ou das esquadrilhas de aviões, permitindo em tempo de guerra dar o alarme às populações e fazer a preparação de tiro das baterias de defesa antiaérea. Os aperfeiçoamentos em plena guerra foram rápidos e fulgurantes.

As baterias de D. C. A. passaram a ter os seus próprios aparelhos de Radar até com dispositivo para o disparo automático. Os aviões foram dotados igualmente de aparelhos de radar próprios, destinados a fazer desde as maiores altitudes, a detecção dos grandes aglomerados de navios isolados no alto mar, ou até de submarinos submersos. Foi depois empregado como meio de navegação e bombardeio cego.

O Radar foi, pois, uma das mais poderosas armas da última guerra e tão potente que as nações beligerantes começaram a usar contramedidas para reduzir os seus efeitos.

A guerra electrónica torna-se uma luta entre a inteligência e o esforço científico para prejudicar a eficiência do equipamento inimigo e, ao mesmo tempo, proteger o nosso contra os seus esforços de anulá-lo.

Durante a última guerra as contramedidas electrónicas foram usadas por ambos os lados, principalmente contra os auxílios de navegação de bombardeio cego, alarme antecipado de radar, controle de fogo e controle dos caças pelo radar.

Na interferência radar o sinal reflectido ou eco não fica nítido na tela da válvula de raios catódicos. Sabe-se por outro lado que a transmissão do impulso de um radar deve ser ouvida a grande distância; que o reflexo ou eco de um objecto é normalmente fraco e pouca energia é necessária para o interferir. Antes de interferir num radar é preciso saber a sua frequência, características e como é empregado pelo inimigo.

O meio electrónico para prejudicar o equipamento radar inimigo são as chamadas «janelas» — lâminas metálicas, cortadas de acordo com o comprimento de onda de um radar que, quando lançadas ao ar, produzem ecos na válvula de raios catódicos do aparelho, semelhantes aos dos aviões. É tal a importância e o efeito destas lâminas sobre o radar que foi calculado ter a 8.ª Força Aérea dos E. U. lançado mais de 4.500 toneladas dessas lâminas sobre a Europa. Assim se conseguiram simular falsas incursões aéreas com as «janelas» que produziram o mesmo efeito nas válvulas catódicas de radar, que uma força de bombardeiros.

A eficácia destas contramedidas levou a utilizar as outras contra-contramedidas. A unidade *Jitter* de interferência, quando adaptada aos aparelhos de radar torna estacionário o verdadeiro alvo na válvula de raios catódicos e os sinais de interferência deslocam-se sobre o traçado. Pode ainda utilizar-se um localizador automático de interferência a fim de descobrir a frequência, alcance e direcção da fonte de interferência e destruí-la por meio da aviação.

Desde a 2.ª grande guerra tem havido considerável desenvolvimento no campo do radar, nomeadamente na sua aplicação no controle de projécteis dirigidos. Foram aperfeiçoados com os mais eficientes meios de navegação electrónica e de bombardeio cego.

Numa guerra futura, os rápidos bombardeiros a jacto, levando bombas atómicas e projécteis dirigidos com ogivas atómicas, podem ser empregados em larga escala para provocar a destruição do inimigo. As medidas electrónicas, por sua vez, poderão ser a base de defesa de um país cuja sobrevivênvia dependa da sua capacidade científica e do seu potencial industrial.

Há grande variedade de aparelhos de radar pois são construídos segundo o fim especial a que se destinam.

Variadíssimos sistemas permitem determinar com precisão a localização exacta dos navios ou dos aviões, de noite ou no meio do mais denso nevoeiro e permitem guiar a aterragem, denunciar obstáculos ou a aproximação de outros aviões.

O Radar pode fazer as previsões do tempo, determinando as tempestades a grande distância. Os pescadores podem com o Radar determinar a posição dos cardumes de peixe e a medicina oferece ao Radar um vasto campo de acção.

O Radar é ainda utilizado no controle das experiências com projécteis teledirigidos.

Os norte-americanos instalaram para isso e no ano passado 21 potentes instalações de Radar na zona de lançamento de Cocoa (Península da Flórida) e poder-se-á com uma simples pressão num botão, destruir um projéctil dirigido que se separe da sua rota.

O Radar, o olho electrónico que descobre e segue objectos em movimento, pode também medir distâncias até 80 km com uma precisão de poucos centímetros e numa rapidez de minutos.

Sendo assim, parece que com tais aperfeiçoamentos e precauções os desastres de avião deveriam estar pràticamente eliminados!

Há que contar, no entanto, com as tempestades magnéticas imprevisíveis e às vezes de grande violência que influem na transmissão e recepção dos sinais do Radar.

O factor humano não pode também deixar de estar em causa pois que muitos acidentes são devidos a desatenção do piloto, a erro de cálculo ou ao fortuito desarranjo do aparelho. Aperfeiçoamentos sucessivos têm reduzido esses inconvenientes.

Sabe-se, finalmente, que graças ao Radar é já possível receber os primeiros ecos dados por reflexão, de um objecto extra-terrestre — a lua. Esse eco da lua verificou-se pela primeira vez em 1946 por meio de um aparelho (SCR 271) cujo alcance foi elevado a um milhão de milhas.

Não estará, pois, no domínio das possibilidades, a problemática navegação interplanetária ainda no domínio da imaginação?

Pensa-se aproveitar a lua como reflector para as comunicações de rádio a grande distância.

Se pensarmos ainda na larga utilização do Radar que em todos os Exércitos serve para localizar os morteiros determinando posições sucessivas da trajectória dos seus projécteis, podemos concluir que o seu aparecimento nas unidades em 1.º escalão pode vir a ser uma realidade.

III — Projécteis Teledirigidos

A defesa contra carros conta desde há alguns anos com mais um projéctil: o foguete teledirigido por ondas ou por fio. As perspectivas que oferece esta nova arma são indubitàvelmente vastas, ainda que as vantagens e inconvenientes da mesma sejam muito discutidos.

A construção de uma arma contra carro, ligeira, precisa e de grande alcance, constituia já em 1942, uma exigência do Alto Comando

alemão. A ideia inicial do foguete perfurante, maciço, teve de ser abandonada por não permitir o rendimento exigido.

O foguete com carga oca para onde foi dirigida a atenção, não necessitava de grande velocidade de impate cuja redução favorecia a «focalização» da onda de choque, originada pela explosão. Em contrapartida, a fraca velocidade com que o projéctil seria accionado dava origem à imprecisão, sobretudo tratando-se de alvos móveis. Quer dizer, estava-se num beco sem saída. Impunha-se por isso que a solução fosse teledirigir.

O telecomando não é mais que a ligação entre dois postos, um dos quais, o posto emissor, lança através do espaço certas ondas que o posto receptor capta.

Teledirigir um foguete, é enviar a partir de um posto emissor uma série de ondas dirigidas que são captadas por um posto receptor instalado sobre o projéctil durante a sua manobra através do espaço. Este receptor assemelha-se a um receptor de telegrafia sem fios. Apenas difere dele em alguns pormenores, principalmente pela presença de um órgão sensível — o relé — que, sendo a peça mais delicada de todo o sistema não é mais do que um simples electro-iman. Este, atravessado por uma corrente, atrai para si uma lingueta ou pequena chapa, cujo movimento fecha o contacto que permite provocar a acção mecânica desejada.

Os alemães possuiam sobre os aliados um notável avanço em matéria de teledirecção sendo igualmente superiores em tudo o que se referia a propulsão por reacção.

A combinação destas duas técnicas durante os últimos meses da 2.ª guerra mundial conduziu à construção de bombas voadoras e aos foguetes teledirigidos. Esta combinação dava, mais tarde, também, origem aos primeiros projécteis contra carros teledirigidos.

Apareceram, pois, na Alemanha, no princípio de 1944, os primeiros projécteis deste tipo que se classificaram em:

— foguete contra carro, teledirigido por ondas;
— foguete contra carro, teledirigido por fios.

A primeira variante apresentava grandes analogias com a bomba voadora V_1: na parte anterior, a carga explosiva em forma de carga oca; no centro, os órgãos receptores e motores; e, à retaguarda, a carga propulsora.

Os resultados não corresponderam às esperanças e o primeiro foguete, tal como foi concebido, apresentava-se de emprego difícil, rendimento insuficiente, escapando frequentemente ao controle dos aparelhos emissores.

Paralelamente se efectuaram investigações para efectivar a construção do foguete contracarro teledirigido por fio.

As experiências mostraram-se ràpidamente satisfatórias e em 1944 os progressos realizados eram consideráveis. Os bombardeamentos constantes impediam, no entanto, o desenvolvimento normal das experiências.

Ao desmoronar-se, porém, a defesa alemã em Maio de 1945 acabava de lançar-se o fabrico em série dos foguetes contra carro, teledirigidos por fio.

A partida destes projécteis fazia-se por meio de um fio especial que une a rampa de lançamento com o posto de comando do foguete o qual podia estar afastado cerca de 500 a 800 m da rampa. Este fio provocava a explosão das válvulas obturadoras que comunicavam os recipientes de ar comprimido com os de carburantes. Sob pressão deste ar comprimido os líquidos eram lançados através do dispositivo de união para a câmara de combustão onde se inflamavam ao entrar em contacto violentamente, proporcionando ao foguete o impulso inicial que o obrigava a abandonar a rampa de lançamento.

O projéctil dirigia-se para o alvo a uma velocidade de 130 a 160 m por segundo, deixando desenrolado atrás de si dois fios extremamente finos e resistentes, de corda de piano, através dos quais eram transmitidos os impulsos que controlavam a sua marcha no espaço.

No posto de comando, segundo os modelos, os apontadores dirigiam a marcha do foguete na direcção dos carros de combate que se desejava destruir. O posto emissor era de dimensões reduzidas e de pequeno peso. Uma alavanca de direcção comandava os movimentos laterais do projéctil enquanto que uma alavanca de elevação dirigia os seus deslocamentos no plano vertical. Um rasto luminoso durante a sua trajectória facilitava a condução notàvelmente.

O alcance teórico da arma era função do comprimento dos fios que o foguete desenrolava atrás de si e da duração da combustão do agente propulsor.

As bobines montadas nas asas estabilizadoras continham efectivamente de 1.500 a 3.500 m de fio.

Em 1946 a França, por seu lado, empreendeu o fabrico de projécteis contra carros teledirigidos por fio. Apareceram o «Entac» (en-

genho teledirigido anticarro) e o SS 10 (sol-sol) como os descendentes directos dos foguetes contracarro teledirigidos alemães.

O «Entac» é menos volumoso que o SS 10, de emprego mais fácil e construção mais simples. Tem um alcance de 1.800 metros e velocidade de manobra 100 m/seg.

O projéctil dirigido SS 10 é um projéctil estabilizado por 4 asas, com autopropulsão foguete de pólvora, dotado de carga oca com a qual pode perfurar a blindagem dos carros de combate até agora em serviço nos vários exércitos. A sua característica mais essencial é ser dirigido por um único fio de aço que o acompanha no seu movimento e através do qual recebe as ordens de um piloto.

O projéctil pesa cerca de 15 kg e consta de uma cabeça de combate que transporta a carga explosiva e de um mecanismo sobre o qual está montado o órgão estabilizador.

O tiro realiza-se elèctricamente. O projéctil é lançado para diante pelo impulso de um propulsor de deslocamento com uma força de 200 quilogramas actuando durante 0,7 seg. Um outro propulsor chamado de cruzeiro proporciona depois um impulso de 10 kg durante 18 segundos que faz com que o projéctil atinja uma velocidade de 80 m/seg. e um alcance prático de 1.500 a 1.600 metros. Durante o voo o SS 10 estabiliza por auto rotação lenta em torno do seu eixo e o seu movimento é dirigido pelo piloto em ligação com ele através de um fio de aço muito fino enrolado em carretos no corpo do mecanismo e que se vai soltando à medida que o projéctil avança. O piloto segue fàcilmente o movimento do projéctil através do aparelho de pontaria. A parte posterior tem a vantagem de ser iluminada pelo propulsor de cruzeiro.

Com uma alavanca de manobra o piloto mantém o projéctil na direcção desejada sem que tenha necessidade de saber a distância a que se encontra o alvo. O movimento deste é seguido de uma maneira pràticamente automática.

Uma vez em contacto com o objectivo, o SS 10 pega-se à blindagem do carro, perfurando-o e destruindo-o.

Para obter maior rendimento o piloto pode comandar uma bateria de 6 SS 10 cujas caixas de lançamento podem colocar-se dissimuladas em máscaras, na plataforma de camiões especialmente construídos para isso e ainda na fuzelagem de aviões lentos ou de helicópteros.

Estes projécteis são fabricados actualmente em série e distribuídos às tropas francesas até ao escalão Companhia onde existe um ou dois «jeeps» para o seu transporte. As manobras do Outono de 1954 confir-

maram em absoluto a vantagem do seu emprego. Sendo de pequenas dimensões, o projéctil dirigido contra carros permite fácil dissimulação e a possibilidade de efectuar o tiro sobre viaturas. Os inconvenientes apresentados por esta classe de projécteis consistem em primeiro lugar e quanto ao alcance, no seguinte: sendo uma arma construída para um determinado alcance, sempre que as circunstâncias de combate a obrigam a intervir sobre objectivos situados demasiadamente perto do posto de lançamento, o apontador não disporá de tempo suficiente para influir sobre a sua trajectória e não poderá assim conduzir o projéctil exactamente sobre o alvo. Por outro lado a sensibilidade do aparelho emissor de comando não permite o mesmo erro de manobra, pois o contacto do projéctil com o solo daria origem à sua explosão.

O maior inconveniente desta arma, dizem alguns, é a rotura do fio de transmissão de comando, em contacto com qualquer obstáculo, dando origem à perda de direcção do projéctil. Porém, sabe-se que esta rotura do fio é extremamente rara. Outros inconvenientes de menor importância foram ainda apresentados, mas nenhum deles diminui apreciàvelmente o alto valor táctico que as suas características lhe dão.

Quanto às vantagens vemos que o seu alance é considerável chegando aos 2.000 m sem prejuízo para a sua precisão.

O único problema que se apresenta é o da observação do projéctil durante a marcha no ar, que indubitàvelmente porá um limite ao seu alcance.

A eficácia da arma é função da potência da carga oca e da precisão do tiro.

A segurança obtida mediante o comando por fio é bastante superior ao conseguido por ondas e podemos assim afirmar que teòricamente não há projécteis perdidos. Cada empate significará uma destruição.

Na América apareceram recentemente o «Dart», projéctil teleguiado contra carros de 50 kg de peso e alcance de 3.000 m e o «Lacrosse» que interceptado pela electrónica no espaço é conduzido pelo observador avançado em direcção ao alvo.

Outros países apresentaram projécteis teledirigidos de variadíssimos modelos.

Assim, por exemplo, os suíços apresentaram em 1950 um projéctil foguete dirigido «Oerlikon»-54 — Terra-Ar — governado por um sistema de direcção conhecido com o nome de «o cavalo do raio». Tem 5,70 m de comprimento, e 347 kg de peso no momento de lançamento. É coberto de metal e plástico e utiliza como combustível petróleo des-

tilado combinado com trietilenamina e xilidina. O seu motor desenvolve uma impulsão de 990 kg por 30 seg. O seu alcance é de 20 km e a velocidade de 820 m/m.

Na América apareceu no mesmo ano o foguete «Nikes» que com a sua velocidade supersónica pode interceptar a qualquer altitude todo o bombardeiro assaltante. Estes foguetes são guiados por um dispositivo electrónico que lhes permite seguir as evoluções do objectivo. (Foram recentemente enviados para a Itália).

Finalmente, ainda na América abriu-se caminho ao fabrico da arma decisiva nas guerras futuras: projécteis dirigidos de grande alcance, com uma bomba de hidrogénio como carga explosiva.

Inicialmente a Força Aérea dos Estados Unidos da América construiu o projéctil dirigido SM-62 «Snark». Tem a forma de um avião sem cauda e com asas delgadas em flecha acentuada. Tem um alcance de 1.600 km e pode alcançar uma altitude de 18.000 metros. É propulsado por um turbo-reactor «Allison J-71» e pertence ao grupo dos projécteis denominados estratégicos (SM — *Strategic Missile*).

Os ingleses, mais reservados na construção de armas deste tipo, apresentaram o «Fireflash» (Relâmpago de fogo) projéctil teledirigido de características não reveladas. Sabe-se, no entanto, que vai ser colocado nas asas dos aviões donde parte, sendo radiodirigido para o objectivo que localiza e destrói. Parece ter sido estudado para grandes alcances.

Nos E. U. A. apareceram ainda o «Navaho» que como o «Snark» utiliza um sistema de navegação astronómico e dispõe de uma cabeça de combate atómica; o «Falcon» do tipo ar-ar; o «Rascal» do tipo ar-terra, de carga atómica (e que faz parte do armamento dos bombardeiros B47 e B36) e que demonstrou ser muito preciso em exercícios de combate; e o «Bomarc» do tipo terra-ar que constituem actualmente o programa de projécteis teledirigidos.

Na continuação dos estudos sobre estes engenhos, os americanos têm prosseguido afanosamente nas pesquisas científicas de modo a eliminar barreiras gigantescas.

Assim, estudaram o controle apenas durante os primeiros minutos de voo, até que o projéctil saísse da atmosfera; os dispositivos mediante os quais se corrige a trajectória para se manter numa rota pré-determinada. Estudaram a forma do projéctil para velocidades de 12.000 km/hora e procuraram que o erro ao alcançar o alvo fosse inferior a 8 km. Calcularam os efeitos de destruição provocados pela explosão de uma bomba de hidrogénio, até um raio de 250 km.

Trabalharam activamente na solução do difícil problema da enorme temperatura que se desenvolve por fricção quando o projéctil volta à atmosfera desde a altura de 15.000 m a uma velocidade de 16.000 km/hora. A solução deste problema consiste em conseguir em primeiro lugar que o projéctil pudesse resistir à temperatura alcançada e em proteger depois a bomba de hidrogénio que leva como carga explosiva. Estudaram também a forma de dirigir o projéctil a uma distância de mais de 8.000 km com bastante precisão.

Assim, conseguiram obter os misseis inter-continentais que hoje constroem com os nomes de «Atlas» e «Titan».

O «Atlas», por exemplo, apresenta as seguintes características:

Comprimento — 35 metros;
Forma — cónica;
Velocidade — 13.000 km/hora;
Energia de propulsão — foguetes múltiplos;
Alcance — pelo menos 8.000 km;
Altura — no vértice da sua trajectória uns 1.600 km sobre a superfície da terra;
Direcção — controle electrónico até sair da atmosfera. Posteriormente trajectória balística;
Precisão — erros menores que 8 km para alcances de 8.000 km;
Explosivos — bomba de hidrogénio normal com espoleta de proximidade;
Potência destruidora — total destruição numa zona de 1.000 km²;
Interceptibilidade — disparado, não poderá ser interceptado por arma conhecida;
Peso — inicialmente de 225 toneladas pensa-se em diminuir o seu peso;
Duração total de voo — cerca de meia hora.

A concluir diremos que os próximos anos trarão sem dúvida muitos outros exemplos espectaculares de projécteis dirigidos. Neste campo o aperfeiçoamento será grande devendo conduzir à produção em larga escala de projécteis intercontinentais de longo alcance.

Quanto ao tempo que esses aperfeiçoamentos levarão, tudo o que podemos dizer com um pouco de certeza, filiando-nos nas ideias de A. V. Cleaver, «é que demorarão muito mais e passarão por um processo muito mais gradual do que é geralmente sugerido pelos profetas

da guerra de apertar botões, mas talvez não tanto quanto a maioria dos cépticos conservadores podem acreditar; e, um dia, é possível que os foguetes substituam o bombardeio estratégico como factor dominante, pelo menos nas primeiras fases de uma guerra de vulto. A sua própria existência como factor dessa natureza, juntamente com a capacidade realmente horripilante das ogivas nucleares que transportariam, poderão constituir a nossa melhor esperança de que tal guerra jamais ocorrerá. O agressor potencial teria uma arma perfeita para um ataque instantâneo sem aviso; haveria, porém, um impedimento devido à certeza de uma represália imediata e igualmente devastadora».

Perante esta capacidade destruidora dos engenhos apresentados seria natural e lógico que o homem, esse factor importantíssimo tantas vezes esquecido, apresentasse fortes sintomas de uma espécie de psicose que o levasse a fugir do perigo convencido da sua inferioridade. Mas como esta psicose não é uma doença mas uma atitude, há que inculcar ao indivíduo combatente o sentimento da sua superioridade colectiva e individual em relação ao inimigo, estimulando-lhe o impulso de agressividade no qual se baseia a sua educação para a guerra. É deste factor que devemos valer-nos para refrear a angústia e o medo naqueles homens cuja instrução nos foi confiada.

E terminamos com as palavras do Major General Fuller que calarão bem fundo no espírito de todos nós:

«Durante muitos anos tenho insistido em que a instrução de táctica geral para a guerra exige dois cursos, um referente à guerra actual e o outro à futura. Tenho sugerido às vezes, porque estamos a viver numa idade militar transitória, que se a guerra eclodir amanhã, a menos que tenhamos meditado cuidadosamente sobre as possibilidades futuras, por mais completos que sejam os nossos conhecimentos do presente, não estamos perfeitamente preparados para lutar... O apego aos dogmas tem destruído mais exércitos e feito perder mais batalhas e vidas de que qualquer outra causa na guerra».

AS PRIMEIRAS PROVAS DO PATTON NA EUROPA

Resultados e conclusões de 1952 que a prática de cinco anos confirmou

pelo Capitão F. LEMOS DA SILVEIRA

Por determinação do Estado-Maior do Exército Francês — e com a finalidade de determinar, de uma forma muito objectiva, os novos problemas logísticos que a substituição dos C. C. Sherman por C. C. Patton introduziria nas Divisões Blindadas francesas — realizou-se no C. I. B., em Mailly (Aube, França), entre 17 e 20 de Março de 1952, uma série de provas (qual delas a mais interessante!) para avaliar experimentalmente as características, as possibilidades, as qualidades e os defeitos— tanto sob o ponto de vista técnico como sob o ponto de vista táctico — do nóvel carro Patton. As mesmas experiências e provas foram feitas, em condições estritamente análogas, com carros Sherman então em serviço — permitindo estabelecer assim uma comparação rigorosa entre os dois materiais.

Durante as provas foi exigida de todos os participantes uma rigorosa objectividade nas apreciações e um controle preciso das medidas efectuadas. Dessa forma, os resultados obtidos puderam ser considerados como exactos, e as conclusões tiradas permitiram definir com exactidão as servidões de ordem logística do carro Patton — e sua comparação com as do Sherman.

Ao tempo instrutor no N. A. T. O. Tank Training Center — C. I. internacional que utilizava as instalações do referido C. I. B. e onde se ministrava o «Allied Nations Joint Tank M 46 A 1 Course» com os cinco primeiros Pattons chegados à Europa — tive oportunidade de, graças à gentileza e significativa compreensão do Comandante do C. I. B., o então Ten.-Cor. Gaudet, assistir a essa interessante série de provas, tendo-me ainda sido facultados os relatórios e os anexos com os resultados oficiais obtidos.

As experiências constaram das cinco provas seguintes:

1) — Medida do consumo aos 10 km, em estrada, durante uma etapa de dia (marcha em comboio);
2) — Medida do consumo horário, em estrada e pistas, durante uma etapa de noite (luzes de campanha);
3) — Medida do consumo horário, em todo o terreno (incluindo uma zona de trincheiras e de obstáculos);
4) — Medida do consumo, e análise do comportamento, durante um dia de combate (1);
5) — Estudo comparativo das possibilidades — no que se refere a velocidade, «souplesse» e manejabilidade — dos carros Patton, Sherman e Chaffee.

Deixando de parte as quatro primeiras provas — não por o seu interesse ser em menor escala, mas por o seu desenrolar e resultados ocuparem um espaço incompatível com a da Revista (2) — vamos mencionar aquela que então mais nos impressionou, e cujos resultados e conclusões a experiência posterior de cinco anos veio confirmar em absoluto, plenamente: *a 5.ª Prova.* Sabia-se que o Patton vinha substituir com larga vantagem o material Sherman. Mas, principalmente, os

---

(1) Esta prova, muito bem idealizada, compreendia:

— marcha em estrada (75 km);
— marcha em todo o terreno, até uma zona de reunião;
— progressão até uma base de ataque;
— ataque contra 3 objectivos dispostos em profundidade;
— exploração, com acções laterais, num raio de 35 km.

(2) É evidente que os nossos elementos acerca dessas quatro primeiras provas estão à disposição de qualquer camarada, mais curioso e interessado por estas questões, que os queira consultar.

resultados da comparação com o M-24 — um carro ligeiro! — excederam as previsões e surpreenderam todos os espectadores.

Meios: C. C. médio Patton (M 46 A 1);
C. C. médio Sherman (M 4 A 1 E 8);
C. C. ligeiro Chaffee (M 24).

Testes: *a*) — Percurso em todo o terreno (1 km) (Velocidade);
b) — Percurso em forma de trevo, com passagens entre balizas e viragens ao centro (Manejabilidade) *(Gráfico n.º 1);*

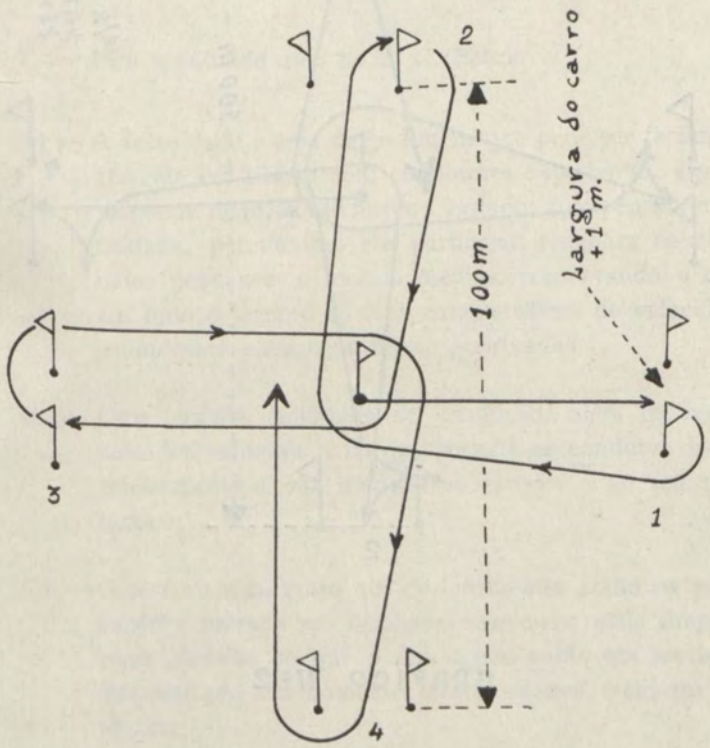


GRÁFICO Nº 1

c) — Percurso comportando meias voltas sobre si, com mudanças de direcção (Mudança rápida de posição de tiro) *(Gráfico n.º 2)*.

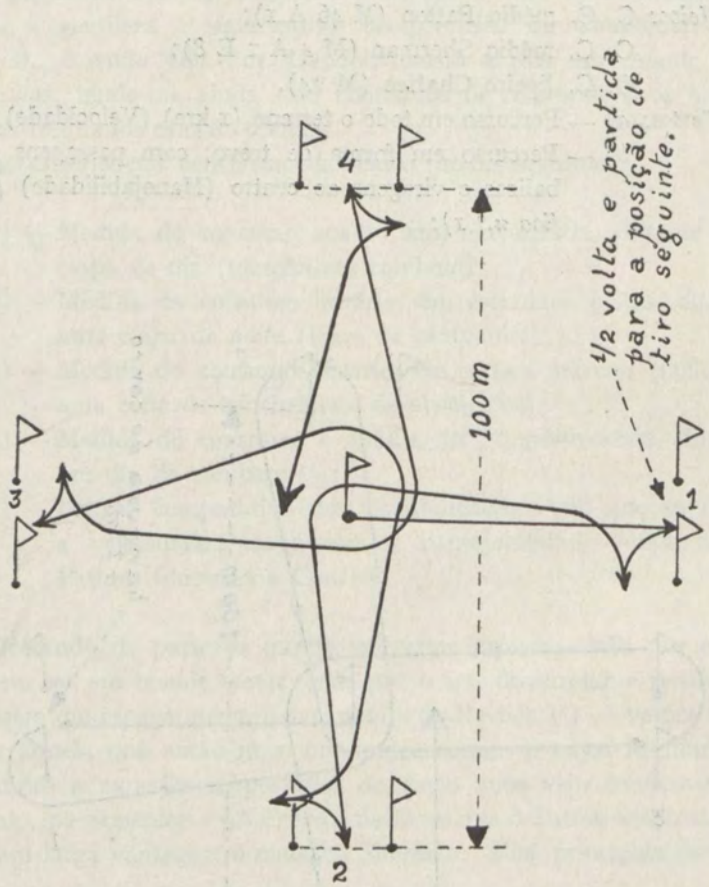


GRÁFICO Nº 2

Estado do terreno: Lamacento.

Pessoal: Nos carros Sherman e Chaffee, condutores confirmados; no carro Patton, condutores apenas com 5 horas de condução.

Resultados:

Testes	M 4 A 1 E 8	M 24	M 45 A 1
Percurso	10^m 00^s	3^m 36^s	3^m 14^s
Manejabilidade	4^m 20^s	1^m 44^s	1^m 59^s
Mudança de posição de tiro .	4^m 22^s	2^m 16^s	2^m 10^s

Conclusões:

— Ficou bem acentuado que, no C. C. Patton:

A) — A velocidade média de 30 km/h, que pode ser fàcilmente atingida em pistas, com condutores experientes, é sensìvelmente mantida em terreno variado; a suspensão, muito cuidada, permite-lhe, em particular «engolir» os obstáculos pequenos, e mesmo médios, conservando o carro em todo o terreno as suas características de velocidade, «souplesse» e manejabilidade acentuadas;

B) — Uma grande facilidade de condução, além de reduzir consideràvelmente a fadiga, permite ao condutor dedicar inteiramente a sua atenção ao terreno e ao seu papel táctico;

C) — O seu manejo, tanto nos deslocamentos como na preparação e entrada em combate, revelou-se mais simples e mais cómodo do que o dos carros então em serviço; a sua entrada em combate efectua-se nas melhores condições.

— O exame objectivo destas características admiráveis e a interpretação dos números, elucidativos, que figuram na lista dos resultados, permitiu sublinhar desde logo que *o carro médio*

Patton, apesar de um peso superior, é capaz de realizar, neste capítulo, «performances» iguais ou mesmo superiores às do carro ligeiro Chaffee — ultrapassando largamente as do carro médio Sherman.

Estas conclusões de então conservam para nós, portugueses, todo o seu valor e toda a sua actualidade. Porque, equipados com Pattons, mantemos ainda em utilização uma percentagem de Shermans — e continuamos a ter, como carro ligeiro, o velho Chaffee!

COMBATE NAS ÁREAS URBANIZADAS

pelo Capitão MINAS DA PIEDADE

Importância das povoações nas operações militares

Desde sempre que os povoados têm desempenhado um importante papel na guerra, não só pelo seu valor táctico, como estratégico, demográfico, económico e político.

Nos últimos tempos, com o desenvolvimento dos meios mecanizados, torna-se cada vez mais necessário o domínio das redes de comunicações e estando, normalmente, as povoações situadas ao longo das estradas e até mesmo em torno de cruzamentos e bifurcações importantes, fàcilmente se conclui como a sua posse se torna indispensável.

Por outro lado, devido às construções e ao emaranhado das suas ruas, elas constituem magníficos pontos de apoio naturais.

Como exemplo da influência que uma povoação táctica e estratègicamente bem colocada exerce nas operações, basta que nos lembremos que foi essencialmente devido à defesa de Cassino pelos pára-quedistas do General Heldrich, que os aliados se viram detidos tão demoradamente na frente da linha Gustavo e a conquista de Roma foi tão consideràvelmente retardada.

Acção das diferentes Armas neste tipo de combate

Artilharia. Actuará, tanto no ataque como na defesa, com toda a sua potência, sobre ou à frente das orlas da povoação, onde são fáceis de localizar as resistências inimigas e o seu tiro não tem grandes dificuldades de observação e regulação.

No interior das povoações a sua eficácia é bastante diminuída, não só pela precária ligação com a Infantaria, como pela dificuldade em se observar e regular o tiro.

Neste último caso, só poderemos tirar partido desta Arma empregando-a em tiro directo, o que impede o apoio imediato e obriga o descentralizar da Artilharia. Esta descentralização chega ao ponto de se atribuir como reforço, não só material ligeiro como até material pesado à Companhia ou mesmo ao Pelotão de Atiradores.

O último reduto da cidade de Aix-La-Chapelle só se rendeu após oito dias de cerco à cidade pelo VII CE Norte-Americano, depois de aberta brecha nos seus muros pelos canhões de 15,5 atirando, em tiro directo, a 200 m de distância.

A destruição dos edifícios exige, com efeito, calibres elevados e um enorme consumo de munições, mas apesar disso, a massa informe de destroços em que se convertem continuam a oferecer bons abrigos para a Infantaria.

Blindados. São extraordinàriamente úteis no ataque, quer na neutralização das orlas e defesas exteriores (quando o terreno o permite), quer na manobra de envolvimento e no corte de comunicações com a retaguarda que tanto desmoraliza o defensor.

No interior de povoações o seu emprego é bastante mais difícil, pois os campos de tiro são restritos; não têm espaço para manobrar; são difíceis de controlar, devido à descentralização que lhes é exigida; estão sempre sujeitos a acções de surpresa por parte das armas anti-carro a curta distância, ou de equipas de luta próxima anti-carro, e deparam frequentemente com obstáculos que não podem ultrapassar.

O seu emprego só será possível, em pequenas fracções, em íntima colaboração com atiradores, à retaguarda dos quais progredirão fornecendo-lhes o seu apoio de fogos.

O insucesso dos carros de Castejon, em Madrid, na Guerra de Espanha, e bem assim dos de Reichenau, em Varsóvia, na última guerra, foram apenas devidos ao seu emprego sem a colaboração de atiradores.

Engenharia. Presta serviços incálculáveis, quer na organização defensiva das povoações, quer durante o combate, em missões de Sapadores de Assalto, destruições, construção ou remoção de obstáculos, etc.

Neste tipo de combate não há, portanto, núcleo algum, quer defensivo, quer ofensivo, que não deva contar com elementos de Engenharia.

Aeronáutica. Se vê diminuídas, pelas povoações, as suas possibilidades de informação conserva, em compensação, grande parte da sua eficácia de bombardeamento, não só sobre zonas relativamente extensas, mas mesmo contra objectivos de pequenas dimensões, pois a precisão de bombardeamento permite-lhe atacar e destruir um determinado prédio, em determinada rua de uma cidade.

Durante o combate torna-se muitas vezes difícil definir a posição das forças amigas e inimigas e embora a cooperação ar-terra seja cada vez mais perfeita ela é, neste caso particular, bastante precária.

Infantaria. É, pois, sem dúvida, a Arma base do combate nas povoações pois aqui tudo é luta corpo a corpo e a sua adaptabilidade ao terreno é, mais que em qualquer outra situação, factor de importância capital.

Neste combate é preciso penetrar nos edifícios, subir a andares e ocupá-los o que só é possível ao homem a pé.

Todas as outras Armas, pelas suas características, estão impossibilitadas de por si só realizarem missões desta natureza, razão pela qual apenas cooperam e trabalham em proveito da Infantaria.

Organização da defesa de uma povoação

O valor que uma povoação apresenta para o defensor e a forma como deve ser organizada a sua defesa depende de três factores:

— a situação topográfica;
— as dimensões e a forma;
— as características dos seus edifícios e das ruas.

Portanto, para que uma povoação seja susceptível de dar um forte apoio à defesa deverá: dispor de boas vistas e bons campos de tiro; estar localizada de forma a que o adversário seja obrigado a atacá-la; ser de dimensões razoáveis e apropriadas aos efectivos disponíveis; ter uma forma que facilite a defesa em todas as direcções; ser constituída por edifícios sólidos, construídos em materiais não inflamáveis e, se possível, com ruas que não permitam um largo emprego de blindados.

Mesmo satisfazendo a todas estas condições outros problemas deve o defensor ter presente:

— a grande disseminação das forças, e o isolamento a que deste modo ficam sujeitas, tornam o seu moral muito sensível a qualquer acção de envolvimento;
— a grande dificuldade na ligação e apoio mútuo, em virtude de estarem separados pelos edifícios;
— a dificuldade da acção do comando.

Assim, a defesa deverá ser descentralizada e organizar-se, embora sobre uma ideia de conjunto, em compartimentos estanques, de forma a permitir que qualquer núcleo de forças, por menor que seja, possa continuar a resistir mesmo completamente isolado; deverá ainda poder ser apoiado por outros núcleos de forças que do exterior possam impedir o envolvimento.

Conduta da defesa em povoações

A defesa de uma povoação compreende:

— a defesa da orla;
— a defesa interior;
— a ocupação e defesa de uma posição de apoio à retaguarda.

Na *defesa da orla* temos a considerar a da orla frontal e a das orlas laterais.

A da orla frontal pode fazer-se:

— ou no terreno à frente da povoação;
— ou na própria orla (entendendo-se por orla a faixa mais ou menos profunda em que as primeiras construções da localidade estabelecem a transição entre a parte urbana e o campo).

No primeiro caso, os núcleos de forças devem ser bem dissimulados e protegidos contra carros por obstáculos naturais ou artificiais, minas, etc., e estarem ligados com a povoação por comunicações enterradas, que desemboquem em túneis abertos nas paredes e muros da orla.

Tem a vantagem de tornar difícil a regulação do tiro da Artilharia adversa mas, por outro lado, não permite que as tropas utilizem a protecção que as casas lhes podem fornecer.

No segundo caso torna-se mais fácil a regulação do tiro da Artilharia inimiga, porque as casas isoladas que aqui aparecem lhe fornecem vários pontos de referência. Em contrapartida, as tropas aproveitam o abrigo que os edifícios lhes proporcionam o que facilita a colocação das armas anticarro em locais dissimulados.

Daqui podemos concluir que a defesa da orla frontal se deverá fazer na própria orla, sempre que o inimigo mais provável seja o carro; no terreno à frente da povoação, quando não seja de considerar a acção de carros, ou quando exista um obstáculo natural anticarro cobrindo a povoação.

Por vezes, há necessidade em fazer uma combinação dos dois processos. A defesa das orlas laterais é essencialmente feita por fogos de flanqueamento de armas pesadas, destinados a evitar o envolvimento, reforçadas pelas armas ligeiras que guarnecem a orla.

Finalmente, a defesa da orla recuada é facilitada pela existência da posição de apoio colocada à retaguarda da povoação, a qual conta, normalmente, apenas com armas ligeiras.

Em resumo, a defesa da orla da povoação deve: em primeiro lugar, impedir que os carros penetrem na povoação para o que, em todas as entradas e aberturas, se deverão colocar obstáculos anticarro, minas, etc., flanqueados pelo tiro de armas anticarro; em segundo lugar, assegurar a defesa contra a Infantaria, a qual deverá ser constituída por uma barragem de fogos combinada, sempre que possível, com obstáculos contra pessoal (redes de arame, minas contra pessoal, etc.), pois que a Infantaria, uma vez detidos os carros, terá de atacar, para lhes abrir caminho.

Por último, o dispositivo da Infantaria na defesa das orlas deve simultâneamente facilitar a acção do comando e fazer diminuir a vulnerabilidade aos fogos da Artilharia.

Para isso a defesa de cada orla deverá ser entregue a uma subunidade completa que se articulará em núcleos, sempre que possível, nunca inferiores a pelotão, os quais, por sua vez, se articularão em pequenos grupos instalados em edifícios sólidos e bem organizados e dispostos de forma a que cada núcleo possa resistir mesmo cercado.

Esta defesa fixa da orla deve ser completada por uma defesa móvel, destinada a realizar contra-ataques imediatos de forma a repelir o inimigo que nela tenha conseguido penetrar.

A *defesa no interior da povoação* tem por finalidade impedir ou pelo menos demorar o avanço do inimigo caso ele chegue a atravessar a orla disputando o terreno, casa por casa, se necessário for.

A sua organização compreende um reduto central que será o último reduto da defesa (colocado de modo a dominar o centro da povoação ou a principal via de comunicação e onde normalmente o comandante

tem o seu P.C.) e vários redutos secundários instalados em edifícios sólidos, bem organizados e guarnecidos, que deverão flanquear-se mùtuamente e podendo, em povoações de dimensões suficientes, articular-se em linhas de defesa sucessivas que dominem todas as ruas que conduzam da periferia para o centro da povoação.

Na organização da defesa interior da povoação não deverão ser esquecidas as medidas de defesa civil, imprescindíveis quando a população não foi evacuada, entre as quais avulta a defesa contra incêndios.

A *posição de apoio à retaguarda* será composta por um ou vários núcleos cuja missão compreenderá:

— executar ou pelo menos cooperar nos tiros de flanqueamento das orlas laterais;
— impedir que, uma vez conquistada a povoação, o inimigo desemboque dela;
— servir de base de partida, e dar apoio de fogos, às acções da reserva, quer nos contra-ataques para reconquista da povoação, quer nas acções contra os flancos do inimigo que pretenda fazer um envolvimento;
— eventualmente, fazer frente à retaguarda para, em conjunto com a defesa da orla posterior, fazer face a um torneamento.

Esta posição de apoio deverá situar-se, normalmente, a uns duzentos ou quatrocentos metros da orla posterior.

Ataque a uma povoação

Como acabamos de ver, uma povoação organizada constitui um forte centro de resistência capaz de fazer parar qualquer ataque frontal ou pelo menos de lhe infligir pesadas baixas, razão pela qual se deve, sempre que possível, recorrer a um ataque envolvente.

Haverá que considerar, assim, uma acção frontal fixando o defensor — que pode mesmo ir até à conquista da orla anterior e à limpeza interior da povoação, casa por casa — e uma acção envolvente que, cortando as comunicações com a retaguarda, ou dando o domínio das orlas laterais, poderá garantir o apoio às acções frontais no interior.

O ataque envolvente pode fazer-se: a grande distância da povoação, visando o corte das comunicações e o seu efeito só se fará sentir

quando concluído; a curta distância da orla, começando desde logo a provocar efeitos morais e materiais sobre o defensor; ou, ainda, sobre as próprias orlas da povoação.

Todos estes processos têm as suas vantagens e inconvenientes e a escolha de um ou outro é função da situação.

O ataque frontal compreende em geral duas fases:

— a conquista da orla frontal;
— a limpeza da povoação pela aniquilação dos núcleos que constituem os redutos interiores.

Na primeira fase, é normalmente aconselhável o uso de pouca Infantaria, tendo aqui papel preponderante o fogo da Artilharia, a Aeronáutica, as bases de fogos e, muito especialmente, os carros.

Este primeiro escalão de ataque deverá ser seguido por um forte escalão de apoio com o fim de penetrar na povoação e ocupar os pontos conquistados pelo primeiro escalão, garantindo-os assim dos contra-ataques que o defensor terá preparado e, certamente, não deixará de desencadear.

Uma vez tomadas todas as saídas da povoação, quer por estas forças quer pelas de acção envolvente, e obtidas informações sobre o inimigo, escolhem-se os principais objectivos a atacar, edifícios ou quarteirões que dêem o domínio interior da povoação e isolem as sucessivas zonas a limpar.

Lançam-se em seguida no combate novas forças que penetrando na povoação ocuparão estes pontos e com os seus fogos cruzados farão o envolvimento das diferentes zonas. Feita esta compartimentação pelo fogo, na qual pode colaborar a Artilharia do exterior, serão então lançadas outras forças que começarão a limpar a zona isolada, bairro por bairro, rua por rua, casa por casa se necessário for. Limpa esta primeira zona o mesmo critério será adoptado para as restantes.

Todas estas acções no interior da povoação assumem um aspecto especial e característico que normalmente se designa por *combate de ruas* e que é a mais difícil e sangrenta forma do combate próximo.

Não iremos alongar-nos agora sobre este assunto, aliás bastante interessante, limitando-nos apenas a focar um ou outro ponto.

Entre estes é curioso salientar o facto dos edifícios, esgotos, etc., permitirem que se passe por cima ou por baixo das posições adversas, introduzindo assim no combate uma terceira dimensão.

Alguns aspectos gerais da defesa

Dado o imenso número de linhas de infiltração que as ruas fornecem, fàcilmente se conclui que pretender barrá-las todas em força é, normalmente, ser fraco em toda a parte. Por isso mesmo, é fundamental, respeitar o princípio da economia de forças de tal modo que, não deixando nenhuma dessas linhas sem defesa ou, pelo menos, sem vigilância, se possa dispor de uma reserva forte que acorra ao sector onde se vier a desencadear o ataque, quer para reforçar a defesa, quer para contra-atacar.

A *defesa de uma rua* obtém-se:

— barrando-a com um obstáculo contra pessoal e contra veículos, incluindo carros;
— e batendo-a com os fogos das diferentes armas.

Para *defesa de um edifício* é essencial que ele tenha condições:

— pela sua solidez;
— pelos bons campos de tiro que ofereça.

No que diz respeito à primeira, ela depende da sua construção, ainda que se possa reforçá-la utilizando tudo de que possamos dispor, desde sacos de terra ao mobiliário.

Cabe também aqui dizer que não se deve esquecer o cuidado de barricar sòlidamente todas as portas, janelas e demais aberturas que não sejam necessárias à defesa.

Quanto à segunda, devemos ter em consideração o melhor aproveitamento das posições de tiro que se nos oferecerem, de modo a bater todas as linhas de infiltração possíveis. Assim se colocam de preferência nos andares baixos, ou mesmo caves, as armas automáticas e anticarro para melhor aproveitamento da rasância das suas trajectórias.

O comandamento que oferecem os andares superiores e os telhados não pode de forma alguma ser desprezado devendo ser ocupados, especialmente, por granadeiros e atiradores.

Deste modo, os edifícios apresentam vários andares de fogo desde a cave até ao telhado.

Alguns aspectos gerais do ataque

O *ataque nas ruas* é a combinação de uma neutralização, o mais completa possível, com uma infiltração executada por todos os caminhos que se possam utilizar. Para se montar o ataque é necessário, em primeiro lugar, localizar com uma certa precisão, as resistências inimigas e, localizadas estas, escolher as linhas de infiltração que maior protecção ofereçam e permitam um efeito de surpresa.

Comecemos por ver como montar o ataque a um bairro encarando em seguida os casos da rua e do edifício.

O ataque a um bairro pode fazer-se actuando com:

— duas colunas paralelas;
— duas colunas convergentes;
— três colunas.

O primeiro processo, sendo aquele que oferece maior número de vantagens, é o mais usual.

As duas colunas convergentes empregar-se-ão:

— quando objectivos extensos e importantes devam ser cercados e atacados de surpresa;
— quando o inimigo não tenha tido tempo para se organizar fortemente;
— quando unidades de reforço chegarem depois do início do ataque.

O último método raramente se empregará pois obriga a uma grande dispersão de forças e exige uma progressão muito lenta e cuidadosa que é de difícil coordenação.

Para a *limpeza de uma rua* as bases dos fogos vão-se deslocando para a frente sempre que o seu apoio se torne precário e fá-lo por escalões.

Os carros durante a progressão deverão bater as posições adversas mais próximas e fracas enquanto os canhões de assalto baterão as mais afastadas e fortemente protegidas.

Nos cruzamentos, os carros que protegem os flancos e retaguarda do escalão de assalto barrarão as transversais até à chegada das reservas.

O *ataque a um edifício* deve ser minuciosamente preparado e enérgica e ràpidamente conduzido, sem o que, as perdas do assaltante serão muito elevadas. Não deve esquecer-se que o defensor actua por linhas interiores, podendo fàcilmente acorrer a qualquer ponto do edifício, ao passo que o atacante não terá possibilidade de mudar de rua, uma vez iniciada a acção, o que é mais uma razão para procurar colher um efeito de surpresa.

São para este efeito muito úteis os fumos, quer para ocultar o avanço quer para desviar a atenção do inimigo para um ponto diferente.

Podendo penetrar-se no edifício por diferentes maneiras, três modalidades se nos apresentam:

— o ataque pelo rés-do-chão;
— o ataque pelo telhado;
— e o ataque pelo «buraco do rato».

O ataque pelo rés-do-chão que tanto pode ser efectuado pela frente como pela retaguarda, compreende várias fases. Dado o sinal de ataque e depois das armas de apoio terem aberto, por surpresa, o mais violento fogo que for possível, dois homens devidamente designados arrombarão a porta ou janela escolhida para a entrada. É essencial que não haja aglomerações no momento da entrada pois a experiência ensina que 75% das baixas se dão neste momento.

É de admitir que as portas e janelas estejam de tal forma barricadas ou minadas que seja preferível abrir uma brecha nas próprias paredes, à custa de explosivos, ou granadas da artilharia de apoio directo, ou dos carros.

Conseguida a passagem por qualquer dos processos, dois homens utilizando de preferência pistolas-metralhadoras penetrarão no edifício e garantirão a posse da entrada. Conseguida esta, penetrará o resto do grupo de assalto e proceder-se-á à limpeza do rés-do-chão assegurando que dos outros andares não possam partir contra-ataques.

A limpeza dos diferentes compartimentos faz-se normalmente precedendo a entrada do pessoal (que em geral trabalha em parelhas) por uma granada de mão.

Limpo este andar, passa-se à limpeza dos outros. É muito útil como preparação o fogo feito através do tecto para os locais que se presuma estarem ocupados.

É absolutamente indispensável durante a limpeza dos compartimentos que todo o atacante tenha o máximo cuidado com as armadi-

lhas explosivas, na pesquisa das quais devem ser utilizados os prisioneiros feitos no interior do edifício.

O ataque pelo telhado deve ser preferido sempre que possível pois o comandamento dá ao atacante um maior moral.

Da mesma forma devem os atacantes fazer fogo através do piso e lançar granadas de mão pelas chaminés, clara-boias, etc.

A limpeza dos compartimentos faz-se da mesma forma que no ataque pelo rés-do-chão. Neste caso o atacante deve ter o cuidado de marchar tanto quanto possível, junto às paredes para evitar os fogos feitos pelo ocupante através dos tectos.

O ataque pelo *buraco do rato* é de utilizar quando a defesa é muito enérgica e bem organizada. Para isso, ocupa-se um edifício contíguo e, por meio de explosivos ou de ferramenta, abre-se um buraco na parede que separa os dois edifícios, lançando através destes buracos uma ou mais granadas de mão, penetrando em seguida através da brecha e procedendo à limpeza como nos casos anteriores.

Há que ter cuidado durante a abertura do buraco pois o inimigo poderá ser suficientemente rápido para lançar as granadas através dele antes que o atacante o faça.

*

Ao abordar este trabalho, propositadamente não considerámos o aspecto de bombardeamento atómico, nem tão pouco a destruição de uma povoação por grandes concentrações de artilharia ou bombardeamento aéreo embora qualquer destas não seja para desprezar.

O que nos atraiu no combate de povoações, tal como o encarámos, foi o moral que é preciso exigir a uma tropa e o seu grau de preparação, não só para bem cumprir a missão como até para subsistir, pois nesta luta, o homem, base essencial da formação dos Exércitos, tem aqui papel preponderante.

GUERRILHAS

SUA PREPARAÇÃO

pelo Capitão FERRAND D'ALMEIDA

Desde a última guerra mundial, e em todas as lutas que a ela se têm seguido, em regiões das mais diversas características geográficas, e entre povos de todas as raças e civilizações, a luta de guerrilhas parece tomar, cada vez mais incremento e importância, na decisão dos conflitos.

A guerra futura — com um carácter que promete ser profundamente ideológico; com uma extensão que se admite abranger a quase totalidade das terras do Globo, mesmo as inabitáveis; com a dispersão das forças, imposta pela provável utilização das armas atómicas — trará por certo um emprego ainda mais vasto da actividade guerrilheira.

Para países de fraco poderio militar como o nosso, que em tal contingência só poderiam optar entre a beligerância e o suicídio, este aspecto da guerra, merece uma atenção especial.

Por curiosa incoerência, a «guerrilha», cuja importância e vastidão de emprego tem acompanhado os progressos da técnica, é talvez o processo de guerra que, em virtude das suas características, menos tem sido prejudicado pelo desenvolvimento da mesma técnica.

Seria, portanto, utilíssimo conhecer a fundo toda a história da «guerrilha, desde Viriato aos nossos dias, mas tal estudo seria longo e difícil. Longo, porque era necessário estudar, pelo menos, as variadíssimas lutas que se têm travado nos últimos tempos nos diferentes teatros de guerra, e difícil porque a história dessas lutas, se encontra em muitos casos, velada ainda pelos interesses da política, e noutros, quantas vezes das

acções brilhantes, ficaram como únicos testemunhos, as ruínas, os destroços, as cinzas e o sangue que a terra absorveu.

A «guerrilha» nasce, instintivamente, de uma reacção psíquica colectiva que impele os homens a lutar por um ideal, mesmo nas mais difíceis circunstâncias.

Torna-se, porém, necessário captar e canalizar essa energia, para que ela conduza ao êxito ou simplificação da pugna em que um povo está empenhado, e não a desastres, como o massacre praticado na Régua por Loison.

Um autor francês, que se assina Coronel «Nemo», diz num artigo publicado na *Revue Militaire Générale* de Abril de 1957:

> «A Guerrilha reclama uma doação total; estipula a mobilização de todos os pensamentos e de todas as faculdades do homem. Quer uma devoção absoluta e exclusiva: o guerrilheiro que não se dá senão metade, está já mais que meio vencido. Ela faz apelo às qualidades individuais de iniciativa, de inteligência, mas, sobretudo, de vontade, de tenacidade, de carácter; porque aquele que combaterá muitas vezes quase só, não terá para o apoiar nos momentos difíceis, o quadro de uma unidade regular, a protecção das leis, a segurança de uma farda.
>
> Como a guerra, a guerrilha requer disciplina e apoia-se sobre ela. Mas exige, sobretudo, o que constitui a sua força principal, a paixão do indivíduo».

A organização e preparação das guerrilhas não poderá ignorar tais realidades.

Em face das experiências de guerras passadas, especialmente da 2.ª conflagração mundial, todos os autores que se têm pronunciado sobre esta matéria, são unânimes em concordar que a guerra de guerrilhas deve ser preparada e treinada desde o tempo de paz. As guerras secundárias da Coreia e da Indochina, mostraram que tal ideia já foi posta em prática e demonstraram com argumentos bem fortes a sua eficiência.

Noticiaram recentemente os jornais, a realização de exercícios de «brigadas de contra-guerrilha» em Berlim Leste, nos quais tomaram parte carros de combate ligeiros. Ninguém ignora, também, que a luta violenta que de há tempos para cá se tem travado na Argélia é, em

boa parte, inspirada e alimentada pelo Comunismo Internacional. Parece-nos assim poder-se concluir que as melhores escolas de preparação guerrilheira, devem actualmente existir nos países de bloco soviético, ou noutros que lhe são afectos.

Posta de parte a possibilidade de recolhermos directamente os ensinamentos que tais escolas nos pudessem fornecer, em resultado de uma larga experiência e estudo, resta-nos a hipótese de procurar e analisar os elementos que indirectamente nos podem ser fornecidos, e meditar sobre o caso especial do nosso país, pois que neste assunto, cada país é um caso especial. Interessa-nos adoptar um sistema de preparação guerrilheira, que possa ser imediatamente posto em prática, com vistas a uma luta de vida ou de morte, que, em consequência da instável situação internacional, pode desencadear-se a qualquer momento.

No magnífico livro «A Guerrilha na Guerra Moderna», do major Hermes de Oliveira, aparece delineado em traços largos, o plano a que deverá obedecer, num país pequeno, a organização de um tal sistema de guerra.

Ousamos no entanto pensar, que a solução apresentada pelo autor, talvez a ideal num futuro que desconhecemos e que se resume numa organização total e minuciosa de todo o povo e de todo o território, abrangendo uma preparação moral e física, carece no momento presente, de uma fase intermediária, que embora sem as mesmas possibilidades de eficiência, seja, no entanto, mais realista e segura.

A este respeito, diz o já citado autor francês: «O homem não reage verdadeiramente senão quando está pessoal e directamente em causa. O problema não consiste em supor adquiridas condições que são contrárias à natureza das coisas, mas a preparar o momento em que cada homem, tocado no vivo das suas crenças e dos seus interesses, desejará agir por si próprio para defender o seu ideal ou o seu bem. Procurará então instintivamente uma organização pronta a acolhê-lo e a utilizar as suas forças e os seus meios. Procurará os chefes que sejam ao mesmo tempo guias e saibam falar-lhe numa linguagem que corresponda aos seus próprios sentimentos. É neste momento que soa a hora de entrada em acção de um enquadramento valioso, formado por homens convictos — ou suficientemente oportunistas ou ambiciosos para se darem a aparência de convicção».

Na realidade, pensamos seguramente que a grande percentagem do nosso povo não possui, ainda, um grau de cultura suficiente, nem uma educação cívica e moral que lhe permitam encarar com a seriedade necessária uma preparação prática e real para a futura guerra de guer-

rilhas. Pelo menos, no que respeita à realização de exercícios e à constituição de depósitos, como preconizam alguns autores, vemos as seguintes dificuldades e perigos:

1.º — por falta de conhecimentos suficientes acerca da situação internacional, seria difícil incutir no espírito da população rural, principalmente, a ideia de se preparar para a guerrilha;

2.º — o facto de Portugal não sofrer, desde há muitos anos, os horrores de uma ocupação estrangeira, não existindo portanto, o instintivo ódio ao inimigo, seria pouco provável que todo o povo se empenhasse logo de início numa luta que comporta os sacrifícios mais extremos;

3.º — por falta de compreensão do rigoroso segredo em que seria necessário manter tudo o que respeitasse à organização e preparação das futuras guerrilhas, constituídas desde o tempo de paz, principalmente nas regiões mais densamente povoadas e de acessos mais fáceis, seria pouco difícil ao agressor ou ocupante, neutralizar os focos guerrilheiros, apoderando-se dos depósitos e defendendo-se dos ataques previstos. Servir-se-ia para o efeito da ameaça de represálias, do suborno, de simples inconfidências, ou até da traição;

4.º — a instrução das guerrilhas, mesmo feita na própria região dos futuros guerrilheiros, sob a orientação de técnicos especializados, implicaria despesas tais, que viria a ser afectada não só a economia particular dos instruendos, mas possìvelmente até, a própria economia nacional, se a instrução fosse intensiva;

5.º — um sistema de instrução obrigatório e a constituição de depósitos de armas e munições, poderiam constituir um sério perigo político. Seria tentar guardar num mesmo compartimento, para utilização futura, a pólvora e o fogo.

No entanto, para produzir trabalho útil, não basta apresentar as dificuldades de aplicação de um sistema, que em circunstâncias ideais, poderia ser quase perfeito. Tentaremos apresentar sugestões que se nos afiguram viáveis para começarem a ser postas em prática muito em

breve, tendo em vista as qualidades, defeitos, e condições actuais do nosso povo.

O primeiro passo a dar seria a instrução das Forças Armadas partindo do princípio de que todo o instruendo poderá vir a ser um guerrilheiro. Tanto aos presumidos chefes como aos soldados, seriam ministrados conhecimentos técnicos e tácticos que lhes permitissem realizar com eficácia, determinados tipos de missões, tanto de combate como de sabotagem.

Os oficiais e sargentos milicianos teriam, portanto, além da instrução normal, uma instrução especial de preparação guerrilheira, ministrada por técnicos especializados do quadro permanente. De entre aqueles, poderiam indicar-se por forma absolutamente hipotécnica aqueles que parecessem revelar qualidades para futuros chefes guerrilheiros, sendo tal indicação fornecida à respectiva Repartição do E. M. Sem dúvida que para tal efeito, só se poderia contar, quando muito, com aqueles que voluntàriamente se dispusessem a assumir tal responsabilidade, quer fossem idealistas, quer fossem oportunistas.

Os elementos assim escolhidos, seriam progressivamente enquadrados e instruídos na medida do possível, dentro de uma infra-estrutura guerrilheira. Segundo o major Hermes de Oliveira, essa infra-estrutura constaria de uma divisão do território em regiões, zonas, sectores e sub-sectores, correspondendo as regiões aproximadamente, aos teatros de operações ou regiões militares, e as zonas à sub-divisão das regiões segundo a compartimentação natural do terreno, ao traçado das comunicações e aos grandes agrupamentos de objectivos. Administrativamente, uma zona, corresponderia aproximadamente a um distrito. As zonas, dividir-se-iam em sectores e sub-sectores, de acordo com a compartimentação do terreno, localização de objectivos e efectivos disponíveis ou possíveis.

Em nossa opinião, os Comandos Regionais das guerrilhas, poderiam funcionar em tempo de paz, nos quartéis generais das regiões militares. Os comandos das zonas, desempenhados por militares e podendo ter eventualmente alguns elementos civis, funcionariam nas sedes dos comandos militares ou noutras unidades militares da zona. Os comandantes de sectores ou sub-sectores, os verdadeiros chefes de grupos guerrilheiros, poderiam ser não só militares do Exército ou da G. N. R. como provàvelmente em maior número, antigos oficiais e sargentos milicianos que reunissem as condições já indicadas, ou outros civis, de preferência preparados para o efeito. Observaremos mais adiante com maior detalhe a forma de preparar e escolher estes chefes.

Consideraremos para efeitos de estudo, três tipos distintos de guerrilhas, conforme a sua proveniência e características:

1.º — as que se formam com elementos dispersos das forças regulares que depois de batidas e desorganizadas se acolhem a regiões de difícil acesso para o inimigo;
2.º — as que se formam nos meios rurais, chefiados preferentemente por indivíduos que possuam qualquer forma de prestígio ou simpatia, entre a população local;
3.º — as que se formam nos meios urbanos.

As guerrilhas do primeiro tipo, apresentam as seguintes características:

— Relativamente fácil manutenção do enquadramento e disciplina;
— Difícil adaptação às novas condições de luta, quando não exista uma prévia preparação para a guerrilha.

Na realidade, verificou-se na Coreia, depois do desembarque americano em Inchon, que numerosas forças comunistas cercadas se transformaram ràpidamente em perigosas e eficientes guerrilhas.

Não é de crer que todos esses soldados conhecessem ou tivessem sido de ante-mão instruídos sobre o terreno em que depois actuaram como guerrilheiros. Acreditamos, sim, que todos esses homens soubessem qual deveria ser o seu procedimento na emergência de se verem cercados em qualquer região, e conhecessem perfeitamente o método de juntar ao seu bando elementos conhecedores da mesma, quando entre eles os não houvesse.

Às forças que, pelo desenrolar da luta, se encontram nestas circunstâncias, levantam-se imediatamente graves problemas de ordem moral e material, que aos graduados compete resolver com rapidez, energia, e muita iniciativa.

De facto, o primeiro problema a resolver é o do desânimo que naturalmente invade os homens, depois de uma derrota em que eles não

podem deixar de acreditar. Seguem-se os problemas físicos da alimentação e do remuniciamento, que eles não estavam habituados a resolver por si ou dentro de uma pequena unidade. Mas vencidos esses, se o forem, surge a dificuldade originada pela falta de ordens. O grupo isolado, ignora qual a atitude mais aconselhável perante o inimigo, o que é agravado por uma sensação de impotência já comprovada.

Estando organizada a infra-estrutura guerrilheira, compete a todo o combatente procurá-la, pelo menos enquanto lhe não for possível entrar em contacto com outras forças militares que o inimigo não tenha conseguido destroçar. O combatente isolado procurará viver dos recursos locais, enquanto outros lhe não forem fornecidos, evitando a todo o custo molestar a população civil. Esta é de facto o melhor apoio de guerrilheiro e urge não a hostilizar; antes pelo contrário, é necessário captar-lhe a simpatia e a confiança.

Se as circunstâncias o exigirem, esse combatente deve confundir-se com a população civil pedindo a esta que lhe forneça roupas, caso as não possa obter em depósitos preparados, e se possível, passar a trabalhar na sua profissão civil, ou naquela que mais se adapte à situação, escondendo as armas e a farda para utilizar no momento oportuno.

Compete a todo o combatente isolado, seja qual for o seu posto, acatar todas as ordens ou directivas que receba do comando local de guerrilhas com que tenha conseguido entrar em contacto.

Nos grupos guerrilheiros assim formados, poderão admitir-se os elementos civis que pelo seu conhecimento da região, facilidade de observação do inimigo ou quaisquer outras formas de apoio possam contribuir para o êxito das missões em que o grupo se empenhe.

Por outro lado, compete aos chefes de grupo, informar o comando da zona em que se encontre, acerca dos elementos do seu grupo e respectivas especialidades, para que estes possam ser utilizados na instrução e enquadramento de grupos em formação, ou destinados a missões especiais.

A constituição de guerrilhas nos meios rurais apoiar-se-ia na preparação dos chefes de sector ou sub-sector, de acordo com os elementos obtidos das unidades em que eles tenham sido preparados, e de acordo também, como é evidente, com a localidade em que esses possíveis chefes passassem a habitar normalmente.

Os comandos das «zonas», manteriam um frequente contacto com estes «chefes», enviando-lhes instruções sobre os procedimentos tácticos das guerrilhas adaptáveis à região, ensinamentos técnicos sobre a utilização e emprego das armas, explosivos, etc. De tempos a tempos, seria

pedido aos instruendos o planeamento teórico de determinadas acções na área do sector, o qual seria estudado e corrigido.

Os futuros comandantes de sector e sub-sector receberiam também instruções sobre a forma de estabelecer ligação e dirigir a acção dos grupos das forças armadas isolados a que já fizemos referência, orientando-os sobre a forma de procurarem na região, meios de subsistência e protecção.

Simultâneamente, os comandos das «zonas» procurariam também, manter contacto com todos os indivíduos que na área possam, de qualquer forma, colaborar com a organização guerrilheira, quer chefiando grupos, quer abastecendo-os, tratando-os ou abrigando-os, quer ainda fornecendo informações.

Estes comandos necessitam de estar perfeitamente informados acerca do ambiente político e social da sua zona. Necessitam saber quem são os indivíduos que podem impor-se pelo seu prestígio pessoal e os que têm a simpatia ou antipatia do povo. Convém-lhes conhecer não só as rivalidades que por vezes existem entre povoações próximas, como também aquelas que nas áreas rurais são frequentes entre os indivíduos. Os postos rurais da G. N. R. podem fornecer a este respeito informações preciosas. Jogando com todos os factores e informações recolhidas e estudadas durante o tempo de paz, o comando da «Região» por proposta dos comandos de «Zona», nomeará definitivamente no momento oportuno, os chefes de grupo e outros indivíduos que irão colaborar na organização guerrilheira. Nesse momento ser-lhe-á atribuída a autoridade necessária, acompanhada de instruções precisas sobre a forma de proceder.

A necessidade de estabelecer depósitos de armas, munições, medicamentos e víveres, indica que esses depósitos com os artigos armazenáveis, sejam estabelecidos nas unidades do Exército e da G. N. R., dispersando-se por alguns dos esconderijos previstos, no momento em que a guerrilha se organizar.

Para captar o interesse das populações rurais, e simultâneamente manter, pelo menos em certa medida, o seu treino de combate, estabelecer o conhecimento mútuo e criar o espírito de equipe, poderão realizar-se periòdicamente e em domingos, nas áreas dos postos da G. N. R., provas individuais e colectivas de tiro reduzido, lançamento de granadas, transposição de obstáculos, etc. Estas provas deveriam ser públicas e remuneradas com prémios tentadores. Os futuros comandantes de sector, sempre que possível, deveriam comparecer nestas provas a fim de se tornarem conhecidos dos seus possíveis subordinados.

As características destas guerrilhas são as seguintes:

— facilidade de adaptação à luta de pequenos grupos em terrenos difíceis e aptos a suportar por longo tempo a dureza desse tipo de luta;
— facilidade em criar um elevado espírito de cooperação entre os elementos de cada grupo, e solidariedade com estes, dos elementos não combatentes;
— dificuldade de instrução e coordenação da acção de vários grupos;
— dificuldade na obtenção de chefes competentes e prestigiosos;
— dificuldade em manter o enquadramento e a disciplina.

Estudemos, por último, a organização das guerrilhas nas zonas urbanizadas. Estas possuem as seguintes características:

— serem constituídas por indivíduos de cultura normalmente superior à dos guerrilheiros das áreas rurais;
— serem de mais fácil organização e instrução;
— serem muito aptas para a prática de actos de sabotagem e de atentados;
— poderem realizar acções de combate de importância táctica e em certos casos estratégica, mas sempre de relativamente curta duração;
— falta de aptidão para o combate em campo aberto;
— relativamente às zonas rurais, maior facilidade de infiltração de elementos de contra-guerrilha inimigos;
— maior facilidade de o inimigo exercer represálias sobre a população ou sobre reféns.

As características indicadas, baseiam-se nos factos que presentemente ocorrem nas cidades de Chipre e da Argélia, na recente revolta de Budapeste e nos acontecimentos da última guerra, como a revolta de Varsóvia e a resistência de Berlim perante os russos.

A organização destas guerrilhas, poderá apoiar-se nas Unidades do Exército e da G. N. R. que porventura existam na localidade, e aproveitar as organizações já existentes da Mocidade e da Legião Portuguesa. A instrução destas guerrilhas torna-se relativamente mais fácil

do que nas zonas rurais, como mais fácil é também a escolha definitiva dos chefes de grupo que tenham demonstrado mais aptidão e entusiasmo.

A realização de competições desportivas destinadas a desenvolver as qualidades do futuro guerrilheiro, serão também muito úteis. Periòdicamente, reunir-se-iam sob a direcção do comando da zona, para estudo de temas de coordenação e acções de conjunto.

Em conclusão:

A organização das guerrilhas, basear-se-á numa *improvização preparada* que utilizará uma infra-estrutura minuciosamente estudada e o conhecimento, tão generalizado quanto possível, de que cada indivíduo poderá encontrar quando for necessário, a organização, os meios e a ocasião de aplicar os conhecimentos adquiridos, numa luta que satisfaça os seus anseios de liberdade e sentimentos patrióticos, exacerbados aos extremos da paixão, pelo ódio ao invasor.

Ao terminar, devemos lembrar, ainda, o que não constitui novidade, pois que já outros e a própria História o sugeriram: que a organização da guerrilha e da contra-guerrilha, deve estender-se aos nossos territórios ultramarinos, e a preparação das mesmas na Metrópole, não deverá confinar-se às nossas fronteiras, mas enquadrar-se, se possível, no âmbito da defesa peninsular.

AS TRANSMISSÕES NO GRUPO DE CARROS DE COMBATE

INSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

pelo Capitão MESTRE RODRIGUES

Introdução

Quando há cerca de ano e meio fomos nomeados oficial de transmissões do Grupo Divisionário de Carros de Combate, tratámos, em primeiro lugar, de actualizar os conhecimentos adquiridos em 1949 no Curso de Transmissões os quais não nos tinham sido necessários até então. Não foi tarefa muito fácil pois em matéria de regulamentos e publicações sobre o assunto estamos muito pobres. Encontrámos, sobretudo em publicações americanas, bastantes instruções e regulamentos, quer sobre a táctica das transmissões, quer sobre o material e a sua manutenção.

Verificámos, também, que a instrução de transmissões era dada aplicando na íntegra o regulamento de transmissões em vigor, que foi feito para as tropas de Transmissões e de que, até agora, não foi feita a adaptação à nossa Arma, à semelhança do que aconteceu com outras Armas. Assim, qualquer militar que tivesse de receber instrução de transmissões, era forçado a aprender tanto como um especialista no assunto. É evidente, que na instrução de transmissões da guarnição de um carro de combate, há alguns conhecimentos comuns ao da instrução dos radiotelegrafistas mas, é falsear a questão, querer transfor-

mar o carro de combate num centro de mensagens e os seus elementos em especialistas de transmissões.

Por este motivo resolvemos fazer um plano para, a pouco e pouco, ir modificando este estado de coisas sem, todavia, sair fora do regulamento; é este plano que vamos apresentar neste artigo por supormos poder vir a ser útil a quem nos ler.

Generalidades

Depois da II Guerra Mundial alguém disse:

«Não é possível comandar sem o controle obtido por intermédio das transmissões».

Se isto é verdade para qualquer Unidade, muito mais o é para as Unidades Blindadas.

Entre nós as Unidades Blindadas estão organizadas na base do Grupo de Carros de Combate. É sobre as transmissões do Grupo de Carros da Divisão de Infantaria que vamos fazer incidir a vossa atenção.

O G. C. C. dispõe orgânicamente para as suas transmissões, de meios rádio, telefónicos, ópticos e estafetas.

Destes meios, os usados em maior escala, são os rádios, por serem os que mais se amoldam às características de mobilidade dos carros de combate. Isto não quer dizer que os outros não sejam muito úteis nas Unidades de carros pois há situações em que os meios rádio não podem ser utilizados por conveniência táctica ou interferência inimiga, e, apesar disso, o exercício do Comando não deve deixar de se fazer sentir em todos os escalões.

A electrónica tem sido, sem dúvida, uma das partes da física em que os progressos têm sido maiores nos últimos tempos. Mas, apesar dos aparelhos usados nas transmissões serem cada vez mais simples e eficientes, continua a ser necessário o soldado (elemento vital do campo de batalha) para os manejar e lhes dispensar os necessários cuidados de manutenção, precisos quer no tempo de paz, quer em campanha.

Por estas razões se deduz que para ter um sistema de transmissões a funcionar eficientemente é indispensável que o pessoal esteja instruído no manejo do material, conheça as regras de exploração *aplicáveis* e saiba fazer a sua manutenção.

Estamos, portanto, em face de dois problema: um de instrução e outro de manutenção.

Procuraremos apresentar a maneira que nos parece melhor para a sua resolução.

Instrução

Como para a resolução de qualquer outro problema, comecemos por procurar os dados conhecidos. Encontrá-los-emos fàcilmente ao respondermos às seguintes perguntas:

Qual o material de transmissões do Grupo e sua finalidade?

Quem maneja e quais os conhecimentos necessários para a sua utilização?

O Grupo de Carros dispõe para as transmissões do seguinte:

— Meios Rádio:

- — Posto SCR-506 para ligações a médias distâncias com o comando da Unidade Superior e com os trens recuados;
- — Posto SCR-508 (528) para estabelecimento de redes em fonia entre os carros de combate, viaturas de comando e algumas viaturas de reconhecimento e ligação;
- — Posto SCR-510 a utilizar em viaturas de reconhecimento e ligação para comunicações a pequenas distâncias. Liga com o SCR-508 (528);
- — Posto AN/VRC-3 a utilizar nos carros de combate para ligação com a Infantaria que os acompanha.

— Meios Telefónicos:

- — Indicador telefónico BD-71 para montagem de uma central telefónica no Centro de Mensagens sempre que a situação o justifique;
- — Indicador telefónico de emergência SB-18/GT para substituição do anterior em deslocações do P.C. e para o estabelecimento de redes telefónicas nos esquadrões de carros;
- — Telefones EE-8 para estabelecimento das redes telefónicas;
- — Microtelefone TS-10 para ligações telefónicas em condições especiais;
- — Dispõe ainda de cabo, carretéis e material de montagem de linha.

— Meios Ópticos:

— Bandeiras de sinais para sinalização entre as viaturas;
— Telas de identificação para identificação das viaturas e colunas;
— Telas de sinalização para troca de mensagens com a aviação;
— Pistolas de sinais para lançamento de sinais pirotécnicos.

Vimos o material e sua finalidade; vejamos agora o pessoal que o utiliza e os conhecimentos necessários para a sua utilização.

O posto SCR-506 é manejado por radiotelegrafistas que fazem parte da recruta no Batalhão de Transmissões ou Batalhão de Telegrafistas. Este pessoal precisa de ser instruído na Unidade no manejo do posto pois a instrução no B. Tm. é-lhe ministrada noutros pontos. Necessitam desenvolver os conhecimentos de grafia, principalmente na parte da emissão em que se mostram sempre menos aptos.

Os postos SCR-508 (528) são manejados pela guarnição da viatura em que está montado, ou pelo condutor no caso das viaturas de reconhecimento e ligação. Na guarnição da viatura os conhecimentos de transmissões são muito diversos como diversas são as necessidades de utilização do material pelos seus componentes.

Assim, no carro de combate, as necessidades de instrução a considerar são:

Chefe de carro:

— Conhecimento de todo o material do seu carro;
— Tem a seu cargo as verificações de funcionamento e o manejo do posto SCR-508 (528) (ligação inter-carros);
— Precisa conhecer bem as regras de exploração em fonia.

Apontador:

O apontador do carro de combate só necessita de utilizar o sistema de intercomunicação para se ligar com o chefe de carro. Como tal precisa de conhecer o funcionamento deste sistema e as regras de conversação que lhe são aplicáveis.

Municiador:

— É o servente do posto para ligação com a Infantaria (AN/VRC-3);
— No impedimento do chefe de carro é ele que liga ou desliga também o outro posto;
— Verifica o sistema de intercomunicação e telefone exterior. Tem necessidade de conhecer o manejo de todo o material de transmissões do carro e as regras de exploração em fonia.

Condutor e metralhador:

Só utiliza o sistema de intercomunicação. Precisa de conhecer o seu manejo, as suas verificações e as regras de conversação aplicáveis. O condutor necessita ainda de conhecer o funcionamento e verificações do telefone exterior.

No caso do posto ser montado em viaturas de reconhecimento e ligação, o condutor deve conhecer o seu manejo e as regras de exploração em fonia.

O posto SCR-510 é manejado normalmente pelo condutor da viatura em que vai montado. Para isso, este necessita ser um bom operador e conhecer as regras de exploração em fonia.

Além destes elementos temos a considerar ainda os que, pelas funções que desempenham, têm que utilizar os postos de rádio para comunicações ou contactos directos. Estes elementos necessitam de conhecer as regras de exploração em fonia e o manejo dos postos que têm de utilizar.

Para a utilização do material telefónico e montagem de linhas não há pessoal especializado pelo que se tem de lançar mão dos clarins, dos condutores disponíveis e do pessoal de reserva.

A este pessoal deve ser ensinado o manejo do material e as regras de exploração telefónica.

O indicador BD-71 será normalmente servido por um dos cabos de centro de mensagens (cifrador).

Comparando as necessidades de instrução dos diversos elementos do Grupo verifica-se fàcilmente que tem de haver vários tipos de instrução adaptados aos diversos casos.

Assim, para os radiotelegrafistas a instrução deve ser diária e incidir principalmente sobre a prática dos sinais Morse, quer na recepção

quer na emissão. Uma vez por semana ser-lhes-á ministrado o manejo do posto SCR-506.

Esta instrução será dada pelo sargento de transmissões do Pelotão de Comando do Grupo sob a orientação e fiscalização do Oficial de Transmissões.

Na instrução das guarnições deve usar-se um sistema com base na prática em que os conhecimentos são adquiridos por via visual, auditiva e táctil.

Esta instrução será inicialmente ministrada numa sala onde existam dispositivos de instrução com o material montado e distribuído como se encontra nos carros de combate. Isto facilitará a missão do instrutor que poderá fàcilmente controlar todos os intruendos nas acções que têm mais tarde que executar quando isolados dentro dos carros de combate.

Não existindo no Grupo qualquer local destinado à instrução de transmissões, começámos por procurar resolver este problema.

Para a instrução dos radiotelegrafistas resolveu-se fàcilmente ministrando-a na arrecadação onde se encontra o material pois trata-se de poucos homens. Mas para as guarnições dos carros tornava-se necessário arranjar um recinto maior. Não havia, porém, nenhuma sala livre nem possibilidades de a obter. Por isso, resolveu-se esse problema colocando os dispositivos de instrução na sala de armamento e torre que passou a funcionar também como sala de transmissões.

Estes dispositivos são relativamente fáceis de construir nas Unidades e não muito dispendiosos, sobretudo se existirem caixas de comando de reserva.

Nos Grupos de Carros de Combate de Santa Margarida foram construídos dispositivos destes, baseados na descrição dos existentes nas Escolas Americanas na Alemanha, feita pelos oficiais que frequentaram essas Escolas.

Com estes auxiliares pode dar-se simultâneamente instrução teórica e prática a um pelotão de cada vez.

A instrução deve ser dada em períodos de 50 minutos e será ministrada pelo comandante do pelotão sob a orientação do oficial de transmissões.

Cada período de instrução deverá ser dividido em dois. A primeira parte de 15 a 20 minutos, será destinada à explicação ou revisão do funcionamento do material e das regras de exploração a empregar. A segunda parte é destinada à prática de montagem dos microfones e auscultadores nas caixas de comando e à prática de manejo do posto e do

sistema de intercomunicação. Nesta instrução os chefes de carro servirão de monitores.

Como o chefe de carro desempenha nesta instrução o papel de monitor, o seu lugar no dispositivo de instrução será ocupado pelo municiador que é, dentro da guarnição, o elemento que mais conhecimentos de transmissões deve possuir.

A conversação em que serão sempre empregadas as regras de exploração em fonia, resumir-se-á a pequenas comunicações entre os carros e breves indicações e ordens transmitidas entre os elementos de cada guarnição pelo sistema de intercomunicação.

Logo que o comandante do pelotão verifique que os seus homens manejam perfeitamente o material, poderá passar a dar a instrução nos carros de combate.

Para os condutores das viaturas de reconhecimento e ligação organizar-se-á uma rede com os postos que utilizam. Esta instrução será dada nos moldes da anterior mas todo o pessoal tem de aprender o manejo dos postos, as regras da conversação em fonia, a receber mensagens escritas, e deve aprender a escolher o local para melhor poder fazer as suas comunicações. Esta instrução será dada pelos sargentos de transmissões dos Esquadrões, sob orientação e fiscalização do Oficial de Transmissões.

A instrução para os sargentos e chefes de carro terá como finalidade ensinar-lhes o manejo de todo o material do carro e prepará-los para desempenhar as funções de monitor na instrução do seu pelotão.

Esta instrução será dada pelo Oficial de Transmissões e além do manejo e das regras de exploração em fonia visará também a execução das verificações dos postos e a escolha conveniente da posição do carro.

Na instrução para oficiais dada pelo Oficial de Transmissões, deve ensinar-se o manejo dos postos, as suas possibilidades, as regras de exploração em fonia e a utilização dos comandos a distância. A instrução deverá ser dada inicialmente na sala de transmissões e depois em viaturas com postos de rádio que se deslocarão para pontos prèviamente escolhidos. Os postos devem ser utilizados tanto nos deslocamentos como parados em pontos, que terão características diferentes em cada dia, para, objectivamente, se verificar o efeito da sua escolha nas comunicações.

Não tratámos da instrução com os meios ópticos por ser uma instrução que requer coordenação com outras Armas e não haver regulamentos que nos possam servir de guia.

Apresentado em breves traços o problema da instrução, abordemos agora o da manutenção.

Manutenção

Entre nós não há nenhuma publicação que indique como se deve fazer a Manutenção Preventiva do Material de Transmissões. Enquanto este estado de coisas se mantiver, será prudente seguirem-se os manuais que acompanham o material e trazem sempre as instruções de manutenção preventiva.

Parece-nos vir a propósito a pergunta: em que consiste a Manutenção Preventiva do Material de Transmissões?

Consiste na execução de pequenas acções tais como, inspeccionar, limpar, preservar, lubrificar, ajustar e substituir pequenos conjuntos no material com o fim de o manter em boas condições de utilização.

A manutenção do material de transmissões, à semelhança do que acontece com os outros materiais, divide-se em 3 categorias: manutenção orgânica, ou preventiva, manutenção de campanha e manutenção de base.

A que mais directamente nos interessa é a orgânica por ser executada na Unidade pelos seus próprios meios.

A manutenção orgânica divide-se em dois escalões: primeiro e segundo.

O primeiro escalão é executado pelo pessoal que utiliza o material e é a base da manutenção preventiva dentro de uma Unidade.

O segundo escalão é executado por pessoal especializado da Unidade que já dispõe de equipamento que lhe permite substituir peças ou conjuntos e fazer pequenas reparações.

As operações de manutenção preventiva podem esquematizar-se na mnemónica TIALAU:

Tactear;
Inspeccionar;
Apertar;
Limpar;
Ajustar;
Untar (lubrificar).

Para que o pessoal possa executar perfeitamente os trabalhos de manutenção, tem que conhecer o material muito bem e desenvolver o seu espírito de observação para verificar qualquer pequena alteração,

por exemplo: no aspecto exterior de um cabo ou de uma parte do chassis. Sempre que se note qualquer alteração esta deve ser comunicada a quem superintenda na Manutenção.

Quando é executada a manutenção preventiva?

O primeiro escalão executa-a antes de utilizar o material, durante e depois da utilização.

O pessoal do segundo escalão auxilia e ensina o do primeiro na execução dos seus trabalhos e executa parte da manutenção semanal, a mensal e a semi-anual, e faz ainda a substituição de peças e pequenas reparações.

As operações de manutenção do 1.º escalão serão ensinadas durante a instrução de transmissões.

Vejamos agora a quem cabe a responsabilidade da manutenção do material de transmissões.

A manutenção do primeiro escalão é da responsabilidade do comandante do esquadrão e a manutenção do segundo é da responsabilidade do comandante do Grupo. O comandante do esquadrão tem para o auxiliar na direcção e fiscalização da manutenção do material de Transmissões o sargento de transmissões.

Chamamos a vossa atenção para esta responsabilidade, não para o seu aspecto material, mas para o moral que ela engloba. Se o vosso sistema de manutenção não for eficiente, e se não passardes as inspecções que deveis, pode acontecer que os vossos carros, que tanto custaram à economia da Nação, fiquem imobilizados por simples deficiências no sistema de intercomunicação.

No Grupo, o oficial de Transmissões superintende e fiscaliza o funcionamento da manutenção do material de transmissões.

Para que qualquer comandante possa estar a par do estado do material da sua Unidade deve passar, e mandar passar, revistas frequentes que podem ou não ser periódicas e ser ou não anunciadas com antecedência.

Estas inspecções asseguram a utilização correcta do material, o abastecimento económico e o cumprimento dos preceitos de Manutenção Orgânica de acordo com o determinado nos Regulamentos e Instruções Técnicas ou, na falta destes, nas determinações do comando, e avaliam da sua aptidão para o serviço.

Parece à primeira vista ser necessário ter conhecimentos especiais do material para fazer estas inspecções mas tal não se verifica.

Para uma inspecção conveniente por parte do comando basta a aplicação dos sentidos de audição, vista, tacto e cheiro e de bom senso.

Quando se começa uma inspecção deve-se principiar por um teste de funcionamento do material. Para o material rádio manda-se deslocar uma viatura com um posto para um ponto prèviamente escolhido que tenha boa irradiação e esteja perto do limite em alcance do posto. À hora combinada chamar o posto distante. Verificar a potência e a clareza dos sinais.

No caso de um telefone ou indicador telefónico fazer uma experiência semelhante ligando para um aparelho que se encontre a uma certa distância.

Depois de satisfeito com o estado operacional do equipamento continuar a inspecção utilizando os restantes sentidos.

As inspecções visuais são facilitadas procurando responder às perguntas:

— Existe pó ou excesso de óleo sobre o material?
— Há sinais de ter sido forçado?
— Faltam acessórios?
— Os cabos estão intactos e em boas condições?
— O painel e os aparelhos de medida estão limpos?
— As leituras nos aparelhos de medida fazem-se fàcilmente?

Aplicando o tacto verifica-se:

— Se os interruptores actuam;
— Se as engrenagens fixam bem, ou não voltam atrás;
— Se o equipamento está montado firmemente nos suportes;
— Se as partes móveis rodam livremente;
— Se a humidade é devida a condensação.

Com o olfato procurar cheiros característicos. O acre cheiro a queimado ou a isolamento sobreaquecido, o avinagrado cheiro a bolor e a fungus, o cheiro a cera do isolamento dos condensadores, o cheiro a tinta queimada das resistências sobreaquecidas e o cheiro a ozone, são indícios de deficiências.

Não esquecer que todo o equipamento de transmissões necessita de uma fonte de energia que, em grande parte dos casos, é obtida através do dínamo da viatura em que o material está montado. Neste caso a instalação eléctrica da viatura deve ser também inspeccionada.

Finalmente, procurar sinais exteriores de maus tratos ou falta de cuidado com o equipamento.

Como se viu, para se efectuar esta inspecção não foi necessário mais do que utilizar os sentidos e o bom senso.

Conclusões

Não será demais realçar a importância que as Transmissões têm dentro das Unidades Blindadas, importância que é salientada até pela existência de um posto de rádio na maior parte das suas viaturas.

Os meios rádio são os principais meios de transmissão das Unidades de Carros e, embora haja ainda muitos descrentes sobre a sua eficácia, podemos afirmar sem receio de desmentido que se o pessoal os souber manejar e tratar correctamente eles satisfarão com eficácia às exigências de comando.

PREPARAÇÃO FÍSICA DO SOLDADO

SEU CONTRÔLE MÉDICO-FISIOLÓGICO

pelo Capitão ENNES FERREIRA

O treino físico militar deverá ter por finalidade melhorar a aptidão física dos homens para o serviço activo de campanha, conferindo-lhes uma boa condição física, entendendo-se por boa condição física a capacidade de ser submetido a grandes esforços durante períodos de tempo prolongados sem que o organismo se ressinta ao ponto de se tornar ineficaz.

O assunto é muito vasto e tem que ser estudado sob diversos aspectos; daria para um tratado, mas como não é isso que nos propomos nem podemos fazer, estudaremos apenas alguns aspectos, entre eles o do controle médico-fisiológico no treino físico militar. Para que este controle possa de facto ser feito com certa consciência, torna-se necessário que as observações e exames se iniciem quase simultâneamente com a incorporação.

Por todos os motivos, a massa dos incorporados apresenta, sob o aspecto do desenvolvimento físico, uma heterogeneidade máxima. Desde o atleta que, ainda jovem, se entregou nas mãos de um professor de ginástica para em seguida se dedicar às práticas desportivas, actividades estas que lhe conferiram, além de um desenvolvimento muscular harmonioso e regular, um funcionamento cárdio-pulmonar adequado, até ao sapateiro que, desde tenra idade, tem passado a sua vida sentado no mocho, costas abauladas e tórax comprimido, todos vêm prestar serviço nas fileiras do Exército, e de todos há que fazer indivíduos aptos, soldados capazes de suportarem o esforço físico da dura vida de campanha, sem se deixarem vencer pelos terríveis efeitos de uma fadiga extrema, desalentadora e demolidora. Perante matéria prima tão diversa o problema da sua preparação física apresenta-se, como é lógico, bastante complexo mas nem por isso de menos urgente solução.

Os mancebos, uma vez incorporados, deveriam ser sujeitos, além da inspecção médica que os observou, a um exame médico-fisiológico

tendente a avaliar do grau de desenvolvimento e possibilidades físicas de cada um, por forma que em seguida pudesse ser feita a sua selecção e distribuição por escolas. Assim, surge o primeiro problema, a selecção dos recrutas no aspecto físico.

Como seleccionar a massa dos incorporados? Até mesmo neste aspecto podem ser seguidos vários critérios; vejamos os mais aconselháveis. Escolher pelo desembaraço demonstrado através de quaisquer provas? Optar pela destreza? Considerar antes a força muscular? Nenhum destes nos parece aconselhável pois de certo modo constituem índices de natureza estática, que neste momento não pretendemos tratar e, para o fim em vista, não interessam. Além disso, desembaraço, destreza ou força muscular, podem ser já consequência da prática ou não de determinada exercitação física anterior à incorporação e constituem de certo modo e até certo grau, fins que nos propomos atingir. Em nossa opinião a selecção deve basear-se na aplicação de índices dinâmicos, mormente na medida da capacidade de cada um, capacidade esta que será «a que o seu coração tem para se adaptar ao esforço físico que lhe vai ser exigido no treino e posteriormente na guerra». Este ponto de vista, seguido hoje em grandes exércitos estrangeiros, parece ter sido criteriosamente escolhido.

O indivíduo é incorporado com cerca de 20 anos, homem feito, não tendo tido na sua maioria, e até então, qualquer preparação física. Assim nos aparecem os recrutas, barbados ou não, com mais ou menos força muscular e esta, geralmente deseducada e descontrolada, capacidade vital muito reduzida evidenciando uma deficiente função pulmonar, atitude física pouco correcta com predomínio das cifoses. Tentar fazer da generalidade destes homens ginastas correctos ou apenas homens de boa atitude física, não só é difícil como, na maioria dos casos, impossível, porquanto sabemos bem que depois de uma ossificação completada e com o desenvolvimento muscular normal, aos 20 anos se não corrigem atitudes através da ginástica educativa em classe. Temos, pois, que nos resignar a aceitar o indivíduo tal como se nos apresenta, corrigindo o pouco que é corrigível, mais no aspecto de hábitos disciplinares ligados à atitude, do que na configuração esquelética e física do mancebo. Este assunto tem sido ùltimamente muito estudado e tem merecido a particular atenção do C. I. S. M. que se propunha adoptar uma solução quanto possível idêntica para todos os exércitos. Todavia, conclusão alguma até hoje se tirou embora se aceitem, entre os muitos métodos e critérios estudados, alguns como os mais aconselháveis. Nenhum, por si só, se pode considerar rigorosamente exacto ou com-

pleto e daí a adopção, em conjunto dos testes de Schneider, de Ruffier e de Flack, completados ainda com o exame da reacção do indivíduo à apneia sob controle. Este conjunto de provas dar-nos-ia na verdade, com bastante rigor, ideia do valor funcional cardíaco, porquanto este para merecer crédito, deverá:

— apreciar a resposta rítmica a um esforço ou anoxemia;
— apreciar a resistência do coração direito a uma supressão ventricular direita, e a do coração esquerdo a uma supressão ventricular esquerda;
— avaliar a facilidade de adaptação da irrigação coronária ao esforço ou à anoxemia.

Se fosse possível na prática e imediatamente em seguida à incorporação, sujeitar os mancebos a um exame desta natureza, sem dúvida que a partir daquele momento poderiamos ficar fazendo uma ideia exacta das condições actuais dos indivíduos, recrutas, e ainda das suas possibilidades de treino e de preparação física de acordo com o regime e método mais adequados. Constituir-se-iam escolas que agrupariam os de resultados mais semelhantes e os programas da preparação física seriam, por ligeiras alterações, variáveis pelo menos na intensidade do treino, e adaptados ao nível médio de cada uma das escolas. Mas esta forma de proceder tem tanto de interessante, eficaz e atraente, quanto de dificuldade de realização prática; os exames são vários, têm que se revestir de bastante rigor e exigem material e pessoal especial e especializado, o mesmo é dizer, não se coaduna com as fraquíssimas possibilidades técnicas actuais das unidades. Seria um método interessante a aplicar em Centros especializados de Educação Física, para estudo dos futuros mestres e controle dos praticantes.

Perante estas dificuldades reais e até admissíveis, não nos parece, porém, que a solução seja, nada fazer. O critério apontado seria, digamos, ideal, mas na sua impossibilidade prática há, todavia, que tirar dele o que estiver na nossa mão; realizar, embora com prejuízo de algum rigor, uma parte do método, aquela que não exige aparelhagem complicada ou pessoal especializado, solicitando a intervenção do médico apenas nos casos que nos pareçam revestir-se de alguma anormalidade. Referimo-nos à aplicação exclusiva do método de Ruffier. Este método equaciona o ritmo cardíaco, medindo de certo modo a sua resposta a um determinado esforço físico e retorno à calma.

Eis o método:

Estando o examinado em repouso mede-se-lhe o número de pulsações em 1 minuto (P); seguidamente realiza 30 grandes flexões de pernas em 45 segundos, medindo-se-lhe imediatamente, e de novo, o ritmo do pulso, (P1); passado um minuto de terminada a prova das flexões, nova contagem se faz, (P2). Para achar estes valores do pulso basta fazer a contagem durante 15 segundos multiplicando o resultado por quatro. De posse destes valores não há mais que entrar com eles na fórmula

$$I = \frac{(P + P1 + P2) - 200}{10}$$

e, resolvida esta, classificar a potência cardíaca do paciente em:

— Forte (coração atlético) — índice inferior a 0 (negativo)
— Média ..... — índices de 1 a 10
— Fraca (insuficiente) — índices de 10 a 20 ou mais

Nisto consiste o exame feito à base do método dinâmico de Ruffier, acessível e praticável sem dúvida, dada a grande simplicidade das observações. Os indivíduos em grupos de 10 a 20 dispõem-se numa fileira sendo-lhes explicado o que vai fazer-se e insistindo na forma de contar as pulsações. Uma vez feitas todas as explicações cada um toma o pulso do companheiro do lado (direito ou esquerdo), iniciando e terminando a contagem a um sinal do instrutor ou graduado que dirige a observação, que por ser tão simples pode contar com a colaboração dos comandantes e sargentos dos pelotões de instrução. Feita e terminada a 1.ª contagem o instrutor tomará nota dos valores achados (P). Segue-se a prova de esforço (30 grandes flexões de pernas) comandada pelo instrutor que marca a cadência por forma a cumprir a prova no tempo determinado (45 segundos); finda esta e logo após ter terminado a última extensão das pernas, voltarão os instruendos a tomar o pulso do seu companheiro iniciando a contagem (P1) ao sinal do instrutor e terminando por forma idêntica. Cada um retém de memória o valor achado não largando o pulso do companheiro para que possa, passado um minuto de ter terminado a prova de esforço e novamente à ordem do instrutor, fazer nova contagem (P2). Seguidamente

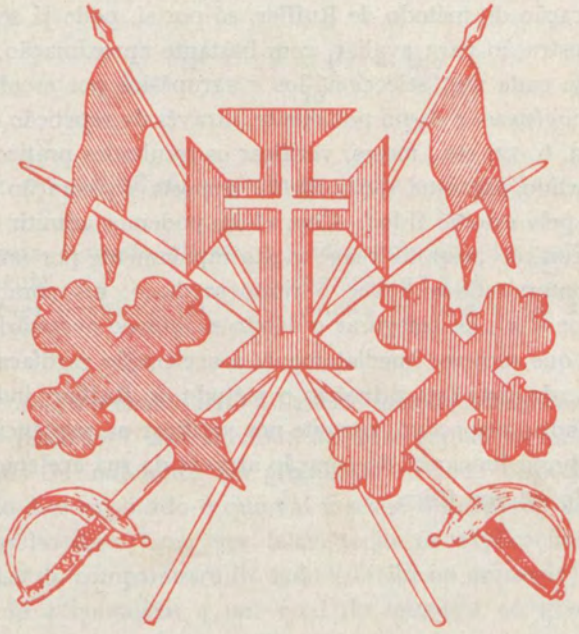
o instrutor percorrerá novamente a fileira dos examinandos a fim de colher deles os valores achados que registará também.

Número	P	P1	P2

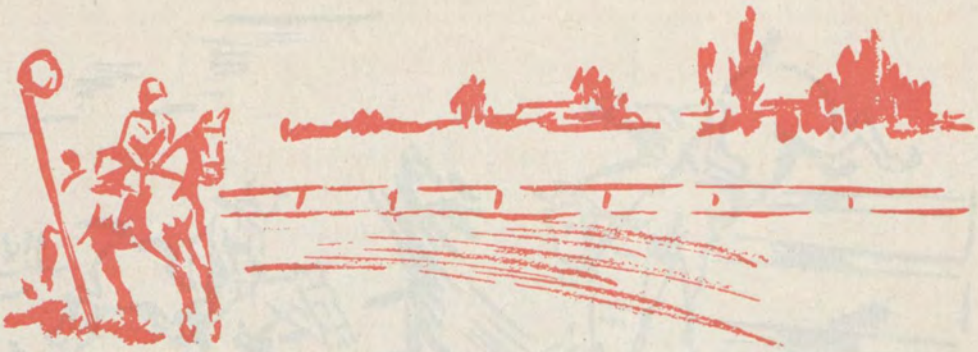
Nisto consiste o método de Ruffier para controle dinâmico do indivíduo, segundo a sua resistência cardíaca ao esforço físico. Será exacto o método? Repetiremos que não o é. Começamos por informar qual a forma satisfatòriamente exacta de proceder, mas dada a sua inviabilidade prática, e sendo de opinião que antes pouco que nada, entendemos que a aplicação do método de Ruffier, só por si, pode já servir-nos no início da instrução para avaliar, com bastante aproximação, das possibilidades de cada um, seleccioná-los e agrupá-los por escolas mais ou menos homogéneas, e daqui por diante, através da repetição dos exames ao fim de 3, 6, 12, etc., meses, verificar os resultados práticos do treino físico traduzido por uma melhoria na resposta do coração às solicitações feitas pelo esforço físico. Com efeito podemos admitir que:

«Um coração possante reage muito ràpidamente por um acréscimo sistólico conservando-se calmo o ritmo cardíaco; um coração fraco é incapaz, por si só, de assegurar o débito sanguíneo necessário e o organismo tem que recorrer imediatamente à aceleração cardíaca».

De acordo com este princípio o método de Ruffier, independentemente do índice respectivo, permite-nos verificar na sequência do treino qual a melhoria funcional do coração através da sua aceleração perante determinado esforço físico.



Hipismo



SUMÁRIO

Impulsão e Assimetria

Ten.-Coronel Fernando Paes

Temas de Hipismo

Major Reimão Nogueira

IMPULSÃO E ASSIMETRIA

pelo Ten.-Coronel FERNANDO PAES

Manifestando-se a impulsão de uma forma mais pronta e mais forte sobre a espádua do lado contrário ao da incurvação natural do cavalo, é lógico, dentro do princípio — primeiro a impulsão — começar por trabalhar a flexibilidade lateral do cavalo do lado contrário ao da incurvação, isto é, do lado onde ela se manifesta naturalmente. Nestas condições, a acção das pernas limitar-se-á a reforçar a acção de incurvação das mãos; o seu papel impulsivo torna-se, pràticamente, desnecessário.

No entanto, se confiarmos demasiado em obter resultados imediatos com este processo de ensino, sentimos uma certa desilusão quando voltamos a trabalhar para o lado da incurvação que, de início, se nos revelou mais fácil. O cavalo não mostra dificuldade em aceitar a mão, é certo, mas não anda para diante suficientemente. A sensação é ainda mais penosa pelo facto de nos termos habituado, no mesmo cavalo, a sentir sobre as nossas exigências correctivas uma impulsão forte e constante.

Este processo de progressão é, no entanto, o mais aconselhável, desde que as nossas exigências de incurvação e posição sejam razoáveis. Atinge-se o objectivo do *cavalo direito* muito mais racional e ràpidamente.

Por outro lado, sabendo-se que um dos grandes escolhos dos cavaleiros, senão o maior, reside na dificuldade em acordar as ajudas, se

dividirmos as dificuldades, isto é, se trabalharmos primeiro os exercícios onde a impulsão é natural e deixarmos para o fim aqueles em que o problema não é de posição nem de incurvação mas essencialmente de impulsão, o grande escolho é torneado sem dificuldade de maior.

Poder-se-á argumentar que o princípio é — *primeiro a impulsão* — e se a impulsão é mais fraca do lado da incurvação, os primeiros exercícios a trabalhar deveriam ser aqueles em que é mais instante o desenvolvimento dessa impulsão; mas não podemos também esquecer que sendo o ensino ginástica, isto é, flexibilidade, há que procurar essa flexibilidade, a lateral primeiro, podendo fazê-lo sem perigo pelo processo preconizado. Para o lado indicado existe sempre impulsão.

Além disso, a impulsão é tanto mais perfeita quanto mais direito estiver o cavalo. Se começassemos por trabalhar o lado da sua incurvação natural, acentuávamos a assimetria.

Posto assim o problema em equação, a primeira dificuldade do cavaleiro consiste em saber para que lado o cavalo está incurvado.

A solução não é tão fácil como à primeira vista parece e muitos cavaleiros com prática e créditos firmados têm muitas vezes dúvidas em tomar posição sobre este ponto fundamental.

Na realidade, o cavalo é mais subtil nas suas defesas do que se supõe, enganando muitas vezes o cavaleiro nas suas conclusões.

Basta dizer que o lado que não oferece resistência à incurvação é o mesmo que oferece maior resistência à desclocação da garupa. As confusões que daqui podem advir — sabendo-se da variedade de exercícios e das dificuldades da sua execução em relação aos andamentos escolhidos, estes por si só também simétricos e assimétricos — justificam plenamente as dúvidas que se apresentam frequentemente ao espírito dos equitadores.

Como regra geral, o cavalo está normalmente incurvado à direita, isto é, tem a garupa na direita, encolhe-se com facilidade sobre a rédea direita, descai sobre a espádua esquerda e não quer deslocar a garupa para este lado. A perna direita move-se com mais amplitude do que a esquerda, tem maior adução, e a espádua direita é acanhada, não anda para diante.

Existem, evidentemente, cavalos cuja incurvação normal é para a esquerda, mas a percentagem destes cavalos deve ser semelhante à dos humanos esquerdos em relação aos direitos.

É oportuno acentuar que não basta conhecer a assimetria para dar ao cavalo a ginástica correspondente. O essencial é possuir o sentimento do cavalo que permite actuar, resistir ou ceder com a oportunidade e a

intensidade requeridas sem a qual não há técnica que resolva os inúmeros problemas equestres que se apresentam.

A correcção da assimetria pode também fazer-se sem o auxílio dos exercícios ginásticos mais indicados para o caso especial de cada cavalo, o que facilita o trabalho dos cavaleiros com menos conhecimentos e prática de ensino.

A marcha a trote, por estrada, com rédeas iguais, cavalo direito tanto quanto possível, trotando sobre a diagonal contrária ao da incurvação natural do cavalo, é um excelente exercício para corrigir a assimetria. O galope largo para o lado da assimetria, em pista, e o galope normal e curto para o lado contrário, com o bico do cavalo para esse lado, são outras formas naturais de correcção. As mais das vezes é até mais eficiente, dado que o ensino do cavalo raras vezes é bem executado.

Se quisermos ir um pouco mais adiante e relembrar ao cavaleiro que o primeiro equilíbrio a obter é o equilíbrio horizontal e que a flexibilidade deve ser pedida nesse equilíbrio, ao qual está ligado uma atitude de extensão correspondente — colocação baixa e longe — o trabalho executado nestes moldes dará sempre os melhores frutos e o cavaleiro que o adopta atinge sempre um objectivo positivo.

TEMAS DE HIPISMO

pelo Major REIMÃO NOGUEIRA

É sempre complicado abordar temas de hipismo porque, como diz Sommerset Maughan a propósito de contos, se são bons não são novos e se são novos não são bons.

Foi-nos pedido um artigo pela *Revista da Cavalaria* sem que o assunto nos seja indicado e por isso vamos escrever sobre um que, sendo velho, não nos sai nunca do pensamento:

A nossa representação olímpica.

Estamos todos de acordo em que o nível equestre de um País se cota internacionalmente, sobretudo, pelos resultados obtidos nos Jogos Olímpicos, muito embora haja que reconhecer-se poder ser o comportamento acidental e consequentemente falível.

Seja como for, não podemos perder da ideia essa realidade e temos que trabalhar especialmente nesse sentido, preparando não só a próxima Olimpíada mas as futuras.

A instabilidade de certos cargos, quando se trata de medidas a tomar a longo prazo, é, neste caso, particularmente sensível e coisa que se não fizeram há 4 ou 8 anos podem influir ou prejudicar as actuações futuras por igual período de tempo.

Daqui nasce a necessidade de um organismo directivo que para além das pessoas e das tendências, marque directivas ou linhas gerais por assim dizer permanentes às quais se subordinam os executores incumbidos de as efectivar.

Não merece a pena enunciar esses organismos, mas o caso transcende as próprias Federações Equestres mesmo em países em que elas

dispõem de meios materiais para imporem a sua vontade. O que se dirá do caso português em que o Hipismo se tem quase exclusivamente mantido com a vida que o Exército lhe tem insuflado?

Admitido isto, vamos analisar o estado actual do Hipismo nacional nas três modalidades olímpicas:

Campeonato completo de equitação

Apesar das condições precárias em que temos concorrido, os resultados obtidos têm-nos demonstrado que podemos conseguir boas classificações nesta modalidade: temos cavaleiros de campo de 1.ª grandeza e os poucos que têm participado em provas internacionais demonstram serem capazes de conquistar lugares de destaque.

Qual a razão de o não termos conseguido?

Em primeiro lugar, a ausência completa de bons cavalos. Que nos lembre só *Zuári* em Londres, em 1938, tinha o verdadeiro estofo de um cavalo de 3 dias... se tivesse sido treinado para essa prova, pois como todos sabemos foi inscrito à última hora para tapar uma vaga.

Abstracto tinha a máquina de um óptimo galopador, mas não era, como bem demonstrou, um saltador.

Florentina era uma saltadora, mas não uma galopadora, acrescendo a isso o inconveniente de nunca poder fazer uma boa prova de picadeiro.

Heleboro, cheio de «genica», tem demonstrado ser boa máquina, mas não sei se algum dia poderá fazer prova de picadeiro que lhe não prejudique a classificação final.

Dos outros nem falamos...

Quanto a preparação, os nossos cavalos têm enfermado de grandes deficiências: falta de continuidade e progressividade ao longo de vários anos, falta de frequência de provas desta natureza no estrangeiro (uma por ano nos últimos dois anos, antes das Olimpíadas, seria o ideal) e ainda de pouco cuidada preparação na parte do ensino.

Quanto a continuidade, há que ir observando os cavalos de obstáculos com antecedência e indicá-los desde logo como *possíveis* candidatos a esta prova, dando ao mesmo tempo directivas aos seus cavaleiros nesse sentido, ou entregando-os a outros que possam oferecer garantias de os aproveitar para esse fim.

Isto não impede que a estes se distribuam outros para serem preparados com tempo, porque o ideal seria que cada possível concorrente

ao Campeonato tivesse em preparação 3 cavalos: um efectivo, um suplente e um a preparar.

Como tal será porém difícil, veremos adiante outra forma de constituir reservas.

Quanto a falta de frequência em provas desta natureza, o remédio é fácil, porque as há no estrangeiro, não digo em muita quantidade, com o carácter internacional, mas em número suficiente para que todos os anos possamos participar numa, que é quanto basta.

Finalmente, a parte de ensino: esta preparação tem que ser acompanhada de perto e controlada por várias provas públicas. Não nos parece difícil conseguir que cada concurso hípico oficial organize uma prova nos moldes do Campeonato a que obrigatòriamente concorreriam os cavalos indicados como prováveis e seria facultativamente os restantes. É claro que no Concurso Militar de Mafra, o caso não oferece qualquer dificuldade e poderia mesmo estabelecer-se como obrigatória a prova de picadeiro, a todos os cavalos da 2.ª série... No fim delas seriam dadas, por quem de direito, a cada concorrente, a opinião e os conselhos julgados úteis ou necessários.

Dir-nos-ão que alguns concorrentes não dispõem de bagagem necessária para prepararem o seu cavalo para esta prova... mas nós somos do tempo em que para o campeonato do cavalo de guerra os oficiais eram nomeados quase por escala e eles, que na grande maioria não tinham o Aperfeiçoamento, lá faziam a prova que não era mais fácil.

Obstáculos

Em relação aos Jogos Olímpicos, nada temos a dizer nesta modalidade. Os cavaleiros possíveis são todos conhecidos com a devida antecedência e os cavalos... depende da «forma» que apresentarem na altura.

Felizmente hoje em dia as nossas equipes de obstáculos têm contacto mais frequente com o Estrangeiro e são numerosos os concursos nacionais.

E, a propósito: talvez que esta opinião seja revolucionária e antipática para alguns, mas entendemos que os cavalos do Estado, fazendo habitualmente parte da equipe Nacional, só deviam concorrer, com direito a prémio, ao Grande Prémio, Taça de Honra, Potência e 6 Barras. Nas outras provas entrariam, ou não, conforme a sua preparação aconselhasse, mas sem direito a classificação. Dar-se-iam

assim mais probabilidades à grande maioria dos que lá andam cheios de entusiasmo, mas fazendo equilíbrios financeiros a ver se salvam as despesas.

Grande Prémio de Ensino

Esta modalidade é, como escreceu há pouco o Coronel Challan Belval, o «parente pobre» do Hipismo. Quem a pratica, ou escolhe o cavalo entre os que os outros não querem, ou o compra à sua custa, ou o tem graças à generosidade de um amigo. E isto é assim em toda a parte excepto, que nós saibamos, na Alemanha e na Suécia, que em parte, por esse motivo, são os países que conquistam os melhores lugares.

Ora para se alcançar uma boa classificação nesta prova é necessário, além do mais, ter um bom cavalo: um cavalo próprio para Ensino, o que quer dizer muito, como modelo, como andamento, como temperamento e até como beleza.

Urge, pois, procurá-los e comprá-los para esse fim, onde os houver e depois de os ter preparados *mostrá-los* no Estrangeiro frequentando algumas das numerosas competições internacionais que há por lá.

O que não se pode é continuar a comprar cavalos para obstáculos ou campeonato e depois de os ter seleccionado para esse fim, deixar que o *resto* possa ser distribuído para Ensino.

E é isto que quase sempre se tem feito esquecendo que, graças ao Ensino e ao entusiasmo de bem poucos, se têm conseguido classificações olímpicas que, apesar do favoritismo dos juízes, muito honram o Hipismo Nacional.

Somos suspeitos, porque actualmente só concorremos nessa modalidade, mas nós não defendemos o nosso caso até porque seremos de todos o que menos razões pessoais tenhamos de queixa.

Mas há alguns que se dedicam ou querem dedicar-se à Alta Escola e que não dispõem de cavalo do Estado com verdadeira classe para o poderem fazer.

É longa a preparação de um cavalo para o Grande Prémio de Ensino. Pode mesmo dizer-se que é ingrata, porque um acidente ou uma doença fazem às vezes recomeçar de novo, ou adiar por 4 anos, um trabalho que muito custou a preparar; mas por isso mesmo há que pensar com boa vontade e facilidades naqueles que, apesar de tudo, persistem em o realizar.

*

Vem aqui a propósito um comentário que nos sentimos no dever de fazer porque já o temos manifestado em conversas particulares:

Em Mafra pratica-se hoje a Equitação de campo e de obstáculos com rara ortodoxia. E a rigidez dos princípios, interpretada pela intuição e cunho pessoal dos que a executam com Arte, tem transbordado dos muros da «Tapada», elevando o nível geral de todo o País. Mas isto, que é muito, não basta para uma Escola que, sendo Portuguesa, não pode limitar-se a certas modalidades do Hipismo.

A «reprise» de Mafra, apresenta, com excepção do seu Chefe, já há vários anos, os mesmos cavalos ou quase os mesmos. E os poucos que aparecem de novo, já vêm de outras mãos.

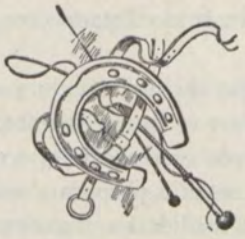
Em Saumur ouvimos dizer ao «Grand-Dieux», Coronel Margot, que Ecuyer não era aquele que se vestia de negro, mas sim o que apresentava «em reprise» todos os anos, um novo cavalo.

Ora Ecuyer de Saumur tem em português uma tradução: Professor de Mafra.

E se na verdade os de Saumur praticam menos Equitação desportiva do que os de cá, já concedemos que estes bem merecerão usar o título de Professores se de dois em dois anos mudarem de cavalo de «reprise»...

Tendo cada Professor de Mafra, todos os anos, um cavalo a meter em ensino, mas um cavalo de boa qualidade (e não um «nacionalzito» que depressa se «atamanca»), poderá, dentro de pouco, a Escola apresentar uma «reprise» em que a «presença» dos cavalos ande a par com a precisão que já têm.

E o que é ainda mais importante: desse trabalho de longo fôlego, poderão sair cavalos para tudo: para campeonato, para obstáculos e para ensino. Eis aqui onde ir buscar as «reservas» de que falámos atrás.



Jornais revistas livros

Um problema artilheiro... visto por um cavaleiro

pelo Capitão F. Lemos da Silveira

> Vida do tubo: Impossível prever de momento. Em ensaios realizados nos campos de experiência, têm-se verificado resultados contraditórios. (Do «Manual de Familiarização com o Carro de Combate M-47. - Secção de Armamento e Tiro»).

Esta afirmação — vaga e pouco circunstanciada — acerca da vida do tubo da peça de 9 cm (T 119 E 1) do C. C. M-47, nunca nos satisfez nem nos mereceu aceitação incondicional. Quando frequentámos na Ordnance New Vehicle Maintenance School o curso de «M-47 Turret Instructor and Repairman» tivemos oportunidade de, em larga troca de impressões com o instrutor da parte de Armamento — que havia pertencido ao quadro do Arsenal de Detroit — obter preciosos elementos sobre o assunto, que nos permitiram entrar no terreno firme dos factos precisos.

I — Perda de velocidade inicial

A perda de velocidade inicial que é de esperar nos diversos graus de gastamento do tubo (baseado na medição do calibre num ponto 24,85 polegadas à frente da zona de concordância) é dada na *Fig. 1* — para a granada explosiva (HE) M 71, e para a perfurante (APC) M 82.

O ponto de condenação do tubo, no que respeita a tiro com granadas perfurantes, ocorre quando a velocidade desce a 2.557 pés por segundo (2.800 — 243). Porque, com velocidades iniciais inferiores à indicada, a coifa balística deste tipo de granada solta-se — e deixa de haver a necessária precisão no tiro. Esta perda de velocidade de 243 pés por segundo (8,7%) dá-se quando o aumento do calibre atinge 3,725 polegadas.

O ponto de condenação, agora em referência ao tiro com granadas explosivas, ocorre quando a velocidade inicial descer a 2.400 pés por segundo (2.700 — 300) — velocidade mínima para se obter uma trajectória suficientemente tensa que garanta uma pontaria directa. Esta perda de velocidade de 300 pés por segundo dar-se-á quando o aumento do calibre atingir um valor que não é conhecido, por estar para além do limite estabelecido (3,725 polegadas) para substituição do cano, no respeitante a tiro com perfurante.

II — Perda de poder de penetração

Os elementos que se seguem denunciam, de uma forma sóbria e clara, a influência da perda de velocidade inicial na penetração da granada APC M 82.

Contra uma blindagem homogénea, a 30°, a 2.000 jardas, enquanto com um tubo novo (v. i. = 2.800 pés/seg.) a penetração é de 4,15 polegadas, com um tubo condenado (v.i. = 2.557 pés/seg.) ela é apenas de 3,63 polegadas. Para uma mesma penetração de 4,15 polegadas com este tubo o alvo terá de se aproximar para 1.120 jardas.

III — Vida do tubo

A estatística indica que, normalmente, podem fazer-se 1.600 tiros com um tubo, até atingir o ponto de condenação.

A *Fig. 2* oferece a possibilidade de calcular o que resta de vida a um tubo, em função do grau de gastamento observado, sempre à base da medição do calibre no ponto 24,85 polegadas à frente da zona de concordância.

Da *Revista de Artilharia*,
N.os 383-384, Julho-Agosto de 1957

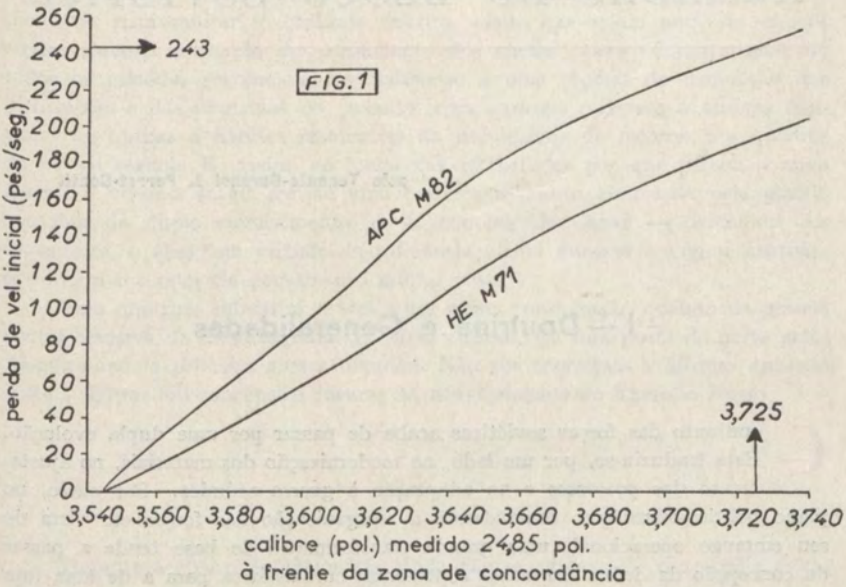


FIG. 1
perda de vel. inicial (pés/seg.)
260
240
220
200
180
160
140
120
100
80
60
40
20
0
243
APC M82
HE M71
3,725
3,540 3,560 3,580 3,600 3,620 3,640 3,660 3,680 3,700 3,720 3,740
calibre (pol.) medido 24,85 pol.
à frente da zona de concordância

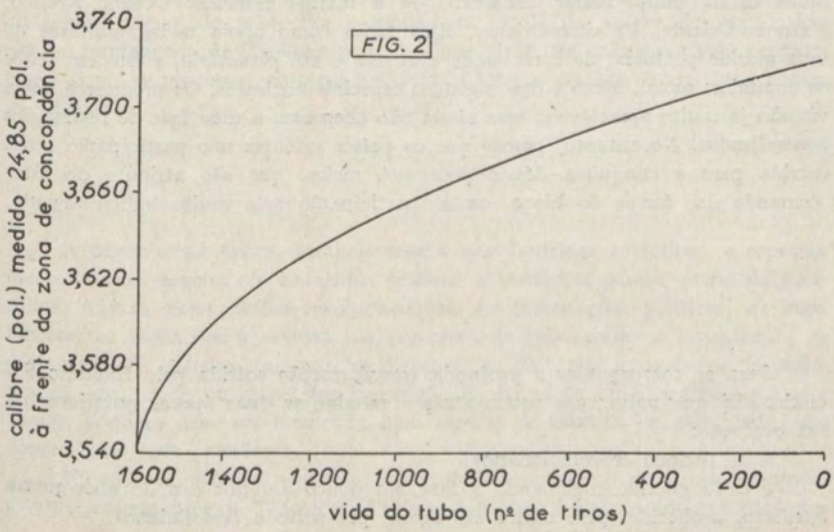


FIG. 2
calibre (pol.) medido 24,85 pol.
à frente da zona de concordância
3,740
3,700
3,660
3,620
3,580
3,540
1600 1400 1200 1000 800 600 400 200 0
vida do tubo (nº de tiros)

A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS DO BLOCO SOVIÉTICO

pelo Tenente-Coronel J. Perret-Gentil

I — Doutrina e Generalidades

O conjunto das forças soviéticas acaba de passar por uma dupla evolução. Esta traduziu-se, por um lado, na modernização dos materiais, no ajustamento dos processos e na adaptação à guerra atómica. Por outro, no plano político-estratégico comandando a reorganização das forças em vista do seu emprego operacional, uma grande transformação de base tende a passar da concepção da defesa da massa continental euro-asiática para a de uma luta de alcance internacional e de carácter, em potencial, muito mais ofensivo.

A evolução no plano táctico e da organização começou a manifestar-se por alturas de 1950; e tem continuado até agora. Pode considerar-se que está em vias de acabamento para as tropas russas; começada com um atraso de alguns anos, ainda não terminou nos países satélites. A sua tendência geral resulta da vitória do Exército Vermelho marcando o fim da segunda guerra mundial, e não parece ter sido afectada pelos meios-fracassos ou pelos êxitos das guerras larvadas travadas desde então. E, actualmente, as concepções elevam-se numa escala muito maior, estendendo-se a teatros externos: Oceano Árctico, Extremo-Oriente, Próximo-Oriente. Elas terão como apoio meios militares de uma grande potência, de carácter de alto mar e até planetário, e isto em todos os domínios: naval, aéreo e dos engenhos especiais nucleares. Os progressos nesta via são já muito apreciáveis, mas ainda não chegaram a uma fase de realizações generalizadas. No entanto, parece que os países satélites não participarão nesta corrida para a conquista desses poderosos meios, que são atributo do alto-comando das forças do bloco, ou só participarão nela muito indirectamente.

*

Para se compreender a profunda transformação sofrida pelo Exército Soviético, há que voltar um pouco atrás e estudar as duas épocas anteriores da sua evolução:

a do período «revolucionário»,

e a da guerra, englobando a fase um pouco anterior e a do após-guerra imediato, conhecida, pelo menos até agora, por período «estaliniano».

A primeira destas épocas parece bastante confusa. O seu interesse, do ponto de vista militar, é bastante restrito, ainda que sejam notáveis os seus efeitos sobre a formação do pensamento dos chefes russos. Como sucede em todos os períodos revolucionários, assiste-se a uma espécie de demolição das instituições e das doutrinas do passado, com curiosos regressos a antigas doutrinas ou apenas a hábitos resultantes da necessidade de recorrer aos quadros do antigo regime. E, assim, ao longo das vicissitudes por que passou o novo Exército, ver-se-á surgir sempre uma preferência muito acentuada pela grande manobra do duplo envolvimento — a manobra de Canas — defendida por Clausewitz, o qual, em virtude da influência alemã durante o regime czarista, se tornara o mestre do pensamento militar russo.

Esta doutrina subsistirá e virá a ter a sua consagração quando da grande contra-ofensiva de Estalinegrado. E, facto curioso, ela fora posta de parte pelos Alemães após a primeira guerra mundial. Não nos atrevemos a afirmar que não volte a figurar nas concepções futuras do Alto-Comando do Exército Russo.

*

Durante a época revolucionária ainda não se cuidava de concepções estratégicas. Algumas dezenas de milhares de Bolcheviques, equipados sumàriamente, e com um comando improvisado, tiveram que submeter o país e fazer frente às ofensivas contra-revolucionárias das formações de Russos Brancos, que eram o que restava do antigo exército. Empregaram-se os processos mais rigorosos, inerentes à guerra civil. O êxito de qualquer acção dependia da energia feroz de comandantes locais, por vezes antigos oficiais ou sargentos, ou ainda de comissários políticos, como Estaline, que tomou parte nos combates de então. As unidades tinham o aspecto de bandos, que actuavam graças à cumplicidade das populações civis, ou de pequenos grupos, mesmo isolados, que executavam audaciosos golpes de mão. Foi a verdadeira escola da guerra de partidários, sempre impregnada de ideologia política. Mais tarde, foi codificada pela confrontação com os processos empregados pelos Chineses na sua longa luta contra os Japoneses.

*

A partir desta época, estabelecer-se-á nas doutrinas soviéticas, e especialmente no que respeita aos elementos de base, a tendência para a guerra de guerrilhas, forjada pelos chefes revolucionários. As imbricações políticas, as ingerências, as incitações à revolta, os processos de sabotagem, a organização de destacamentos isolados de guerrilha distante, as múltiplas actividades de espionagem, etc., terão um papel fundamental. E, acima de tudo, o dinamismo dos chefes, a quem deve ser inculcada uma espécie de espírito de actividade: eles devem estar «sob pressão».

No entanto, durante esta fase, a arte militar parece ser uma coisa ignorada, e tanto mais fàcilmente quanto é certo que o sucesso foi alcançado por processos

empíricos. E é só quando se pensa em organizar forças regulares que, a pouco e pouco, surgem de novo as ideias e os costumes do antigo exército. Houve que lançar mão de oficiais czaristas, que eram os únicos capazes de reconstruir certas armas e serviços. E assim, durante este novo período que se inicia — pós-revolucionário ou da «ciência militar estaliniana», em que o ditador bolchevique compreendeu a importância de um enquadramento experimentado e o valor dos conhecimentos militares — surgem duas tendências paralelas, a dos revolucionários e a dos militares profissionais. As suas influências opor-se-ão por vezes, e dominarão alternadamente. Mas os últimos serão olhados sempre com desconfiança. E serão objecto de «depurações» retumbantes como a realizada antes da guerra, no momento em que o seu poder parecia sòlidamente estabelecido. Mas isto não se verificou sem prejuízo para a coesão do exército e, sobretudo, sem diminuir o seu valor intelectual.

*

Por fim, as duas tendências acabaram por fundir-se, conquanto se degladiem ainda hoje sob a forma atenuada da rivalidade dos grandes chefes, uns bolchevistas de origem, e outros oficiais czaristas que aceitaram o regime logo de início. É nesta época pós-revolucionária que os processos da guerra civil são codificados sob a forma de dogmas intangíveis, e que se estabelece nas esferas superiores do comando uma espécie de culto por Clausewitz, e se adopta o princípio da manobra-tipo de cerco por duplo envolvimento, herança do exército imperial. Parece que o mérito de Estaline consistiu em manter a balança equilibrada entre estes dois elementos, na impossibilidade de destruir qualquer deles. E, auxiliado pelos outros meios do aparelho governamental, principalmente o partido e a polícia, de origem inteiramente comunista, ia reinando como senhor absoluto do país. A coexistência destas duas tendências no exército provocava a intransigência das doutrinas e até a sua exageração. Mas, por um estranho concurso de circunstâncias, o destino quis que fossem estas duas tendências opostas, na sua forma excessiva, que tivessem os efeitos mais decisivos na guerra: a guerrilha e a contra-manobra de Estalinegrado que marca o momento em que a situação mudou.

* *

A isto pode ainda acrescentar-se um elemento muito importante. O valor profissional do conjunto dos quadros, que ficara muito medíocre, levou a não deixar, por assim dizer, qualquer iniciativa aos diferentes escalões, sendo todas as operações concebidas e preparadas nos seus pormenores pela mais alta hierarquia, onde reinavam o dinamismo revolucionário e o conhecimento dos princípios da arte militar. Esta forte concentração dos valores no vértice da pirâmide ainda hoje existe no campo militar e no técnico, tanto no campo intelectual como no

dos conhecimentos científicos que permitiram obter resultados notáveis nos novos materiais, ao passo que nos escalões dos executantes a qualidade profissional continua relativamente baixa, ainda que actualmente acuse um certo progresso.

*

No momento em que rebentou a guerra, eram ainda flagrantes a insuficiência dos quadros e a ignorância das regras da arte militar. Mas nesse momento todos os meios são postos à disposição dos chefes locais, por confiança nos homens dedicados ao regime e no seu dinamismo revolucionário. Os depósitos, os armazéns e as reservas são feitos avançar para junto das tropas combatentes; as armas especializadas são distribuídas até às mais pequenas unidades e as formações e bases aéreas levadas demasiadamente para a frente. Não existem reservas gerais dignas desse nome.

Mais tarde, por uma natural reacção, ir-se-á precisamente para a concentração máxima dos poderes e dos meios no comando supremo e para o emprego maciço das armas especializadas reunidas em grandes unidades. Além disso, a grande «depuração» de 1937 tinha desequilibrado gravemente o comando superior.

*

A situação inicial da guerra ainda foi agravada pelo facto de Estaline, apesar de inúmeros avisos em contrário, teimar em crer que dispunha dos seis meses necessários para terminar a preparação do exército e a entrada em serviço de novos materiais, sobretudo de blindados. Por outro lado, para ganhar espaço para oeste, foi abandonada a linha de defesa organizada — a Linha Estaline — com o fim de se ocuparem os territórios recentemente adquiridos das províncias bálticas e da Polónia. No momento da invasão, o movimento estava em plena execução, encontrando-se assim roto o dispositivo geral.

Sabe-se hoje que o Exército Vermelho esteve na iminência de um desastre irreparável. A sua aviação táctica e as poucas formações com características estratégicas da época foram destruídas no solo; a quase totalidade das formações blindadas foi aniquilada. Não tendo sido prevista nem ordenada a retirada, grandes unidades sofreram inúteis flutuações, tendo desaparecido na tormenta a maior parte do exército de campanha.

É verdade que a defesa foi favorecida por certos factores importantes como o esgotamento das colunas blindadas alemãs, a sua imobilização provocada pelas lamas do Outono, e depois os frios rigorosos e a imensidade da estepe russa. Mas não podemos negar que a energia feroz do período revolucionário foi sem sombra de dúvida a mola real do ressurgimento. No entanto, o Exército Vermelho levou quase dois anos para se reconstituir, ao mesmo tempo que ia suportando o esforço da guerra. E ao chegar ao final das hostilidades, a sua reorganização ainda não estava concluída. As profundas transformações, já citadas na sua maioria, marcá-la-ão durante muito tempo. Pode admitir-se que os prin-

cípios de base, que resistiram à dura prova da guerra, serão mantidos definitivamente, ao passo que as insuficiências graves verificadas são objecto das incessantes correcções que hoje se estão fazendo.

O emprego das armas

Entretanto, os novos materiais começavam a sair das fábricas. Mas a organização das grandes unidades não podia sofrer ainda modificações apreciáveis. A aviação foi reconstituída numa base bastante acanhada pela falta de pilotos e de outro pessoal devidamente preparado. O processo adoptado consistia em pôr à frente das formações os melhores pilotos, limitando-se os dos outros aparelhos a segui-los cegamente nas suas evoluções. O voo em grupo foi, portanto, tornado obrigatório; nenhum avião, nas formações de combate pode operar isoladamente, devendo fazê-lo por pares pelo menos, a *para;* duas *para* formavam a *zveno* (esquadrilha); respectivamente três e seis aparelhos para as mesmas pequenas unidades das formações de bombardeamento ligeiro e de reconhecimento. As diferentes unidades escalonaram-se nesta base até aos exércitos aéreos de 1.000 a 1.400 aparelhos. E estes pertenciam directamente ao alto-comando, que os distribuia segundo as necessidades, atribuindo, em geral, para uma grande acção, um exército aéreo ao grupo de exércitos terrestres (frente). O seu emprego em ataques ao solo foi maciço, derivando de um plano de conjunto minuciosamente estudado e que devia ser estritamente executado. A ligação era feita nos escalões mais elevados, sendo insignificante nos escalões subalternos. As acções aéreas foram executadas sistemàticamente e por uma forma maciça em proveito do ataque principal, e sobretudo do executado pelos carros.

*

As forças aéreas utilizadas durante a guerra não foram suficientes senão para as missões tácticas: além do ataque ao solo nas condições descritas, cobertura das concentrações, reconhecimentos, ataque das principais bases e terrenos de aviação inimigos; apenas durante a perseguição se verificava um relativo desdobramento das formações aéreas, em função do avanço de cada uma das colunas terrestres. Foi só no fim da guerra que a aviação de caça atingiu um certo desenvolvimento, chegando mesmo a executar mais de metade das missões. A aviação de bombardeamento ligeiro irá aumentando também, pouco a pouco, a sua actividade na profundidade das zonas operacionais. As operações aero-terrestres eram ainda pouco importantes, conquanto uma actividade considerável de pára-quedistas tenha sido desenvolvida a favor dos grupos de partidários combatendo nas retaguardas alemãs. Não podia pensar-se em constituir-se qualquer aviação de bombardeamento estratégico. Os Russos, sem dúvida por falta de meios e devido ao carácter essencialmente terrestre da guerra que travavam, não quiseram reconhecer nenhuma primazia, nem mesmo autonomia, em qualquer grau que fosse, à aviação, assim como de resto não reconheciam às outras armas. São as operações de apoio às forças terrestres que têm a prioridade absoluta.

A reconstituição das forças blindadas também será muito lenta, depois da perda inicial de mais de trinta divisões ou brigadas deste tipo. Organizaram-se então pequenas brigadas que, de facto, não passavam de regimentos a três batalhões de pequeno efectivo. Foram-lhes adstritas unidades de infantaria, um batalhão de metralhadoras e companhias de morteiros e de canhões anticarro, assim como elementos de reconhecimento e antiaéreos. Algumas brigadas não tinham mais de dois batalhões de carros. O seu emprego manteve-se, portanto, inteiramente limitado ao apoio da infantaria, sem possibilidades operacionais próprias, o que bastante se fez sentir na exploração do êxito.

Contudo, no último ano de guerra apareceram grupos de brigadas chamados «Corpos de exército blindados» que apenas tinham o valor de uma divisão, na qual estavam reunidos carros pesados e médios, e diferentes armas de acompanhamento, pequenos regimentos de morteiros, lança-foguetões e canhões antiaéreos, além de batalhões de infantaria e de motociclistas. A composição destas formações variará muito e os Russos não conseguirão realizar plenamente a sua concepção do «corpo de exército blindado» com grande capacidade operacional. A exemplo da aviação, o exército blindado ficará estreitamente subordinado aos escalões superiores e a sua acção ligada com a das grandes unidades de infantaria.

*

A artilharia, além do seu emprego clássico, tomou, na concepção russa, a forma de uma mesma concentração poderosa feita de divisões de artilharia pertencendo ao alto-comando e que este empenhava, no imenso complexo de forças participantes, por uma forma maciça numa operação de grande envergadura; as diferentes fases eram cuidadosamente reguladas. Os chefes soviéticos, que consideravam a aviação de combate como uma espécie de artilharia, que prolongava a acção da artilharia real, tinham estabelecido tabelas esquemáticas regulando o empenhamento de uma ou outra segundo as fases catalogadas da batalha. E parece que conseguiram muitas vezes aplicar rigorosamente o plano previsto. Também foram constituídas divisões de artilharia de D. C. A., cujo papel consistia em proteger a reunião dos poderosos meios utilizados, as suas bases, assim como a progressão dos ataques principais.

Sem entrar no pormenor das outras armas, devemos, no entanto, prestar toda a atenção à «guerrilha», cuja grande inovação consiste em estar intimamente conjugada com as operações em curso. Esta foi dirigida segundo as formas habituais que toma em toda a parte em que é criada. Mas os Russos aperfeiçoaram e regulamentaram o seu emprego. Foi largamente distribuído um «Manual do partidário». Formaram-se e instruiram-se ràpidamente chefes, segundo os processos a empregar: implantação numa zona; intimidação, sem quaisquer considerações de ordem humanitária, a exercer sobre a população; necessidade absoluta de viver dos recursos do país, e mesmo de arranjar armas por apreensões feitas ao inimigo; fraccionamento infinito dos grupos, etc.

Logo que o comando soviético estiver em condições de dirigir e coordenar os movimentos de retirada, deixará atrás dos exércitos «destacamentos de destruição» que formarão o núcleo dos grupos. A guerrilha deve então estender-se, a pouco e pouco, pelas retaguardas profundas do adversário e actuar por meio de golpes de mão rápidos, de preferência sobre as vias de comunicações ou sobre os destacamentos isolados. A imensidade do país, as grandes regiões arborizadas cortadas por cursos de água, e muitas vezes por pântanos, favoreceram imensamente a acção da guerrilha.

Até aqui, nada de verdadeiramente novo. Mas a sua notável originalidade reside no facto de se ter coordenado esta forma de guerra com as acções das forças regulares, pois estas, pela sua própria natureza, não podem compreender formações supletivas aplicando processos semi-anárquicos.

Os bandos de partidários gozaram de uma liberdade total na execução de todas as suas operações, contràriamente às unidades do exército a que não era permitida qualquer iniciativa. Mas os seus chefes tinham, na sua maioria, sido escolhidos entre os membros do partido comunista, cuja organização continuará a subsistir clandestinamente. E pela fieira do partido — este é o ponto essencial — qualquer organização ficará quase imediatamente ligada com o alto-comando; de resto, este conserva um poderoso meio de autoridade pelo lançamento em pára-quedas de chefes, de agentes de ligação ou de materiais especializados, como postos de rádio. Esta poeira de pequenos destacamentos, com uma actividade aparentemente desordenada, obedecerá quase sempre, mas muitas vezes sem o suspeitar, a directivas superiores indicando esta ou aquela região a infestar ou uma recrudescência de actividade a observar durante um determinado período, precedendo o lançamento de uma ofensiva; ou com o simples fim de levar o inimigo a crer numa tal eventualidade. Há exemplos curiosos de concordância e de discordância alternadas entre os movimentos do exército e os dos partidários. Até então, as rebeliões ou levantamentos eram, em geral, marcados por uma indisciplina característica e por uma ausência total de um plano de conjunto. Houve, por isso, que estabelecer uma técnica de que se viram desde esse momento, e ainda hoje se vêem, manifestações sàbiamente orquestradas.

*

Assim, nesta fase da guerra, que pertence ao período da «ciência militar estaliniana», tudo depende directamente do comando superior. Nele está rigorosamente centralizada a direcção de tudo, dos exércitos, das diferentes armas de apoio e das formações supletivas. A concentração, tanto da *intelligentsia* como dos meios é levada a um ponto exaustivo. Estes últimos são empregados por uma forma maciça, mas agindo em proveito imediato do conjunto. Esta utilização das forças parece hoje em completa contradição com a tendência dominante para a dispersão, representando o fogo nuclear o elemento de concentração de potência. Sob este aspecto, as forças soviéticas terão que realizar uma profunda modificação nos seus processos.

A batalha-tipo soviética de Estalinegrado

A batalha de Estalinegrado, ou seja a contra-manobra em larga escala dos exércitos soviéticos, é, e será durante muito tempo, o modelo de uma aplicação perfeita das concepções russas, dentro das formas em que ela podia verificar-se nessa época devido a reconstituição apressada e ainda incompleta das forças. Comparam-na muitas vezes com Verdun, o que é exacto no que respeita ao encarniçamento dos adversários num determinado ponto. E é sobretudo verdadeiro do lado dos Alemães; quanto mais estes se obstinavam, mais corriam para a sua perda, pois se encontravam no vértice de um ângulo recto, situação que incitava o adversário à manobra do duplo envolvimento. Sob este aspecto, a comparação com a batalha de Verdun é menos exacta porque esta foi essencialmente estática e frontal.

A contra-ofensiva de Estalinegrado, estudada agora sob o aspecto da concepção soviética de uma manobra de grande envergadura, só poderá ser referida nos seus traços principais. Numa frente de quase 500 km de desenvolvimento, o alto-comando russo pôs em acção quatro «frentes», que correspondem teòricamente a grupos de exércitos. Esta designação de «frente» deriva certamente do termo, no entanto de sentido muito geral, empregado durante a guerra de 1914-1918 tanto do lado francês como alemão; mas ele aplicava-se a uma zona, ou mesmo a um teatro, e não às grandes unidades que a ocupavam. Os Russos dão-lhe um sentido operacional, devendo cada uma destas «frentes» executar um ataque principal do princípio ao fim: ruptura, penetração na profundidade da posição inimiga, «consolidação», movimentos de rebatimento inscrevendo-se no processo do cerco, e perseguição. Todos os meios da «frente» eram empregados para assegurar quase exclusivamente ao ataque principal uma superioridade absoluta, que se cifrava em sete batalhões contra um do inimigo. Esta superioridade devia ser constantemente alimentada, «saturada», nesse nível de potência, no decurso da acção que se desenvolvia numa profundidade de mais de um cento de quilómetros.

*

Tinham sido previstas três «frentes» na ala noroeste do ataque e uma «frente» na do sul (através do Volga), de um e outro lado de Estalinegrado. As duas «frestes» internas realizaram um primeiro cerco com menos de uns cem quilómetros; e as duas «frentes» externas um segundo cerco mais vasto e distante. É caso para perguntar como puderam escapar ao comando alemão os preparativos de uma ofensiva desta envergadura; sabe-se hoje, com efeito, que a teimosia de Hitler em dominar o Volga, assim como a ofensiva de 1942, dirigida de uma maneira geral contra o sul da Rússia, se justificam pelo desejo de alcançar, cobrindo-se assim do lado leste, o Cáucaso e depois as regiões petrolíferas de Bacu, que teriam permitido à Alemanha continuar a guerra em condições muito melhores.

Seja como for, estas circunstâncias especiais favoreceram muito a execução do plano soviético. Os dois cercos foram executados em seis semanas. Chegou mesmo a esboçar-se um terceiro contra algumas divisões dificilmente reunidas para tentar a libertação do exército de Paulus. As forças russas tinham ainda preparado para os seus elementos de envolvimento uma técnica de dupla defesa, para o interior do cerco e para o exterior. E uma vez realizado o cerco, grupos de blindados eram encarregados de cortar a massa cercada para a liquidar por fragmentos sucessivos, rebatendo as divisões de infantaria sobre os flancos das brechas. Esta fragmentação, tendo em vista a destruição dos defensores, é ainda um dos dogmas da táctica soviética, sendo preferida à concepção da penetração brutal e única, que parece ter sido seguida pelos Alemães. E os dirigentes soviéticos não deixam de fazer notar a sua analogia com o processo a empregar contra os países que resistam à sua expansão.

*

Deve dizer-se que, na época de Estalinegrado, a infantaria continua a ser, no exército russo, o elemento principal da batalha, donde deriva o princípio, tantas vezes afirmado, do apoio total, e em seu proveito exclusivo, das outras armas; de resto, estas ainda não estavam suficientemente desenvolvidas para tomarem a seu cargo uma acção autónoma. Os blindados só operavam em apoio próximo da infantaria, e o limite máximo da acção da aviação situava-se nas bases aéreas da aviação táctica do adversário.

Mas a partir desse momento, a guerrilha tomou um papel cada dia mais importante nas retaguardas inimigas. A sua acção fez-se sentir principalmente na Crimeia, apoiada pela marinha russa, tendo fixado importantes forças alemãs. Dentro de pouco, estendeu-se a toda a frente. E pareceu poder substituir por uma forma económica os bombardeamentos tácticos e até os estratégicos. Foi sempre orientada e ampliada às zonas e nas ocasiões em que se tornava necessário perturbar ao máximo as comunicações inimigas. Pode mesmo dizer-se que a actividade das guerrilhas, ajudadas por especialistas transportados em pára-quedas, ou deslocando-se isoladamente, substituiu a aviação de reconhecimento distante. Estas duas redes de informações, uma incumbindo às guerrilhas, e a outra aos especialistas, ignoravam-se mùtuamente. Todos os preparativos dos Alemães, executados nas retaguardas distantes, e os seus movimentos foram conhecidos pelo comando russo dentro dos prazos convenientes. As suas bases, os organismos autóctones, os postos de comando, os hospitais, etc., foram sistemàticamente infestados por agentes com o ar mais inofensivo que observavam silenciosamente.

Até ao fim da guerra, o comando soviético executou várias vezes esses movimentos de duplo envolvimento tendentes ao cerco. Mas nenhum foi coroado de tão grande êxito como o de Estalinegrado, talvez por que os Alemães não estivessem numa situação tão desvantajosa e não tivessem razão para persistir na conquista de um objectivo, ou então pelo facto de se verem forçados a retirar mais cedo, em virtude do agravamento da sua situação. Contudo, do ponto de vista dos Russos, a manobra do duplo envolvimento irá tomar o valor de um princípio infalível, sobre o qual se edificará toda a sua doutrina militar.

Deve recordar-se também a absoluta omnipotência do alto-comando, o *Stavka* (G. E. G.), que dispõe da maioria dos meios, concebe todas as manobras e elabora-as, indo até ao seu pormenor. Mas apenas se tratava ainda de um comando terrestre, em que a estratégia era limitada pela força das circunstâncias apesar da imensidade do território.

O domínio táctico engloba todos os escalões da hierarquia, indo dos exércitos até às unidades mais pequenas; parece assim que o termo «táctica» toma um sentido restrito, de submissão completa às directivas superiores e com uma margem de interpretação extremamente reduzida; esses escalões não realizam a sua própria manobra, executando simplesmente a do *Stavka*. Ou, mais precisamente, a da «frente», que, situada entre os níveis estratégico e táctico, recebe a classificação de «operacional». Encarregada do ataque principal, é-lhe deixada certa latitude na execução e a iniciativa necessária para fazer frente às flutuações da luta. Dada a reconstituição apressada das forças russas, era o único meio de remediar a fraqueza da capacidade de manobra dos comandantes e da tropa nos escalões inferiores.

O fundamento das concepções russas

A campanha de Estalinegrado a Berlim pode parecer que não tem senão um valor histórico. No entanto, ela constitui a base em que assentam as concepções russas, e será ainda durante muito tempo o fundamento da doutrina militar da U. R. S. S., sobretudo no domínio estratégico. Pode quase afirmar-se desde já que a manobra de Canas do duplo envolvimento continuará a ser um dos dogmas desta doutrina. Ela constitui o objecto de numerosos trabalhos didácticos para ensino dos quadros, assim como para a glorificação dos exércitos do regime. O mesmo sucederá com a guerrilha, conduzida por uma forma que diremos científica, sincronizada no plano mais elevado com as operações das forças regulares.

Mas, em compensação, alguns dos processos seguidos durante a guerra serão revistos e atenuados, ou talvez venham mesmo a desaparecer. Por exemplo, é natural que seja dada maior iniciativa aos escalões inferiores. A centralização dos meios nos escalões superiores também será objecto de certas correcções. O emprego dos reforços maciços, actuando em saturação dos eixos dos ataques principais, já não será possível na guerra atómica ou terá que ser muito modificado; é certo que os próprios eixos dos ataques já se encontravam muito afastados uns dos outros. Surgirão as grandes formações de blindados, já não destinadas quase exclusivamente ao apoio da infantaria, mas gozando de uma autonomia operacional muito maior. E ao alto-comando, de essência sobretudo terrestre, sobrepor-se-á um comando supremo interarmas sob cuja autoridade ficarão os novos meios já actualmente muito desenvolvidos: aviação estratégica atómica, forças navais e engenhos especiais nucleares com alcances extremamente maiores e variados.

Numa palavra, as grandes linhas da doutrina soviética, de carácter sobretudo estratégico, subsistirão, ao mesmo tempo que se modificarão em grande parte os processos tácticos de execução.

O período da «ciência militar estaliniana» — ainda que Estaline, que tivera durante a guerra uma intervenção excessivamente importante nos assuntos militares, se tenha libertado ràpidamente dela depois da guerra — esse período continuou ainda quase até aos primeiros anos de cinquenta.

O estudo da guerra foi então activamente continuado sob o impulso do Estado-Maior General e, a partir desses anos, eram publicados os novos regulamentos das Armas, ainda bastante influenciados pelo período ofensivo, mas onde já se desenham algumas das novas tendências indicadas. Os novos materiais respondem às exigências da guerra e parecem preencher as lacunas que surgiram durante ela.

*

Existe hoje uma obra de grande interesse que reune os conhecimentos sobre o exército soviético e trata principalmente do período chamado da «ciência militar soviética» (1).

Verifica-se, não sem admiração, que a Rússia já não é o país hermèticamente fechado que se poderia supor. Foi possível explorar muitas fontes de informações confidenciais; em primeiro lugar, estudos historiográficos publicados pelos Russos sobre a guerra; as impressões e as relações colhidas junto dos Ocidentais que estiveram em contacto com os dirigentes soviéticos; numerosas revistas militares, várias para cada arma e diferenciadas segundo o nível dos quadros, cuja difusão foi tornada obrigatória; finalmente, as forças soviéticas mais modernizadas estacionam em contacto relativamente próximo com o Ocidente, na Alemanha. A bibliografia desta obra tem mais de cem páginas relativas a trabalhos russos e ocidentais, sem mencionar, como é natural, as informações fornecidas pelos serviços especiais de origem alemã que sobreviveram à derrocada de 1945.

Além disso, muitos dos antigos prisioneiros na U. R. S. S. e cidadãos russos ou dos países satélites, que com frequência «escolhem a liberdade», forneceram informações muito precisas. Também foram recolhidas informações dos países vizinhos da U. R. S. S., principalmente os escandinavos. E, finalmente, é inegável que há algum tempo a esta parte, a U. R. S. S. tem sido a própria a fornecê-las, muitas vezes por uma forma essencial, pelo desejo de tornar conhecidas as suas realizações mais sensacionais.

Esta obra refere-se só até 1953, isto é, ao prolongamento extremo do período da «ciência militar estaliniana» e apenas compreende dados que derivam quase imediatamente da guerra.

Desde então, o ritmo da evolução é rápido. Passa-se quase sem transição para uma estratégia em escala mundial. Todos os elementos participarão nela, aéreos, navais e atómicos. E, por sua vez, as forças terrestres, depois de moldadas pelas experiências da guerra, sofrerão uma profunda adaptação à luta nuclear.

---

(1) Raymond Garthoff, *La Doctrine militaire soviétique*, Livraria Plon.

II — A organização das forças e o seu desenvolvimento

Desde a fase mais aguda da guerra fria até uma data recente, as forças soviéticas têm sido calculadas em 175 divisões (por vezes mesmo em 200), das quais umas 80 faziam face ao Ocidente, estando a outra parte repartida desde o Mar Negro ao Extremo-Oriente. A estas 80 divisões do Ocidente havia que adicionar um número igual de divisões dos países satélites, o que perfazia um total de 150 a 180 divisões no teatro do Báltico ao Mar Negro. Também se calculava que, com o concurso das divisões de reserva, poderia o bloco soviético pôr em pé de guerra um total de 400 divisões. No entanto, entre as divisões russas da Alemanha Oriental e as das democracias populares, ainda em via de formação ou de modernização, ou das divisões de cavalaria do tipo do princípio do século, estacionadas nas estepes a oeste do Mar Cáspio, existem diferenças consideráveis quanto ao seu valor operacional, que dão a estes números, já de si aproximados, um valor muito relativo.

Ora, esta armadura militar, forjada depois do fim da guerra, terá durado uma dezena de anos. E acaba de sofrer uma profunda modificação. Apresentada pela propaganda oficial como uma contribuição para a paz, tem, do ponto de vista militar, um significado inteiramente diferente. Parece mesmo certo que as reduções indicadas são verdadeiras, pois as reduções dos satélites, também anunciadas oficialmente, são em proporção nìtidamente inferior, o que se explicará perfeitamente depois de um estudo mais detido das diminuições de efectivos.

Pelo contrário, durante este último período, os grandes comandos mantêm-se, segundo parece, os mesmos, sem apresentar alterações notáveis. Eles baseiam-se em dados geográficos e estratégicos imutáveis. Mas a importância dos comandos navais, aéreos e das armas especiais cresce em função do desenvolvimento destas últimas forças. A tendência que se desenha reside na integração das diferentes armas, pelo menos no mais alto escalão. A preponderância do comando das forças terrestres tende, pouco a pouco, a ceder o passo a um comando supremo reunindo todos os elementos da defesa e conjugando a sua acção. O seu carácter manifesta-se ofensivo e com um alcance que se situa na escala mundial.

Os grandes comandos ou teatros de operações terrestres

Podem ser distinguidos quatro grandes comandos de diferente importância. De resto, é possível que tenham sido criados outros. É difícil estabelecer com rigor a sua formação e subordinação. Além disso, o sentido exacto dos termos traduzidos pode dar origem a confusões; no entanto, o de teatro de operações, compreendendo várias «regiões» militares, parece corresponder melhor a uma concepção mais operacional, ajustada a cada uma das faces da U. R. S. S., do que a uma concepção com um significado mais estático de «região». São os seguintes:

— *O teatro principal*, o mais importante do ponto de vista terrestre e das forças, *do Báltico ao Mar Negro;* deveria chamar-se com mais propriedade teatro

de guerra (também tem sido empregado o termo frente na acepção ocidental). Compreende três grupos de exércitos (ou «frentes» no sentido russo, pois são susceptíveis de ser aumentadas e modificadas na sua estrutura em caso de operações), a que podem ser dadas as seguintes designações: 1.º Báltico; 2.º Planície Central; 3.º Bacia Danubiana e Balcãs. As suas sedes são em tempo de paz, Leninegrado, Minsk e Kiev. Em Tcherniakhosk estaria um P. C. de guerra do conjunto. O titular deste imenso comando não foi ainda designado oficialmente. Mas em Maio de 1955 foi criado neste teatro um «comando unificado», quando se assinou o pacto ou tratado, semelhante ao Tratado do Atlântico Norte, entre a Rússia e os seus satélites, prevendo «a mobilização de forças unificadas afectadas a este comando por meio de acordos». A U. R. S. S. oficializou, pois, copiando em parte as cláusulas do Tratado do Atlântico Norte, o seu comando sobre todas as forças deste teatro de guerra. Os exércitos dos países membros do pacto de Varsóvia estão todos «unificados». Não foram indicadas as forças russas que entram no quadro deste pacto; serão, talvez, as que se acham estacionadas na Alemanha. Mas também não foram ainda geogràficamente delimitadas. Porém, estas questões têm pouca importância porque, de qualquer forma, a unidade do teatro de guerra será respeitada pelo comando soviético. O pacto em questão parece ser um meio para incluir nele as forças dos satélites. De facto, este grande comando corresponde, no nível supranacional de uma aliança, à autoridade do tempo de paz que é constituída pelo estado-maior de um exército nacional encarregado de organizar as forças e planear as operações. A integração em causa só tem razão de ser nesta frente Báltico-Mar Negro, que se estende pelos países satélites.

*

— *O teatro do Cáucaso,* formado pelo 4.º Grupo de Exércitos, com sede em Tíflis; compreende a zona a leste do Mar Negro, incluindo a Crimeia, até ao Mar Cáspio, isto é, o corredor de acesso à Turquia e ao Irão.

— *O teatro da Ásia Central,* formado pelo 5.º Grupo de Exércitos, com sede em Tachkent, estendendo-se do Mar Cáspio ao Lago Baical, ao longo do Afeganistão e do Paquistão, em regiões pouco desenvolvidas, com rede de comunicações muito fraca, e com um carácter particularmente árido e montanhoso.

Estes dois comandos têm forças relativamente reduzidas, em que figuram divisões de infantaria de tipo antigo e divisões de cavalaria ainda adaptadas a estes países.

— *O teatro do Extremo-Oriente,* formado pelo 6.º Grupo de Exércitos, com sede em Tchita. Compreende principalmente as «antigas províncias marítimas» da época czarista. Um dos seus exércitos tem a sede em Vladivostoque. Estendendo-se actualmente pela península (transformada em ilha pela abertura de um canal) de Sacalina e pelas Curilhas, passa muito perto da Coreia e das ilhas setentrionais do Japão. Também em contacto com a China, as suas forças asseguram o domínio soviético no Extremo-Oriente, sem ter sido estabelecida uma «integração» precisa com as tropas chinesas e coreanas. Este comando estendia-se ainda pela extremidade da Sibéria até ao Estreito de Bering.

Foi ali criada uma nova região militar com um comando autónomo, compreendendo talvez um 7.º Grupo de Exércitos. A importância estratégica deste

teatro pode tornar-se maior do que a do teatro extremo-oriental pròpriamente dito, porque este é limitado pela série de ilhas que barram o Pacífico, ao passo que esta península extrema da Sibéria (Yakoutie) se avizinha do Alasca, tanto pelo Oceano Árctico como pela zona norte do Pacífico, oferecendo ao mesmo tempo acesso às costas americanas ocidentais.

A reunião dos teatros extremo-oriental e extremo-siberiano num eventual teatro de guerra pode ter uma importância considerável, que é acentuada pelo enorme esforço de valorização destas regiões feito pelos Russos, assim como pela contribuição contínua de novos meios marítimos e aéreos.

Finalmente, um derradeiro teatro de operações, tendo um carácter particular, pode ser situado no Oceano Glacial Árctico, do Estreito de Bering a Murmansk, estendendo-se até às ilhas deste oceano e mesmo até às banquisas flutuantes do Polo Norte que derivam para a Gronelândia. Ele comporta essencialmente forças aéreas, navais e de projécteis teleguiados; a sua acção de conjunto parece dever conjugar-se com a do grande teatro de guerra na face europeia.

*

Antes da redução dos efectivos e da diminuição das grandes unidades, realizadas sobretudo pela União Soviética, e em escala bastante menor nos países satélites, ainda era relativamente fácil estabelecer um quadro das forças terrestres do bloco soviético. Mas por agora ignoramos a extensão exacta dessas reduções. Parece, no entanto, que foram pequenas nos pontos mais avançados para o Ocidente, para irem crescendo para o interior da U. R. S. S. Considerando que da massa de 175 divisões soviéticas (e mesmo mais, mas de que um certo número não passavam de brigadas) tenham desaparecido 63, podemos talvez reconstituir a repartição das 112 restantes. Tendo em conta as antigas proporções, assim como a questão dos efectivos, julgamos poder estabelecer as precisões seguintes:

— admitia-se anteriormente que cerca de metade das divisões soviéticas guarneciam a frente ocidental; ficariam, assim, 60 a 65 em vez de 80 a 85;

— na Alemanha Oriental, os Russos criaram o que se chamou a sua «ponta de lança» ou «Corpo de batalha», formado por um terço de divisões blindadas e elevando-se a 22 divisões, não incluindo talvez neste número certas unidades especiais. Apesar de algumas reduções, anunciadas com grande espalhafato, foi decerto este Corpo de batalha o menos atingido; hoje é calculado em *18 ou 20 divisões,* ou mesmo, incluindo certos elementos especiais, em *20 ou 22 divisões;*

— Esta «ponta de lança» está em condições de ser apoiada por um 2.º e um 3.º escalões das grandes unidades soviéticas e satélites, ou só soviéticas, estacionadas, de uma forma geral, desde o Báltico aos Cárpatos. Quanto às forças das democracias populares, há que fazer as seguintes observações: ao passo que as da U. R. S. S. parece terem sofrido uma redução da ordem de 30, ou mesmo 35%, a deles seria quando muito de 15%. O marechal Jukov anunciou no XX.º Congresso do Partido uma redução global para os satélites de 180.000 homens, num efectivo total calculado no máximo em 1.700.000; tendo em conta as reduções anteriores, de resto insignificantes, obtém-se, portanto, esta percentagem, que é variável, segundo os países, em função sem dúvida do grau de modernização dos seus exércitos; mas nenhuma redução do número das divisões

foi anunciada oficialmente; isto só poderá verificar-se na medida em que avançar esta modernização dos exércitos, em geral mais avançada no norte do que no sul, e a oeste do que a leste — havendo ainda que ter em conta as graves incidências dos acontecimentos políticos; por agora, obtêm-se, portanto, aproximadamente as forças que a seguir se indicam.

*

— Alemanha Oriental: forças em criação anteriormente, 12 divisões, um terço blindadas, outro motorizadas e outro ainda de infantaria, agrupadas em dois corpos de exército, dos três previstos; este rearmamento foi muito refreado depois dos tumultos de Berlim em 1953. Podem calcular-se estas forças, com efectivos bastante reduzidos, em *9 divisões*.

— Polónia: as forças anteriormente constituídas eram calculadas entre 20 e 24 divisões; a redução anunciada foi de 50.000 homens, com uma anterior redução, no Outono de 1955, de 40.000 homens (que só podia ser o licenciamento antecipado de uma classe, tal como parece ter sido o caso tanto na U. R. S. S. como nos satélites); as forças polacas mantêm-se, portanto, no nível de *20 divisões*.

— Checoslováquia: forças anteriormente calculadas em 12 ou 14 divisões; a redução de 1956 foi muito pequena, apenas de 10.000 homens, o que de resto sucedeu com a anterior; o número das grandes unidades ficaria assim em *12 divisões*.

— O comando soviético do Báltico compreendia uma dezena de divisões; a percentagem de redução a aplicar não foi decerto muito elevada em virtude da importância deste teatro costeiro e da sua evidente função de reforço da «ponta de lança»; com 20% de redução, as forças ficariam em *10 divisões*.

— As divisões soviéticas estacionadas nos territórios polaco e checo eram avaliadas em 8; trata-se de um posto que terá podido sofrer uma redução muito apreciável em virtude de certos factores políticos; é possível fixá-las em *4 ou 5 divisões*.

— Na zona limítrofe da Polónia estavam implantadas umas dez divisões; pode calcular-se que ficarão pelo menos *8 divisões*.

Assim, para estes dois teatros, compreendendo a sua zona e a respectiva retaguarda, do Báltico aos Cárpatos, sem dúvida os mais importantes do teatro de guerra ocidental, chega-se a um total de *41 divisões satélites* e *40 a 43 divisões soviéticas*.

Ou seja, uma massa total de, pelo menos, 80 divisões, e entre elas as melhores, tanto soviéticas como satélites.

*

No teatro meridional estavam agrupadas forças com efectivos elevados, mas certamente com menor valor; também neste caso podemos proceder aos mesmos cálculos e avaliações:

— Hungria: anteriormente 12 divisões; redução de 20.000 homens; ficariam cerca de *10 divisões*.

— Roménia: anteriormente 12 divisões; redução análoga; ficariam cerca de *10 divisões*.

— Bulgária: anteriormente 10 divisões; redução da mesma ordem; ficariam *8 divisões.*

— Albânia: anteriormente 3 divisões; redução de 1 divisão; ficam *2 divisões.*

— A Rússia tinha no conjunto da bacia danubiana e dos Balcãs uma massa importante de grandes unidades, calculada em cerca de 25; ter-se-á podido reduzi-las sem inconveniente; ficariam *12 a 14 divisões.*

— depois um segundo escalão na Rússia limítrofe, de uma dezena de divisões, reduzidas provàvelmente a *8 divisões.*

Teremos, assim, como total para o teatro meridional:

Satélites, cerca de 30 — Soviéticas, 20 a 30 divisões.

E para o conjunto do teatro de guerra:

Satélites, cerca de 70 — Soviéticas, 60 a 65 divisões.

(o número mais elevado explica-se talvez pela presença de divisões de artilharia e de D. C. A.; além disso, todos os países têm outras forças de que seria necessário fazer o cálculo pormenorizado: polícia, guardas da fronteira, etc.).

Parece ter sido sempre mantido o equilíbrio entre as duas categorias, soviética e satélite; mas ele é forçosamente a favor da U. R. S. S. devido ao predomínio da motorização e da mecanização das suas forças.

*

A outra metade das forças terrestres soviéticas está repartida pelo interior da U. R. S. S., e entre os teatros orientais e extremo-orientais. A massa mais importante, cerca de umas vinte divisões, acha-se agrupada, ou em condições de o poder ser, no teatro extremo-oriental. A situação das forças dos aliados desta zona que poderiam vir a colocar-se sob direcção soviética, constituiria só por si um capítulo, que sai dos limites deste estudo.

Apesar da incerteza dos números e dos cálculos, chega-se, no entanto, a determinar as grandes massas das forças e a sua implantação geral. Será, assim, conveniente distinguir segundo a sua ordem de importância:

— em segundo lugar, uma massa menor, mas com grande autonomia dental; e no interior deste e na sua parte norte, uma massa de primeiro escalão, com os seus reforços sucessivos, bastante nìtidamente disposta paralelamente ao Báltico, o que tem uma grande importância;

— em segundo lugar, uma massa menor, mas com grande autonomia, no Extremo-Oriente, nos confins da China e da Coreia, e perto do Japão.

As reduções das forças soviéticas criam um problema de conjunto de difícil solução. A primeira, de 640.000 homens, anunciada em fins de 1955, ou seja numa época do ano em que as forças podem ser reduzidas sem inconvenientes graves, parece ter sido o licenciamento antecipado de um contingente. A segunda, de 1.200.000 homens, em Maio de 1955, parece, pelo contrário, ter sido real, mas ignora-se a sua repartição exacta pelas três armas; incidiu, decerto, principalmente sobre as unidades terrestres, continuando as forças navais e aéreas no seu contínuo desenvolvimento. Os cálculos relativos aos efectivos dos exércitos de terra variavam entre 3 e 3,5 milhões de homens; as forças navais e aéreas absorviam 1,5 milhões, divididos em partes quase iguais. Adicionando as forças de segurança interna, chegava-se a um total de cerca de 5 milhões de

homens, reduzido agora a 3,5 ou 3,8 milhões, ficando as tropas de terra aproximadamente em 2 milhões; este último valor parece, com efeito, necessário para alimentar as 120 divisões actuais, ou seja, uma média de 18.000 homens por grande unidade. As divisões soviéticas tiveram sempre pequenos efectivos, de 10 a 12.000 homens. Mas a motorização, cada dia mais desenvolvida exige serviços e uma organização logística muito mais perfeitos. A diferença entre 12.000 e esta média de 18.000 é assim ràpidamente absorvida pelos órgãos de comando e pelos serviços, assim como pelas forças de segurança.

Recapitulação do número de divisões

	Parcialmente		No total	
	Satélites	Soviéticas	Satélites	Soviéticas
Teatro do Báltico:				
Juntamente com forças navais importantes		10		10
Teatro da Grande Planície Europeia:				
Na Alemanha Oriental, forças soviéticas		18 a 20 ou 20 a 22		
Forças da Rep. Popular Alemã	9			
Forças da Rep. Popular da Polónia	20			
Forças da Rep. Popular da Checoslováquia	12			
Divisões soviéticas em território checo ou polaco		4 a 5		
Divisões soviéticas na zona limítrofe da Polónia		8		
Total	41	30 a 33	41	30 a 33
Teatro Meridional:				
Forças da Rep. Popular da Hungria	10			
Forças da Rep. Popular da Roménia	10			
Forças da Rep. Popular da Bulgária	8			
Forças da Rep. popular da Albânia	2			
Bacia danubiana e Balcãs		12 a 14		
Zona limítrofe da Rússia		8		
	30	20 a 22	30	20 a 22
			71	60 a 65

Total para o conjunto do teatro de guerra ocidental: 131 a 136 divisões

O motivo destas reduções, que são importantes, explica-se fàcilmente. A actualização geral das forças provoca fatalmente uma translação dos efectivos da frente para a retaguarda. Há sempre menor número de combatentes na frente em relação com os efectivos necessários para a sua actuação e com o número de trabalhadores ocupados em satisfazer as necessidades das forças armadas. Só a indústria aeronáutica empregava há dois anos 800.000 pessoas. Os estaleiros navais, no seu estado actual, não podem satisfazer as encomendas dos sectores militar e civil. As indústrias de armamento têm que satisfazer pedidos cada vez maiores. Além disso, a U. R. S. S. está empenhada na exploração de enormes regiões, algumas de importância estratégica, ou numa grande descentralização industrial, também de valor estratégico, sem falar num desenvolvimento económico considerável correspondendo a uma política de expansão interna.

*

Ora, a Rússia acaba de chegar ao fim de um plano quinquenal. O novo plano tende a satisfazer as exigências desta evolução geral, que se cifra numa modificação da utilização tanto da mão-de-obra como dos efectivos militares. As declarações feitas no XX° Congresso do Partido Comunista mostram bem os esforços prodigiosos que estão sendo feitos. Prevê-se a formação de mais de meio milhão de engenheiros e técnicos durante esse período de cinco anos. Por outro lado, o marechal Jukov tratou pela primeira vez, oficialmente, dos assuntos da defesa, tendo falado mais especialmente da guerra nuclear e termonuclear, confirmando que a U. R. S. S. dispõe dessas armas, o que exige uma modificação profunda na organização das forças. A sua modernização foi realizada em materiais novos, e as forças adaptaram-se à guerra atómica. Além disso, o Marechal soviético insistiu na defesa em profundidade do país e na defesa aérea, que devem ser realizadas em condições inteiramente revistas até ao escalão local; toda a população vai ser instruída nesse capítulo por meio de organizações civis.

Mas este é um dos pontos em que o problema de redução dos efectivos se liga com o conjunto da questão da defesa. Jukov indicou claramente que, em virtude das reduções, a parte do contingente não chamado (fenómeno constante na Rússia e que se vai ampliando) será destinado à «Sociedade de assistência voluntária às forças armadas» (terra-mar-ar) para receber ali uma formação militar prática e sumária. Trata-se de uma milícia interna ou guarda nacional, que, no quadro do *Komsomol*, disporá de efectivos que andarão por uns dez milhões de homens. Volta-se, assim, a essa translação dos efectivos, já citada, da frente e das formações combatentes para a retaguarda, de modo a assegurar a defesa antiaérea, antiatómica e contra os pára-quedistas. Resumindo, esta redução de efectivos traduz-se numa mais forte militarização do interior, excluindo, é claro, as necessidades industriais e económicas. De resto, este problema da organização em superfície é geral em todos os países.

*

Numa outra ordem de ideias, diremos que segundo a concepção russa parece preferível renunciar-se à chamada de uma grande parte do contingente em vez

de diminuir o tempo de serviço (dois anos no exército de Terra; chegando a três e quatro no do Ar e na Marinha), a fim de se conseguir uma formação perfeita da tropa. Esta é, de facto, submetida a uma instrução intensiva. Nela estão incluídos os processos de guerra atómica. As unidades são ensinadas a dispersar-se, a enterrar-se profundamente e a utilizar os cobertos existentes; a aperfeiçoar-se nos processos de descontaminação; a avançar por infiltração de pequenos destacamentos até às retaguardas inimigas; a executar acções de guerrilha e de sabotagem; a viver, em caso de necessidade, dos recursos do país. Os comboios são cada dia dotados de maior mobilidade. Finalmente, o exercício de combate sob superioridade aérea do inimigo, aperfeiçoado na Coreia, é realizado correntemente, assim como o lançamento em pára-quedas de tropas e material. Em resumo, o exército soviético esforça-se por libertar-se da concepção, em vigor durante a última guerra, da primazia absoluta dada aos grandes ataques maciços, a favor dos quais concorriam directamente todas as armas.

As grandes unidades das forças terrestres soviéticas atingiram hoje a modernização que começara em 1950 e 1951. As dos satélites ainda estão atrasadas, parecendo mesmo que o estão de um plano quinquenal.

Os diferentes tipos de divisões russas são os seguintes:

Divisão de infantaria

3 regimentos de atiradores a 3 batalhões, compreendendo cada batalhão 5 companhias; duas destas são unidades de acompanhamento com armamento pesado compreendendo morteiros de 82 mm.

1 regimento de artilharia autopropulsionada a 3 grupos (obuses de 122 mm e canhões de 76,2 mm).

1 regimento de artilharia autopropulsionada a 3 grupos (obuses de 122 mm e morteiros de 160 mm).

Estes dois regimentos de artilharia têm um total de 72 bocas de fogo.

1 grupo de artilharia antiaérea (canhões de 37 mm).

1 grupo de canhões anticarro de 85 mm.

1 regimento misto de carros médios *T 34* e canhões autopropulsionados *S U* de 100 mm.

Unidades de transmissões, de engenharia, do serviço de saúde, etc.

Efectivo da divisão de infantaria: 11.000 homens.

Divisão mecanizada

3 regimentos mecanizados, cada um a
  3 batalhões mecanizados e
  1 batalhão de carros.
1 regimento de carros médios *T 54*.
1 regimento misto
  de carros (25 carros *Staline 3* com canhão de 122 mm)
  e de canhões autopropulsionados (uns 50 canhões de 100 mm).
1 regimento de obuses, rebocados, de 122 mm.
1 regimento de morteiros pesados de 120 mm.
1 batalhão de lança-foguetões de tubos múltiplos.

1 regimento de artilharia antiaérea (canhões de 37 mm).
Unidades diversas: transmissões, engenharia, serviço de saúde, etc.
Efectivo da divisão mecanizada: 14.000 homens.

Divisão de carros de combate

3 regimentos de carros médios, do tipo da divisão mecanizada.
1 regimento misto
de carros pesados *(Staline 3)*
e de canhões autopropulsionados (*SU* 100 mm).
1 regimento de infantaria motorizada a
3 batalhões de infantaria
1 batalhão de morteiros (82 mm).
1 regimento de obuses rebocados de 122 mm.
1 regimento de morteiros pesados de 120 mm.
1 batalhão de lança-foguetões de tubos múltiplos.
1 regimento de artilharia antiaérea (canhões de 37 mm).
Unidades diversas: transmissões, engenharia, serviço de saúde, etc.
Efectivo da divisão de carros de combate: 14.000 homens.

*

Parece que o Corpo de batalha soviético compreende uma de cada destas grandes unidades e que, de uma forma geral, esta modernização, e também a motorização integral, se estendeu às formações do teatro europeu. Das declarações do marechal Jukov, feitas no Congresso comunista, parece poder deduzir-se uma confirmação indirecta do facto quando afirmou serem completas a mecanização e a motorização das forças soviéticas e louvou as suas qualidades manobradoras e as suas possibilidades de acções autónomas.

Conquanto o esforço soviético se dirija mais para os meios aéreos e teledirigidos, isto não significa que a modernização deixe de continuar, tanto mais que o nível alcançado é o fruto dos planos de 1950, ainda atrasados em relação ao Ocidente. Neste início de um novo plano quinquenal, é muito provável que se façam todos os esforços para atingir o nível das normas ocidentais. Além disso, um certo número de divisões de infantaria, ou pelo menos de brigadas, serão transformadas em unidades aerotransportadas. Quanto às formações de pára-quedistas, devemos contar com que os Russos, se o não conseguiram já, venham a eliminar o atraso da guerra motivado pela sua fraqueza em meios aéreos, atraso que então conseguiram compensar com o emprego das guerrilhas. Contudo, os processos de guerrilha continuam a ser empregados, e decerto serão utilizados pelas «quintas colunas» formadas pelos comunistas dos países estrangeiros. Mas, do ponto de vista mais especialmente operacional, uma modernização das forças russas não poderá deixar de ter em atenção a criação de numerosas forças aerotransportadas.

Do lado ocidental tem-se considerado muitas vezes como elemento de fraqueza do campo soviético a dificuldade para os estados-maiores russos em fazer manobrar unidades ultramodernas, e para as tropas em operar sem ser por formações maciças, que hoje estão proscritas pela guerra atómica. Ora, temos que

admitir que nestes aspectos essenciais, os Russos mostram a firma decisão de não se deixarem distanciar. Por agora, o atraso do Bloco Soviético em relação ao Ocidente é ainda bastante grande, mas o primeiro vai realizando progressos relativamente mais rápidos.

Os comandos e as forças navais

Apesar do grande atraso no campo naval, agravado ainda pela guerra, a U. R. S. S. vem fazendo um enorme esforço para se tornar uma potência marítima. Do décimo primeiro lugar, que ocupava entre as duas guerras, passou ao terceiro e talvez mesmo ao segundo se considerarmos apenas a tonelagem bruta em serviço, conquanto a Grã-Bretanha conserve ainda o segundo lugar graças aos seus navios conservados «em naftalina». Costuma-se dizer que a Rússia, potência essencialmente continental, nunca teve uma verdadeira vocação marítima. As suas forças navais tiveram sempre um carácter costeiro de que será muito difícil libertarem-se. A alusão feita à Marinha por Jukov, no Congresso comunista, quando evocou a sua função de coordenação com o exército e a aviação para «a defesa das zonas marítimas», parece confirmar uma concepção bastante limitativa destas forças.

No entanto, a nova orientação da marinha de guerra tende para objectivos sem dúvida diferentes e implica a existência de forças de alto-mar e de acção distante. Todas as novas construções têm esse carácter. Por outro lado, as aquisições territoriais da guerra favorecem não só uma extensão considerável nos mares fechados, como um certo acesso aos mares livres e quentes. Na Europa, os Russos são pràticamente senhores da totalidade da costa meridional do Báltico até Lubeque e das importantes instalações marítimas que os Alemães ali possuiam. A sua superioridade no Báltico é completa, só tendo pela frente a marinha sueca, relegada a um papel puramente defensivo. No Grande-Norte escandinavo, o facto de se terem apoderado do território costeiro finlandês a oeste de Murmansk até ao porto de Petsamo, livre de gelos durante quase todo o ano, dá-lhes uma vantagem enorme, a de uma saída para o mar da Noruega. No Mar Negro, aumentaram o seu domínio sobre as costas de territórios antigamente romenos; de facto, ele estende-se agora a toda a costa da face oriental dos Balcãs. Além dos portos e instalações existentes nestas zonas europeias, os Russos criaram novas bases e numerosos estaleiros. Finalmente, no Extremo-Oriente, a posse da ilha de Sacalina e das ilhas Curilhas dá-lhes possibilidades extraordinárias de acesso ao norte do Pacífico.

*

Mas apesar de tudo, a U. R. S. S. sofre do inconveniente grave da compartimentação das suas forças navais. Ainda que tenha realizado trabalhos gigantescos de abertura de canais ligando os seus grandes rios, que lhe permitem fazer passar de uma zona marítima para outra certos navios de pequena tonelagem, ser-lhe-á impossível reunir, por uma forma eficaz e rápida, forças navais importantes. Vê-se, assim, obrigada a criar esquadras diferentes. Mas a

sua utilização e eficácia serão maiores na medida em que puderem cooperar em apoio imediato dos grandes movimentos das forças terrestres, ou, uma vez que sejam franqueadas certas saídas, levar a cabo missões navais distantes, sobretudo submarinas. É neste sentido que os grandes comandos marítimos têm todo o seu valor. Antes de mais, há que considerá-los sob o aspecto do auxílio que podem dar aos grandes comandos terrestres.

Os comandos marítimos são quatro: Báltico, Mar Negro, Extremo-Oriente e Oceano Glacial Árctico, do Estreito de Bering a Petsamo.

O do Báltico coincide exactamente com o comando do teatro de guerra europeu, ou mais exactamente com as duas frentes do Báltico e da planície europeia. Esta zona, até ao quadrilátero da Boémia, é atravessada pelo eixo principal das forças soviéticas, onde pode ser reunido o máximo de meios, sendo o seu polo de atracção a saída para o Mar do Norte. O comando do Mar Negro corresponde ao da frente meridional do mesmo teatro. Mas tem menos importância, sobretudo no que se refere a uma acção conjugada terra-mar. Além disso, uma parte das suas forças está voltada para as costas orientais deste mar, ligando-se, portanto a uma outra frente. Contudo, pela base de Valona, na Albânia, a U. R. S. S. possui uma posição avançada extremamente preciosa para actuar no Adriático e no Mediterrâneo oriental.

No Extremo-Oriente, podem colaborar forças terrestres e navais, mas uma acção de envergadura destas últimas não seria paralela a uma costa, como no caso do Báltico; as forças soviéticas formariam, no entanto, nesta zona um segundo polo muito importante de defesa. Finalmente, o comando árctico só aparentemente está isolado. Na verdade, ele serve, por um lado, de apoio aos elementos aéreos e de projécteis dirigidos, que tomaram um grande desenvolvimento nestas paragens; por outro, uma acção partindo da costa Murmansk-Petsamo, na extremidade setentrional da Escandinávia, e prolongando-se pela face ocidental da Noruega, pode contribuir para uma manobra de conjunto Báltico-Planície europeia. Desta forma, ele aumenta ainda a importância fundamental deste eixo geral das forças da União Soviética.

*

A composição das esquadras soviéticas pode ser fixada pela seguinte forma geral:

— Báltico: duas esquadras, a IVª e a VIIIª, com as suas bases respectivamente em Pilau e Tallinn. O seu conjunto compreende: alguns velhos navios de linha, que só podem servir para a defesa das comunicações marítimas; uns quinze cruzadores de diferentes tipos, alguns da classe *Sverdlov* (cerca de 18.000 toneladas) — considerado como um navio excelente, muito bem armado e com tubos lança-torpedos; medianamente couraçado, mas perfeitamente adaptado às condições dos mares nórdicos, sem no entanto se poder considerar de alto-mar —; mais de cinquenta contra-torpedeiros (de 2.000 a 4.000 toneladas), sensìvelmente do valor dos tipos modernos ocidentais, em geral bem armados, rápidos, capazes de colocarem minas e dotados de radar; alguns têm uma autonomia maior do que a necessária para os mares interiores; cerca de 150 submarinos, alguns de nova concepção e com características oceânicas, cuja tonelagem varia entre 800 e 2.000 toneladas, equipados com *schnorckel;* finalmente, uma grande quanti-

dade de pequenos navios, talvez centenas ou mesmo milhares, entre os quais citaremos os lança-minas, as vedetas torpedeiras, os engenhos de desembarque, os patrulheiros, etc.; quase todos, assim como os navios de comércio, estão ou podem estar equipados para a colocação de minas, de que a marinha russa tem a especialidade. A estas forças devem juntar-se as da Polónia e até as da Alemanha Oriental, constituídas principalmente por draga-minas, vedetas e alguns submarinos e contra-torpedeiros.

A aviação naval, contando mais de mil aparelhos dos tipos das forças terrestres, *IL* e *MIG*, tem a sua base em terra, visto que a marinha soviética não dispõe de porta-aviões, apesar de ter sido anunciada a construção de dois navios deste tipo com 55.000 toneladas. As forças do Báltico dispõem de grande número de bases, portos, estaleiros, instalações diversas baltas, polacas e alemãs. Na ilha alemã de Ruegen têm sido feitas novas construções como complemento das estações experimentais ali existentes. Parece, pois, que a expansão naval soviética no Báltico foi plenamente realizada.

*

Mar Negro: com base em Sebastopol e compreendendo alguns velhos navios de linha, alguns cruzadores e um certo número de contra-torpedeiros e submarinos. Esta esquadra parece ser actualmente a menos favorecida em novas dotações, decerto em virtude das dificuldades por assim dizer invencíveis de acesso ao Mediterrâneo. Durante a guerra, as forças deste mar desempenharam um papel muito activo de apoio ao exército e às guerrilhas. Desde então, a implantação das suas bases e portos estendeu-se consideràvelmente pelas costas romenas e búlgaras, tendo sido feitos grandes melhoramentos na antiga base italiana de Valona, na Albânia. Há informações de que pequenos submarinos foram para ali transportados, em peças separadas, por via aérea. Também se afirmou que Alexandria esteve para se transformar numa verdadeira base soviético-egípcia, para onde foram enviados submarinos e numerosos aviões; parece que essa base foi transferida para a Síria.

— Extremo-Oriente: duas esquadras, a V^{a} e a VII^{a}, com bases em Vladivostoque e Sovietskaya-Gavan, respectivamente, compreendendo talvez um total de 5 cruzadores, numerosos contra-torpedeiros e 50 a 60 submarinos; finalmente, em Petropavlosk, na península de Camecháteca, existe uma flotilha de uns trinta submarinos. Estas forças são de formação muito recente e as suas unidades são, portanto, novas. No conjunto da zona extremo-oriental, estes meios marítimos, cuja articulação concorda exactamente com os comandos terrestres, poderiam dar um apoio cada vez mais activo a operações no mar do Japão, que assim se realizariam em águas quentes. Pelo contrário, ao norte das ilhas Sacalina e Curilhas e do Camecháteca, conquanto existam vias de acesso para o Norte do Pacífico, a presença de gelos torna ali a navegação muito difícil; a exemplo do que sucede com as regiões polares, elas serão mais do domínio da aviação e dos engenhos teleguiados.

— Oceano Árctico; há que distinguir:

a costa que se estende do Estreito de Bering até ao Mar Branco (Arcangel) sempre obstruída pelos gelos, mas onde os quebra-gelos russos conseguem manter comunicações constantes;

a zona da península de Kola e, sobretudo, a costa do Grande-Norte, de Murmansk a Petsamo, pràticamente livre de gelos durante todo o ano graças à Corrente do Golfo.

O comando marítimo pròpriamente dito tem ali a sua sede, na base principal de Polyarnoe. Compreende as seguintes forças: 3 cruzadores, no máximo, de uma tonelagem um pouco inferior à do *Sverdlov* (tipo *Tchapayev*), uns quarenta contra-torpedeiros e 50 a 100 submarinos.

Este comando não pode, é claro, corresponder a um comando de forças terrestres, mas certamente ao de elementos aéreos estratégicos e talvez de projécteis dirigidos. As forças navais que o constituem são ainda bastante reduzidas, mas nem por isso deixam de ter uma importância considerável. De resto, são de formação recente e só compreendem unidades novas. E apoiam-se numa zona cuja infraestrutura aérea e marítima, assim como industrial e económica, está em pleno desenvolvimento.

*

Parece ser difícil calcular o total das forças navais soviéticas, as quais estão em constante desenvolvimento. No entanto, segundo certos especialistas ocidentais, a U. R. S. S. deve dispor, de 1957 para 1958 de: 30 cruzadores, 150 contra-torpedeiros, 500 submarinos, 500 vedetas-torpedeiras, 1.000 draga-minas, 4.000 aviões de marinha e centenas ou mesmo milhares de pequenos navios de diferentes tipos. Calculam-se os seus efectivos num mínimo de 800.000 homens. O número de oficiais e de sargentos, assim como de pilotos, técnicos, etc., deve regular por 200.000. Os homens servem na marinha durante quatro ou mesmo cinco anos. Nestes últimos tempos, os efectivos foram aumentados de 200.000 a 300.000 homens, o que mostra o desenvolvimento, bastante rápido, que tomaram as forças navais. Estas não parece terem sido atingidas pelas reduções de 1955 e 1956, a não ser talvez no que se refere ao tempo de serviço.

Uma particularidade da marinha soviética consiste no número muito elevado de homens que servem em terra, cerca de meio milhão, repartidos por numerosas formações: aviação naval, D. C. A. e defesa costeira, infantaria de marinha, administração, serviços, etc. Desta maneira, a autoridade da marinha estende-se até 80 km para o interior. Por outro lado, os Russos aproveitam todas as ocasiões para levar o mais longe possível o limite das suas águas territoriais, sem dúvida com a intenção de organizarem com todo o sossego a sua defesa costeira.

Em resumo, as forças navais soviéticas apresentam duas características principais contraditórias; por um lado, estão muito nìtidamente fixadas em terra e dependentes das costas, visto serem organizadas principalmente para a defesa próxima; por outro, a nova tendência conduz ao desenvolvimento de unidades com características de alto-mar, ainda que as actuais as não possuam inteiramente; os velhos navios de linha não parece deverem ser substituídos; não existem porta-aviões que são a peça fundamental das operações oceânicas, a menos que estejam sendo construídos secretamente.

Parece que as forças navais soviéticas, com os seus navios de tonelagem média e pequena, se destinam a operações ligadas com as operações terrestres,

e paralelamente a elas. Mas a característica mais oceânica que ressalta destas forças, provém, segundo se crê, de uma centena de submarinos de grande tonenagem, construídos para cruzeiros prolongados e imersões profundas, o que indica claramente o propósito de travar uma guerra de corso encarniçada contra as comunicações navais dos Ocidentais, mas implica a execução prévia de operações terra-mar-ar destinadas a desembaraçar e alargar a área das bases de partida dos submersíveis. Em todo o caso, não será demasiado insistir sobre a concordância, sobretudo nas zonas que fazem face ao Ocidente, dos comandos terrestres principais com os da marinha. E, em virtude da implantação de grandes massas de forças, parece desenhar-se uma dupla manobra em potencial de envolvimento da Escandinávia, incluindo a Dinamarca, pelo Grande-Norte e pelo Báltico.

*

As forças aéreas desenvolveram-se por uma forma de certo modo análoga à dos carros de combate. A guerra surpreendeu as forças soviéticas em plena renovação. As perdas de 1941 foram enormes: a aviação estratégica deixou de existir; a de combate levará longos meses e reconstituir-se.

No fim da guerra, as diferentes categorias tácticas voltam a ter uma certa amplitude e o seu emprego aumenta, sobretudo no apoio às forças terrestres. Os bombardeamentos não alcançam mais longe do que as retaguardas do campo de batalha. A intercepção manteve-se bastante reduzida. Os lançamentos em pára-quedas são realizados apenas em proveito das guerrilhas. Não se efectuou qualquer grande operação aeroterrestre.

E será necessário todo um plano quinquenal de após-guerra para permitir certas realizações, principalmente o *MIG 15*, experimentado no banco de ensaio da Coreia. A sua aparição provocou, nessa época, certos receios na opinião mundial. Por fim, revelou-se inferior ao *Sabre F 86* das esquadrilhas americanas.

A U. R. S. S. iniciou um enorme esforço no sentido de renovar a sua aviação. E partiu de três bases diferentes: os seus próprios tipos de aviões construídos antes e durante a guerra, sobretudo o avião de caça *Yak* (do construtor Yakovlev); os bombardeiros *Tu* (do construtor Tupolev), inspirados nos modelos americanos, principalmente no *Boeing;* e os bombardeiros médios e pesados *Il* (construtor Illyouchine) estabelecidos, em geral, segundo os dados dos engenheiros alemães das fábricas Heinkel, que foram levados para a Rússia. Existem, é claro, outros construtores soviéticos. Mas só temos o propósito de fazer notar as três origens da aviação russa: russa pròpriamente dita, americana e alemã.

*

É natural que estas tendências venham a fundir-se pouco a pouco para dar lugar a modelos de carácter tìpicamente russo.

Actualmente, conhecem-se entre as últimas criações soviéticas os seguintes aparelhos:

— os *Yak 15* e *17*, aparelhos de caça supersónicos, cujas características ainda não são conhecidas;

— as séries de aparelhos de caça *Mig*, ultrapassados pelos *Sabre* na Coreia, mas muito aperfeiçoados pelas versões dos *Mig 17, 19* e *21*, ultrapassando todos a velocidade do som, e de que o último seria, provàvelmente, em virtude das suas dimensões superiores em um quarto às dos dois anteriores, accionado pela energia atómica;

— a série dos bombardeiros de reacção médios e pesados *Tu 37, 39* e *75*, capazes de percorrer distâncias em voo autónomo de 10.000 e mesmo de 15.000 km, designados pelos Americanos pelos nomes de *Blaireau, Bison* e *Bear*, que os consideram uma ameaça séria para o seu continente, dadas as suas possibilidades de cruzeiro partindo de bases situadas nas regiões polares;

— finalmente, o bombardeiro médio *Il 16* e a sua nova versão, o *Il 28*, quadrimotor de reacção. De uma maneira geral, os bombardeiros soviéticos podem voar a uma velocidade de 1.000 km/h, sem poderem ultrapassá-la, ao contrário do que sucede com os bombardeiros americanos da mesma categoria. Parece, no entanto, que os Russos têm em ensaio *caças* pesados, de asa em delta, cuja velocidade seria da ordem de 1,5 Mach, assim como um avião com duas pontes capaz de transportar cerca de 200 passageiros. Também sabemos que a indústria aeronáutica russa está em condições de fabricar quinze bombardeiros pesados por mês, podendo transportar engenhos atómicos.

*

Os americanos calculam que o número de aparelhos soviéticos de todas as categorias deve regular por 50.000. Há um ano, esse número não excedia 40.000, metade dos quais armava as forças combatentes; a outra metade era constituída pelos aparelhos atribuídos aos países satélites, às forças de segurança do interior ou das vastas regiões dos confins soviéticos, e por um certo número em reserva; os 4.000 aparelhos da aviação naval estão incluídos neste cálculo. A produção aeronáutica russa global é superior à dos Estados-Unidos, mas inferior à totalidade da dos países ocidentais, sendo também, em geral, de qualidade inferior, principalmente no que se refere às técnicas anexas, como o radar, as telecomunicações, os auxílios à navegação, a própria navegação, o bombardeamento com visor, e os processos de manutenção.

Além disso, de todo o bloco oriental, é a U. R. S. S. o único país que tem pràticamente uma indústria aeronáutica, cuja capacidade atingiu, em 1956, dez mil aparelhos; a dos seus satélites continua a ser insignificante e apenas diz respeito a aparelhos ligeiros. A U. R. S. S. tem, portanto, que armar todos estes países. E fá-lo quase sistemàticamente com aparelhos antiquados, tal como sucede com as regiões afastadas do seu território. E, finalmente, em virtude também da imensidade das suas terras, a U. R. S. S. tem encargos aéreos nìtidamente superiores aos do Oeste. Por outro lado, a massa especìficamente continental do país não permite a vantagem de criar bases aéreas avançadas ou laterais podendo concorrer para uma manobra aérea de grande envergadura. No entanto, como já dissemos, o Árctico comporta possibilidades de acção distante, mas, como se verá, a U. R. S. S. não as utiliza a fundo e observa a regra de um certo recuo das suas forças aéreas para o interior. Estas têm, portanto, a característica de uma concentração bastante acentuada na esfera dos teatros de operações, especialmente daquele que faz frente ao Ocidente.

Esta concentração é ainda mais nítida no que se refere à aviação naval soviética, toda com base em terra, estando as pistas já por si muito juntas. Isto poderia explicar, por uma forma plausível, o projecto russo, já em execução, da construção de dois porta-aviões que permitiriam não só a dispersão das forças aéreas como a sua participação em eventuais operações mais distantes.

*

Antes das reduções das forças da U. R. S. S., que consistiram principalmente numa nova distribuição pelo conjunto do território e num reagrupamento de numerosas unidades com estrutura fraca, existiam dezoito exércitos aéreos, todos eles, segundo parece, de carácter táctico. A formação de grandes unidades de bombardeamento estratégico só pode ser muito recente; ter-se-iam descoberto três exércitos dessa categoria. Por outro lado, sabe-se que os exércitos aéreos devem ter sido reduzidos a uns quinze. Seria conveniente juntar-lhes quatro ou cinco exércitos das democracias populares, ainda que com o desfasamento de um plano quinquenal relativamente às forças russas. Contudo, os acontecimentos da Polónia e da Hungria mostraram que as forças aéreas satélites tinham um nível bastante baixo. Parece, por isso, que estas forças devem estar integradas no conjunto por pequenas unidades, e uma grande parte dos seus efectivos empregados no funcionamento da infraestrutura. De facto, foi realizado nestes últimos anos um grande esforço no sentido de a aperfeiçoar. Nos países de Leste foram assinalados novos campos de aviação, o que eleva o número de bases ao triplo; estas estão em geral sumàriamente equipadas, tendo pistas de descolagem pequenas.

Pode fazer-se, assim, a recapitulação das forças aéreas:

— *Grandes unidades estratégicas:*

três exércitos — serão provàvelmente aumentados.

— *Exércitos tácticos russos:*

quinze exércitos — dos quais:

um por cada «frente» ou grupo de exércitos, ou sejam aproximadamente 7
um número hipotético de reforço, a prever quando se fizer a criação de frentes operacionais: 3 (?)
restante à disposição do comando superior: 5

— *Exércitos tácticos satélites:*

4 a 5, segundo as reservas indicadas.

Um exército táctico conta 1.000 a 1.400 aviões (segundo informações não recentes); *ou seja um total de 20 a 23 exércitos*, compreendendo aproximadamente entre 20.000 e 25.000 aparelhos.

A acrescentar:

— Aviação naval;
— Forças aeroterrestres autónomas;
— Defesa aérea cobrindo todo o país, e dispondo da sua própria *caça;*
— Aviação das forças de segurança.

ou seja um total compreendido igualmente entre 20.000 e 25.000 aparelhos.

Os efectivos das forças do ar são calculados entre 700.000 e 800.000 homens, aos quais se podem adicionar 100.000 homens provenientes dos países satélites.

*

Nestes últimos anos, as forças aéreas a leste dos Urais elevaram-se ràpidamente a 40% do total. Isto parece provir do recente equipamento, antigamente desprezado, de certos teatros activos novos: Árctico, Sibéria Oriental (Yakoutie), Extremo-Oriente. Quando um dia estiver terminada a modernização das forças satélites, é provável que se encontrem, sob uma ou outra forma, os dois terços das forças aéreas fazendo face ao Ocidente, como sucede nos outros campos.

Pode dizer-se que se observa nas forças aéreas soviéticas a mesma dupla evolução que se realizou nas outras forças; primeiro, criação, por assim dizer completa, de uma nova aviação compensando o atraso da própria guerra, mas ainda em parte ao nível dessa época, contando porém com a introdução da aviação de reacção; em segundo lugar, modernização levada ao máximo segundo os dados previsíveis de uma futura guerra, com a introdução de aparelhos de reacção com elevadas características. Mas esta última evolução está longe do seu termo. A prioridade parece incidir actualmente sobre a aviação estratégica, o que explica igualmente o desenvolvimento bastante rápido dos teatros indicados atrás. Quanto às forças aéreas satélites, a primeira evolução ainda não está terminada.

Além disso, é necessário assinalar o grande esforço realizado no sentido de popularizar a aviação, sobretudo entre a juventude. Abrem-se numerosos cursos e constroem-se escolas. Os dirigentes soviéticos calculam que este trabalho começa a dar os primeiros frutos, recebendo o exército a partir de agora recrutas habilitados com úteis conhecimentos técnicos.

Uma campanha análoga foi empreendida em todo o país a favor da organização da defesa antiaérea, que durante a guerra, e mesmo depois desta, só visava à protecção das concentrações de tropas. Hoje, a perspectiva de uma guerra atómica e de operações aeroterrestres do adversário no coração do país obriga a prever vastas redes de defesa, com enquadramento militar, mas compreendendo sobretudo elementos civis ou semi-militarizados, e incluindo o conjunto da população. A iniciação desta nos perigos aéreos segue, portanto, a par com a campanha destinada a despertar o gosto pela aviação entre os jovens.

As *armas especiais* na U. R. S. S. parece terem sido reunidas numa «Quarta Força». Mas, como em todos os países, sob uma forma ou outra, as armas A, B e C (atómicas, bacteriológicas e químicas) estão agrupadas num único organismo. A característica soviética que justificaria o nome que lhe damos assentaria em dois pontos: tratar-se de um organismo a um tempo de produção e de experiência, e de um comando encarregado de o dirigir; além disso, estarem nele englobados os foguetes e engenhos teleguiados, ao passo que nos outros exércitos estes dependem em geral das três armas.

A concentração da produção na U. R. S. S. sob a autoridade militar deriva da intervenção do Estado no aparelho económico. Este tem que desenvolver um esforço enorme para pôr em marcha a indústria atómica que exige um grande consumo de electricidade antes de estar em condições de a produzir. Quanto à indústria atómica para fins militares, é evidente que exigirá o mesmo consumo sem nunca fornecer energia eléctrica. Trata-se, portanto, da criação por via autoritária de um potencial elevado de produção desta energia. As declarações feitas sobre o assunto, no XX° Congresso comunista, dão também indicações preciosas. O novo plano quinquenal prevê, é certo que em parte para a valorização de determinadas regiões, a construção de algumas centrais atómicas com uma produção de 50.000 a 200.000 kw. A produção total de energia eléctrica de origem atómica deverá alcançar no fim do novo plano quinquenal 2,5 milhões de kw, anualmente.

Seja como for, o Alto-Comando soviético, penetrado do princípio da sua omnipotência, parece decidido a conservar a direcção absoluta dos novos armamentos e, sobretudo, dos seus meios de produção. Durante esse mesmo Congresso, o marechal Jukov enumerou pela ordem seguinte esses armamentos, frisando que a U. R. S. S. está na posse deles: os diferentes engenhos guiados, os armamentos nucleares e termonucleares, e as armas químicas e bacteriológicas. Os engenhos transportadores e os projécteis parecem reunidos nas mesmas mãos; pelo menos, o marechal Jukov não fez qualquer referência à sua distribuição pelas forças.

*

Este agrupamento dos meios especiais militares explica-se na Rússia, por um lado, pela importância relativamente reduzida, comparada com o conjunto, das forças aéreas e navais que são apenas partes consumidoras e não «produtoras»; e, por outro, pelo facto de que certos teatros (Grande-Norte, Árctico, etc.) veriam o emprego talvez maciço de engenhos com cargas nucleares tendo a maior parte das suas bases em terra.

Nestes campos, principalmente no dos engenhos guiados e atómicos, a actividade soviética começou com um atraso nítido, de cerca de dez anos, em relação à América. É preciso chegar ao fim do primeiro plano quinquenal do após-guerra para conseguir algumas realizações. A evolução neste campo não foi, portanto, efectuada em dois tempos. E será desde então notàvelmente rápida.

Foi só no último ano do primeiro plano quinquenal do após-guerra que se deu uma explosão atómica na U. R. S. S.

No princípio do segundo plano, em 1951 e 1952, houve uma explosão por ano; depois, o seu número aumentou para atingir quatro em 1954. E vêm ainda as explosões termonucleares. No final deste plano, a U. R. S. S. tornou-se a segunda potência atómica do mundo. A sua reserva de bombas deve atingir dez mil, ao passo que os Estados-Unidos teriam várias dezenas de milhares. Durante a mesma época, a produção de energia eléctrica passou de uma centena de biliões de kw/h para cerca de 170 biliões. É sabido que a U. R. S. S. dispõe de enormes quantidades de matérias cindíveis; e algumas das suas realizações no domínio nuclear são comparáveis com as da América.

Não há dúvida de que durante o novo plano quinquenal, que começou em 1956, se realizará um esforço prodigioso. No entanto, a U. R. S. S. a exemplo do que sucede noutras actividades, ainda que consiga resultados brilhantes devido a equipas cuidadosamente constituídas, sofre no conjunto de uma certa mediocridade e da insuficiência dos seus técnicos. Ora, reportando-nos ainda ao XX° Congresso, um dos objectivos principais do novo plano será a formação, durante esse período, de uma massa de 650.000 engenheiros, técnicos, etc., vindos dos estabelecimentos de ensino superior, incluindo no entanto todas as actividades técnicas. Se lhe juntarmos os técnicos que saem dos estabelecimentos secundários, a U. R. S. S. terá em 1960 quatro milhões de novos especialistas. Estes números representam, de um modo geral, o dobro dos correspondentes aos planos anteriores.

Segundo tudo indica, este novo plano será sobretudo o das realizações práticas. Já foi anunciada a aparição na Alemanha Oriental de um grupo de baterias atómicas com um total de nove peças. O seu calibre é de 300 mm, elevando-se o peso da peça a 110 toneladas. Estes dados revelam uma técnica ainda pouco desenvolvida, pois o peso da peça é nìtidamente superior ao da peça americana (85 toneladas), a qual já é considerada demasiadamente pesada e volumosa, tendo os serviços americanos começado a construção de uma nova peça de 175 mm.

Em matéria de submarinos, os Russos trabalham na execução de um antigo projecto alemão, de uma caixa, submersível e estanque, rebocada a uma certa distância por um submarino. Prevista inicialmente para o tiro de torpedos, ela serviria na sua nova versão para o lançamento de engenhos atómicos. Um projecto análogo está em estudo nos Estados-Unidos.

*

Pode também afirmar-se que o novo plano começa por uma inovação muito curiosa. Não se trata do próprio emprego da bomba, mas sim da ameça atómica para salvar no último momento o protegido egípcio da U. R. S. S., excelente perturbador do Ocidente. Esta época é tão fértil em novidades que o emprego (pela primeira vez em política estrangeira) da *ameaça atómica para impor a sua vontade* não foi considerado como o processo merecia. No entanto, este facto não deixará de tomar um valor histórico.

A U. R. S. S. vem desenvolvendo, desde o fim da guerra, o estudo dos *foguetes e engenhos teleguiados*. Neste campo, o concurso dos sábios e técnicos

alemães — a maior parte deles oriundos do centro de Peenemunde — foi bastante mais decisivo do que no da potência atómica. Assim é, que já durante o primeiro plano quinquenal do após-guerra nos chegavam numerosas informações de que os Russos haviam procedido à instalação de rampas fixas para o lançamento de foguetes. Estas rampas estavam em geral montadas nas zonas limítrofes do Báltico e dirigidas para a Escandinávia e para a Dinamarca; outras, na Turíngia e na bacia do Danúbio. Tratava-se das primeiras reproduções aperfeiçoadas dos *V2* alemães. O seu alcance era de algumas centenas de quilómetros, mas sem atingir os mil, e as cargas explosivas convencionais.

O plano seguinte trouxe progressos que devem ser consideráveis. Mas não são conhecidos em pormenor. A preocupação dominante parece ter sido dar o máximo de mobilidade aos dispositivos de lançamento, sendo alguns constituídos por rampas montadas no tejadilho de camiões pesados. Crê-se que os Russos têm também foguetes de D. C .A., de certo modo análogos aos foguetes americanos solo-ar *Nike*.

O novo plano quinquenal parece dever ser, sobretudo, o dos foguetes e engenhos teleguiados de carácter estratégico. São já conhecidas algumas realizações; mas são escassas as informações e as declarações a seu respeito.

A implantação prevista para estes engenhos deve ser, de preferência, o Grande-Norte; a península de Kola, os estuários dos rios siberianos e as grandes ilhas do Oceano Atlântico Glacial, isto é, a via transpolar para a América. Os seus alcances têm, portanto, que ser de 6.000 a 8.000 km, para cobrirem o percurso intercontinental mais curto. Actualmente, parece que os alcances conseguidos nas experiências se situam entre 2.000 e 4.000 km. As características, de um lado e de outro dos dois rivais, mantêm-se vizinhas, mas com um certo avanço americano. A inferioridade soviética reside nos processos de guiamento, electrónicos e outros. Finalmente, julga-se que os Russos trabalham num projecto de foguete de três secções, que tem certa semelhança com o *Atlas* americano. O seu alcance seria extraordinário, qualquer coisa como 15.000 km, ou seja um terço da circunferência do globo terrestre. Segundo certas informações, já teriam sido feitas experiências a uma distância de 4.000 km com um engenho transportando uma bomba termonuclear que rebentou nas regiões polares. De resto, actualmente, só por meio de foguete seria possível o lançamento de uma bomba «H», ou pelo menos este seria o único meio capaz de dar garantias suficientes.

Nos domínios da química e da bacteriologia, pouco se conhece dos trabalhos realizados pelos Russos. No entanto, sabe-se que as forças armadas russas são activamente instruídas no sentido de se defenderem contra os efeitos de tais armas e contra a contaminação redioactiva. E estão sendo formadas equipas especiais para realizar a detecção.

*

A organização soviética do *Grande-Norte Árctico*, provável teatro dos engenhos teledirigidos, merece uma atenção especial em virtude dos processos originais postos em prática pelos Russos. Trata-se da região costeira, a que já se aludiu várias vezes, do Oceano Glacial Árctico, que se estende por uns dez

mil quilómetros, do Estreito de Bering ao cabo escandinavo (Murmansk--Petsamo).

Substituindo, nos princípios do século, os Holandeses, Dinamarqueses e Noruegueses, que tinham prospectado as suas imensidades, os Russos esforçaram-se por romper a barreira de gelo que se opunha à sua expansão. Os progressos que realizaram na navegação com o auxílio dos quebra-gelos foram muito notáveis, tendo ùltimamente conseguido manter uma corrente de tráfico de um a outro extremo do Oceano Glacial. Mas os progressos mais substanciais foram registados nos anos a seguir a 1930, graças à criação de uma esquadrilha aérea árctica realizando uma estreita ligação entre a aviação e as comunicações rádio. A partir desse momento, o conhecimento destas regiões torna-se muito mais rápido.

Os Russos procederam ao equipamento metódico destas regiões, ao mesmo tempo que faziam a sua valorização económica. Começou pelos cursos dos grandes rios e dos seus estuários. Construiram-se muitas vias férreas, ao passo que, anteriormente, durante os dois conflitos mundiais, já tinham sido estabelecidas comunicações terrestres, marítimas e aéreas sobre o eixo Arcangel-Murmansk. Depois, foi a vez das grandes ilhas do Oceano Árctico, onde se instalaram numerosas estações, de que as principais são: Waïgatch, a Nova-Sibéria, a Terra de Francisco-José e o Siptzberg, esta última explorada no fim do século passado por companhias mineiras inglesas e escandinavas; de resto, foi internacionalizada em 1900.

*

A exploração sistemática destas vastas regiões, oferecendo enormes recursos minerais, começou depois de terminada a última guerra. A mão-de-obra era constituída principalmente por prisioneiros e deportados; fizeram-se mesmo verdadeiras rusgas nas regiões asiáticas para preencher as baixas provocadas pelo rigor do clima e pelas condições extremamente duras do trabalho. Foi preparado um certo nùmero de zonas ou bacias:

— Murmansk, ligado com Acangel; compreende a parte costeira até Petsamo, adquirida à Finlândia, cujo porto está livre de gelos durante todo o ano; estende-se igualmente até ao Siptzberg com as suas dependências, nas quais a implantação soviética foi dirigida, de preferência, no sentido de tornear as cláusulas de internacionalização da ilha.

— Arcangel, compreendendo vastas penínsulas e muitas das grandes ilhas árcticas, uma das quais é a Terra de Francisco-José; uma das suas dependências é o ponto mais próximo do Polo Norte.

— Komi, comportando o grande centro de Vorkuta, cujo desenvolvimento industrial é muito grande; foi ali instalada uma fábrica de água pesada.

— Jenesséi, tendo principalmente o centro de Norylsky, hoje uma cidade; duas grandes ilhas estão ligadas com esta região, que se estende até ao Ob e à península do Taimir.

— Kolyma, compreendendo a península constituída pela extremidade da Sibéria, e de que uma das faces está situada no Mar de Okhotsk, onde foi construído o importante porto de Magadan.

O conjunto destas regiões imensas está colocado sob a autoridade de um Ministério das «Esquadras marítimas e fluviais», criado por Estaline. Parece que este Ministério é omnipotente, tendo poderes tanto económicos como militares. A sua jurisdição estende-se, a partir da latitude de 60º norte (norte de Leninegrado ao Estreito de Bering) sobre todas as terras, mares e gelos cuja soberania é reivindicada pelos Russos.

As actividades económicas, científicas e militares acham-se ali intimamente conjugadas, o que justifica a existência de uma autoridade única. Simultâneamente com a sua exploração económica, foi organizada uma armadura militar compreendendo não só numerosas bases (cerca de oitenta) e estações de radar como centros de observação científica abrangendo actividades muito diversas.

*

Do ponto de vista militar, a organização parece apresentar-se pela forma seguinte:

— ao sul do Círculo Polar estão instaladas as grandes bases aéreas e talvez as rampas de lançamento de engenhos teledirigidos, isto é, o mais retiradas possível, a fim de escapar às eventuais incursões da aviação americana estabelecida na costa oposta do Oceano Árctico; mas a aviação soviética dispõe de *relais* nas bases avançadas;

— ao longo de toda a região costeira está instalada uma rede de postos de radar;

— pelas grandes ilhas passa uma segunda rede;

— finalmente, está quase estabelecida uma terceira rede de postos avançados nas banquisas flutuantes que os Russos se esforçam por utilizar. Trata-se, na verdade, de uma das suas inovações mais originais.

Estas banquisas são exploradas pela aviação. Quando oferecem condições suficientes de espessura e de navegabilidade, lançam nelas estações completas. A primeira base foi lançada em 1937. Depois da guerra, foram criadas mais quatro. Uma corrente marítima, sem dúvida a contra-corrente da Corrente do Golfo, faz derivar estas banquisas, passando perto do Polo Norte, para o Grande-Norte americano. Num ano, percorrem cerca de 2.500 km. Elas permitem abordar por via aérea o continente americano de direcções absolutamente inesperadas e obliquamente às redes de radar. Finalmente, podem dar aos Russos a possibilidade de remediar a sua situação desfavorável relativamente aos Americanos. Com efeito, estes últimos, da Gronelândia, Thulé e das suas bases anexas na costa oriental da Gronelândia, têm uma distância a percorrer de 4.500 km para alcançarem a U. R. S. S. a um e outro lado dos Urais, ao passo que os Russos, das suas bases nas ilhas setentrionais, têm que percorrer um mínimo de 6.000 km.

Por outro lado, os seus organismos científico-militares das regiões polares iniciaram a prospecção metódica dos fundos marítimos sob a calote polar. Numerosas sondagens permitem encarar a possibilidade de navegação por submarinos debaixo da camada de gelo. Parece mesmo que já foi experimentada. Os submarinos disporiam assim de refúgios quase inexpugnáveis, donde a sua

acção se poderia prolongar, com um importante encurtamento das distâncias, para as comunicações do Atlântico Norte.

Cada dia que passa, mais se vai tornando evidente que, em caso de conflito, o Oceano Glacial Árctico será o teatro dos grandes engenhos aeronáuticos e teledirigidos, assim como o covil dos submarinos oceânicos.

III — Conclusões gerais

O estudo da situação das forças soviéticas leva naturalmente à conclusão de que estas sofreram profundas modificações. O seu carácter é, de certo modo muito diferente do anterior à guerra e mesmo do da guerra. De defensivas, depois contra-ofensivas e de alcance continental, parece terem-se tornado essencialmente ofensivas e de concepção nìtidamente intercontinental.

Além disso, a estrutura destas forças, tal como se desenha de 1950 para cá, é também diferente, devido à sua modernização no após-guerra imediato. E esta evolução continua, em harmonia com os dados da guerra atómica. Na base da sua renovação, estão ou estarão em condições de cumprir missões com grande prolongamento. É precisamente este sentido do prolongamento da acção que parece o mais característico de uma para a outra das duas evoluções das forças soviéticas.

Sob este aspecto, depois de feita a análise das forças em cada uma das armas, para se poder apreciar o potencial estratégico da U. R. S. S., haverá que considerar de novo os seus quatro grandes teatros de guerra prováveis:

— O teatro principal, do Báltico ao Mar Negro, conserva as suas características terrestres; no entanto, a importância dos factores aéreo e atómico irá aumentando sempre. Mas dada a sua configuração geográfica limitada, e em virtude da presença das forças da aliança atlântica, este teatro será o do choque de dois corpos de batalha, sem que se possa imediatamente prever nele uma manobra que provoque a decisão. Esta parece, pelo contrário, dever intervir exteriormente a este teatro.

No entanto, as suas duas alas, escandinava e próximo-oriental, charneiras dos outros teatros, já oferecem possibilidades de manobra, às quais voltaremos a referir-nos.

— O teatro de guerra do Médio-Oriente (Cáucaso e Ásia Central reunidos) é essencialmente terrestre; o factor aéreo está nele pouco desenvolvido, assim como toda a infraestrutura económica e estratégica. Este teatro está, por assim dizer, limitado pela sua própria imensidade e por obstáculos naturais muito grandes, tais como a maior cordilheira do mundo. Os processos atómicos não teriam nele qualquer interesse em virtude da evidente escassez de objectivos apropriados.

— O teatro extremo-oriental (compreendido o extremo-siberiano, pelo menos a sua face meridional) apresenta um carácter bastante equilibrado dos diferentes elementos, terrestre, aéreo, naval e decerto atómico. No entanto, em consequência da expansão soviética na China e na Indochina, os eventuais objectivos terrestres tornam-se relativamente restritos e limitam-se aos países chamados do Sudeste asiático, que a subversão comunista pode mais fàcilmente

ganhar por «apodrecimento» do que por uma guerra terrestre a distâncias muito grandes. Aparte certas operações interarmas dirigidas contra as ilhas situadas na orla do continente asiático, parece que as operações russas seriam de preferência dirigidas contra o Norte do Pacífico, o Alasca, ou mesmo as costas ocidentais da América do Norte, onde se empregariam sobretudo elementos navais e aéreos, assim como atómicos. Desta forma, o equilíbrio dos meios ficaria um pouco destruído, sobretudo na fase inicial de um conflito; o elemento naval, que deveria ser preponderante, continua sem dúvida a ser o mais fraco.

*

— O teatro nórdico ou ártico, delimitado quase exactamente pelo Círculo Polar, verá, pelo contrário, um predomínio maciço da aviação e das armas e engenhos especiais atómicos. O elemento naval é ali representado por esquadrilhas de submarinos, mas apenas na extremidade ocidental deste teatro. O elemento terrestre pode dizer-se que não existe, além das formações especiais ou talvez das forças aeroterrestres susceptíveis de intervir por uma forma autónoma a distâncias consideráveis; e não se deve pôr de parte inteiramente esta eventualidade.

Este teatro, como de resto o seu homólogo americano, constitui de certo modo a incógnita de uma futura guerra — ou, por outras palavras: em que medida os grandes engenhos aeronáuticos e teledirigidos, portadores de projécteis atómicos, poderão atingir os centros vitais do adversário? Deve notar-se ainda que este teatro apresentaria a particularidade de nele apenas se encontrarem os dois únicos «supergrandes» do mundo, o que não sucede noutros pontos.

Por outro lado, por uma forma geogràficamente mais limitada, mas estratègicamente de uma importância considerável, ele apresenta imediatamente grandes possibilidades de apoio a favor do teatro principal; e isto precisamente num dos flancos a que se fez referência. Do Grande-Norte norueguês por submarinos, através da Escandinávia por foguetes e talvez por outros meios, e à saída do Báltico com todos os meios reunidos, aéreos, navais e mesmo terrestres, pode ser realizada uma manobra russa de grande estilo, de que a executada pelos Alemães em 1940 serviria de modelo, ainda que esta última tenha sido de menor envergadura. A Escandinávia é para os Russos o maior obstáculo ao desenvolvimento de uma grande acção dirigida sobre o Mar do Norte e a Mancha. Segundo a sua doutrina e a sua predilecção pela concepção de Clausewitz do duplo envolvimento, tudo parece levá-los a pensar numa tal manobra. O agrupamento actual das suas forças não invalida esta hipótese, tendendo o aumento dos alcances das suas armas e engenhos, oceânicos e intercontinentais, a confirmá-la. É, portanto, na charneira dos seus teatros de guerra, europeu e ártico, de características tão diferentes, ou num dos flancos de cada um deles, que pode realizar-se a conjunção máxima dos seus meios.

*

No outro flanco do seu teatro europeu, dos Balcãs e do Mar Negro, desenha-se uma manobra semelhante de alcance distante, cujo desenvolvimento é tanto político como militar. A sua base é constituída pelas forças marítimas da

Crimeia e das costas romenas e búlgaras, as forças aéreas e terrestres nos Balcãs, a base de Valona e o seu rochedo de Sasseno, covil de submarinos, e pela autêntica base militar que foi o Delta do Nilo, actualmente comprometida, mas logo substituída, segundo parece, por uma séria implantação na Síria. Do Próximo-Oriente podem ser estendidos tentáculos muito distantes, por meio de pessoas e de organismos interpostos. O objectivo final desta manobra já foi entrevisto em Dacar, que é o ponto mais perto da América. Não será exagerado, nem prematuro generalizar quando se vê a rapidez do desenvolvimento da acção próximo-oriental da União Soviética.

Esta nova manobra tanto pode ser considerada como uma diversão e uma acção de enfraquecimento grave das posições dos Ocidentais no Mediterrâneo, como, em germe, um dos braços, de que o primeiro é nórdico, do cerco da Europa com um alcance ainda muito maior.

Depois de apreciado no plano geográfico-estratégico, pode o problema ser examinado sob o aspecto da guerra fria, de que cada uma das fases ocupa um lustro, pelo menos no que respeita aos factos principais. A primeira é marcada pela «satelização» do Leste europeu, mas termina por um duplo fracasso, mediterrânico, na Grécia, e centro-europeu, em Berlim. A segunda refere-se ao Extremo-Oriente, começando pela conquista da China, e terminando por um empate e por um meio-êxito periférico na Coreia e na Indochina. A terceira iniciou-se há pouco, atacando politicamente, ao norte, a posição islandesa, e, no Próximo-Oriente, avançando bases ou semibases militares, utilizando ao máximo os processos aperfeiçoados da guerra de guerrilhas ou dos «matadoures individuais» — esta fase ainda não terminou.

*

As forças soviéticas conseguiram efectuar duas evoluções fundamentais: a que foi brutalmente imposta em plena guerra e que conduziu à doutrina do emprego maciço das forças, sobretudo terrestres; e a segunda, já hoje realizada em grande parte, da modernização dos meios e da adaptação dos métodos, de maneira a utilizá-los por uma forma muito mais dispersa; a isto adiciona-se essencialmente um aumento considerável dos alcances e uma coordenação muito mais perfeita de meios muito diversos.

Chegou-se a duvidar de que o comando, os estados-maiores e até a tropa soviética pudessem chegar a fazer face a estas novas condições, que exigiam uma «técnica» consumada. Este modo de pensar é de certo modo justificado. Mas parece que não se devem sobrestimar as suas consequências. Primeiro, porque os Russos têm um sentido pouco comum do desprezo pelas perdas de vidas humanas, que os levaria a aceitar as hecatombes de uma guerra atómica. Além disso, dispõem de «técnicas» particulares que implicam o mesmo desprezo pelos outros. Por fim, o exército soviético moderniza-se, não só quanto ao material como em conhecimentos; os seus quadros, ainda que de um nível geral relativamente fraco, vão melhorando constantemente. Muitos factos e testemunhos demonstram que o exército russo é estudioso.

Os últimos acontecimentos da Europa Central também puderam criar dúvidas acerca da solidez das tropas que se tornaram aliadas das forças da U. R. S. S. É certo que no estado actual das coisas esta aliança perde já um

certo número de divisões: na Alemanha Oriental, depois dos tumultos de 1953, foram organizadas oito ou nove divisões em vez das doze previstas; na Hungria, pode considerar-se comprometida a totalidade da contribuição deste país; na Polónia, prevê-se uma certa defecção; além disso, a União Soviética viu-se obrigada a saturar a Roménia com divisões russas vindas a toda a pressa do interior. Um cálculo muito aproximado permite computar essa perda geral em pelo menos trinta grandes unidades, quer de satélites tíbios, quer constituídas por divisões soviéticas imobilizadas.

* * *

Contudo, o problema põe-se por uma forma diferente, isto é, sob o aspecto do valor da armadura militar da esplanada. Ora aquela não foi atingida. Ela é constituída por pontos fortes soviéticos de que os principais são: a rede de bases e de instalações do Báltico; o corpo de batalha na Alemanha Oriental; certos grupos, como o de várias divisões mecanizadas e motorizadas em Lignitza, na Baixa Silésia; muitos nós de comunicações sòlidamente ocupados; as bases e instalações russas das costas orientais do Mar Negro, com a posição avançada de Valona; finalmente, as reservas móveis na Rússia limítrofe.

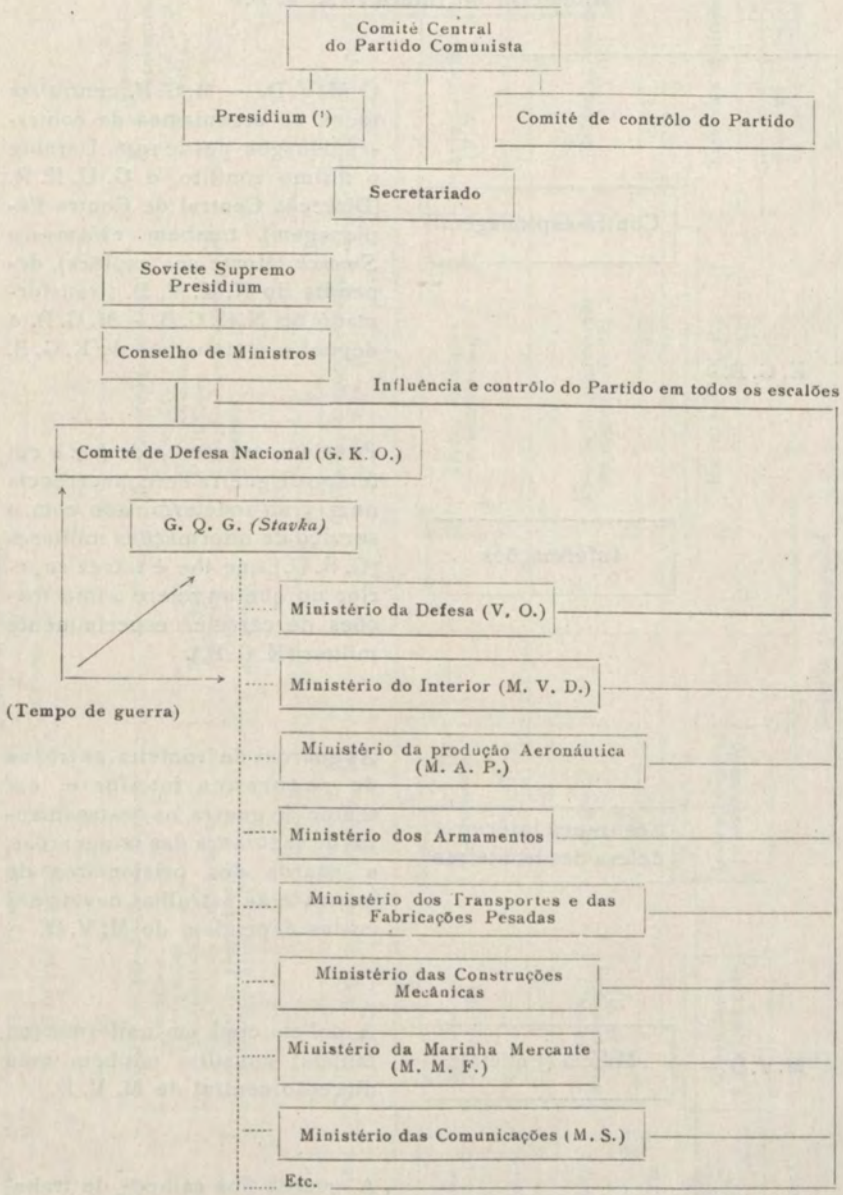
Foi, de resto, o conjunto deste dispositivo soviético que entrou em acção quando da revolta da Hungria para concentrar neste país uma massa suficiente. Por outro lado, em tempo de guerra, as disposições do estado de sítio dariam à U. R. S. S. os meios necessários para conter os povos «satelizados». De facto, nenhuma das divisões das democracias populares atinge o nível superior das da Rússia soviética; reunidas, não constituiriam forças capazes de sustentar uma guerra moderna. Mas tornam-se valiosas quando integradas no conjunto das forças soviéticas e como complemento destas.

Assim, todos este factores e elementos parecem indicar que, no plano militar, não há que contar com um enfraquecimento duradouro, ou mesmo momentâneo, da grande máquina de guerra soviética. Se tiver que se dar uma desagregação, ela só poderá começar no campo político.

Resumindo, diremos que o poder das forças do bloco soviético se mantém elevado. Apesar de certas fraquezas e de um nível geral mais baixo do que o do Ocidente, ele tem em todos os campos possibilidades sérias de prolongamento das acções. E revela igualmente em potencial intenções de manobra de grande envergadura.

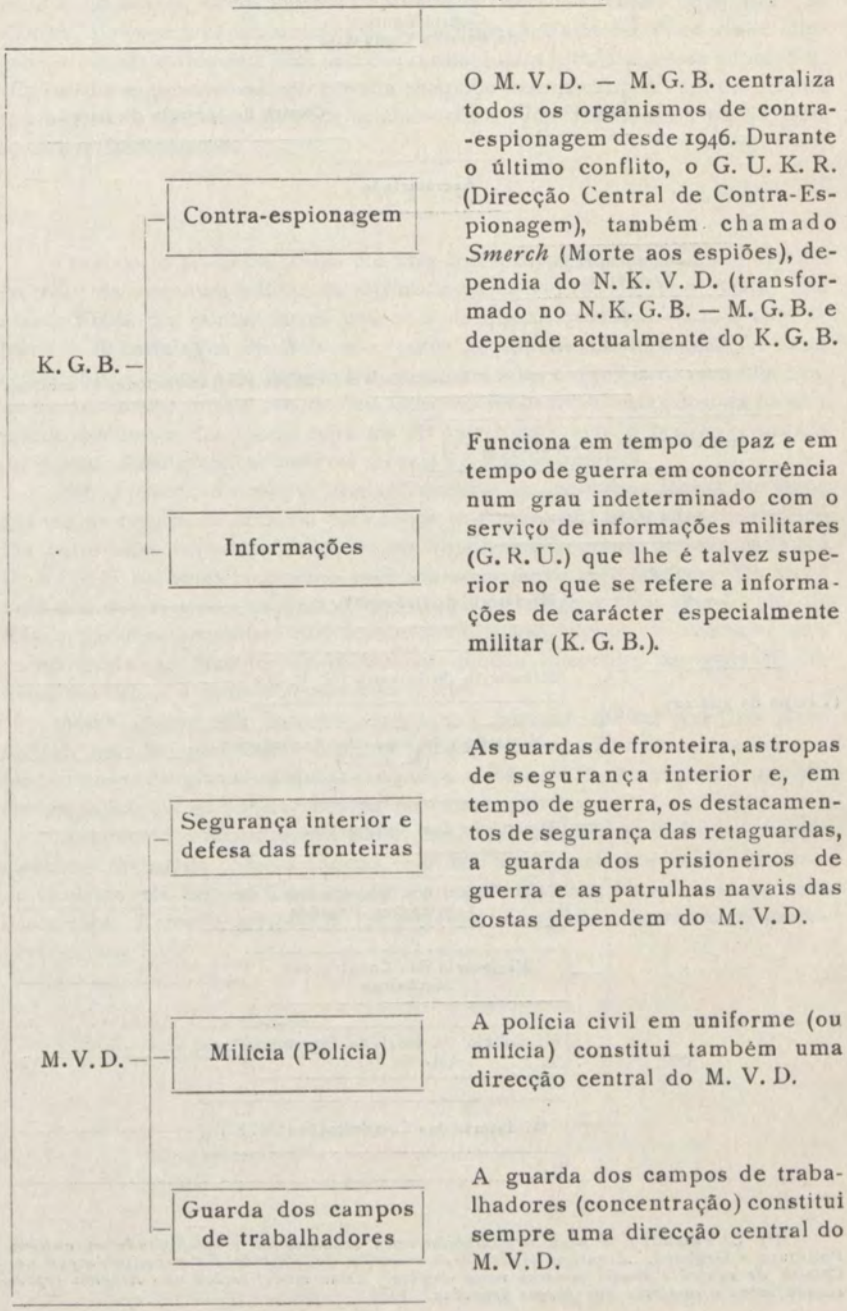
«L'Armée — La Nation»
N.º 1 — 1 de Janeiro de 1957

Situação das Forças Armadas Soviéticas na Estrutura Governamental

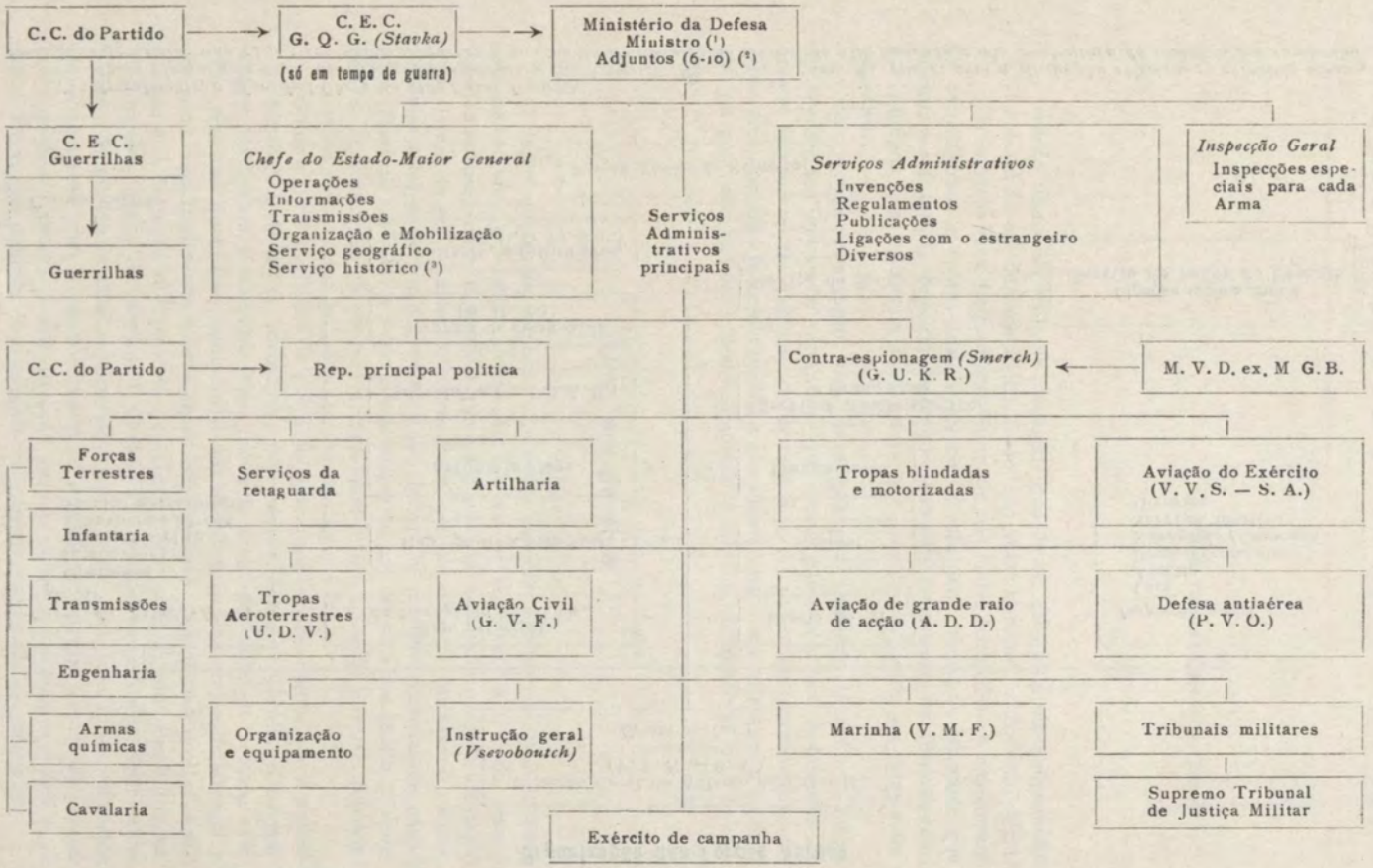


(1) O Presidium *é uma organização nova substituindo e combinando os antigos* Politburo *e* Orgburo. *A antiga comissão de contrôlo do Partido foi substituida por um* Comitê *de contrôlo tendo poderes mais amplos. Estas modificações não tiveram repercussão sobre o comando das forças armadas.*

Organização do Ministério do Interior e «Comité» da Segurança do Estado

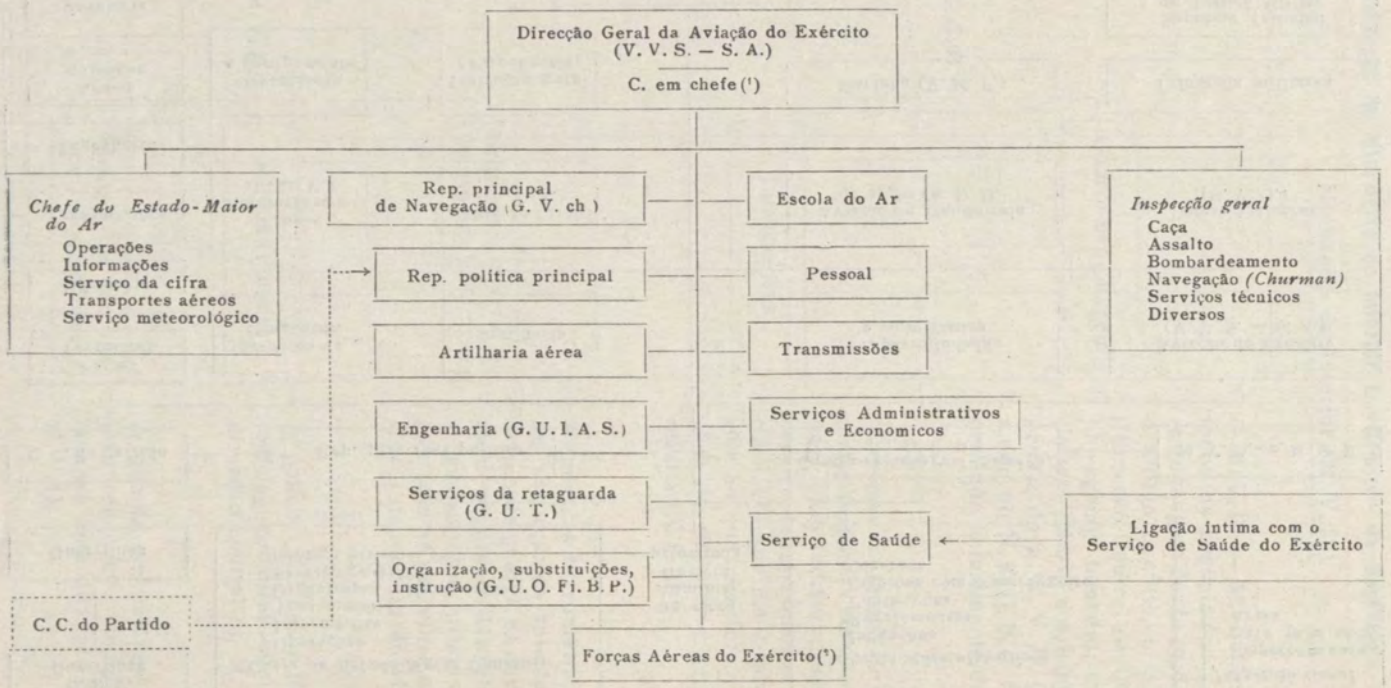


Organização do Ministério da Defesa



(1) *Actualmente, o Marechal Grigory Jukov.*
(2) *Os adjuntos, em 1946, dirigiam as armas principais (forças terrestres, forças motorizadas, Aviação, Engenharia) além da repartição politica principal.*
(3) *Onde se elabora de facto a doutrina estratégica.*

Organização das Forças Aéreas



(1) *Actualmente, o Marechal-Chefe do Ar, Pavel Jigarev.*

(2) *Apoio táctico pela caça, assalto, reconhecimento e bombardeio. Nas últimas fases da guerra com a Alemanha existiam 17 exércitos aéreos, devendo hoje existir uns 15. Deve notar-se que este quadro dá a organização central do alto-comando e não a estrutura do comando em campanha.*

O OFICIAL DO EXÉRCITO MERCENÁRIO OU MISSIONÁRIO?

pelo Tenente-Coronel A. Green

Vivendo numa era mais de ideologias que de fé, em que a autopropaganda é exaltada em detrimento do verdadeiro valor humano, o moderno oficial do exército vê-se frequentemente ao léu nas marés económicas e nas correntes tecnológicas da época, sem estrela ou bússola para orientá-lo. É então que procura a satisfatória simplicidade do guerreiro feliz; os axiomas do dever honesto e a limitada mas adequada recompensa que inspirou e bastou aos seus antepassados.

Não existe, entretanto, fuga para qualquer tranquilo mosteiro — escola do exército ou guarnição distante — que possa garantir o seu isolamento do ataque implacável da política, da economia e da tecnologia contemporâneas. Deve procurar uma fé bem fundada e duradoura que o sustente ante a avalanche de palavras, filosofias desintegradoras e ciências integradoras que descem sobre ele.

Uma era perdida

O leitor que puder suportar o doentio ego dos Escritos de Boswell deve espantar-se ante o fanático desejo de Boswell de ingressar na Guarda, desejo que jamais realizaria. É verdade que o seu interesse resultava mais da afectação e do desejo de ser reconhecido socialmente, que de um ideal puramente militar. Podemos estar certos, não obstante, que devem ter existido centenas de outros como Boswell. A vida, o soldo e o prestígio de um oficial eram muito procurados, ao contrário dos outros postos considerados pelo ídolo de Boswell, Johnson, como inferiores aos dos próprios criminosos nas prisões.

Passando da superfície da profissão para o seu âmago, vemos que o esplendor dos heróis da nossa juventude, tais como Gordon o Chinês, Kitchener, Robert E. Lee ou o Marechal Ney, provinha tanto do brilho do próprio exército como das qualidades individuais. Os eruditos, os doutores e os advogados da época eram igualmente nobres, igualmente valiosos, mas as suas profissões não possuiam o destaque e o colorido que contribuiam para a fama dos militares. Mornington, irmão de Arthur Wellesley foi governador-geral da Índia num período de grande expansão, entretanto o seu nome está hoje quase esquecido em comparação com o de Wellington, o soldado. Será que a carreira militar como profissão perdeu a sua atracção para o público nos anos recentes e, se assim for, o que significa para o oficial de carreira essa perda de prestígio?

Este período tem sido caracterizado como a idade da Angústia. As causas são, segundo se afirma, a desintegração de sistemas políticos e económicos até hoje firmes, e a decadência da estabilidade básica que foi característica tão saliente da era Vitoriana. A erosão dos tempos é acelerada e ampliada pelos grandes meios de propaganda em massa dos jornais e do rádio, e o violento fluxo de opiniões ameaça o equilíbrio essencial da sociedade.

É então de admirar que os nossos princípios de vida profisisonal e de conduta estejam semelhantemente afectados? Há um padrão invariável pelo qual possamos julgar-nos e à profissão que seguimos.

O padrão fugidio

É uma peculiaridade da profissão militar que, por combatermos apenas em períodos limitados da nossa vida de soldados, devemos estabelecer o nosso padrão de paz dentro de uma série de ideias gerais e forçosamente experimentá-lo nas irrevogáveis realidades das guerras específicas. Em lugar algum se reflecte mais esta disparidade do que na selecção e formação de oficiais e no ajustamento do oficial seleccionado à sua profissão.

As pedras de toque da história podem fornecer-nos uma grosseira indicação das qualidades e atitudes que terão sucesso ou falharão em dadas circunstâncias mas que não podem ser definitivas pois o factor primordial é aquela criatura incrìvelmente variável — o homem. Pode, entretanto, ser declarado com justeza que a rigidez e a moralidade da profissão residem num contrato tríplice entre o soldado, a força armada e o povo, e que as considerações de cada um dos três são vitais para tal contrato.

Desde 1945 os exércitos que melhor conhecemos têm estado proclamando padrões novos e idealísticos para o mundo e lamentando a má qualidade dos elementos que se oferecem para serem instruídos como oficiais. Ao mesmo tempo, tem havido uma corrente contínua de oficiais desiludidos e descrentes, nem todos desajustados, que se afastam da profissão. A razão para estas anomalias deve ser importante para a rigidez profissional do exército.

Selecção e vocação

Um coronel resumiu a situação do ponto de vista do oficial: «Para continuar nesta profissão, e aceitar o difícil e o fácil, é preciso ter-se vocação para a carreira militar».

Há grande verdade nesta declaração mas ela não é suficiente por si só porque coloca todo o peso no indivíduo e, na prática, tudo de que se precisaria seria um processo infalível para a selecção de militares de vocação, e o problema acabaria resolvido. É duvidoso que um número suficiente de entusiastas mili-

tares em potencial, pudesse ser encontrado para preencher as nossas fileiras, mesmo que possuíssemos esse processo infalível.

A verdade é que o exército, tal como qualquer órgão público, tem de cortar o seu casaco de acordo com a fazenda disponível, tanto em quantidade como em qualidade. Portanto, o desgaste do casaco depende em grande parte daquele que o usa — o exército — e não do próprio casaco — o oficial.

A Comunidade deve seleccionar ou aceitar os melhores que se apresentam anualmente e se aproximam do ideal. Sàbiamente, as fileiras vazias dos nossos quadros de oficiais recebem, sem levar em conta os antecedentes sociais, económicos e de instrução académica, os neófitos que nos vêm por intermédio da Escola de Candidatos a Oficial e do Corpo da Reserva Organizada e da qualificação nas fileiras de soldados amadurecidos. Uma faixa tão larga assim, tirada da comunidade, precisa de um denominador comum — e esse denominador é o mito profissional — a missão do oficial.

Preparação para o comando

Antigamente era costume denunciar os cultos como, *ipso facto*, maus soldados. Certamente alguns recrutadores ferrenhos do Exército Indiano rejeitavam logo de saída os recrutas educados. O ajudante analfabeto de William Cobbett nas colónias americanas, entretanto, dependia da rara instrução do jovem sargento-ajudante para ler e escrever as suas ordens de rotina diária. Desde então tem havido uma completa revolução que exige uma preparação geral superior para todos os que aspiram ao oficialato.

Napoleão, entretanto, que era formado pela escola de artilharia de Brienne, transformou meninos de estrebaria em bons marechais. Sir William Robertson, de origem semelhante, pela pura aptidão e a adaptabilidade natural, alcançou o mesmo posto. Uma preparação formal evidentemente, não é tão essencial como uma alta inteligência, que deve ser combinada com a energia e o amor à profissão.

Além da instrução estritamente académica dá-se uma importância natural à instrução de adaptação para ajustar o iniciante na profissão, como fazem West Point, Kingston, St. Cyr, Duntroon e Sandhurst. Embora isto seja bastante desejável não é, evidentemente um *sine quanon*, como o demonstraram os dois últimos chefes do Estado-Maior Imperial, ambos formados nas fileiras pela dura escola da guerra.

Muitos soldados e educadores, entre eles os nossos próprios, procuram trazer a universidade para o exército, ou levar o exército para a universidade, seja obtendo mais oficiais entre os elementos de educação superior, seja elevando o nível cultural das escolas militares. Em geral, nenhum tipo de preparo, geral ou militar, garante o sucesso embora seja, evidentemente, de grande ajuda. Sem preparo mental e ardor profissional nenhum homem se torna bom oficial. Quando existem essas qualidades o exército pode fornecer o necessário polimento. Como de outro modo poderia o prussiano Frederico Guilherme ter transformado o seu filho, tocador de flauta, em Frederico o Grande!

O elemento físico

Napoleão pôs o factor físico na guerra, na sua verdadeira proporção, mas o oficial tem requisitos pessoais — a necessidade de um físico que suporte os choques e pressões da profissão. A aptidão física para a guerra difere essencialmente da aptidão física puramente atlética. É um facto reconhecido que muitos grandes desportistas são fisicamente incapazes para o serviço militar. Podem ser grandes acrobatas perante o público, mas incapazes de resistir prolongadamente ao frio, à fadiga, à fome e aos perigos do campo de batalha.

No mundo anglo-saxão a proeminência nos esportes é, naturalmente, por si mesma, uma grande honra e pode conferir um prestígio adicional a um chefe capaz. Grandes generais tais como o Marechal-de-Campo Montgomery, têm dado grande importância à resistência física em todos os postos. Esse excêntrico génio, Suvorov, que todos os dias, inverno ou verão, de pé na sua barraca fazia o seu ordenança dar-lhe uma ducha com baldes de água fria, era outro espartano. Dirigia as suas tropas marchando ao seu lado e exortando-as, «A baioneta é uma heroína, mas a bala uma idiota», e abria mão do conforto da marcha a cavalo para dar-lhes exemplo e encorajamento.

É difícil determinar a importância precisa do vigor físico no valor do oficial. Nelson pôde passar sem ele; muitos comandantes nas intensas batalhas da última guerra fracassaram por falta dele. Os relatórios da época dos fracassos alemães na Rússia, salientam a incidência de doenças psicosomáticas entre os comandantes nas fases críticas à frente de Moscou e em Stalinegrado. Está registado que o comandante alemão em acção no Deserto Ocidental morreu de um colapso cardíaco no início da progressão aliada de Alamein, e Rommel voltou depressa para remediar a situação.

É difícil definir o grau mínimo aceitável de resistência física necessário ao oficial, uma vez que ela é função de qualidades físicas e morais. Quanto mais houver, melhor, de maneira geral, mas sem uma resistência mental e física inata, não pode ser feito um oficial.

A tecnologia e o oficial

O exército moderno é altamente mecanizado e exige grande habilidade técnica dos seus especialistas. Infelizmente, na paz nunca atrai número suficiente desses elementos raros. Às vezes são eles bons técnicos e maus soldados; outras vezes não são nem técnicos nem soldados. O ideal é o que pode preencher os dois requisitos, o verdadeiro soldado-engenheiro.

Para ele o exército é uma escolha feliz, dando-lhe preparo, vários campos de actividade e uma liberdade que às vezes é negada aos seus companheiros civis. Os especialistas mais antigos, tais como a oligarquia dos artilheiros, que pràticamente dominaram os exércitos europeus no fim do século XIX, e a elite dos engenheiros ferroviários alemães, gozavam de um prestígio especial.

Parece oportuno verificar se um engenheiro electricista ou mecânico não é tão qualificado para comando superior de unidades antiaéreas modernas como qualquer outro tipo de oficial, e se algumas das nossas distinções arbitrárias

entre os combatentes e os não combatentes não são injustas. O valor dessas qualidades intelectuais essenciais é reconhecido com muita relutância uma vez que a despeito das possibilidades catastróficas das armas modernas, o homem permanece como a verdadeira medida do poder militar — isto é, o homem que compreende e controla os novos meios. Se possuir a ética do verdadeiro soldado, o técnico militar é o soldado dos nossos tempos, embora ainda precise da presença complementar do combatente para cumprir a sua missão.

Fé pessoal

Deus, Rei e Pátria há muito que formam a base do juramento militar. Investigar profundamente a inter-relação desses três sentimentos e convicções de fidelidade é um exercício filosófico e psicológico além do alcance deste artigo. A suposição de que a vitória pessoal é inseparável da Vontade Divina pode muitas vezes parecer uma impertinência senão uma blasfêmia.

Não obstante, quando a crença religiosa do comandante, muita ou pouca, é firme e definida, há um conforto duradouro. Nos postos mais elevados pode variar de forma, das extrovertidas profissões de fé de Montgomery à íntima convicção de uma missão divina que parecia caracterizar Haig, ou à humilde e franca resignação do General Dobbie, o evangélico comandante de Malta que tanto sucesso teve.

Esses modernos soldados cristãos contrastam muito com a evidente falta de forte convicção religiosa em Napoleão e Wellington. Mesmo o indomável soldado John Nicholson, que era reverenciado em pessoa como um pequeno profeta na sua seita *Punjabi* de *Nikalsains,* tinha tanta falta de uma fé verdadeira que chegava a preocupar a sua piedosa mãe.

A história regista soldados bem sucedidos que evidentemente não tinham fé religiosa. Genghis Khan provàvelmente era um deles e Frederico o Grande parece ter sido um agnóstico na sua vida particular. O velho ideal Parlamentarista é o do oficial de túnica avermelhada que sabe por que combate e está satisfeito com o que sabe. Nesta incerta guerra de ideologias a posse de uma fé interior não pode deixar de ser de imensa vantagem.

O oficial e o povo

Um exército de recrutamento democrático em todos os postos e funções deve estar num estado natural de aproximação com o povo. Esse estado é frequentemente prejudicado por alguns preconceitos políticos, históricos e sociais adversos. Por mais fortes que sejam os laços que os unem nunca serão fortes demais para a boa chefia.

Se as forças forem de convocados com oficiais eleitos por voto popular, ou tropas irregulares de qualquer tipo, o direito de chefiar provém do consentimento dos que são chefiados. Em forças regulares e para regulares não existe o consentimento directo devido aos canais administrativos e políticos em que ele deve aplicar-se. Este afastamento é melhor neutralizado quando o oficial

compreende sòlidamente a sua posição de oficial, e desaparece completamente no oficial com vocação.

Ele reconhecerá o seu papel de servidor público e protector do reino, ciente das forças e fraquezas nacionais que deve explorar ou evitar para que o exército tenha sucesso. Deve poder tratar com o eleitor, o trabalhador, o proprietário de terras, o político, o pai e o contribuinte da mesma maneira como pode tratar com os seus filhos. No estrangeiro deve personificar as melhoras características do seu povo e do exército, pois um embaixador sem os benefícios de protocolo ou precedência, é objecto da atenção do estrangeiro. Em suma, deve cultivar a afeição e o respeito humano os quais, no final das contas, são a sua principal matéria-prima.

Não há dúvida que é acertado considerar a atitude do oficial para com a população e notar os efeitos civilizadores do bom soldado por toda a história. A nossa própria cultura deve muito ao soldado romano pela civilização que trouxe, até mesmo pela propaganda da religião cristã em todo o mundo conhecido da antiguidade. O oficial moderno tem oportunidade para tornar-se uma grande força para o bem social no seu papel de instrutor da juventude no Serviço Militar. A implantação dos viris ideais do serviço militar, o estabelecimento de altos padrões de conduta, higiene e cooperação social, assim como a assimilação dos jovens conscritos no corpo político é trabalho que contribui para a edificação do país. Na esfera técnica e oficial é um pioneiro do «saber-fazer» profissional e não raro o único árbitro de todas as questões militares, seja tratando com o leigo civil ou o sincero e entusiasta cidadão-soldado. Em todas essas tarefas encontra-se uma vocação de grande valor.

O oficial e a praça

A verdadeira base da camaradagem militar encontra-se tanto no facto de estar livre de objctivos de lucro mútuo como no solene propósito que fundamenta o organismo militar. Não é a iminente perda de alojamentos, armas, manuais ou soldo que deprime o velho soldado que está para ser reformado mas o facto de que a mais pura forma de respeito mútuo e afeição — baseado no valor humano e não no dinheiro — desaparecerá em breve da sua vida quotidiana. Este respeito nutre o instinto de sacrifício do verdadeiro oficial, particularmente nas sociedades livres. É a tradicional camaradagem no rancho, no pelotão e no campo de esportes que produz a consolidação da equipe na guerra. A amizade barata não tem lugar nela.

Embora a forma superior de relação entre oficial e praça seja esperada nas sociedades democráticas, não está completamente ausente nas organizações mais rígidas e mercenárias. Os janízaros turcos e a Guarda Pretoriana foram por muitos anos instrumentos militares eficientes e de grande força a despeito das suas origens pouco promissoras. Desenvolveram-se como corporações, com o forte estímulo do privilégio e, devido a um regime disciplinado e espartano, conseguiram resultados consideráveis até serem corrompidos pelo poder. Os oficiais eram protegidos, como a rainha das abelhas numa colmeia. Em retorno eles garantiam a força e a pilagem dos seus homens. Assim, um Wallenstein podia recrutar e conduzir os seus *condottiere* saqueadores por toda a Europa.

Podemos escolher entre granadeiros prussianos de Frederico, que temem o seu oficial mais do que o inimigo e as fileiras anglo-saxónicas onde o jovem subalterno procura estabelecer uma afeição extraordinária e protectora. Os dois sistemas dão resultado. Respeito e afeição são igualmente valiosos nas relações normais entre o oficial e o soldado. Certamente nenhum homem que não sinta afeição genuína pelos seus homens pode aspirar ser lider, embora, como o Duque de Ferro, não possa fàcilmente mostrá-la. A falta desta qualidade na verdade elimina alguns que possuem os atributos físicos e intelectuais do chefe; não obstante, é uma qualidade que pode ser estimulada na maioria dos seres humanos gregários.

Promoção e integridade

É, às vezes, prejudicial para a nossa profissão que tenhamos inventado sistemas eficientes mas mecânicos de formação do pessoal militar. Os homens foram substituídos por categorias, classificações de quociente intelectual e cotejos de símbolos de Hollerith que são bons servos mas maus mestres. A combinação sem par de sangue e intelecto, ambiente e hereditariedade afasta-se desses métodos.

A Idade de Ouro, em que todos os batalhões podiam dar-se ao luxo de ter um obtuso cabo em comissão, para servir de encarregado de correio, ou mesmo um bufão mas galante major para manter as tropas entretidas, cede lugar a um determinismo implacável. Isto impede a competição natural e milita contra o moral do oficial comum, uma vez que o que é claramente menos dotado fica logo sabendo da sua inadaptabilidade. Aqui precisamos reafirmar que todo o bom oficial tem fundamentalmente o mesmo valor para o Exército.

Quando o exército inglês funcionava como um clube exclusivo, ser nomeado pelo rei era uma garantia de posição social, o regimento era o lar do oficial e os acasos de uma promoção eram acontecimentos do destino. Assim, tinha-se um quadro de oficiais felizes. A corrida agora é para a rapidez, isto é, a rapidez na sala de exame e na escola de estado-maior. Os mais vagarosos mas talvez os mais firmes tendem em consequência a ser depreciados.

O actual sistema de exames académicos para a promoção não dá segurança ao oficial comum. Alguns dos exames escritos não têm objectividade, muitas provas tendem a degenerar em inquirições; e um sistema que obriga os oficiais a um exame escrito de táctica e ao mesmo tempo exige que frequentem cursos de qualificação de táctica parece redundante. É difícil imaginar que esse mourejar pedante e insípido seja o ensaio final para o que Foch denominou de «o sangrento e apaixonado drama da guerra».

Anulando atributos mais sólidos, está-se tornando cada vez mais comum nesta idade atómica encontrar a autopropaganda penetrando na vida do exército. Percebe-se uma deprimente incidência de oportunismo, nocivo a uma boa atmosfera profissional. Uma das suas formas mais comuns é a do militarismo em vez do verdadeiro ideal militar; a pompa e a magnificência militar obsoletas, exibições sem qualquer valor quanto à instrução, às operações ou de real valor moral. Para distinguir e evitar esse mal é preciso um bom senso de julgamento ou, talvez, bom gosto. É vício que arruinou o império de Napoleão III. Vem muitas vezes aliado àquele perigoso tipo de ambivalência no qual a competência profis-

sional junta-se à falta de coragem moral como foi exemplificado pelo estado-maior alemão de Hitler.

A batalha pela promoção muitas vezes inibe as sólidas qualidades do indivíduo. À menção de promoção, os reflexos condicionados do interessado, abafam a voz da consciência. Para que tenhamos comandantes com coragem mártir de um Billy Mitchell, ou mesmo a coerência de propósitos de um Trotsky, precisamos procurá-los entre os homens que colocam a sua profissão primeiro e a sua pessoa por último — e serão mais fáceis de serem encontrados se o processo de eliminação for convincentemente justo e contribuir para a dignidade e o amor-próprio de todos.

O trabalhador e a sua paga

Foi observado cìnicamente na década dos 30 que «um oficial do Exército da Índia combate pelo seu soldo». O inimigo era o pagador. Na perpetuação do seu privilégio de reclamar, o oficial, ou mais frequentemente a sua esposa, ainda reclama sobre o soldo. Entretanto, o oficial tem o privilégio, como os ministros religiosos e os professores, de ser mal pago de acordo com os padrões comerciais estabelecidos; não deve, contudo, o soldo ser o principal padrão do julgamento do valor, embora as opiniões oficiais tenham variado.

Opinou-se uma vez que o oficial devia ter renda particular, uma vez que isso lhe dava liberdade de acção e de consciência. Inversamente, tem sido revelado que os membros do Conselho do Exército Britânico mantinham reduzido o soldo dos jovens oficiais porque isso os obrigava a uma vida simples e alto raciocínio, sob a disciplina da pobreza.

As forças armadas desde a última guerra têm concedido pequenos aumentos de vencimento para atrair mais oficiais. Isto baseia-se na ilusão de que bons oficiais podem ser comprados, na verdadeira acepção da palavra. Os bons oficiais, naturalmente, são atraídos primordialmente pelos incentivos de uma boa e satisfatória vida profissional, embora sejam sustentados com um pagamento adequado. Uma importância exagerada dada ao pagamento deve atrair e reter apenas aqueles que estão contando o tempo. A recompensa do bom oficial é a consciência do trabalho bem feito e o reconhecimento público deste facto. Iscas sob a forma de pagamento são frequentemente usadas não para melhorar a sorte dos oficiais em serviço — que muitas vezes prefeririam melhores casas, licenças, esportes, viagens ou aposentadorias — mas para atrair o recruta inexperiente e crédulo.

Essa má interpretação surge muitas vezes das tentativas desorientadas dos civis para «dirigir o exército como dirijo o meu negócio». *Infelizmente os exércitos não têm um balanço anual sistemático e a primeira transacção de vulto pode levá-los à bancarrota.*

Inversamente, existem alguns maus oficiais que têm sucesso nos negócios porque são motivados pelo lucro e pelo ego e possuem a necessária aptidão aquisitiva. Como o oficial reflecte o seu meio ambiente, esse materialismo assume grandes proporções em sua atitude. Deve, portanto, ser contido e restrito dentro dos seus devidos limites. O mundo deve ao bom oficial uma vida decente, mas no momento em que ele começa a tornar-se ambicioso já não mais é um bom oficial.

A política e o oficial

De César a Péron, a história está repleta de narrativas de soldados-políticos insatisfeitos. A longa sombra de Cromwell constrangeu até mesmo o eclético Marlborough em seus desígnios políticos. Ulysses S. Grant perdeu como presidente a reputação que havia adquirido no campo de batalha, e Wellington como primeiro-ministro teve de sofrer o apedrejamento da sua casa pelos indignados reformadores cartistas. Esperamos sinceramente que o General Eisenhower seja a excepção à regra.

Os raros cientistas político-militares também têm tido a sua influência, haja em vista Mikhail Bukanin, o antigo oficial czarista que, revoltado contra a sua profissão, lançou os anarco-sindicalistas no mundo. As aspirações políticas não formam parte legítima da bagagem do oficial, particularmente no mundo anglo-saxão.

Não obstante, os tempos têm mudado a um tal grau que hoje a compreensão da política e de suas responsabilidades é necessária ao oficial moderno. O comando alemão veio finalmente a sofrer porque optou pelo esquecimento de certos deveres políticos evidentes a fim de preservar a sua contextura militar, e a nação germânica foi levada à ruína.

Nas guerras ideológicas ninguém pode ser neutro e o oficial deve conduzir a doutrinação política do soldado, contanto que se atenha ao credo político básico e evite as polémicas partidárias. Só esse comportamento já exige um sólido discernimento. A ignorância política no oficial, entretanto, é perigosa. Como líder responsável, deve conhecer onde situar-se interna e internacionalmente. Uma cultura sólida permitir-lhe-á colocar em perspectiva o exército e a política nacional. Deve ser versado em política, mas de maneira nenhuma, um soldado-político.

Os atributos de um bom oficial podem variar grandemente segundo a sua missão e o momento, mas a necessidade de um senso de dedicação aumenta sempre. Infelizmente, nem todo o oficial pode ser inspirado divinamente, mas se tiver integridade, inteligência, e energia, poderá tornar-se um bom oficial. Os métodos de guerra tornam-se mais complexos e exigentes mas a chefia humana continua ainda sendo a força controladora.

É essencial para o bem-estar do quadro de oficiais que o público reconheça inteiramente os seus deveres. O oficial não pode intervir em seu próprio favor e, quanto melhor ele for, menos probabilidades tem de intervir. A não ser que seja apoiado pela certeza intelectual e moral das suas convicções profissionais não terá valor. A menos que seja desenvolvido profissionalmente e não esteja preso às preocupações de ordem doméstica, não poderá produzir como deve.

No mundo desalentado da guerra total e atómica, a população civil se volve para o oficial do exército em busca da estabilidade, para evitar qualquer mudança violenta. É, portanto, axiomático, que a sua liberdade e segurança para aperfeiçoar-se sejam asseguradas nesta incerta paz. A transformação de mercenário para missionário estará então completa e a dedicação do oficial florescerá, recompensada.

Military Review
Setembro de 1956

Bertrand & Irmãos, L.da

TRABALHOS

TIPOGRÁFICOS

SIMPLES,

E DE LUXO,

REPRODUÇÕES

EM FOTOGRAVURA,

OFFSET

E LITOGRAFIA

✵

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227 / 21368

LISBOA

Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS

LIVROS À VENDA

MANUAL DE EQUITAÇÃO

I Parte — Equitação Elementar . . . . . 25$00
II Parte — Equitação Complementar e Superior . 35$00
Ilustrado com gravuras

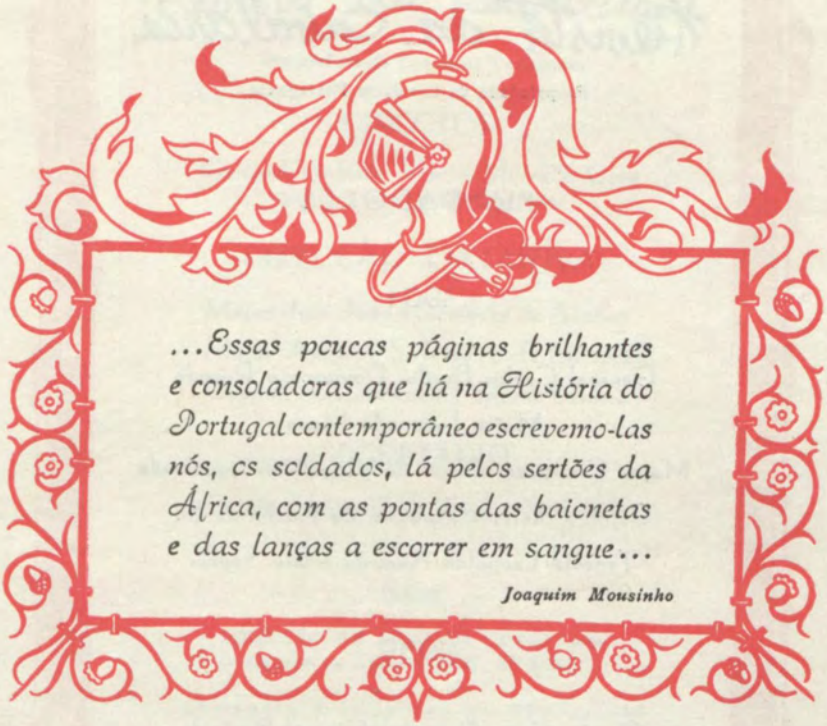
DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS 5$00

REGULAMENTO PARA A INSTRUÇÃO DE ORDEM UNIDA . . . . . 12$50

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 36 82 45 LISBOA

BIBLIOTECA DO EXERCITO
(Antiga Bibliotéca do E. M. E.)
N.º 1.204 Custo —
Aumentado em 27-10-958
Livro N.º 1 aux. Pág. 35



...Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho

Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F. C.

Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General António Maria Meira e Cruz
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Capitão António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 45$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 22$50

F. C.

Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Brigadeiro Ricardo José Alves Porto
Brigadeiro Amadeu Buceta Martins
Coronel António da Cunha Viana
Coronel Fernando Pires Monteiro
Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes
Ten. Coronel João Gamarro Correia Barrento
Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais
Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira
Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares
Ten. Coronel António C. Sá P. de A. Souto Maior
Major António Quintino da Costa
Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Major José da Costa Gomes
Major Jaime Filipe da Fonseca
Major José Félix Alves de Carvalhosa

Revista da Cavalaria

Major António Herculano de Miranda Dias
Major Luís Cezarini Calafate
Major Vasco de Castro Ataíde Cordeiro
Capitão Alberto da Silva Benazol
Capitão Henrique Alves Calado
Capitão José Luís de Mendonça Ramires
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira
Capitão João Cecílio Gonçalves
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo
Capitão Francisco José de Morais
Capitão Mário Abrantes da Silva
Capitão Bernardo Raposo de Sá Nogueira
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto
Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro
Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva
Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães
Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias
Capitão João Sequeira Marcelino
Tenente Rui Pedrosa Curado
Tenente Ricardo Ferreira Durão

F. C.

SUMÁRIO

AO SERVIÇO DA CAVALARIA	*General Meira e Cruz*	151
ESPÍRITO NATO	*General Meira e Cruz*	153
POSSIBILIDADES DA CAVALARIA BLINDADA NA GUERRA ATÓMICA	*Coronel Hugo Leitão*	157
A ARTILHARIA ANTIAÉREA	*Major Luís da Costa Campos e Menezes*	165
A GUERRA NA SELVA	*Capitão Silva Tavares*	229
A FOTOGRAMETRIA E A CARTA 1/25.000	*Capitão A. Soares Branco*	239
HIPISMO:		
HIPISMO	*Ten.-Coronel Correia Barrento*	265
CONCURSOS HÍPICOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE 1957	*E. M. E.*	271
NOTICIÁRIO		339
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
O PAPEL IDEOLÓGICO DO EXÉRCITO	*General L. M. Chassin*	343
APOIO DE FOGOS ATÓMICOS	*Coronel Theodore C. Mataxis*	356

Revista da Cavalaria

18.º ano - n.os 4 a 6 PUBLICAÇÃO BIMESTRAL Julho - Dez.

AO SERVIÇO DA CAVALARIA

A nomeação para o cargo de Director da Arma constitui para um Chefe da Cavalaria que nele é investido um alto privilégio e uma enorme responsabilidade.

Chegar ao cume da Arma depois de uma esforçada e devotada caminhada profissional é julgar-se devedor, pelo privilégio que se recebeu, da apaixonante tarefa de a servir.

A Arma, que mergulha as perenes mas sempre renovadas raízes nas honrosas tradições de um longínquo passado pleno de nobreza, glória e valor, conta com o nosso esforço, com a nossa entrega às duras mas elevadas obrigações que dela são apanágio e privilégio.

É que a vida da Arma, cavalgada heróica nas asas do tempo, continua a exigir que todos os cavaleiros sejam: homens de acção e de contínua vocação militar e sintam e sirvam inquebrantàvel-

mente a fé interior que sempre os animou; cumpridores da missão de soldado; servidores cheios de ardor, entusiasmo e combatividade; fortes física e moralmente; esforçados e persistentes; educados e generosos; camaradas e bons companheiros, sabendo cultivar o respeito e a afeição dos seus soldados; competentes profissionalmente; moralmente corajosos e leais; devotados à sua profissão.

Como recompensa dessa devoção completa, uma única deverá o cavaleiro procurar: a consciência do dever de servir a Arma, o Exército e a Nação, através da realização perfeita de um trabalho que não tem preço.

São essas as prerrogativas fundamentais do cavaleiro e do espírito que o deve informar.

Constituem elas o honroso código que cumpre observar e deve ser zelado pelos Chefes da Cavalaria. Daí as suas responsabilidades; daí a minha pesada mas honrosa responsabilidade.

Mas tenho para mim que todos os cavaleiros ambicionam essas prerrogativas, essas responsabilidades, para que orgulhosamente possam ser os continuadores firmes e resolutos do espírito de missão da Cavalaria.

E nesse sentido, para ela vai, neste momento, o meu melhor pensamento com as mais calorosas saudações para todo o seu pessoal: oficiais, sargentos e praças.

Aos meus antecessores eu devo aqui deixar consignado o meu preito de homenagem pela sua zelosa luta pelo ideal que a todos irmanou e que, tal como eu, sòmente desejaram merecer a honra que nos foi concedida: SERVIR A CAVALARIA.

Maio, 1957.

General MEIRA E CRUZ

ESPÍRITO NATO

pelo General MEIRA E CRUZ

De uma conferência realizada, em Dezembro de 1955, no Instituto de Altos Estudos Militares, para os Cursos de Altos Comandos e do Estado-Maior, pelo General Meira e Cruz, então Brigadeiro, publicamos, com a devida vénia, o capítulo com o título acima indicado.

Ao longo desta minha palestra, algumas vezes invoquei a palavra, dos textos oficiais NATO, *cooperação*.

Apesar dos complexos interdependências em que vive o mundo de hoje e que induziram os homens da Política e da Economia a tentar realizar algumas experiências, no sentido de fundirem em cadinho comum, os interesses económicos de alguns países, procurando assim resolver problemas que só em conjunto parecem solúveis; apesar das realizações mais ou menos felizes que, efectivamente, num ou noutro campo restrito da actividade económica se tem verificado; apesar, ainda, do exemplo que há muitos anos oferece o «Commonwealth» britânico; a realidade é que ainda hoje se podem considerar quiméricas quaisquer tentativas ou quaisquer procedimentos que esqueçam e contrariem as constantes históricas que criaram e cimentaram a individualidade das nações: a raça, a língua, a religião e a história.

As nações, tal como os indivíduos, possuem uma ancestralidade, uma tradição, uma técnica e uma ética que lhes dão carácter e que as enformam e singularizam.

Mas nos agregados nacionais, também como nos indivíduos, existe o sentido natural e primário da conservação física, sentido que se tornou, nos nossos dias, mais agudo, perante um forte perigo em potência, perante uma ameaça de destruição completa dos valores que constituem os patrimónios nacionais e os da civilização a que pertencemos.

E porque a ameaça, desde que surgiu e até agora, tem sempre aumentado numa progressão de processos e de malignidades de impressionante grandeza, por esse facto incontroverso, nos foi imposta a necessidade premente da defesa contra ela; e daí, a vontade de esforço colectivo e de cooperação completa, da parte das nações visadas pela ameaça. De facto, só esta estreita e abnegada cooperação pode defendê-las de uma brutal realidade.

E foi, sobretudo, para desencorajar a tentação de se efectivar essa ameaça — corporizada numa agressão que ficaria sem paralelo na história — que se instituiu a Aliança Atlântica.

É de esperar que ela possa ser eficaz e atingir os seus fins.

Mas a sua eficácia dependerá, essencialmente, do melhor modo de poder realizar-se, pràticamente, a congregação de esforços nacionais com o plano geral das exigências determinadas por uma indispensável defesa comum, quer na Paz, quer na Guerra.

No momento actual do mundo político ocidental, a importância da Aliança, terá tanto maior significado e valor, quanto maiores forem as concessões nacionais que tendam a desenvolver e a robustecer a cooperação entre os estados membros dessa Aliança.

E pelo que dissemos, se a expressão no sentido físico é aleatória, pelo menos em tempo de paz, é altamente dependente de circunstâncias e interesses que as nações não podem nacionalmente ainda ignorar ou desprezar, ela pode tomar outra extensão, significado e sentido quando a consideramos no seu aspecto moral.

Nesta acepção a palavra *cooperação*, pode e deve ser, já, sinónimo de *união*.

Talvez que para espíritos mais incrédulos, a ausência de Guerra, de *Guerra Quente*, entre os dois blocos, nos últimos anos, sobretudo desde a crise de 1947, tenha sido determinada por razões circunstanciais que nada têm que ver com o jogo das alianças.

Talvez a Rússia não procure, não necessite da Guerra, a não ser em última instância, para prosseguir os seus objectivos políticos.

Porém, o que é indiscutível para mim, é o valor que representa, e possìvelmente tem representado, essa união no campo dos valores adversos que se opõem aos directos desígnios da Rússia contra o ocidente.

Não temos nós assistido à persistência dos ataques, feitos pela Rússia, no correr dos tempos, ao Tratado do Atlântico?

Não a vemos pretender sabotar o Tratado do Atlântico na frente interna das nações, sobretudo pelos partidos comunistas, a seu soldo?

Não observamos a pérfida directriz da sua política estrangeira, quando pretende, pela intriga, dividir os países do bloco NATO?

A preocupação da Rússia em desfazer, ou pelo menos prejudicar, para seu benefício, a união do ocidente, é evidente.

Constitui, por isso, um dever nacional imperioso, contribuir individualmente ou colectivamente, para o desenvolvimento e fortalecimento material e moral da NATO. O exemplo e a orientação que nos vem de cima, estimula e norteia a nossa acção.

Importa por isso, impõe-nos a fidelidade à aliança que formemos e que cultivemos o nosso espírito no mais amplo sentido dessa *cooperação*, isto é, de uma união internacional de povos livres e que, intimamente ligados pela riqueza histórica de um glorioso passado comum, desejam defender as perspectivas de um futuro melhor para os seus povos, para a humanidade.

É esse alto espírito de cooperação, no plano internacional da aliança, que deve ser considerado o *espírito da OTAN* (NATO), predisposição de espíritos corajosos que, compreendendo uma grave situação, por ela se não deixam intimidar e são capazes de oferecer, unidos, uma muralha intransponível de força moral, susceptível de fazer duvidar e de desencorajar a agressão desse irredutível inimigo que é a Rússia Comunista, e de fazer-lhe frente se tal for necessário.

Mas se no plano internacional é de incontestável valor uma adesão de espírito de tal natureza, ela, contudo, será precária, se não tiver a escudá-la a unidade e o prestígio de uma sociedade, de uma nação que saiba manter-se em permanência firme e fiel às constantes da sua história.

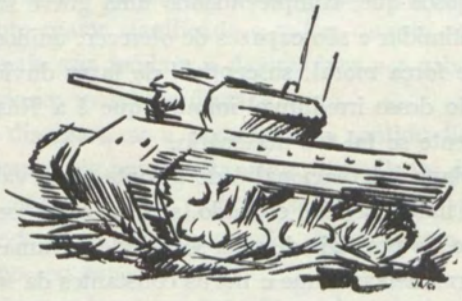
São essas constantes que hão-de determinar — e felizmente determinam no caso português — os procedimentos colectivos, orientados pelo superior critério dos homens de Estado, e a formação das consciências individuais, todos por igual nos mesmos sentimentos de devoção à causa nacional.

Mas compete-nos particularmente a nós, militares, dar um exemplo vivo dessa devoção.

Demonstram os acontecimentos internacionais, até à saciedade — e não será lugar comum repeti-lo — que a nossa civilização está em grave e eminente perigo, que é o mesmo que dizer que está em perigo Portugal de Aquém e de Além Mar.

Pois bem, acreditar nesse perigo e denunciá-lo abertamente é a primeira obrigação que importa à nossa condição de militares, que importa à causa da Nação, da qual somos servidores.

O reconhecimento desse perigo, que não oferece dúvidas, deve determinar em nós um firme e alevantado estado de consciência, cuja expressão exterior, em todas as circunstâncias se deve traduzir pelo sincero entusiasmo pela profissão que honrosa e voluntàriamente escolhemos e pela inabalável devoção à causa do Exército, à causa da unidade, da coesão e da defesa da Nação.



POSSIBILIDADES DA CAVALARIA BLINDADA NA GUERRA ATÓMICA

pelo Coronel HUGO LEITÃO

Não parece razoável afirmar-se que a Arma Atómica, pelo menos actualmente, constitua um meio que de uma forma absoluta e indiscutível assegure o êxito num conflito bélico. Apesar do seu enorme poder destruidor, talvez não consiga evitar uma guerra, ainda que se faça uma grande propaganda sobre tal meio por parte dos seus possuidores. Sem dúvida, pode ter-se como certo que o armamento termo-nuclear modificará determinados conceitos tácticos, influindo igualmente também nas organizações das grandes e pequenas unidades. Por outro lado, os formidáveis efeitos destruidores das armas nucleares, podem fazer pensar que contra a bomba atómica não há nada a fazer, o que parece constituir um exagero bastante perigoso. O que se julga não oferecer dúvida, é que os procedimentos tácticos precisam revisão, senão profundamente, pelo menos debaixo de forma de uma nova ordenação na sua importância. Isto, é perfeitamente normal, visto que os métodos que vêm regendo a táctica, nunca foram eternos. Napoleão dizia: «Os princípios tácticos devem ser modificados cada 10 anos». Da opinião do Imperador compartilham hoje os Exércitos modernos.

As especulações sôbre a influência da arma atómica no campo táctico e estratégico começaram, dando origem às várias opiniões que se orientaram nas seguintes direções:

a) — A táctica actual pode considerar-se prescrita; há necessidade de começar tudo de novo.

b) — Não se modificaram os princípios tácticos fundamentais, tornando-se necessário apenas fazer algumas adaptações de detalhe.

c) — Ainda que os conceitos tácticos convencionais não tenham sido modificados pelo aparecimento do projéctil atómico, existe a necessidade absoluta de realizar sérias revisões, particularmente no que se refere à concentração de forças, emprego de reservas, instalação defensiva, logística, etc.

Verifica-se que, salvo a primeira das opiniões, absolutamente extremista e revolucionária, as outras correntes de opinião, mais acertadas e sensatas, recomendam revisões nos procedimentos tácticos, sem pretender condenar à fogueira as vigentes doutrinas militares.

O que na verdade pode afirmar-se é que, a criação de uma frente contínua no combate terrestre, está absolutamente fora das possibilidades dos Exércitos. O actual desenvolvimento da aviação e de outros meios e a sua intervenção na batalha terrestre, reduz consideràvelmente a garantia que até agora representava a citada frente contínua devidamente organizada.

Se não é aceitável a vantagem da frente contínua, terá de haver uma nova orientação, o discontínuo da frente. Aparece então a seguinte interrogação. Discontínuo? Com que fisionomia?

Um território não poderá ser protegido de forma efectiva na sua totalidade e, consequentemente, será preciso seleccionar aquelas zonas territoriais que a todo o custo é necessário proteger com a máxima eficácia, ante qualquer ataque terrestre, marítimo e aéreo, assim como, do perigo atómico. Portanto, no campo estratégico, aparece um novo conceito de «zonas especiais» a que alguns tratadistas militares dão o nome de «Bases» conduzindo a uma nova ideia de guerra, a dos «Grandes vazios estratégicos» definição dada pelo Marechal Juin e aceita hoje pela maioria dos chefes responsáveis. Feito assim o esboço da fisionomia de um futuro campo de batalha, no caso de uma guerra atómica, vejamos, dentro deste novo ambiente quais as possibilidades tácticas e estratégicas das unidades rápidas terrestres, isto é, todas aquelas que gozam de grande capacidade de movimentos e de uma velocidade táctica e estratégica que as tornam credoras dessa classificação. Estão neste caso, como se sabe, as unidades mecanizadas e a cavalaria blindada constituida por unidades de reconhecimento. Igualmente devem ser consideradas unidades rápidas as forças aerotransportadas que na guerra atómica serão muito valorizadas. Analisemos agora as possibilidades das unidades de reconhecimento.

O conceito fundamental das unidades de cavalaria exprimia-se por: Antecipar-se, continuar ou prolongar a acção das outras forças,

sem as substituir. Deste amplo conceito deduziram-se as missões típicas da cavalaria, que são: «Informar, cobrir e combater».

Muito se tem escrito e comentado sobre projécteis atómicos e nucleares e por isso não parece despropositado meditar, ainda que com possibilidades de errar, sobre as faculdades de acção da cavalaria num futuro campo de batalha atómica. Convém, no entanto, apresentar prèviamente algumas conclusões de carácter geral:

1 — O emprego das armas atómicas é indiscutìvelmente um factor preponderante.

2 — A importância de «Segurança» aumenta, porque, as destruições em massa que as armas atómicas podem causar e o seu carácter decisivo na manobra expõem as tropas a riscos maiores.

3 — A «Informação» converte-se num elemento vital da Segurança e, por consequência, os meios para ir buscá-la devem ser numerosos e amplos e os métodos de investigação terão de ser renovados e aperfeiçoados.

4 — As armas atómicas favorecem a iniciativa e o espírito ofensivo, dando maiores possibilidades de manter a «Liberdade de Acção».

5 — O apoio atómico permite obter resultados superiores com forças menores, desde que estas sejam de excelente qualidade em todos os aspectos (instrução, armamento, material, etc.).

6 — A redução no volume das forças empenhadas e o emprego de uma crescente dispersão, levam a adaptar dispositivos mais amplos e, sobretudo, mais profundos.

7 — O emprego das armas atómicas permite acelerar a execução da manobra e o rítmo das operações pode ser consideràvelmente mais rápido, especialmente se a mobilidade das forças aumentar paralelamente, isto, graças à mecanização e ao transporte aéreo.

8 — Pesarão sobre os comandos responsabilidades infinitamente maiores. As suas reacções mentais deverão adaptar-se às novas condições, devendo dar-se uma maior iniciativa a todos os subordinados, com uma ampla descentralização de funções.

9 — As forças terrestres na sua estrutura actual são bastante vulneráveis às armas atómicas, mas a sua fluidez permite que se adaptem mais fàcilmente ao perigo atómico que as forças aéreas, as quais nas suas bases são muito vulneráveis. Apre-

sentadas estas conclusões gerais, vejamos agora as possibilidades que terão as unidades rápidas (de um modo geral a cavalaria) para poderem cumprir as missões anteriormente citadas de: «Informar, cobrir e combater».

Desde tempos remotos a Cavalaria tem ido «buscar e manter o contacto» utilizando para isso as suas tropas de exploração. Tendo em atenção as conclusões anteriores verifica-se que a obtenção de informação se reveste de uma importância capital e por conseguinte os métodos antigos devem aperfeiçoar-se e completar-se com novos procedimentos.

A informação de contacto obtem-se pelos primeiros elementos que formam em geral um escalão avançado na proximidade do inimigo. Este escalão observará o adversário prevenindo o Comando sobre os seus preparativos, mantendo o contacto dia e noite, devendo buscar a informação com penetrações o mais profundas possíveis, conduzidas pelo sistema de infiltração. Verifica-se então que o perigo atómico vem valorizar extraordinàriamente a tradicional Exploração de Cavalaria, um tanto reduzida ou em desuso, nas últimas guerras, em virtude de falta de espaço entre os dois contendores que não permitia senão explorações de sucesso e manobras retardadoras, isto é, acções em que o conceito de cobertura e combate colocavam a informação em lugar secundário.

O novo critério de «grandes vazios estratégios», os quais nem sempre estarão neutralizados, visto que o projéctil atómico é uma arma de dois gumes e tanto pode ferir amigos como inimigos, irá certamente conceder à Informação permanente terrestre de contacto uma importância que tinha sido transferida para o avião, o qual, como é sabido, poderá simplesmente afirmar que não viu nada, mas que não há nada, como secularmente tem vindo fazendo a Cavalaria.

Paralelamente a esta informação a busca de notícias em território inimigo deve desenvolver-se ao máximo por ser premente o conhecimento das suas concentrações e o dispositivo dos seus meios de lançamento de armas atómicas.

E é tal a importância que os exércitos modernos dão os seus meios de informação que os Estados Unidos da América do Norte no ano de 1955, organizaram e ensaiaram uma unidade de Cavalaria de Reconhecimento, toda ela transportada sobre helicópteros, provando-se que podia cumprir a sua missão informativa com maior rapidez que

qualquer outra espécie de tropas, graças a dispositivos técnicos especiais de que era provida. (Fotografias a grandes distâncias, televisão, etc.).

Esta unidade de cavalaria avançando pelo ar em território inimigo e lançando patrulhas verticais, deu ao Comando uma informação total, inclusive sobre o terreno observado.

A respeito da missão de cobertura, alguns tratadistas mantêm os seguintes critérios:

a) — Os dispositivos defensivos exigem uma segurança maior do que nas guerras clássicas, sendo possível obter tal segurança, mediante a organização do terreno, grande escalonamento em profundidade e reservas móveis importantes.

b) — Com o aumento de profundidade vem a redução dos elementos em primeiro escalão e estes só poderão então assumir a missão de postos avançados, constituindo um escalão de segurança encarregado de cobrir o dispositivo e os intervalos, deter as infiltrações, assinalar o avanço inimigo e eventualmente defender certos pontos importantes.

A resistência deste escalão e a distância a que deverá estar situado deve proporcionar o tempo necessário (Segurança do Comando) para a modificação do dispositivo ou para a intervenção das armas atómicas.

c) — Este escalão de segurança pode ser obrigado a travar um verdadeiro combate defensivo, levando o inimigo a empenhar forças importantes que mereçam um ataque atómico. Daqui se deduz que a orientação até agora seguida sobre as manobras retardadoras, nas quais se cede espaço para ganhar tempo, passa a ter pelo contrário a finalidade de forçar o inimigo a concentrar-se, a fim de poder ser objectivo do ataque de armas atómicas.

d) — Outra conclusão que pode extrair-se da leitura de trabalhos relacionados com as armas atómicas é a seguinte:

— A atitude e composição dos futuros escalões de segurança constitui um dos problemas mais delicados da actual táctica atómica, especialmente no que se refere a medidas destinadas a conseguir a detenção de meios

mecanizados, luta contra infiltrações nocturnas e a rutura do contacto, antes do emprego de armas atómicas.

O escalão de segurança será constituido como é óbvio por elementos muito móveis, com todas as características da cavalaria e apoiado por fogos potentes.

À retaguarda deste escalão de segurança, o dispositivo defensivo deverá compreender elementos móveis e fixos, destinando-se os primeiros ao contra-ataque, explorando ao máximo, a ser possível, o efeito das explosões atómicas. Estes elementos, como não pode deixar de ser, serão compostos pelas unidades mecanizadas, cuja protecção reside na sua dispersão e mobilidade, devendo no entanto serem capazes de se reunirem ràpidamente.

— Segundo a missão e a qualidade das tropas disponíveis, a defesa será constituida em proporção diversa de elementos fixos e elementos móveis.

— Na defesa móvel em profundidade, (manobra retardadora) o dispositivo poderá ser completamente móvel, se se dispõe de quantidade suficiente de unidades mecanizadas, sendo útil manter certos pontos «chave» com elementos fixos.

Naturalmente, que para poder cumprir as anteriores missões de informação e cobertura, as unidades rápidas serão obrigadas a combater e em certas ocasiões até com muita dureza. Podem-se apresentar ocasiões, quase sempre na protecção de uma retirada, em que para se ganhar mais tempo, serão obrigados a uma maior resistência em cada uma das posições sucessivas.

Pretendendo-se provocar ou pelo menos facilitar a concentração das forças inimigas, com vistas a uma posterior acção atómica, não há dúvida que a manobra retardadora poderá levar ao extremo o seu combate.

No entanto, este conceito defensivo não é considerado o mais adequado àquelas tropas, pois elas estão armadas e organizadas para cumprir missões mais decisivas e nìtidamente destinadas para a ofensiva.

Numa 3.ª guerra, não é provável por isso que se mantenha critério idêntico ao aplicado na passada grande guerra, na qual, segundo as estatísticas elaboradas pela

Direcção Geral do Teatro de Operações Europeu, as missões distribuidas àquelas unidades foram mais defensivas que ofensivas.

Deste modo a constituição e formação dessas unidades deverá assegurar as seguintes características:

a) — *Rapidez de acção*

— A mentalidade da Cavalaria e em geral de todos os Comandos e Tropas das unidades rápidas é ofensiva e o conceito da rapidez em tais unidades, não se limita simplesmente à necessidade de ir depressa, mas também que o seu rítmo deverá estar sempre dominado por:

— Rapidez na decisão a tomar (problema do Comando).
— Rapidez na elaboração das ordens (problema do EM).
— Rapidez na difusão das ordens (problema de Transmissões).
— Rapidez de execução (problema da organização, instrução das tropas e sua articulação).

b) — *Violência das Acções*

Devido à potência e velocidade dos meios de combate das unidades rápidas, conseguia-se a destruição ou pelo menos a desorganização das tropas inimigas, por meio de acções enérgicas, violentas e em geral profundas.
Num conflito atómico, os princípios de emprego, das referidas unidades, velocidade, potência, audácia, tenacidade, aparecem valorizados ainda mais, a fim de dificultar ao adversário a intervenção do seu armamento atómico.

c) — *Possibilidades de dispersão*

A velocidade dos meios de transporte e combate permite às unidades rápidas o seguinte:

— Operar, mediante uma brusca concentração, numa zona de campo de batalha, conseguinte a surpresa.

— Modificar os seus eixos de esforço durante o combate.
— Terminada a acção dispersar-se, empregando os mesmos métodos que anteriormente, para a concentração.

d) — *Exploração dos efeitos dos fogos atómicos*

Não oferece dúvida que o problema essencial consistirá em explorar esses efeitos num prazo muito breve e enquanto subsistem os efeitos da neutralização, levando-se, se possível, a exploração dos resultados além da zona neutralizada. A exploração do sucesso imediatamente iniciada após a explosão atómica, não é possível neste caso, se não for efectuada por unidades mecanizadas colocadas o mais adiante possível que avançam com a maior velocidade que lhe permitam os seus meios, por terrenos fáceis para o movimento e limpo de obstáculos. Tendo em atenção esta realidade pode concluir-se que as unidades rápidas continuam sendo, como antigamente, as mais indicadas e até insubstituíveis para uma das fases decisivas de batalha; a exploração do sucesso e a perseguição do inimigo.

Em síntese e conforme opiniões autorizadas, a táctica ofensiva terá um novo conceito que se traduz em:

— Acelerar o ataque, para permitir a ocupação em tempo oportuno dos espaços neutralizados das explosões atómicas, e a protecção das próprias tropas, mediante o estreito contacto com o inimigo.
— Adaptar a táctica terrestre às condições da guerra atómica.
Essa adaptação só será satisfatória, desde que se consigam importantes modificações na organização e equipamento das unidades, sobretudo na parte referente aos Serviços.

A característica atrás mencionada, a da aceleração do ataque nas acções ofensivas, dá maior importância à Cavalaria blindada, cujas possibilidades lhe conferem satisfazer as exigências decorrentes dessa característica.

A condição relativa aos Serviços é hoje mais do que nunca imperativa. Num futuro conflito, é opinião aceita que um cuidadoso planeamento de serviços pode ganhar mais batalhas do que uma boa manobra.

Os grandes chefes pensam por isso que só uma equilibrada harmonia entre as Armas e a logística, quer no seu planeamento quer no seu emprego, pode conduzir a bom termo as operações Militares.

A ARTILHARIA ANTIAÉREA

pelo Major LUÍS DA COSTA CAMPOS E MENEZES

SÍNTESE

CAPÍTULO I

1. — Sua origem e necessidade.
2. — As primeiras bocas de fogo antiaéreas.
3. — A eficácia da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO II

4. — A Aviação, objectivo da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO III

5. — O tiro antiaéreo.

CAPÍTULO IV

6. — Missões da Artilharia Antiaérea.
7. — Missões normais da Artilharia Antiaérea.
8. — Missões normais da Artilharia Antiaérea, na zona do interior.
9. — Missões normais da Artilharia Antiaérea, na frente de combate.

10. — Defesa da Artilharia.
11. — Defesa de itinerários.
12. — Defesa de zonas e pontos sensíveis.
13. — Defesa próxima de zonas e pontos sensíveis.
14. — Defesa afastada de zonas e pontos sensíveis.
15. — Defesa em conjunto da zona da frente.
16. — Cooperação com a Aviação.
17. — Missões normais das metralhadoras superpesadas antiaéreas de 20 mm.
18. — Missão normal das metralhadoras ligeiras antiaéreas.
19. — Missão normal de vigilância.
20. — Vigilância do ar.
21. — Vigilância do campo de batalha.
22. — Missões eventuais da Artilharia Antiaérea.
23. — Missões de recurso da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO V

24. — Meios de acção da Artilharia Antiaérea.
25. — Características e possibilidades da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO VI

26. — Organização da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO VII

27. — Ponto sensível e zona sensível.

CAPÍTULO VIII

28. — Princípios básicos de guerra antiaérea.
29. — Princípios básicos de emprego da Artilharia Antiaérea.
30. — Plano de emprego da Artilharia Antiaérea.
31. — Elementos que condicionam o emprego da Artilharia Antiaérea.
32. — Táctica, técnica e possibilidades do inimigo.

33. — Possibilidades e limitações da Artilharia Antiaérea.
34. — Grandeza, forma e natureza da zona sensível.
35. — O terreno e o estado do tempo.
36. — Outros meios de defesa.
37. — Factores a considerar na repartição da Artilharia Antiaérea.
38. — Critério para a determinação das prioridades.
39. — Atribuição para determinar as prioridades.
40. — Atribuição num teatro de operações.
41. — Atribuições do Comandante da Artilharia Antiaérea.
42. — Dispositivo.
43. — Poder defensivo de um dispositivo.
44. — Defesa mínima e defesa eficiente.

CAPÍTULO IX

45. — O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.
46. — Radares.
47. — Postos de vigilância.
48. — Vigias do ar.
49. — Quadrícula.
50. — Prancheta de direcção.
51. — Mensagens.
52. — Plano de emprego do Serviço de Informações da Artilharia Antiaéra.
53. — O alerta.
54. — Tipos de alerta.
55. — O alerta, nas zonas da frente.
56. — Transmissão do alerta.
57. — Estados de prontidão.
58. — Alterações recentes ao dispositivo e ao Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.

CAPÍTULO I

1. — Sua origem e necessidade.

Surgiu, durante o primeiro conflito mundial, a terrível arma de ataque, a Aviação.

Para lhe fazer face, viu-se a defesa na necessidade de recorrer a todos os seus meios, adaptando uns, improvisando outros.

Foi a Artilharia chamada a colaborar, tendo-se, para isso, diferenciado em *Artilharia Antiaérea.*

Incipiente na guerra de 1914-1918, a sua actuação exigia um consumo elevado de projécteis e traduzia-se numa eficácia relativamente diminuta.

Desde logo, porém, se viu que, não obstante ser a *Aviação* a melhor arma de defesa contra a Aviação atacante, ela não podia, nem devia, ser grandemente desviada para uma tal missão.

Na verdade, o seu melhor emprego residia, e reside, em empenhar-se, por meio de acções ofensivas, contra as instalações militares, centros industriais e forças aéreas do adversário, diminuindo-lhe o seu poder ofensivo.

A possibilidade de proceder a reconhecimentos aéreos, a grandes distâncias, transformou, por outro lado, a Aviação na principal fonte de informação longínqua.

Em contrapartida, a falta de continuidade na acção, a dificuldade em se improvisar pilotos, observadores, navegadores, bombardeiros, e outro pessoal do ar, o desgaste do material, o número e situação das bases aéreas, as condições atmosféricas, etc., subordinam a Aviação a limitações no seu emprego.

Resulta daqui que, para procurar subtrair um país às investigações da Aeronáutica inimiga e tomar as disposições necessárias para impedir e repelir os seus ataques ou, pelo menos, limitar as consequências destes, em todas as circunstâncias, de dia, de noite, nas marchas, nos estacionamentos e durante o combate, importa organizar a protecção de todo o território nacional e das suas Forças Armadas, também com outras medidas de defesa activa e com medidas de *defesa passiva.*

Estas baseiam-se na utilização de abrigos e na dispersão e dissimulação das tropas e instalações.

Têm como objectivo evitar ou, pelo menos, limitar os resultados das investigações da Aviação inimiga e os riscos provenientes dos seus bombardeamentos.

A *defesa activa* tem essencialmente por fim impedir às aeronaves inimigas de sobrevoar o território nacional e de exercer a sua acção de investigação e de ataque sobre as nossas tropas e instalações.

Ela é um acto de combate. Pertence à Aviação e à *Defesa Terrestre Contra Aeronaves* (D. T. C. A.).

A Defesa Terrestre Contra Aeronaves, em ligação com a Aviação, compreende uma protecção feita por Artilharia e metralhadoras antiaéreas, radares, projécteis dirigidos e um Serviço de Informações.

2. — **As primeiras bocas de fogo antiaéreas.**

Enquanto os contendores não dispusessem de uma boca de fogo especialmente adequada à missão antiaérea, houve que adaptar-se a tal fim o material de campanha.

Aparece, assim, a *peça de campanha de 7,5 cm de calibre, m/917*, montada sobre um pedestal para permitir o seu recuo, a executar o tiro antiaéreo.

Entre os primeiros materiais, adrede gizados com este fim, figura o da casa «*Vickers*» com a peça ainda daquele calibre, e que entre nós se designou por m/931, e o respectivo preditor engenhosamente delineado.

Na Segunda Guerra Mundial, é este material substituído pelo inglês de calibre *9,4 cm*, ainda hoje utilizado, conquanto transformado, e então dirigido pelo *preditor* «*Sperry*».

De igual nível balístico, apresentaram a Alemanha a sua tão temida peça de calibre *8,8 cm*, e os Estados Unidos da América do Norte a peça de calibre *9 cm*.

3. — **A eficácia da Artilharia Antiaérea.**

A guerra de 1939-1945 veio pôr em evidência a eficácia da Artilharia Antiaérea.

Para se fazer uma ideia dela, é interessante meditar-se nas afirmações de combatentes da última conflagração, baseadas em dados concretos da luta. A opinião emitida pelo vencedor sobre o vencido inspira a confiança devida a autor idóneo.

«Não se faz, na verdade, ideia», afirma-nos o Brigadeiro Appleton, «do *esforço despendido pela Alemanha*, na sua defesa antiaérea.

A «Luftwaffe» desempenhou, neste sector, um papel importante, não obstante a protecção antiaérea das bases navais do litoral ter ficado

a cargo da Marinha e apesar de o Exército ter incluído, nas suas formações móveis, unidades de Artilharia Antiaérea.

De capacidade limitada em tempo de paz, a «Flak» desenvolveu-se, ràpidamente, durante a guerra e atingiu a sua plena eficácia em meados de 1944.

Dispunha, nesta altura, de cerca de 1.250.000 combatentes, dos quais mais de 250.000 — elementos femininos, prisioneiros de guerra e estrangeiros — eram pròpriamente auxiliares.

Este efectivo — 1,5% da sua população de 70 milhões de habitantes — era muito superior ao da própria Inglaterra — 0,5% dos seus 45 milhões.

O material, com que operava, compreendia 15.000 bocas de fogo pesadas, 25.000 ligeiras, 7.000 projectores e 2.500 balões.

Convicta de que a vitória dependia das suas *indústrias*, a Alemanha resolveu proteger dos ataques aéreos, as suas zonas industriais.

Como estes se intensificassem e verificando que a defesa eficaz de todas aquelas zonas não era possível, decidiu ela proteger convenientemente as suas indústrias vitais, tais como as das refinarias de óleos.

Assim, na zona de Leuna, 14 Divisões da «Flak», que operavam com 600 bocas de fogo pesadas, derrubaram, na segunda metade do ano de 1944, 216 aviões e reduziram a um número muito diminuto os impates eficazes das bombas, nas refinarias».

Outros casos concretos irrefutáveis da Segunda Conflagração Mundial confirmam a enorme eficiência da Artilharia Antiaérea. Analisemo-los.

Ouçamos primeiramente *Guderian*, o general alemão que concebeu a divisão blindada, regulou o seu emprego e codificou, nos manuais de 1940, a sua táctica.

Chefe de uma nova escola, foi durante a campanha da Polónia que pôs em prática a sua doutrina de emprego das «Panzer Divisionen».

Comandou o 19.º Corpo de Exército Blindado do 4.º Exército Alemão, sob as ordens do General Von Kleist, e foi encarregado da operação principal que decidiu a sorte da ofensiva contra a França.

Franqueou o Mosa, à viva força, em Sedan, no dia 13 de Maio de 1940. Na segunda quinzena de Junho, cercou o Grupo de Exércitos do Leste, em Epinal e Gérardmer.

O 19.º Corpo de Exército Blindado compreendia 3 Divisões Blindadas — a 1.ª, a 2.ª e a 10.ª — e os elementos não endivisionados. Entre estes figurava um Regimento de Artilharia Antiaérea.

Para se fazer uma ideia da Divisão Blindada Alemã, concretizemos, a traços largos, o seu efectivo. Era ele constituído por:

2 Regimentos de Infantaria Motorizada;
2 Regimentos de Carros;
1 Batalhão Anticarro;
1 Regimento de Artilharia Blindada;
1 Grupo de Reconhecimento Motorizado;
1 Batalhão de Motociclistas;
1 Batalhão de Sapadores;
1 Batalhão de Transmissões;
1 Bateria Antiaérea;
1 Esquadrilha de Reconhecimento;
Serviços Motorizados.

O Major Rogé entrevistou Guderian no campo de concentração norte-americano de Allendorff.

Interrogado sobre qual teria sido a situação, na manhã de 14 de Maio, se o contra-ataque francês tivesse sido desencadeado ao alvorecer, respondeu que a 1.ª Divisão Blindada teria sido surpreendida em situação difícil, tanto mais que, a essa hora, se não podia contar com a 2.ª Divisão. Todavia, algumas horas mais tarde, a 2.ª Divisão, que já conseguira forçar a passagem do Semoy, podia transpor o Mosa e apoiar a 1.ª Divisão, para repelir o contra-ataque dos carros franceses.

«Não procuraram a Aviação franco-inglesa e a Aviação belga destruir a ponte de Saint-Menges, por onde passavam todas as comunicações do 19.º Corpo de Exército, nessa jornada de 14 de Maio?», perguntou-lhe o Major Rogé.

«Essa jornada foi crítica», respondeu Guderian, «porque a Aviação franco-inglesa tinha o domínio do ar em Sedan, em virtude da Aviação alemã ter partido para outro sector».

«Como resistiu o 19.º Corpo de Exército a esses ataques e de que maneira foi a ponte protegida?», observou o interlocutor.

«Foi o Regimento Antiaéreo do 19.º Corpo de Exército que, graças à *perfeição do seu dispositivo e à precisão do seu tiro*, repeliu a Aviação franco-inglesa», retorquiu o entrevistado. «A despeito da sua coragem, os aviadores inimigos não conseguiram destruir a ponte de Saint-Menges; perto de 150 aviões inimigos foram abatidos», acrescentou Guderian.

Verifica-se, assim, que, *não obstante a perda do domínio do ar, é possível uma protecção antiaérea eficaz, com Artilharia.*

Segundo nos afirma o Brigadeiro Appleton, é indiscutível que as *forças aéreas aliadas sofreram perdas pesadas devido à actuação da «Flak».*

Não há dúvida também — é ainda ele quem o confirma — de que as concentrações maciças da «Flak», nas zonas industriais importantes, se traduziram num desgaste das tripulações dos bombardeiros, por acção nervosa.

As densíssimas concentrações da Artilharia Antiaérea nas zonas vitais, tais como Leuna, são outro exemplo concreto de uma eficiente defesa antiaérea. As perdas, que podiam ser infligidas, poderiam tornar-se incomportáveis num longo período, tornando os bombardeamentos de precisão difíceis, se não impossíveis.

Se, durante os últimos dois anos de guerra, os alemães tivessem mantido, ou podido manter, esta acertada deliberação de concentrar, nas suas zonas vitais, a sua Artilharia Antiaérea, as suas refinarias de óleos teriam tido vida mais longa e a guerra ter-se-ia, consequentemente, prolongado.

Ainda sobre o valor da Artilharia Antiaérea na luta, acorre-nos à memória o seguinte depoimento, devido a uma entidade britânica, cujo nome nos não ocorre:

«Fantasiemos *o que seria de Londres,* se a nossa capital não dispusesse, por momento só, da sua Artilharia Antiaérea».

Reportava-se esta entidade ao período de 1939 a 1942.

Destruía-se, assim, o conceito aterrorizador que surgiu com os primeiros aviões de guerra: «Voando os aviões sobre a Terra, *nada sobreviverá aos seus ataques».*

É evidente que o critério de avaliar a eficácia da Artilharia Antiaérea, *ùnicamente pelo número de aviões abatidos,* devido ao seu fogo, *é* manifestamente *errado.*

As estatísticas não podem traduzir o número de incursões frustradas, nem os bombardeamentos imprecisos, nem aqueles que não puderam ser concluídos, em virtude do tiro antiaéreo. Não denunciarão as manobras ou alturas de voo, proibitivas de precisão nas suas operações, impostas à Aviação inimiga, pela Artilharia Antiaérea, para se furtar

ao seu tiro. Nunca revelarão o número de ataques cancelados ou que não foram sequer tentados, devido exclusivamente à presença da Artilharia Antiaérea. Nem permitirão descortinar a liberdade de acção de que a Aeronáutica amiga usufruiu, por ter sido desobrigada da defesa de inúmeras zonas, podendo, assim, empenhar-se em proveitosas acções ofensivas.

Nestas considerações, não pode também abstrair-se das sujeições a que fica condicionada a acção da Artilharia Antiaérea, entre as quais avulta, em muitos casos, a impossibilidade da sua actuação devido à presença da Caça amiga.

É, ainda, digna de nota a precisão da técnica do tiro da Artilharia Antiaérea, posta à prova pelas incursões de um ou dois aviões, tão frequentemente tentadas. E daí a restrição, que lhe é imposta, de *executar o seu tiro apenas sobre aviões que nìtidamente manifestem intenções hostis.*

A eficácia da Artilharia Antiaérea mede-se, pois, pelo grau em que ela *evita, dificulta* ou *destrói* as actividades aéreas inimigas, dirigidas contra os elementos terrestres.

CAPITULO II

4. — **A Aviação, objectivo da Artilharia Antiaérea.**

a) — Deve a Artilharia Antiaérea estar familiarizada com as *características*, formações e táctica de emprego dos diversos tipos de aviões, pois constituem eles os seus objectivos e dão origem a problemas do emprego táctico da Artilharia Antiaérea.

Há que conhecer-se a sua velocidade, quer de progressão, quer de ascensão, o seu tecto, absoluto e de serviço, a sua manobrabilidade, a sua vulnerabilidade, a sua visibilidade, o seu raio de acção.

b) — As *formações* usuais da Aviação são a cunha, a coluna, a linha e o escalão, ou ainda uma combinação destas formações.

c) — Segundo os fins a que é destinada ou consoante as suas missões tácticas, a Aviação pode *classificar-se* em:

1) — Aviação de caça:

a. — Diurna.
— Nocturna.

b. — De intercepção.
— De ataque ou de campo de batalha.

2) — Aviação de Informação:

a. — De reconhecimento:
— Táctico.
— Estratégico.
b. — De observação.
c. — De ligação (estafetas).

3) — Aviação de bombardeamento:

a. — Ligeiro.
b. — Médio.
c. — Pesado.

4) — Aviação especial:

a. — De transporte de tropas.
b. — De largata de pára-quedistas.
c. — Sanitária.
d. — De reabastecimento.
e. — De remuniciamento.

d) — São diversos os *métodos de bombardeamento* empregados pela Aviação:

1) — Quanto a rota no momento da largada das bombas, consideram-se:

a. — O bombardeamento em *voo horizontal, rectilíneo e com velocidade constante*. Este bombardeamento pode ser executado a pequenas, médias ou grandes alturas.
b. — O bombardeamento *em deslize*, no qual o ângulo de descida é pequeno, executado com os motores parados ou reduzidos, para não denunciar a aproximação do bombardeiro.
c. — O bombardeamento em *voo mergulhante* ou *a picar*.

2) — Quanto a maneira como as bombas são largadas, há as seguintes modalidades:

a. — Largada de *uma única bomba.*
b. — *Salva de bombas,* isto é, a largada simultânea de um grupo de bombas.
c. — *Bombardeamento em série,* ou seja, a largada sucessiva de bombas isoladas, com determinados intervalos de tempo entre a largada de cada bomba.
d. — *Bombardeamento em série de salvas,* isto é, a largada sucessiva de salvas de bombas, com determinados intervalos de tempo entre cada salva.

A modalidade de emprego mais frequente é a série.

3) — Quanto aos componentes de uma formação de bombardeiros, a largada pode ser executada:

a. — *Simultâneamente,* por todos os aviões da formação.
b. — *Sucessivamente,* por cada elemento — avião, patrulha, esquadrilha — da formação.

e) — No bombardeamento de objectivos terrestres, perde o avião, durante um certo tempo, maior ou menor, mas sempre muito pequeno, designado por *tempo de pontaria das bombas,* a sua liberdade de manobra, para executar as operações de pontaria correcta e a largada das bombas.

Nesse tempo, deve o avião manter o voo horizontal, rectilíneo e com velocidade constante.

É este tempo variável com as dimensões do objectivo, com o grau de instrução da tripulação, com o tipo do visor de pontaria do avião, com o tipo do avião, com o método de bombardeamento e com as condições atmosféricas.

No bombardeamento em série, aquele tempo é acrescido do tempo que medeia entre a largada da primeira bomba e a da última, ou seja, do *tempo de bombardeamento.*

É durante o tempo de pontaria das bombas e o de bombardeamento que o avião se torna um objectivo fácil para a *Artilharia Antiaérea* e

tem esta, por isso, maiores probabilidades de destruir os bombardeiros atacantes. O seu fogo é, assim, *mais eficiente*.

Consequentemente, é sobre as zonas que os aviões têm que atravessar, nessas circunstâncias, que deve concentrar-se o maior poder defensivo de um dispositivo da defesa antiaérea.

f) — O *metralhamento* é executado por aviões voando a pequena altura e com grande liberdade de manobra.

g) — Uma generalização do vocábulo «*avião inimigo*» abrange, igualmente, as tropas pára-quedistas e aerotransportadas, as bombas voadoras, os projécteis dirigidos, os aviões sem piloto e quaisquer outros alvos de tipo semelhante.

CAPITULO III

5. — O tiro antiaéreo.

Distingue-se este tiro do de campanha e do de costa, essencialmente, por:

a) — Se realizar contra um alvo que se desloca livremente a três dimensões, com uma velocidade enorme.

b) — Exigir uma grande rapidez de preparação e de execução.

A preparação do tiro antiaéreo implica a determinação dos elementos de tiro para um ponto do espaço, que não é aquele onde se encontra o avião no momento em que estes elementos são determinados, mas sim aquele onde se encontrará o avião no momento do rebentamento do projéctil.

Trata-se, pois, de um «*ponto futuro*», cuja posição no espaço, dependendo do arbítrio do aviador, não é fácil de prever.

Todavia, é absolutamente indispensável determinar, aproximadamente, aquela posição, para que nela se dê o rebentamento do projéctil. Esta determinação recebe o nome de «*predição do tiro*».

c) — Não ser possível a sua observação e, consequentemente, a sua regulação.

CAPITULO IV

6. — **Missões da Artilharia Antiaérea.**

As missões da Artilharia Antiaérea podem classificar-se em:

— Missões normais.
— Missões eventuais.
— Missões de recurso.

7. — **Missões normais da Artilharia Antiaérea.**

Em ligação com a Aviação, a Artilharia Antiaérea desempenha as suas *missões normais*, assegurando a defesa de pontos ou zonas sensíveis e fazendo a protecção das Grandes Unidades contra todas as formas de ataques aéreos e outras actividades da Aviação inimiga, tanto de dia, como de noite, destruindo os aviões inimigos, obrigando-os a abandonar o cumprimento da sua missão, ou reduzindo a eficiência das suas operações.

São missões normais:

— Missões de *defesa*,
— Missões de *vigilância*.

Consoante o local em que a Artilharia Antiaérea seja chamada a actuar, podem designar-se as missões por:

— Missões *na zona do interior*,
— Missões *na frente de combate*.

8. — **Missões normais da Artilharia Antiaérea, na zona do interior.**

Abrangem estas missões a defesa das zonas de estacionamento das reservas, das bases, das instalações militares e industriais, dos nós de comunicações, das pontes, dos desfiladeiros, dos centros de mobilização e populacionais, de certas zonas contra o desembarque de elementos

pára-quedistas ou aerotransportados, dos portos e da orla marítima em ligação com a Marinha, etc.

9. — **Missões normais da Artilharia Antiaérea, na frente de combate.**

a) — Pode a Artilharia Antiaérea *Ligeira* receber como missão a defesa, contra ataques a baixa altura e a picar:

1) — *Da Artilharia;*
2) — *De itinerários;*
3) — *De zonas e pontos sensíveis.*

b) — À Artilharia Antiaérea *Pesada* podem atribuir-se as seguintes missões:

1) — Defesa próxima de zonas e pontos sensíveis;
2) — Defesa afastada de zonas e pontos sensíveis;
3) — Defesa em conjunto da zona da frente;
4) — Cooperação com a Aviação.

10. — **Defesa da Artilharia.**

A defesa das zonas das posições da Artilharia é uma das missões mais importantes da Artilharia Antiaérea Ligeira.

Terá esta, por vezes, de lhe consagrar quase a totalidade dos seus meios orgânicos e de reforço.

A defesa de um Grupo de Artilharia de Campanha pouco disperso poderá ser efectuada por um pelotão de Artilharia Antiaérea Ligeira.

Será necessária uma bateria, para um Grupo disperso ou isolado.

11. — **Defesa de itinerários.**

É assegurada, concentrando, de preferência, os meios de que se dispõem sobre pontos particularmente sensíveis dos itinerários — pontes, desfiladeiros, etc. — deixando mesmo sem defesa outros menos vulneráveis.

Para manter a continuidade da protecção, terá a Artilharia Antiaérea Ligeira de se deslocar por escalões.

12. — **Defesa de zonas e pontos sensíveis.**

Abrangem elas:

— Concentrações de reservas;
— Zonas de estacionamento;
— Parques;
— Depósitos de munições;
— P. O.;
— Bases de ataque, etc.

Tal defesa pode incumbir à Artilharia Antiaérea Ligeira.

13. — **Defesa próxima de zonas e pontos sensíveis.**

Tem por fim impedir que os aviões de bombardeamento executem os seus ataques, submetendo-os ao tiro maciço da Artilharia Antiaérea Pesada, antes que eles atinjam a linha de bombardeamento.

14. — **Defesa afastada de zonas e pontos sensíveis.**

Obtém-se atacando as formações de aviões inimigos, na sua rota de aproximação, com Artilharia Antiaérea Pesada.

15. — **Defesa em conjunto da zona da frente.**

Tem esta defesa por fim:

a) — Assegurar um mínimo de protecção ao conjunto das tropas e instalações da zona da frente, que estão muito dispersas ou apresentam pouca importância para poderem ser consideradas separadamente como zonas ou pontos sensíveis.

b) — Atacar a Aviação de Observação e Reconhecimento inimiga.

A defesa em conjunto da zona da frente, realizada por Artilharia Antiaérea Pesada, contribui para a defesa afastada das zonas e pontos sensíveis, situados mais para o interior.

16. — **Cooperação com a Aviação.**

No decorrer da sua missão normal, coopera a Artilharia Antiaérea Pesada com a Aviação:

a) — Dispersando as formações inimigas, o que facilita o ataque da caça amiga.

b) — Assinalando a esta, pela direcção definida pelos rebentamentos das suas granadas, a presença dos aviões adversos.

c) — Protegendo os aviões próprios contra a caça inimiga.

17. — **Missões normais das metralhadoras superpesadas antiaéreas de 20 mm.**

Dentro das suas possibilidades balísticas mais reduzidas, têm estas metralhadoras uma missão normal análoga à da Artilharia Antiaérea Ligeira.

São empregadas nas zonas em que esta Artilharia não pode operar pela sua vulnerabilidade e ainda na protecção, contra o voo a picar e rasante, das zonas das posições das baterias de peças pesadas.

18. — **Missão normal das metralhadoras ligeiras antiaéreas.**

Como meios orgânicos de defesa das Pequenas Unidades que o são, têm as metralhadoras ligeiras antiaéreas a missão normal da sua defesa contra voos baixo ou a picar.

19. — **Missão normal de vigilância.**

A missão normal de vigilância da Artilharia Antiaérea traduz-se em obter e disseminar as informações de aproximação e da actividade aérea inimiga e da forma de operar da Aviação adversa.

Dispõe, para esse efeito, do «*Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea*», que abrange:

— Radares de vigilância,
— Radares tácticos,
— Radares de tiro,
— Postos de vigilância,
— Vigias do ar.

Deve aquele Serviço assegurar:

— A *vigilância do ar,*
— A *vigilância do campo de batalha.*

20. — **Vigilância do ar.**

Deve ela:

— Descobrir os aviões inimigos,
— Identificá-los,
— Determinar as suas características de voo,
— Transmitir as informações colhidas.

21. — **Vigilância do campo de batalha.**

Os Postos de Vigilância devem, igualmente, assegurar a vigilância do campo de batalha terrestre, tendo em especial atenção:

— A aterragem de aviões suspeitos;
— A descida de pára-quedistas;
— A emissão de sinais suspeitos.

22. — **Missões eventuais da Artilharia Antiaérea.**

a) — A Artilharia Antiaérea desempenha uma missão eventual, sempre que, na defesa de uma zona ou na protecção antiaérea das forças terrestres ou de costa de um determinado sector, possa ser chamada, em virtude das suas possibilidades de tiro e sem modificação do seu dispositivo ou prejuízo da sua missão normal, *à cooperação num zona vizinha* que tenha a sua defesa antiaérea estabelecida.

b) — Desempenha, igualmente, a Artilharia Antiaérea uma missão eventual quando, dentro das possibilidades das suas posições de tiro antiaéreo, entra no plano de conjunto da *defesa anticarro,* assegurando em particular a sua própria defesa.

c) — É ainda missão eventual da Artilharia Antiaérea o *tiro terrestre* ou *de costa,* executado por ela das posições ocupadas para a missão antiaérea.

Esta última missão não pode, evidentemente, ser assegurada durante a execução do tiro terrestre ou de costa, e algum tempo será necessário para o transporte deste tiro para o antiaéreo.

O Comando, quando fixa a missão de tiro terrestre ou de costa, deve concretizar as condições da sua execução, de modo que nunca a missão normal de tiro antiaéreo possa ser perturbada.

23. — **Missões de recurso da Artilharia Antiaérea.**

a) — As aplicações da Artilharia Antiaérea, no *tiro terrestre* ou no *de costa*, devem ser sempre encaradas com todas as reservas.

Em 1943, o Alto Comando Alemão proibia, terminantemente, o emprego de peças pesadas antiaéreas no tiro terrestre, salvo em situações de grave emergência.

Igual proibição foi feita no Exército Inglês.

Todavia, nem sempre se deu cumprimento a estas determinações.

A precisão do tiro do material antiaéreo e as elevadas cadências são realmente tentadoras para a sua utilização no tiro terrestre e no de costa.

Não se infira, no entanto, que o emprego, como *recurso*, da Artilharia Antiaérea, na defesa terrestre ou de costa, é totalmente condenado.

O Comando, quando atribuir esta missão de recurso à sua Artilharia Antiaérea, não deve perder de vista que a missão desta Artilharia é o tiro antiaéreo e que é erro grave sacrificar qualquer parcela dessa missão essencial à colaboração indicada.

Mas, em situações de *grave emergência* e quando se tenha assegurada a supremacia aérea local, o Comando da Grande Unidade pode desviar, no todo ou em parte, a sua Artilharia Antiaérea para estas missões, tendo sempre presente que a sua defesa antiaérea fica sèriamente prejudicada pelos motivos que se seguem:

1) — O material antiaéreo é dotado de grandes velocidades iniciais e, consequentemente, de rápido *desgaste;*
2) — O material sofre, no seu *sistema elástico*, quando é aplicado no tiro terrestre ou de costa, para o qual não foi gizado;
3) — Necessita, para o seu tiro antiaéreo, de grandes quantidades de *munições*. O consumo dos seus depósitos pode acarretar consequências perigosas;

4) — As *guarnições* deste material, no qual as suas intervenções se dão em períodos que fogem a toda a sistematização, necessitam estar frescas, pois, nos momentos de acção, é-lhes exigido um esforço extremamente violento;

5) — O elevado *relevo* deste material torna-o fàcilmente referenciável e vulnerável ao tiro da Artilharia terrestre inimiga;

6) — Os *dispositivos* das Unidades de Artilharia Antiaérea, para assegurar uma defesa contra ataques aéreos, são, naturalmente, muito diferentes dos necessários para intervir no tiro terrestre ou no de costa;

7) — As *posições* para o tiro antiaéreo têm exigências diferentes das que caracterizam as posições para o tiro terrestre ou de costa;

8) — Uma Unidade de Artilharia Antiaérea, empenhada no tiro terrestre ou de costa, não está em condições de intervir imediatamente no tiro antiaéreo.

b) — Com as restrições citadas, poderá a Artilharia Antiaérea ser empregada:

1) — No tiro de apoio imediato às Unidades de Infantaria e de Blindados;

2) — No reforço dos fogos das armas pesadas da Infantaria;

3) — No reforço dos fogos da Artilharia de uma Grande Unidade;

4) — No ataque a objectivos inopinados em terra e no mar.

c) — Executará, para esse efeito:

— Tiros de flagelação;

— Tiros de neutralização, rápidos e violentos.

Fica interdita a aplicação da Artilharia Antiaérea em:

— Tiros de destruição;

— Tiros de neutralização prolongada.

d) — A experiência tem demonstrado que, em todas estas missões de tiro, a Artilharia Antiaérea é uma arma eficiente e valiosa.

Um dos mais frisantes exemplos da sua aplicação em missões de recurso é a acção da Artilharia Antiaérea Alemã no embarque das forças inglesas em Dunquerque.

O Comando Alemão fez convergir, em massa, a sua Artilharia Antiaérea, para se opor àquele embarque, conseguindo, com o seu fogo, prejudicar muito aquela operação.

CAPÍTULO V

24. — **Meios de acção da Artilharia Antiaérea.**

a) — Para cumprimento das suas missões, dispõe a Artilharia Antiaérea dos seguintes meios de acção:

— Peças pesadas de calibre 9,4 cm;
— Peças ligeiras de calibre 7,5 cm;
— Peças ligeiras de calibre 4 cm;
— Metralhadoras superpesadas de calibre 20 cm;
— Foguetes;
— Projécteis dirigidos.

Em coadjuvação com estes meios, há ainda a considerar:

— As metralhadoras antiaéreas distribuídas às diversas Armas;
— O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea, cujos órgãos fundamentais são os radares.

b) — Mais ou menos recentemente, foram postos de parte, por desactualizados:

— Preditores mecânicos;
— Peças de calibre 7,5 cm;
— Peças de calibre 13,4 cm;
— Peças ligeiras montadas sobre plataformas automóveis;
— Projectores de diâmetro 150 cm e 90 cm;
— Localizadores pelo som;
— Balões de barragem;
— Bombas voadoras.

25. — **Características e possibilidades da Artilharia Antiaérea.**

a) — As bocas de fogo da Artilharia Antiaérea *distinguem-se:*

— Pela sua elevada cadência de tiro;
— Pela sua grande velocidade inicial;
— Pelo seu grande campo de tiro horizontal;
— Pelo seu grande campo de tiro vertical;
— Pelos seus munhões recuados e correspondentes equilibradores;
— Pelo seu telecomando;
— Pelo automatismo do seu funcionamento.

b) — *Possibilidades do material pesado:*

Os limites das possibilidades de tiro das peças pesadas de calibre 9,4 cm são:

— Cadência: 22 tiros por minuto;
— Velocidade inicial: 815 metros por segundo;
— Campo de tiro horizontal: 360°;
— Campo de tiro vertical: de −5° a +80°;
— Altura máxima: 12.000 metros;
— Altura mínima a que a granada pode rebentar, sem perigo para a guarnição e para as tropas amigas: 500 metros;
— Alcance: 17.000 metros.

Este material utiliza:

— as granadas explosiva, com balas, perfurante, semiperfurante, ordinária, de exercício, alvo, iluminante e fumígena;
— a espoleta mecânica de tempos e a espoleta de aproximação (V. T.).

c) — *Possibilidades da peça ligeira de calibre 7,5 cm:*

Designado pelos americanos por «*Skysweeper*» ou «Varredor do céu», dispõe de um radar privativo, montado no mesmo reparo que a peça.

Não nos foi possível obter dados concretos sobre esta peça.

d) — *Possibilidades da peça ligeira de calibre 4 cm:*

— Cadência: 120 tiros por minuto;
— Velocidade inicial: 850 metros por segundo;
— Campo de tiro horizontal: 360°;
— Campo de tiro vertical: −5° a +90°;
— Altura máxima: 3.000 metros;
— Alcance: 11.200 metros.

Utiliza este material:

— as granadas explosivas, anticarro e de exercício;
— na granada explosiva, uma espoleta de percussão na ogiva e, na base, uma espoleta com dispositivo tracejante e outro de autodestruição para a distância de 3.000 metros.

Deve notar-se que, se a altura máxima é 3.000 metros e o alcance 11.200 metros, como se disse, a altura e a distância eficazes são apenas 2.000 metros.

e) — *Preditores electrónicos:*

As peças pesadas de calibre 9,4 cm, pertencentes a uma bateria, são dirigidas por um preditor electrónico, que executa, mediante os elementos fornecidos pelo radar, a «predição do tiro».

O preditor pode empregar-se para velocidades do avião até 700 milhas por hora, para alturas até 50.000 pés e para distâncias até 10.000 jardas.

Mediante uma manobra rápida de interruptores, pode o preditor ser usado quer no tiro antiaéreo, quer no de costa.

f) — *Radar:*

O radar *táctico* ou de *vigilância*, com o seu feixe bastante largo, exerce uma primeira pesquisa de aviões em todo o espaço aéreo, até à distância de 120.000 jardas.

Selecciona o alvo para a sua bateria e endossa-o para o respectivo radar *de tiro*. Este radar, com o seu feixe altamente concentrado e preciso, fornece ao preditor, ininterruptamente, os elementos de direcção, distância e sítio, respeitantes ao avião. É de 36.000 jardas o alcance do radar de tiro.

A aplicação do radar ao tiro e às espoletas de aproximação (V. T.) aumentou consideràvelmente, a eficácia da Artilharia Antiaérea.

Foi ele que contribuiu para a vitória da Inglaterra na «*Batalha de Londres*», em Agosto de 1940.

Encontrava-se a velha Albion em situação desesperada, pois a R. A. F. não dispunha senão de 640 caças, para se opor aos 1.000 bombardeiros, aos 1.100 caças e aos inúmeros «Stukas» alemães, que pretendiam o domínio do ar, prelúdio indispensável da invasão das Ilhas Britânicas.

Não obstante, ao fim de um mês de luta, não só a Aviação inglesa não tinha sido destruída, mas também 80% dos aviões inimigos tinham sido abatidos.

Estas baixas da «Luftwaff» tomaram proporções de tal modo catastróficas, que os alemães tiveram de renunciar aos ataques aéreos de dia e mais tarde aos nocturnos, substituindo-os pelos das bombas voadoras V_1 e V_2.

A vitória ficou a dever-se não à superioridade da R. A. F. relativamente à «Luftwaff», mas sim ao aumento de eficácia obtido pela Caça e pela Artilharia Antiaérea, pela aplicação do radar.

Conseguiram, deste modo, os ingleses assinalar a aproximação dos aviões inimigos muito antes de eles terem atingido a costa Norte da França, permitindo, assim, aos caças da defesa levantar voo antes da chegada das formações assaltantes, cujo volume e posições eram conhecidas em cada instante.

Todo o sistema defensivo, quer activo, quer passivo, podia ser posto em jogo no momento oportuno e na quantidade indispensável, evitando-se o seu desgaste prematuro em operações de patrulhamento permanente e de reconhecimentos.

CAPÍTULO VI

26. — **Organização da Artilharia Antiaérea.**

a) — Os aperfeiçoamentos técnicos e as numerosas e amargas experiências resultantes dos bombardeamentos impuseram sucessivas organizações, à Artilharia Antiaérea dos dois partidos em luta, na última conflagração mundial.

A necessidade de dirigir um volume de fogo apreciável sobre os alvos aéreos traduziu-se na constituição de *poderosas subunidades*, com a consequente economia nos órgãos e pessoal do comando.

As batarias de 4 bocas de fogo foram, deste modo, sucessivamente transformadas em subunidades de 6, 8 e 12 bocas de fogo cada. Há notícia de uma ou duas baterias a 16 bocas de fogo cada.

Os meios de acção da Artilharia Antiaérea estão organizados em unidades, cuja constituição varia consoante se trata de unidades destinadas a assegurar a defesa antiaérea do interior do país, ou de unidades móveis que cooperam com as forças terrestres.

As unidades do interior têm organizações privativas de harmonia com a quantidade de meios de acção de que se dispõem e com a importância da zona a defender.

b) — Dispõem os *americanos* de:

— *Artilharia Antiaérea Rebocada* a tractores;
— *Artilharia Antiaérea Auto-propulsionada*, ou seja, Artilharia Antiaérea instalada em reparo automóvel;
— *Artilharia Antiaérea Aerotransportada*, especialmente designada para o emprego nos desembarques aéreos.

Os seus escalões principais são:

1) — O *Grupo*, com um Comando, uma Bateria de Comando e 3 ou 4 Baterias de Tiro.
É a unidade básica táctica e administrativa.
2) — O *Agrupamento*, com o Comando, uma Bateria de Comando, 2 ou mais Grupos e Destacamentos de Operações.
3) — A *Brigada*, com um Comando, uma Bateria de Comando, 2 ou mais Agrupamentos e Destacamentos de Operações.
4) — O *Comando da Artilharia Antiaérea de Exército*.
Existe apenas no território continental.
Comanda todas as forças da Artilharia Antiaérea, designadas para a defesa antiaérea do território.
Fornece a Artilharia Antiaérea para a defesa de zonas e pontos sensíveis do território, de acordo com os planos de defesa aérea aprovados.

A *Bateria de Armas Automáticas* compõe-se de 2 pelotões, cada um a 4 Secções de tiro.

Cada Secção é constituída por uma esquadra de peça ligeira e uma esquadra de metralhadora.

c) — A *Bateria de Artilharia Antiaérea Ligeira Inglesa* é constituída por 6 peças.

O *Grupo* tem 3 baterias, isto é, 18 bocas de fogo.

A Divisão de Infantaria dispõe de um *Regimento de Artilharia Antiaérea Ligeira* a 3 Grupos, ou seja de 54 peças.

O *Grupo Pesado* é constituído por 3 baterias a 4 bocas de fogo cada uma.

d) — No final da última Guerra Mundial, tinham os *alemães* perdido a supremacia aérea.

Para fazer face às sucessivas vagas de aviões dos Aliados, organizaram:

A *Bateria Dupla,* constituída por 2 baterias de 6 peças cada, a 500 metros uma da outra e funcionando cada uma com uma Central de Tiro própria, mas ambas servidas por um único rádio-telémetro.

A *Grande Bateria,* correspondente a 3 baterias situadas nos vértices de um triângulo de 500 metros de lado.

A *Bateria Bloco,* formada por 8 a 12 peças, intervaladas de 20 a 25 metros.

Ainda para se defender dos vigorosos ataques aéreos dos Aliados e atenuar as suas deficiências em pessoal e material, a Alemanha enveredou pelo caminho da mobilidade.

Nasceram, assim, as *Unidades Antiaéreas Pesadas Sobre Via Férrea.*

Esta solução, conquanto sugestiva, estava eivada de alguns graves inconvenientes, que suplantaram as suas vantagens. Alinhavam entre aqueles e em primeiro plano:

— O risco de as baterias ficarem imobilizadas, no caso de se cortarem as suas vias férreas.
— A vulnerabilidade do seu dispositivo, de difícil protecção contra os ataques aéreos.
— A falta de elasticidade táctica, que não permitiu a colocação das baterias nos locais onde se tornavam precisamente necessárias.

Uma verdadeira excentricidade foram as *torres antiaéreas* de Hamburgo e de Berlim.

Cada torre era constituída por dois corpos. Num destes estavam instaladas 4 peças de calibre 12,8 cm; no outro, a Central de Tiro.

Foi duvidoso o seu valor táctico e elevado o seu custo como meras plataformas de tiro.

Constituiram, no entanto, bons abrigos para pessoal, com possibilidades de protecção a cerca de 10 a 15 mil pessoas cada.

Na organização das Unidades Antiaéreas, surgiram grandes *dificuldades*.

Na Alemanha, por exemplo, os Grupos ficavam ou adidos temporàriamente às Divisões ou, no que respeita ao seu emprego e administração, subordinados aos Estados-Maiores dos Destacamentos Aéreos.

Em consequência, havia atritos contínuos, entre o Exército e a Aviação, relativamente ao emprego e aos abastecimentos da Artilharia Antiaérea.

Em virtude dos problemas criados pelas grandes distâncias, os Destacamentos não podiam exercer o comando, sempre que a situação terrestre evoluia ràpidamente, resultando daí muitas perturbações.

O Serviço de Abastecimentos, por sua vez, era inadequado.

e) — A maior unidade móvel de Artilharia Antiaérea, prevista pela *nossa orgânica*, é o Grupo de baterias.

Segundo a natureza do material, há a considerar:

— Grupos Móveis Pesados,
— Grupos Móveis Ligeiros.

1) — O *Grupo Móvel Pesado* tem a seguinte constituição:

— Comando,
— Bateria de Comando e Serviços,
— 4 Baterias de 4 peças de 9,4 cm cada.

2) — O *Grupo Móvel Ligeiro* é constituído por:

— Comando,
— Bateria de Comando e Serviços,
— 3 Baterias de 12 peças de 4 cm e 6 metralhadoras quádruplas, cada.

CAPÍTULO VII

27. — Ponto sensível e zona sensível.

a) — Designa-se por *ponto sensível* um objectivo que tenha 500 metros ou menos de diâmetro. Edifícios de fábricas, pontes, baterias de Artilharia, são exemplos de pontos sensíveis.

A noção de *zona sensível* alia-se à ideia de uma área de diâmetro superior a 500 metros.

Pode ela abranger um grupo de pontos sensíveis, não distanciados de mais de 1.500 metros.

Consideram-se zonas sensíveis um certo número de baterias, numa zona da Artilharia, um grupo disperso de edifícios de fábrica, um entroncamento ferroviário, uma base aérea, etc.

Dentro da zona sensível, toda a área é considerada de igual importância para a defesa, salvo se indicações em contrário forem estabelecidas.

b) — As dimensões e a natureza do ponto ou zona sensível influem nos *métodos de bombardeamento* empregados pela Aviação adversa, pois quanto mais reduzido for o ponto ou a zona sensível, tanto mais preciso terá de ser o bombardeamento.

Por isso, ao ponto sensível se dá, por vezes, a designação de «*objectivo de precisão*» e à zona sensível a de «*objectivo de zona*».

Por outro lado, a forma do ponto ou zona sensível pode influenciar na direcção do ataque. Assim, um ponto sensível estreito e comprido, como uma ponte, tenderá a canalizar o ataque na direcção do seu maior comprimento ou um pouco oblìquamente em relação a esta direcção.

A natureza do ponto ou zona sensível influi no tipo de bomba a utilizar.

c) — Consequentemente, as dimensões, a forma, isto é, o seu contorno, e a natureza do ponto ou zona sensível condicionam a maneira como a sua *defesa* deve ser planeada e disposta.

A área afecta, claramente, o número de baterias necessárias para a sua defesa.

Por tal motivo, a extensão dos pontos ou zonas sensíveis é, muitas vezes, fixada pelo Comando Superior.

d) — Se a missão determinada inclui a defesa *contra ataques atómicos*, as dimensões do ponto ou zona sensível devem ser aumentadas, em virtude de grande raio de acção da explosão atómica.

Ao considerarem-se os aumentos dos pontos ou zonas sensíveis, devem ter-se em vista os seguintes factores:

1) — Localização das instalações importantes, dentro do ponto ou zona sensível.
2) — Tipo e natureza destas instalações e do terreno circunjacente.
3) — Distância máxima, medida a partir do ponto zero, isto é, do ponto terrestre na vertical do rebentamento, em que as instalações podem sofrer consequências apreciáveis originadas por uma explosão atómica.

Estes aumentos exigirão, normalmente, um aumento do material a empregar na sua defesa. Por isso, a decisão de aumentar a defesa, em virtude de possível ataque atómico, deve competir à autoridade responsável pela distribuição do material.

CAPITULO VIII

28. — **Princípios básicos da guerra antiaérea.**

1.º Princípio:

É impossível organizar a defesa antiaérea de todos os pontos importantes de um país.

Não admite a guerra restrições de carácter sentimental.

Sendo assim, todos os pontos de um país podem ser alvos do ataque aéreo inimigo.

Como os meios disponíveis não permitem organizar a defesa antiaérea de todos os pontos sensíveis da Nação, reservar-se-ão aqueles para a defesa dos considerados vitais, pois é preferível defender bem estes, do que disseminar os meios defendendo todos os pontos fracamente.

2.º Princípio:

A Artilharia Antiaérea encontra-se pronta, quer de dia, quer de noite, a abrir fogo sobre a Aviação inimiga.

3.º Princípio:

Não se substituem, mas completam-se, a Aviação de Caça e a Artilharia Antiaérea.

Por necessidade da sua defesa contra os ataques da Caça, voam os bombardeiros em formações cerradas.

Nestas condições, apresentam-se como óptimos objectivos do tiro antiaéreo.

Para se libertarem deste tiro, dispersam-se os bombardeiros, tornando-se fácil presa da Caça.

Esta interligação, que deve haver entre a Aviação de Caça e a Artilharia Antiaérea, levou alguns países a colocar os dois meios de acção sob um mesmo comando, permitindo, assim, a sua coordenação.

29. — **Princípios básicos de emprego da Artilharia Antiaérea.**

Rege-se a Artilharia Antiaérea pelos seguintes princípios básicos para o seu emprego:

— Concentração de fogos. Emprego em massa.
— Adaptação constante do seu dispositivo à manobra dos nossos próprios elementos e às actividades inimigas.
— Mobilidade.
— Efeitos de surpresa.

a) — Concentração de fogos. Emprego em massa.

A guerra aérea provou que uma aviação não poderá suportar, por largo tempo, perdas superiores ou iguais a 20% dos efectivos empregados.

Provou, igualmente, que nenhuma defesa, por mais possante que seja, pode garantir a invulnerabilidade de um objectivo contra um adversário disposto a destruí-lo a todo o custo.

Toda a *defesa* pode, pois, considerar-se como *eficaz*, se for suficiente para infligir ao inimigo 20% de perdas.

Para ser eficaz, a Artilharia Antiaérea deve ser empregada em massa.

A *concentração dos meios* é a consequência lógica do emprego em massa da Artilharia Antiaérea.

Não se dispõe, geralmente, de todos os meios necessários para assegurar simultâneamente, mesmo com uma densidade de material mínima, o cumprimento de todas as missões que se podem apresentar à Artilharia Antiarérea.

É absurdo repartir os meios da Artilharia Antiaérea por todos os objectivos susceptíveis de serem atacados pelo inimigo aéreo. Não se realizaria senão uma defesa de eficácia muito rudimentar e fàcilmente neutralizável.

Para defender um objectivo, é necessário dispor-se de uma densidade de material determinada, incompatível, normalmente, com a dispersão dos elementos disponíveis.

Pertence ao Comando escolher, entre todas as missões, as de maior importância e de concentrar, para o seu desempenho, os meios necessários para se obter uma densidade de material mínima admissível.

b) — Adaptação constante do dispositivo da Artilharia Antiaérea à manobra dos nossos próprios elementos.

O Comandante da Grande Unidade, tendo em vista os meios de que dispõe e as suas possibilidades, escolhe, em função da manobra projectada, os pontos ou zonas a defender e doseia os meios de que dispõe.

Esta escolha e dosagem é traduzida por um *dispositivo antiaéreo* adaptado à situação do momento, e cuja evolução constante, em função da situação, constitui a *manobra da Artilharia Antiaérea.*

c) — Adaptação às actividades inimigas.

Os ataques aéreos inimigos são conduzidos segundo modalidades diversas, que dependem da situação geral, da importância que lhe apresentam os objectivos, das intenções do comando adverso e do que este conhece da nossa defesa antiaérea.

Esta, por seu lado, deve adaptar-se às variantes dos ataques inimigos, constatadas ou previstas, mudando, tão frequentemente quanto necessário, por um lado as missões e repartição dos meios, e por outro as posições das baterias dentro do *dispositivo.*

A Aviação pode atacar em todas as direcções e a qualquer altura, quer de dia, quer de noite.

O dispositivo deve, pois, estar adaptado a todas estas modalidades de ataque.

Para objectivos de forma particular, tais como *pontes, estradas,* etc., existem direcções mais privilegiadas de ataque indicadas pelo seu maior comprimento.

Aparte estes casos particulares, a Artilharia Antiaérea deve tomar um dispositivo tal que possa agir em *todas as direcções* com igual eficácia.

O dispositivo *não deve ter* nenhuma *característica estática.* Deve poder modificar-se de modo a conseguir contrabater todos os ataques inimigos.

O dispositivo estudado para a defesa contra ataques a uma determinada *altura* é mais eficaz contra ataques a alturas inferiores, mas pode tornar-se absolutamente ineficaz contra ataques a alturas superiores.

A adopção de um dispositivo para altura superior às necessárias traduz-se numa redução do aproveitamento das possibilidades do material.

A variação das *velocidades* dos alvos inimigos implica, igualmente, uma modificação no dispositivo da defesa.

Novas armas imporão, como é natural, novos dispositivos.

d) — *Mobilidade.*

Em virtude das necessidades de adaptação do dispositivo à manobra dos nossos próprios elementos e às actividades inimigas, a mobilidade é imprescindível a todo o material antiaéreo.

A adopção da defesa fixa foi uma necessidade da última Conflagração Mundial, resultante das dificuldades da indústria do material e da circunstância de aos materiais antiaéreos de grande calibre não poder ser imprimida a desejada mobilidade.

e) — *Efeitos de surpresa.*

Sempre que seja possível, deve manter-se o adversário na ignorância do nosso dispositivo, procurando realizar-se o efeito da surpresa, o que aumenta, consideràvelmente, a eficácia do tiro.

Se a defesa dispõe de uma *reserva* bastante *móvel*, com a qual possa intercalar novos elementos no dispositivo, o inimigo será mantido numa incerteza permanente sobre o dispositivo adoptado.

A intercalação de *baterias fictícias* entre as verdadeiras leva, por vezes, o inimigo ao desconhecimento do nosso dispositivo.

A adopção de *posições de alternativa* produz os mesmos efeitos.

O *silêncio* de algumas baterias do dispositivo, interrompido só em caso de grave emergência, canaliza, por vezes, o ataque principal do adversário na direcção mais forte do dispositivo.

Pode ainda realizar-se o efeito da surpresa, organizando uma *defesa afastada móvel*, que ataque os aviões inimigos nas suas rotas de aproximação.

Este processo torna-se de difícil aplicação, em virtude de não ser fácil descobrir as direcções prováveis de ataque. A defesa dispersaria, assim, os seus meios, com prejuízo da concentração tão necessária a todos os dispositivos antiaéreos.

30. — **Plano de emprego da Artilharia Antiaérea.**

O Comando das Forças Antiaéreas deve ter conhecimento, com a devida antecedência, dos planos do Comando Superior, de que depende, para elaborar o seu *Plano de Emprego*.

Ao estabelecê-lo, deve ter-se presente:

a) — A coordenação dos esforços da Aviação de Caça e da Artilharia Antiaérea.

Esta coordenação obtém-se:

— Pela Ligação;

— Pelo estabelecimento de zonas a sobrevoar e de zonas interditas à Caça, no espaço e no tempo. Dá-se, deste modo, prioridade à Arma mais eficaz.

— Pelas condições de abertura do fogo, nas quais se fixam, igualmente, as prescrições destinadas a facilitar a identificação de aviões amigos e inimigos.

b) — *Os pontos a defender.*

O Comando Superior deve indicar os pontos vitais a defender, sobre os quais se pretende destruir o esforço inimigo.

A escolha destes pontos deve ser judiciosamente feita. Assenta sobre:

— A previsão sobre a actividade inimiga, baseada nas suas possibilidades e no interesse que o adversário possa ter pelos diversos objectivos.
— A importância que, para as forças amigas, traduz a defesa de determinados pontos sensíveis.
— Os meios disponíveis. Como se disse na alínea *a*) do número anterior, é absurdo pretender repartir os meios por todos os objectivos. Tudo, que não for essencial para a defesa, deve ser protegido pela dispersão e pela dissimulação.

A indicação dos pontos vitais a defender deve ser acompanhada de uma ordem de prioridade da defesa.

c) — *As Unidades de todas as Armas devem assegurar a sua própria protecção,* contra a Aviação que voe baixo, na medida em que lhes permita o armamento de que dispõem.

Contudo, quando os meios orgânicos das Pequenas Unidades não sejam suficientes para assegurar essa protecção, será necessário reforçá-los com Unidades Ligeiras de Artilharia Antiaérea.

d) — *A protecção das tropas, instalações e depósitos, não dotados orgânicamente com meios de acção* contra a Aviação que voe baixo, é uma das formas de emprego da Artilharia Antiaérea Ligeira.

e) — *Dispositivo e actividade das Unidades.*

É necessário o maior cuidado no dispositivo e na actividade das Unidades de Artilharia Antiaérea, a fim de *evitar* que o adversário colha *informações respeitantes ao nosso Plano de Manobra.*

Na verdade, a configuração do dispositivo da defesa antiaérea, assinalado pelo fogo, pode proporcionar ao inimigo informações sobre a situação das tropas amigas ou sobre as intenções do Comando.

O dispositivo deve *adaptar-se à manobra projectada.*

O princípio da *concentração dos meios* deve imperar na escolha do dispositivo a adoptar.

Deve este ser estabelecido para a *defesa* principalmente *daqueles pontos* que mais provàvelmente virão a ser sujeitos à observação inimiga e submetidos aos seus ataques.

O dispositivo deduz-se do *plano de fogos* e é condicionado pelo *terreno.*

f) — Uma das missões importantes da Artilharia Antiaérea é a de *assegurar a passagem ininterrupta* das forças *por desfiladeiros e outros pontos sensíveis de comunicação.*

g) — *Comando e sua articulação.*

Directivas prèviamente estabelecidas coordenam a actuação das subunidades, deixando a maior *liberdade* possível, com a maior *responsabilidade,* aos comandos.

Aos comandantes da Artilharia Antiaérea é exigido um grande *espírito ofensivo, desembaraço* e *bom senso.*

A *concentração de fogos* é realizada pelo tiro, imediato e simultâneo, de todas as Unidades sobre o objectivo.

h) — Deve *atribuir-se* às Unidades o *tempo* necessário *para* elas *chegarem às suas posições e prepararem-se para o combate.*

Para esse efeito, haverá, por vezes, que dar-se prioridade à Artilharia Antiaérea na utilização das estradas.

i) — Na *protecção,* contra os ataques aéreos, de *tropas em movimento,* os deslocamentos da Artilharia Antiaérea terão de ser feitos por lanços, ocupando ela as suas posições nas imediações das estradas de marcha, e precedendo, muitas vezes, os grossos das Grandes Unidades.

O deslocamento por lanços não é possível na protecção de colunas motorizadas.

j) — *Segurança.*

As medidas relativas à segurança englobam:

— A segurança do chefe;
— A segurança das tropas.

A segurança *do Chefe* assenta no «Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea».

A segurança *das tropas* é filha da segurança do Chefe. Por virtude dela, são as forças alertadas a tempo de se tomarem as devidas precauções.

31. — **Elementos que condicionam o emprego da Artilharia Antiaérea.**

Normalmente, ao estabelecerem-se as defesas com Artilharia Antiaérea, apresenta-se o problema de como melhor utilizar o material disponível, tendo em atenção as condições sob as quais tem de ser empregado.

Uma *tabela dos factores de planeamento* pode servir como guia para a utilização do material. A tabela indica a quantidade mínima de Artilharia Antiaérea considerada necessária para fornecer uma conveniente defesa e o dispositivo das unidades de tiro para zonas sensíveis circulares de diversas grandezas, sem ter em atenção a sua natureza.

Contudo, cada defesa deve ser delineada em face da situação que se apresenta.

Se, na defesa de uma zona sensível, for empregada uma quantidade de Artilharia Antiaérea inferior à mínima prevista, a *defesa* é *inadequada.*

Como regra geral, a defesa pode ser melhorada e obtida uma economia de material, se ela puder ser integrada nas defesas adjacentes, para constituir uma *defesa do conjunto.*

Há *cinco factores* importantes que condicionam o emprego da Artilharia Antiaérea, influenciando sempre no dispositivo táctico. São eles:

— A táctica, a técnica e as possibilidades do inimigo;
— As possibilidades e as limitações da Artilharia Antiaérea;

— A grandeza, forma e natureza da zona sensível;
— O terreno e o estado do tempo;
— Outros meios de defesa aérea.

32. — **Táctica, técnica e possibilidades do inimigo.**

A táctica, a técnica e as possibilidades do inimigo *modificam-se*, de tempos a tempos, e diferirão com a localização da zona sensível em relação às bases aéreas inimigas.

Geralmente, as possibilidades do inimigo, para atacar as zonas sensíveis, *permitem:*

— Ataques a grandes alturas;
— Ataques a alturas médias;
— Ataques a pequena altura;
— Ataques em voo rasante ou em deslize;
— Ataques mergulhantes ou a picar;
— Ataques com bombas em voo planado;
— Ataques com bombas foguetes;
— Ataques com aviões sem piloto;
— Ataques com projécteis foguetes.

Antes de se estabelecer uma defesa com Artilharia Antiaérea, devem considerar-se as possibilidades da Força Aérea Inimiga.

Se possível, deve projectar-se uma defesa que possa *fazer face a todas as formas de ataque* que o adversário possa empregar.

No entanto, se as fontes de informação revelarem que o inimigo tem de condicionar os seus ataques, quanto à sua forma, altitude, velocidade, direcção e tipo de bombas, deverá a defesa ser orientada no sentido de poder mais eficientemente cumprir a sua missão, nestas condições.

As *possibilidades tácticas e técnicas do adversário devem ser revistas* frequentemente, a fim de se determinar quais as alterações a introduzir na defesa.

Há, ainda, que prever a ocupação de *posições de alternativa*, a fim de iludir o inimigo.

33. — **Possibilidades e limitações da Artilharia Antiaérea.**

Foram já indicadas no N.º 25.

Devem, igualmente, ser consideradas as zonas mortas resultantes daquelas possibilidades e limitações e o factor homem.

Uma judiciosa localização dos meios de acção permite eliminar aquelas zonas mortas.

O adestramento das guarnições e o seu bem-estar físico e moral contribuem para a precisão do tiro.

34. — **Grandeza, forma e natureza da zona sensível.**

No N.º 27, fizeram-se considerações a tal respeito.

35. — **O terreno e o estado do tempo.**

a) — O *terreno* influi quer no tipo, quer na direcção, de ataque do inimigo, e, consequentemente, no dispositivo da defesa.

Um consciencioso exame da zona sensível pode, pela configuração do terreno, que impossibilita ou dificulta a colocação do material de Artilharia Antiaérea, indicar ao inimigo a direcção mais favorável do ataque.

Por exemplo, a existência de um *grande lençol de água*, de *regiões densamente arborizadas* ou de um *terreno extremamente montanhoso e escarpado* numa direcção pode indicar ao inimigo essa direcção como a mais favorável para o seu ataque.

O piloto terá presente que muito pouca, se alguma, Artilharia Antiaérea terá as suas posições naquelas regiões e que pode, por isso, aproximar-se destas, sem ser molestado.

Por esse motivo, o dispositivo da defesa terá de ser modificado, adensando-se em material junto à orla marítima ou à região arborizada ou montanhosa e compensando, deste modo, o enfraquecimento do dispositivo por o material ter sido obrigado a desviar-se das suas posições mais vantajosas. Torna-se necessário procurar um dispositivo, quanto possível equilibrado em número de tiros ou em percentagem de derrubes.

Não são prováveis ataques em voo rasante, se a visibilidade do objectivo está limitada por quaisquer *acidentes do terreno*.

Se o objectivo se encontra num *vale*, definido por elevações acentuadas, mas aberto nos dois extremos, são de prever ataques provenientes de qualquer destes extremos.

As *máscaras* e a sua distância ao objectivo também exercem a sua influência na direcção do ataque.

Não é de prever que o inimigo se aventure a sobrevoar uma *região adjacente defendida* pelo tiro antiaéreo, para, através dela, atingir o seu objectivo.

As *dificuldades de navegação aérea*, para aviões que voem a alturas muito baixas, tornam provável que tais aviões atacantes sigam determinadas referências, tais como linhas ferroviárias, estradas ou rios, até o seu objectivo.

Estas referências devem ser consideradas como definindo possíveis «*avenidas de aproximação*».

b) — Em algumas localidades, onde os *ventos* predominantes, geralmente, não variam de direcção e têm grandes velocidades, a direcção de ataque coincide, normalmente, com o sentido donde sopra o vento.

Outras condições de tempo, tais como *temperaturas* altas ou baixas, grandes quantidades de *chuva*, etc., podem influenciar a localização do material antiaéreo.

36. — **Outros meios de defesa aérea.**

A existência de outros meios de defesa aérea, ou sejam a Caça de intercepção, mais Artilharia Antiaérea e medidas de defesa passiva antiaérea, tais como a dispersão, abrigos, ocultação e dissimulação, terão influência na quantidade do material antiaéreo a utilizar e no dispositivo a adoptar.

37. — **Factores a considerar na repartição da Artilharia Antiaérea.**

Ao repartir-se a Artilharia Antiaérea, há que ter-se bem presente:

— Os princípios básicos da guerra antiaérea;
— Os princípios básicos do emprego da Artilharia Antiaérea;

— O plano de emprego da Artilharia Antiaérea;
— Os elementos que condicionam o emprego da Artilharia Antiaérea;
assuntos estes tratados nos N.os 28 a 36.

Enunciam-se a seguir alguns outros factores a atender, na repartição da Artilharia Antiaérea:

a) — A *importância da zona sensível*, para o cumprimento da missão.

b) — As *prioridades* a considerar na defesa.

c) — As *necessidades mínimas* para a defesa, por ordem de prioridades.

d) — A quantidade e o tipo de *material disponível*.

e) — Como não pode haver um dispositivo que assegure o máximo poder defensivo em todas as direcções e quaisquer que sejam as condições e forma do ataque inimigo, a defesa deverá ser estabelecida partindo de uma hipótese sobre a *forma de bombardeamento, a velocidade e a altura de voo* mais prováveis dos ataques da Aviação adversa, e atendendo à sua capacidade de destruição.

f) — Se razões estratégicas, as condições locais do terreno ou as circunstâncias especiais do tempo indicam que o *ataque* é mais *provável de uma direcção determinada*, a defesa deve ser reforçada nessa direcção, sem, contudo, a enfraquecer, abaixo de um mínimo, noutras direcções.

g) — A existência de *pontos fracos*, provenientes, por exemplo, da localização de baterias vizinhas impostas pela configuração do terreno, exige o emprego de baterias além das que seriam necessárias se tal circunstância se não desse.

h) — A proximidade de *centros populacionais* impõe o emprego de baterias com o fim de levantar o moral da população civil.

i) — As baterias pesadas devem ser instaladas de forma tal que a defesa tenha possibilidades de executar o *máximo número de tiros* contra a Aviação inimiga, em qualquer direcção e qualquer que seja a forma de ataque.

j) — A distribuição das baterias deve ser feita de forma a obter-se uma *densidade de tiro* tanto quanto possível *uniforme* em todas as direcções, contando-se, para esse efeito, com os tiros das Unidades vizinhas.

l) — O *espaço morto* de uma bateria deve ser batido pelas baterias contíguas, pelo que estas não devem estar afastadas daquela de mais de *6.000 metros*.

m) — Deve, finalmente, ter-se em consideração que um aumento exagerado de baterias não acarreta, paralelamente, um aumento de eficácia do dispositivo.

Quando uma defesa atinge um ponto tal que o aumento de baterias se traduz num desprezível aumento de eficácia, diz-se que uma *defesa está ultrapassada*.

38. — **Critério para a determinação das prioridades.**

Como ficou dito, há, normalmente, *carência de meios* para estabelecer a defesa antiaérea eficiente de todas as zonas sensíveis do país.

Para repartir os meios, é, pois, necessário determinar as *prioridades* para a defesa antiaérea.

Estas prioridades *não* têm carácter *permanente*, em virtude de as situações estratégicas e tácticas variarem. Têm, por isso, que ser revistas, com frequência, e adaptadas às necessidades do momento.

O *critério* básico, para a determinação das prioridades da defesa aérea, assenta nos seguintes factores.

a) — *Selecção das zonas a defender*.

Esta selecção deve ser criteriosamente feita, atendendo às zonas que são mais necessárias para o cumprimento da missão, e às necessidades para o prosseguimento das operações futuras, tendo ainda em vista a importância que o inimigo lhes atribui.

b) — *Possibilidades de o adversário as atacar*.

As possibilidades de ataque são medidas pela capacidade que o inimigo tem de atingir a zona dos objectivos, quer pelo raio de acção dos seus aviões, quer pela localização das suas bases de partida.

c) — *A vulnerabilidade ao ataque inimigo*.

É o grau de susceptibilidade de uma determinada instalação ser destruída por um dado tipo de ataque inimigo.

d) — *Poder de recuperação.*

É a facilidade e a rapidez com que uma dada instalação pode ser restabelecida, no caso de ser atingida ou destruída pelo ataque inimigo.

e) — *Primazia da defesa.*

É a medida da importância de uma instalação, relativamente a outras congéneres que possam proporcionar a mesma contribuição para o potencial militar.

39. — **Atribuição para determinar as prioridades.**

A determinação das prioridades é a atribuição do *Comando Superior.*

Este Comando, para melhor decidir, determinará aos Comandos subordinados a apresentação de estudos das suas defesas e de protecção das suas respectivas zonas e pontos sensíveis.

Em face destes estudos parciais, o Comando Superior, tendo em vista a defesa geral do país, elabora a lista dos objectivos a defender por ordem da sua prioridade e distribui os meios de acção.

40. — **Atribuição num teatro de operações.**

Num teatro de operações, a determinação final das prioridades para a defesa antiaérea e a distribuição dos meios para essa mesma defesa será feita pelo Comando desse teatro.

Para tal, pedirá os recursos necessários e planeará a sua distribuição dentro da sua zona.

41. — **Atribuições do Comandante da Artilharia Antiaérea.**

Como se disse, a quantidade de Artilharia Antiaérea, para a defesa de qualquer ponto ou zona sensível, é determinada no escalão superior.

O Comandante da Artilharia Antiaérea terá a responsabilidade do *dispositivo.*

A escolha do dispositivo terá de ser feita muito judiciosamente, por virtude de, muitas vezes, não ser atribuído o material reputado como mínimo necessário para a defesa.

42. — **Dispositivo.**

O *dispositivo* das Unidades de Artilharia Antiaérea é a distribuição das zonas das posições da mesma Artilharia, com o fim de fazer a defesa de um ponto ou zona sensível e o apoio mútuo entre as Unidades da defesa.

Deve dar-se ao dispositivo uma certa *profundidade*, a fim de poder efectuar a defesa contra ataques a diversas alturas e velocidades e reduzir as possibilidades de saturação.

Torna-se necessário, igualmente, uma determinada *flexibilidade*, de modo a poder fazer-se face às variantes do ataque inimigo e cobrir falhas na defesa resultantes da inutilização de algumas baterias.

Esta flexibilidade é obtida com a mobilidade do material.

No caso de se prever que *algum material virá a deixar de fazer parte do dispositivo*, deve considerar-se tal circunstância na organização da defesa.

Ao *estabelecer-se o dispositivo* da Artilharia Antiaérea, deve atender-se ao que ficou dito no N.º 37 e às seguintes considerações básicas:

a) — *Continuidade de acção.*

O inimigo aéreo deve ser batido contìnuamente, desde o mais longe possível até o momento final da largada das bombas, isto é, até à linha final de bombardeamento.

Mesmo que um avião não seja destruído, o tiro antiaéreo pode afastá-lo da sua missão ou causar perturbações no lançamento das bombas, tornando-se menos eficaz o bombardeamento.

b) — *Alvos a bater.*

Num dispositivo, as baterias devem poder fazer o tiro contra o maior número de alvos.

Se o ataque se fizesse simultâneamente, os alvos deveriam ser distribuídos, de modo que fossem batidos no seu maior número.

A acção deve ser suspensa e imediatamente transportada para novos alvos, quando os primeiros tiverem sido destruídos ou abandonado a sua missão, ou ainda quando os novos ofereçam uma maior ameaça para o ponto ou zona sensível, ou uma maior vulnerabilidade para as Unidades respectivas.

c) — *Escolha de posições.*

As posições devem ser escolhidas de modo que as baterias possam cumprir, quanto possível, a sua missão normal, e missões eventuais, quando as haja, mas sempre sem prejuízo daquela.

Por exemplo, quando o ponto ou zona sensível está situado junto à costa, uma ou mais posições podem ser escolhidas para cumprir a missão eventual de defesa costeira, sem prejuízo da sua missão normal.

d) — *Anel óptimo de fogo.*

A maioria dos Comandos terá de enfrentar o problema do estabelecimento da defesa antiaérea com limitadas quantidades de material antiaéreo, quase sempre inferior às necessidades.

Com base na quantidade de material de que se pode dispor, dimensões do ponto ou zona sensível e características estimadas da Aviação inimiga, haverá uma localização óptima para as Unidades.

Esta localização é designada por *anel óptimo de fogo.*

Estes anéis encontram-se em tabelas. São determinados empìricamente.

e) — *Pontos e zonas sensíveis no interior e na frente.*

O método empregado, na defesa de pontos e zonas sensíveis, é idêntico, quer eles se encontrem na zona do interior, quer na da frente.

Há pequenas variantes, provenientes da sua natureza e da sua rapidez de movimentos, na zona da frente.

O tempo para o estabelecimento de planos e elaboração de ordens é, então, limitado.

Sempre que for possível, estes trabalhos devem constar de NEPs.

f) — *Dispositivo do material ligeiro.*

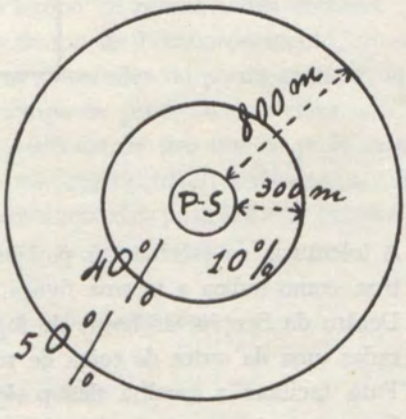
Numa situação determinada, o ponto sensível ou a zona sensível, o terreno e o material de que dispomos são factores constantes.

Uma única variável — a modalidade do ataque a esperar — influirá no emprego táctico da nossa Artilharia.

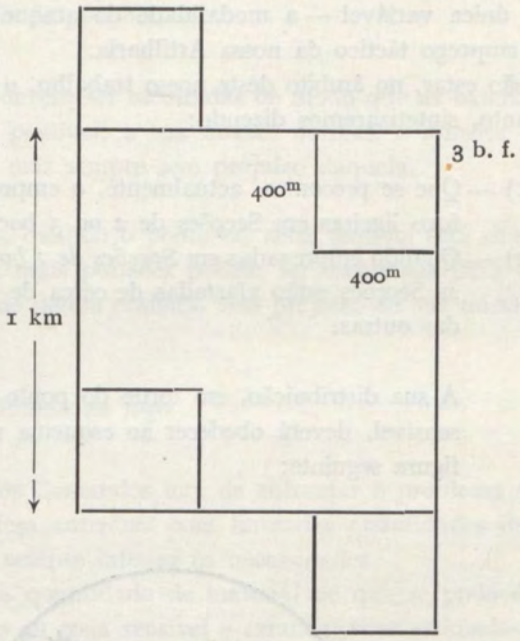
Por não estar, no âmbito deste nosso trabalho, o desenvolvimento deste assunto, sintetizaremos dizendo:

1) — Que se preconiza, actualmente, o emprego das bocas de fogo ligeiras em Secções de 2 ou 3 bocas de fogo cada.
2) — Quando empregadas em *Secções de 2 bocas de fogo cada*, as Secções estão afastadas de cerca de 700 metros umas das outras.

A sua distribuição, em torno do ponto sensível ou zona sensível, deverá obedecer ao esquema representado pela figura seguinte:



3) — Quando empregadas em *Secções de 3 bocas de fogo cada*, as Secções deverão ser distribuídas em torno dos vértices de um quadrado de 1 km de lado, conforme a figura seguinte:



A tolerância na escolha das posições pode ir até 400 metros, como indica a mesma figura.

Dentro da Secção, as bocas de fogo deverão estar separadas uma da outra de cerca de 100 metros.

4) — Para facilitar a escolha das posições das Secções, utiliza-se um *transparente* de mica, no qual estão marcadas, na escala da carta, as posições relativas das 4 Secções.

O centro do transparente corresponde ao ponto sensível ou à zona sensível.

5) — O *apoio mútuo* das bocas de fogo e das Secções entre si é obtido com as distâncias preconizadas.

43. — **Poder defensivo de um dispositivo.**

Este poder aumenta quando:

a) — Os aviões atacantes voam a alturas inferiores à que serviu de base para o estabelecimento da defesa.
b) — Diminui a velocidade de voo dos aviões.
c) — Aumenta o tempo de pontaria das bombas.
d) — Aumenta o tempo de bombardeamento.
e) — Diminuem as dimensões do ponto sensível ou zona sensível.
f) — Diminui o tempo de predição da defesa.
g) — Aumenta a cadência de tiro que se pode exigir ao material.
h) — Aumenta o número de baterias da defesa.
i) — Diminui a distância das posições das baterias à periferia do ponto sensível ou zona sensível.

44. — **Defesa mínima e defesa eficiente.**

a) — *Com material ligeiro:*

Para se obter o que se reputa como «*Defesa Mínima*» de uma zona sensível pouco extensa, que compreenda 3 pontos sensíveis formando

um triângulo de lados de cerca de 1.500 metros — uma base aérea, por exemplo — tornam-se necessárias 12 peças ligeiras.

Uma «*Defesa Eficiente*» obtém-se com 18 bocas de fogo ligeiras.

b) — *Com material pesado:*

A defesa de uma zona sensível pouco extensa é assegurada, geralmente, por 5 baterias pesadas.

O ideal é dispor-se, para esse efeito, de 6 baterias.

Elas devem ser situadas numa circunferência de raio aproximadamente 5.000 metros, com centro na zona sensível.

c) — É evidente que o *número de bocas de fogo* indicado pode ser *aumentado*, se assim o exigirem:

— A vulnerabilidade do ponto sensível ou zona sensível;
— O seu valor militar;
— As características topográficas da área em que o ponto sensível ou a zona sensível se localiza.

CAPÍTULO IX

45. — **O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea** (S. I. A. A.).

a) — *Definição.*

O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea é uma organização destinada à recolha, interpretação e difusão das informações sobre as actividades aérea e terrestre.

Estas informações respeitam não só aos ataques do adversário, mas também aos movimentos da Aviação amiga.

Como ficou dito nos N.ºs 19 a 21, deve aquele Serviço assegurar:

— A vigilância do ar;
— A vigilância do campo de batalha.

b) — *Organização.*

O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea está organizado para *recolher, interpretar e disseminar* as informações antiaéreas, a tempo de serem utilizadas pelas Unidades.

c) — *Eficiência.*

O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea *traduz-se* numa acção mais eficiente do pessoal e do material, pois:

— Assegura que um maior número de alvos possam ser batidos;
— Permite que a luta se inicie aos máximos alcances eficazes;
— Contribui para que o tiro seja mais preciso e mais intenso;
— Concorre para um emprego mais económico do pessoal, evitando que todo ele esteja sempre junto do material.

d) — *Responsabilidade.*

O *Comandante da Defesa Antiaérea* é o responsável pela organização e funcionamento do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.

Normalmente, delega esta tarefa no *Oficial de Informações* do seu Estado-Maior.

e) — *Transmissões.*

A espinha dorsal do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea é a sua rede de Transmissões.

Do alto padrão da sua *manutenção* e do seu *uso* conveniente depende, largamente, o sucesso das operações.

Velocidade e *simplicidade* são essenciais ao funcionamento da rede de Transmissões.

A transmissão das informações deve ser *directa*, da sua origem aos elementos interessados. As retransmissões resultam em perdas de tempo e de eficiência. Devem ser reduzidos ao mínimo.

Sempre que for possível, devem usar-se as transmissões *por fios*, em suplemento das de rádio.

As transmissões por fios são, geralmente, mais dignas de confiança. No entanto, nas primeiras fases de uma operação, o tempo e as condições podem obstar ao uso das transmissões por fios. Deve, então, utilizar-se a T. S. F. Logo que possível, deve montar-se a T. P. F. Ter-se-á, assim, uma duplicação de meios.

f) — *Origens das informações.*

O Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea utiliza todas as fontes disponíveis de informação.

As informações são colhidas de todos os *radares* e de todos os Postos de Vigilância.

Os radares provêem a defesa com informações rigorosas, à distância, da actividade aérea.

Os *Postos de Vigilância,* são bons auxiliares, em suplemento dos radares, para fornecer informações sobre alvos rápidos e voando a pequena altura.

Todas as «avenidas de aproximação» devem estar cobertas, tanto por radares, como por Postos de Vigilância.

46. — **Radares.**

Como se disse no N.º 19, dispõe o Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea de:

— Radares *de vigilância,*
— Radares *tácticos,*
— Radares *de tiro,*
— Postos de Vigilância.

Não é prático manter todos os radares «no ar», ao mesmo tempo.

A decisão sobre o *número* de radares, requeridos para uma vigilância adequada, num determinado instante, é atribuição do Comandante da Defesa Antiaérea ou do seu delegado. Deve constar das NEPs.

Para fornecer um alerta eficiente, os radares devem *situar-se* por forma a obter-se a máxima eficiência da actuação.

Este requisito diz respeito aos aspectos técnicos das posições de cada radar e também ao plano de cobertura total da zona, que evitará espaços mortos.

47. — **Postos de vigilância.**

Os postos de Vigilância são estabelecidos *à volta* do ponto sensível ou zona sensível.

A *distância* àquele ponto ou zona e o intervalo entre eles depende de:

— Terreno,
— Pessoal e quantidade de equipamento disponível,
— Tempo de alerta necessário.

Não se podem prescrever regras fixas, no que diz respeito àquela distância e à localização dos Postos.

Normalmente, estarão localizados à máxima distância possível do ponto sensível ou zona sensível, para prever uma completa cobertura de todas as aproximações.

No entanto, a distância não deve ser tal que, assinalando os aviões, estes pudessem mudar de rota, dentro do anel dos Postos de Vigilância, sem que as bocas de fogo fossem convenientemente apontadas.

A distância entre os Postos de Vigilância adjacentes é limitada pela distância a que um observador pode ver a presença de um avião.

Para evitar que um avião não seja descoberto quando passe entre dois Postos adjacentes, deve ser estabelecida uma sobreposição de segurança.

A máxima distância entre Postos adjacentes, em condições normais, é de cerca de 10 milhas.

Quando o terreno ou condições de visibilidade limitam a observação, a distância entre os Postos adjacentes deve ser reduzida.

Muitas vezes, o pessoal e o equipamento permitirão o estabelecimento de *dois anéis:*

— Um à distância, para dar um conveniente alerta, de modo que as Unidades possam guarnecer o material e estar preparadas para as operações de pontaria;
— Outro, interior, para fornecer informações precisas de pontaria.

O Comandante da Defesa Antiaérea deve estudar, cuidadosamente, a situação, decidir do tempo mínimo necessário para o alerta, e, depois, *localizar* os Postos de Vigilância, de modo a obter-se, com tempo, tal alerta e que a cobertura seja tão completa quanto possível.

É evidente que a exacta localização e o intervalo entre os Postos dependerão do terreno.

Deve tirar-se vantagem de pontos altos, tais como colinas, torres, árvores, etc.

Cada Posto de Vigilância deve, sempre que seja possível, estar equipado com um *Posto de Rádio* de suficiente alcance para ser escutado de todas as Unidades interessadas.

Como se disse no N.º 45, é de desejar que os alertas sejam transmitidos directamente dos Postos às Unidades, sem qualquer retrans-. missão.

Quando não houver Postos de Rádio disponíveis em número suficiente, terão de se empregar os *telefones*.

Neste caso, os Postos de Vigilância com telefone deverão estar ligados, por fio, ao transmissor de rádio mais próximo, que opera na frequência do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.

Os comunicados telefónicos daqueles Postos serão, então, rádio-difundidos da maneira corrente.

O *uso* do pessoal e do equipamento, *para fins de Transmissões diferentes* dos previstos para o Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea, deve ser reduzido ao mínimo.

Nas *defesas coordenadas*, a cada Unidade da defesa é distribuído um sector, no qual deverá prover com a cobertura de Postos de Vigilância.

48. — **Vigias do ar.**

Além dos Postos de Vigilância, são necessários *vigias do ar*, no Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea, para dar o alerta a pequena distância.

São empregados, em todas as Unidades, para descobrir e denunciar a aproximação de aviões em voo baixo.

É, muitas vezes, necessário ter um vigia do ar sobre uma colina próximo ou do outro lado de um renque de árvores ou outras máscaras, para fornecer elementos para a pontaria inicial das bocas de fogo.

49. — **Quadrícula.**

O bom êxito do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea depende, largamente, da exacta localização das Unidades da defesa e

dos elementos que lhes respeitam, por meio de uma conveniente quadrícula que deverá ser adoptada por toda a defesa antiaérea.

A que é normalmente utilizada é a do *Sistema Georef*.

50. — **Prancheta de direcção.**

Cada Posto de Vigilância e cada Unidade devem ter uma «*Prancheta de Direcção*», quadriculada com a quadrícula adoptada pelo Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.

Destina-se à determinação da posição do alvo em coordenadas da quadrícula.

Se tal não for possível, a direcção dos alvos será dada pelos *pontos cardiais* ou pelo «*Código de Relógio*», que devem estar marcados na prancheta.

Pode a prancheta ter simplesmente uma *quadrícula permanente*, em branco, a qual é marcada e graduada cada vez que se ocupa nova posição.

O Posto de Vigilância ou Unidade localiza-se no centro da prancheta.

Nela se traçam circunferências de alcance, de 5 em 5 km, e se marcam as posições de outros Postos e Unidades nas vizinhanças e de quaisquer detalhes importantes do terreno.

As suas *dimensões* podem corresponder a um quadrado de 0,50 metro de lado.

A *escala* 1 : 100.000 é vantajosa.

51. — **Mensagens.**

As mensagens apresentam sempre a mesma *forma* e *sequência*.

A *disciplina* deve ser rígida e não deve permitir-se o desvio das formas prescritas.

Para fazer face a uma situação local, pode ter de se mudar a sequência da sua transmissão.

A mensagem deve *conter:*

a) — A indicação «Alarme».

b) — A localização do alvo, em coordenadas da quadrícula, sem grande exactidão para não retardar a mensagem.

c) — A direcção para onde se dirige o alvo.

d) — O número de aviões ou veículos. Quando a formação for grande, deve traduzir-se por «Mais de 10», «Mais de 20», «Muitos».

e) — A identidade e o tipo de alvos. Quando não for possível um reconhecimento completo, o observador deve indicar como «Desconhecido», para não retardar a mensagem.

f) — A altura do alvo, estimada como «Baixa» ou «Alta», e nunca em metros ou quilómetros, consoante, em sua opinião, é alvo para material ligeiro ou pesado.

g) — Designação de código do Posto de Vigilância e a palavra «Terminado».

Exemplo de uma mensagem:

Alarme — 6543 — Sudeste — Mais de 10 — Caças desconhecidos — Baixa — Douro — Terminado.

A mensagem é *registada* num impresso de mensagens «Alarme».

O registo não deve, em caso algum, retardar a transmissão da mensagem.

O observador *continua a localizar* o alvo, uma vez em cada minuto, enquanto estiver à vista e transmite as suas observações.

Se um novo observador estiver a enviar uma mensagem, o primeiro aguardará a conclusão dela, pois que a sua, sendo uma sequência da anterior, terá menor interesse.

Os *radares* enviam também as suas informações em coordenadas da quadrícula.

52. — **Plano de emprego do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.**

O Comandante da Defesa Antiaérea deve organizar um «Plano de Emprego do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea», para coordenar toda a actividade daquele Serviço.

Devem *figurar nele:*

a) — A natureza, a situação e a designação de código dos Postos de Vigilância.

b) — As Unidades encarregadas do seu estabelecimento.
c) — Os períodos de actividade de cada Posto de Vigilância.
d) — A situação dos radares, sua área normal, sectores de pesquisa e horário da actividade.
e) — A quadrícula a utilizar-se.
f) — A sequência a ser empregada pelos Postos de Vigilância, nos comunicados de localização dos aviões.
g) — O tipo de transmissões a serem instaladas. As frequências a utilizarem-se nas redes do Comando e das Informações. A responsabilidade da instalação e manutenção da rede telefónica.
h) — Os tempos previstos, para as diversas Unidades e para os vários estados de prontidão.

Algumas indicações podem deixar de figurar no Plano, se constarem das NEPs.

53. — **O alerta.**

Para que se utilize, da maneira mais eficiente, o pessoal e o equipamento da Artilharia Antiaérea, é essencial que a aproximação da Aviação inimiga seja assinalada por um alerta.

O alerta corresponde ao aviso de uma determinada incursão e deve ser transmitido a todos os elementos da defesa, activos e passivos.

Sem um adequado aviso, todos os elementos da defesa antiaérea teriam de ser mantidos em permanente estado de prontidão para actuação imediata.

Tal estado de prontidão requereria pessoal adicional para as rendições e equipamento em maiores quantidades para permitir a manutenção e as substituições.

54. — **Tipos de alerta.**

Há três tipos correntes de alerta:

a) — *Para o material ligeiro*, o alerta consiste na indicação de que um alvo está apenas a poucos quilómetros de distância, numa direcção determinada.

Tal alerta proporciona, à guarnição da boca de fogo, um tempo mínimo para ocupar os seus postos de combate e apontá-la na direcção indicada.

É ele dado pelos Postos de Vigilância, os quais são, normalmente, accionados por radares tácticos.

b) — *Ao material pesado*, deve ser dado um alerta com antecipação suficiente para permitir que alguns radares se aqueçam e sejam postos «no ar», se o estado de prontidão não prescrever que os radares devam estar já aquecidos.

O aquecimento de um radar frio exige de 15 a 20 minutos.

Aquele alerta é dado por radares de vigilância da Força Aérea, cujo alcance é de 300.000 jardas.

c) — Novo alerta é necessário ao *material pesado*, para que as guarnições das suas bocas de fogo e preditores possam ocupar os seus postos de combate, com a antecipação suficiente para combater o alvo.

Este alerta é obtido dos radares tácticos, os quais localizam o alvo e dão indicações aos radares de tiro.

55. — **O alerta, nas zonas da frente.**

Às Unidades de Artilharia Antiaérea Ligeira, que actuam nas zonas da frente, apresenta-se um problema especial no que respeita ao alerta.

Ainda que estas Unidades estejam sintonizadas na rede do Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea, é possível que qualquer alerta, dado por aquele Serviço, chegue demasiado tarde.

A maior parte dos alertas virá dos vigias do ar, colocados próximo do material.

É, por isso, necessário ter sempre algum pessoal junto das bocas de fogo.

Algumas situações podem permitir o uso de um anel de Postos de Vigilância em torno do ponto sensível ou zona sensível.

56. — **Transmissão do alerta.**

Os vários tipos de alerta são transmitidos, normalmente, por meio de um *código* de números, letras ou cores.

Estes tipos de alerta, ou as suas designações em código, devem ser fàcilmente identificados.

Assim, por exemplo, o alerta «Branco» poderá significar «Perigo afastado».

57. — **Estados de prontidão.**

a) — Ao Comandante da Defesa Antiaérea compete decidir qual o estado de prontidão mais económico que possa enfrentar a situação.

Não é conveniente que, junto do material, esteja mais pessoal do que o necessário.

A *decisão* deve basear-se:

— No estado de alerta da defesa;
— Na actividade aérea inimiga, no momento da decisão;
— Nas NEPs do Comando Superior.

b) — As indicações respeitantes aos estados de prontidão e referentes quer ao pessoal, quer ao material, descerão ao pormenor.

Devem traduzir:

— O afastamento, em tempo e distância, do pessoal ao material;
— O pessoal, por especialidades, que deve permanecer junto do material e suas funções;
— Os radares de serviço;
— As geradoras de serviço;
— O emprego das munições;
— Outros factores que possam interessar.

c) — Podem admitir-se *três estados de prontidão*, cujas características se indicam:

1) — *Estado de prontidão I:*

O ataque é iminente ou está em progressão.

Todo o material é guarnecido e está pronto para actuação imediata.

2) — *Estado de prontidão II:*

O ataque é provável. Pode, ou não, haver informações de ataque efectivo.

Ao amanhecer e ao anoitecer, poderá ser determinado o Estado de prontidão I.

Se o ataque passar a iminente, as Unidades passarão àquele Estado de Prontidão.

Se, durante o Estado de Prontidão II, as Transmissões falharem, as Unidades passarão ao Estado de Prontidão I e nele permanecerão até à recepção de novas ordens.

3) — *Estado de prontidão III:*

O ataque não é provável.

O mínimo pessoal e material, de pesquisa e de Transmissões, está em operações.

As Zonas do Interior e de Comunicações encontrar-se-ão, normalmente, neste Estado.

d) — Os Estados de Prontidão são, igualmente, indicados por *códigos* de números, letras ou cores.

e) — O pormenor de cada um dos Estados de Prontidão, quer no respeitante ao pessoal, quer no que importa ao material, deve figurar nas NEPs.

58. — **Alterações recentes ao dispositivo e ao Serviço de Informações da Artilharia Antiaérea.**

Algumas modificações têm sido introduzidas no dispostivo da defesa antiaérea de uma zona sensível e no respectivo Serviço de Informações.

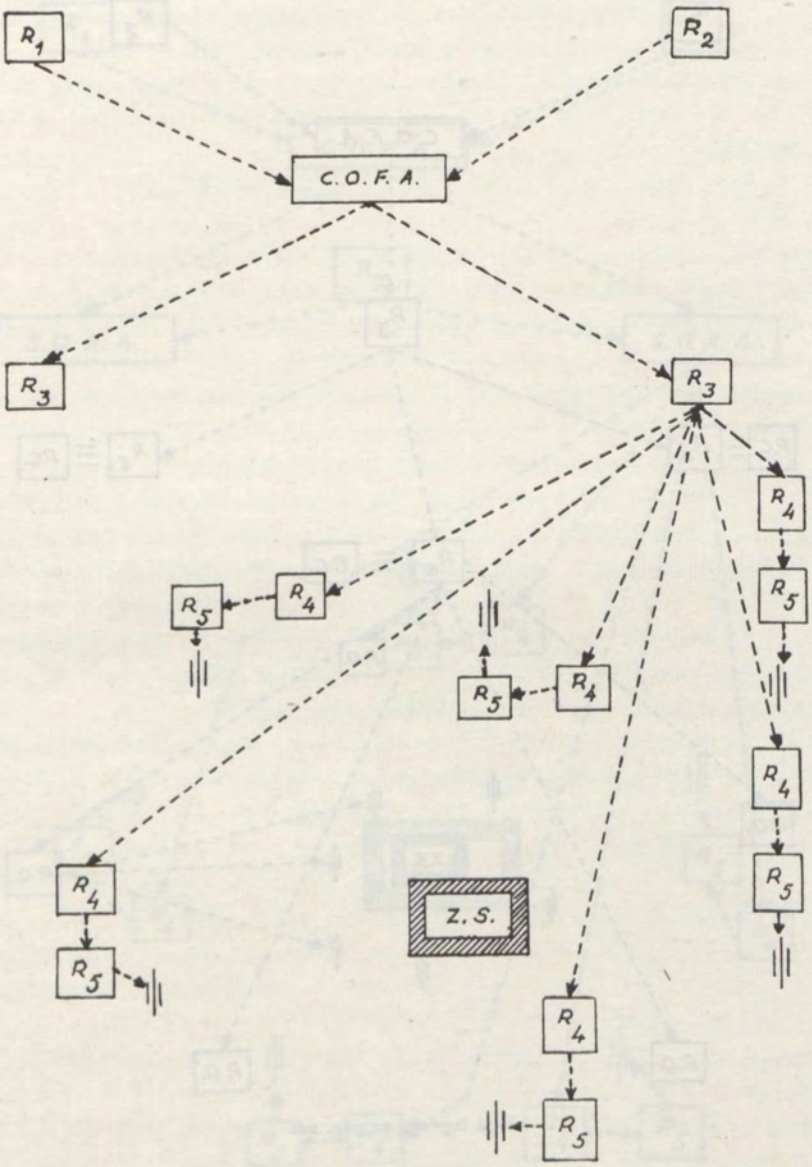
Elas não se encontram ainda traduzidas em Regulamentos.

Afigura-se que transmitem mais eficiência à defesa.

Os esquemas elucidam o que a seguir se faz referência.

MATERIAL PESADO

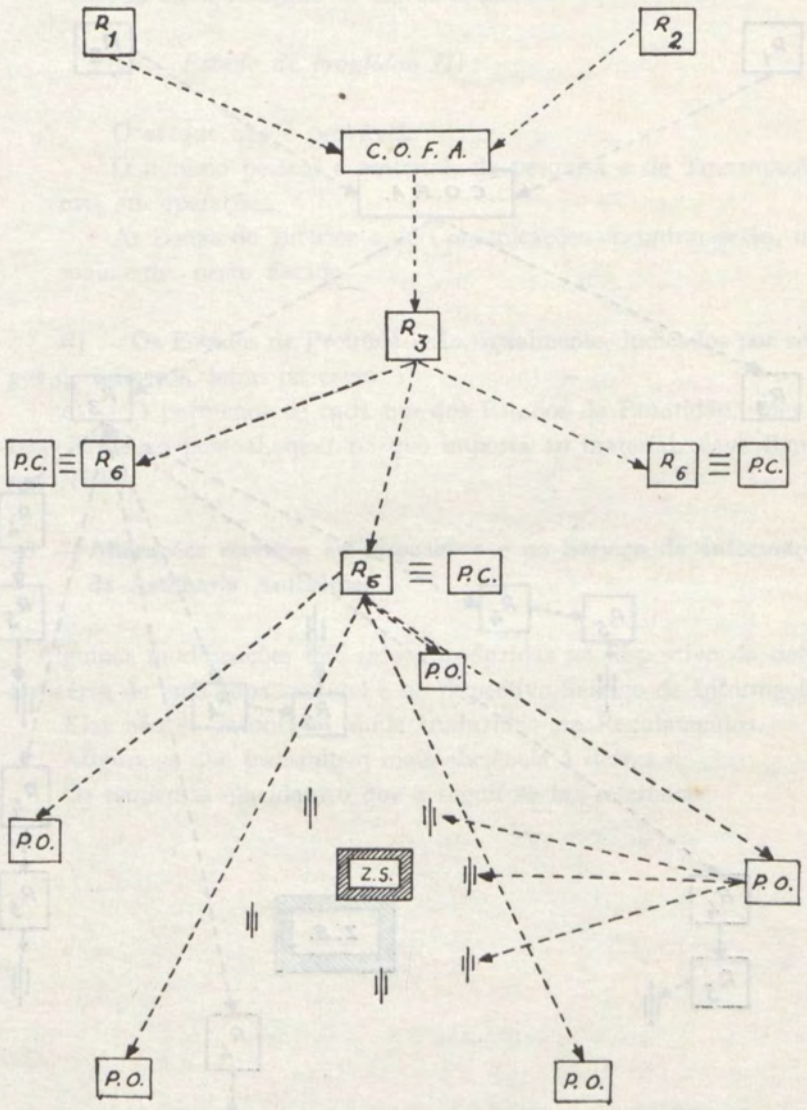
Dispositivo Moderno



Veja legenda na pág. 226

MATERIAL LIGEIRO

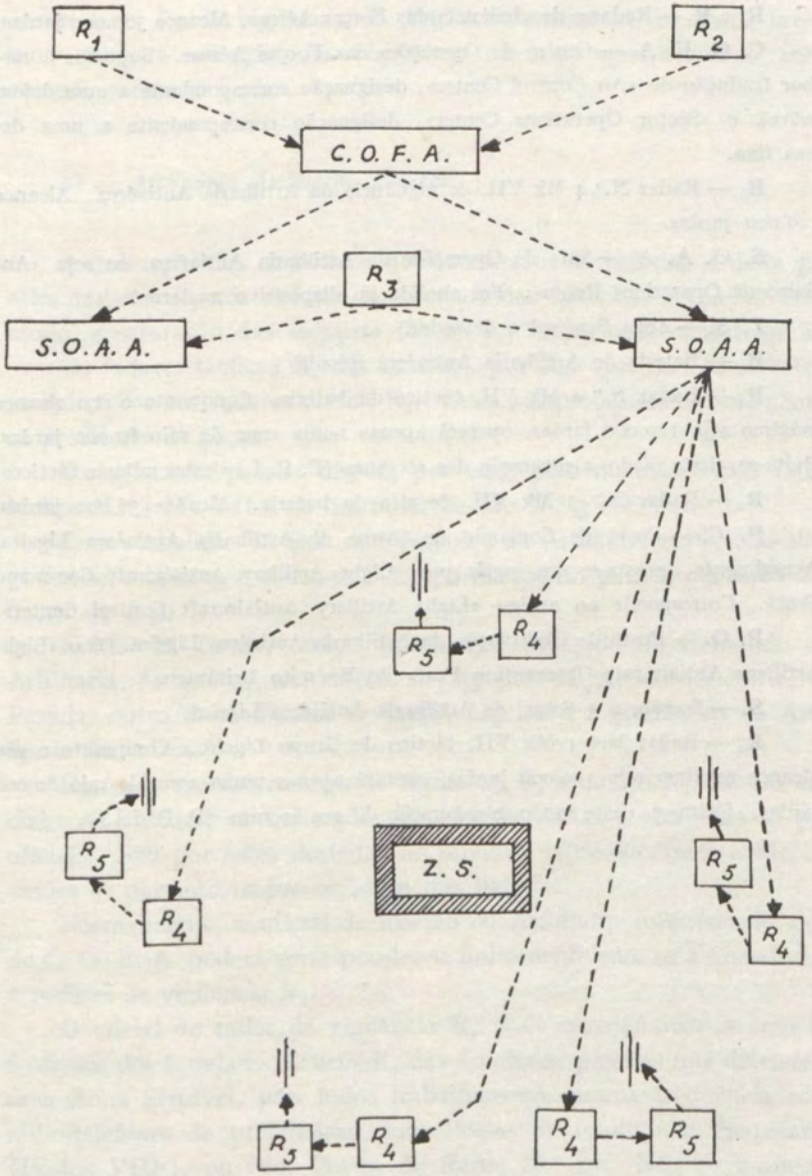
Dispositivo Moderno



Veja legenda na pág. 226

MATERIAL PESADO

Dispositivo Antigo



Veja legenda na pág. 226

LEGENDA

R_1 e R_2 — Radares de vigilância das Forças Aéreas. Alcance 300.000 jardas.

C. O. F. A. — Centro de Operações das Forças Aéreas. Supomos a melhor tradução de «Air Control Center», designação correspondente a uma defesa móvel, e «Sector Operations Center», designação correspondente a uma defesa fixa.

R_3 — Radar N.º 4 Mk VII, de vigilância da Artilharia Antiaérea. Alcance 120.000 jardas.

S. O. A. A. — Sala de Operações da Artilharia Antiaérea, ou seja «Antiaircraft Operations Room». Foi abolida no dispositivo moderno.

Z. S. — Zona Sensível a defender.

B. — Bateria de Artilharia Antiaérea Pesada.

R_4 — Radar N.º 4 Mk VII, táctico da bateria. Conquanto o seu alcance máximo seja 120.000 jardas, operará apenas numa zona de raio 80.000 jardas. Evita-se, deste modo, a saturação dos «ecrans» (P. P. I.) destes radares tácticos.

R_5 — Radar N.º 3 Mk VII, de tiro da bateria. Alcance 36.000 jardas.

P. C. — Posto de Comando de Grupo de Artilharia Antiaérea Ligeira. Actualmente designa-se em inglês por «Light Artillery Antiaircraft Command Post». Corresponde ao antigo «Light Artillery Antiaircraft Control Center».

P. O. — Posto de Observação da Artilharia Antiaérea Ligeira. É o «Light Artillery Antiaircraft Observation Port» do Exército Britânico.

S. — Secção, a 3 peças, de Artilharia Antiaérea Ligeira.

R_6 — Radar N.º 4 Mk VII, táctico de Grupo Ligeiro. Conquanto o seu alcance máximo seja 120.000 jardas, operará apenas numa zona de raio 80.000 jardas. Evita-se, deste modo, a saturação do seu «ecran» (P. P. I.).

Dos esquemas verifica-se que, pelo dispositivo moderno, se *aboliu a Sala de Operações da Artilharia Antiaérea.*

As ordens e as indicações são dadas directamente do C. O. F. A. aos radares R_3 de vigilância da Artilharia Antiaérea, os quais fazem uma primeira selecção dos objectivos na zona compreendida entre 120.000 e 80.000 jardas.

a) — Artilharia Antiaérea Pesada:

A indicação dos objectivos que interessam às baterias é dada por estes radares R_3 aos radares R_4 tácticos das baterias. Evita-se, deste modo, a saturação dos «ecrans» (P. P. I.) destes radares tácticos R_4.

Os radares tácticos R_4 das baterias, por sua vez, dão as ordens e as indicações aos radares de tiro R_5. Estes aos preditores e, finalmente, os preditores às peças.

Cada bateria pesada dispõe, por isso, pelo menos de um radar táctico N.º 4 Mk VII e de um radar de tiro N.º 3 Mk VII.

Com a abolição da Sala de Operações da Artilharia Antiaérea, simplifica-se o sistema e reduz-se o tempo necessário para a actuação das bocas de fogo.

No C. O. F. A., estão um major delegado do Comando da Artilharia Antiaérea, um oficial de ligação da Artilharia Antiaérea Pesada, outro da Artilharia Antiaérea Ligeira e 2 graduados da Artilharia Antiaérea.

Em cada um dos radares de vigilância R_3 e táctico R_4, há um oficial. As ordens e as indicações são, assim, dadas e recebidas só por oficiais. São por estes desfeitas as dúvidas sobre qualquer avião ou aviões e, portanto, sobre os alvos das baterias.

Normalmente, o oficial de ligação da Artilharia Antiaérea Pesada do C. O. F. A. poderá corresponder-se ùnicamente com os 2 oficiais dos 2 radares de vigilância R_3.

O oficial do radar de vigilância R_3 pode corresponder-se com os 6 oficiais dos 6 radares tácticos R_4 das 6 baterias pesadas que defendem uma Zona Sensível, pois todos trabalham na mesma frequência com rádio-telefones de preferência, com Postos de muito alta frequência (Postos VHF), ou com Postos de Rádio N.º 19. Não se usam os Postos P 21.

A defesa de uma Zona Sensível pouco extensa é assegurada, geralmente, por 5 baterias pesadas. O ideal é dispor-se, para esse efeito,

de 6 baterias. Elas devem ser situadas aproximadamente numa circunferência de raio 5.000 jardas, com centro na Zona Sensível.

b) — *Artilharia Antiaérea Ligeira:*

A indicação dos objectivos que interessam às peças ligeiras é dada pelos radares R_3 de vigilância da Artilharia Antiaérea aos radares R_6 tácticos do Grupo Ligeiro. Evita-se, deste modo, a saturação dos «ecrans» (P. P. I.) destes radares R_6.

Os radares tácticos R_6 do Grupo, por sua vez, dão as ordens e as indicações aos Postos de Observação P. O. e estes às peças.

O radar táctico R_6 do Grupo está nas imediações do Posto de Comando do Grupo, P. C. Este Posto de Comando está montado numa viatura e nele está um oficial.

Cada Grupo dispõe de pelo menos um radar táctico N.º 4 Mk VII.

O Grupo monta 5 Postos de Observação, em volta da Zona Sensível, assegurando a vigilância visual em todas as direcções.

O Posto de Observação dista daquela Zona de 3.000 a 5.000 jardas e tem um alcance visual de 6.000 jardas.

No C. O. F. A., está o oficial de ligação da Artilharia Antiaérea Ligeira.

Em cada um dos radares de vigilância R_3 e táctico R_6, há um oficial. As ordens e as indicações são, assim, dadas e recebidas só por oficiais. São por estes desfeitas as dúvidas sobre qualquer avião ou aviões e, portanto, sobre os alvos das peças.

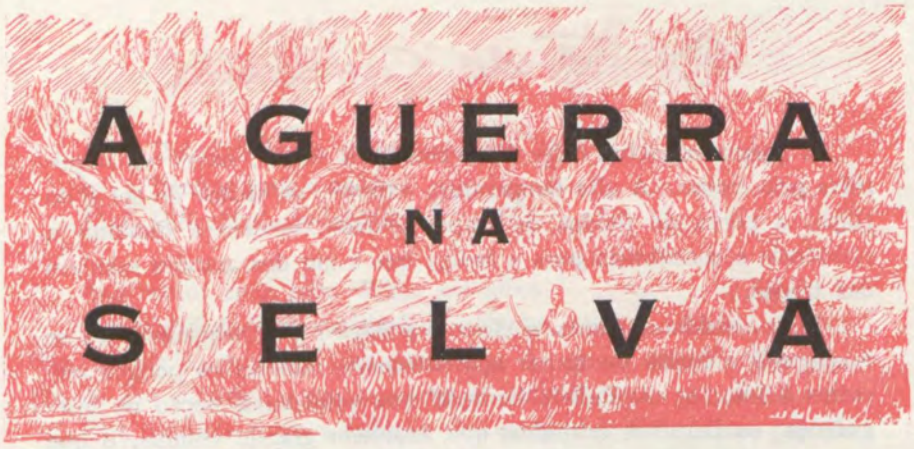
Normalmente, o oficial de ligação da Artilharia Antiaérea Ligeira do C. O. F. A. poderá corresponder-se com os 3 P. C. dos 3 Grupos.

Cada P. C. de Grupo poderá corresponder-se com 5 P. O. do Grupo.

Deste modo, o oficial de ligação da Artilharia Antiaérea Ligeira do C. O. F. A. poderá estar em comunicação com todo o Regimento de Artilharia Antiaérea Ligeira, que é constituído pelos 3 Grupos referidos.

As comunicações entre os P. C. e os P. O. e entre estes e as bocas de fogo são estabelecidas por Postos de Rádio N.º 19.

Sempre que for possível, deve utilizar-se o Posto N.º 44, melhor do que o N.º 19, para o fim em vista.



pelo Capitão SILVA TAVARES

I — Generalidades

Muitos de nós, especialmente quando miudos, experimentamos a sensação causada pelo isolamento, numa noite escura de uma região mal conhecida. Apodera-se de nós um complexo esquisito, uma sensação de impotência perante um perigo que se imagina... A selva mesmo de dia, tem um pouco dessa sensação.

Nesta modalidade de guerra surgem dois inimigos, que se podem considerar matemàticamente iguais:

Um é o inimigo pròpriamente dito e o outro é a natureza.

A eliminação das dificuldades impostas pela natureza e o bom aproveitamento da selva, são tão importantes como a eliminação do inimigo humano.

Ao soldado, além da instrução normal de combate, terá que ser ministrada uma cuidada e especial instrução para viver com possibilidades de aproveitamento na selva, em virtude das suas grandes exigências.

Sem adaptação, um soldado não será capaz de viver na selva muito tempo, ainda que não haja inimigo humano. É certo que tais imposições afectam igualmente as tropas amigas e inimigas, donde resultará grande vantagem para a força que consiga superar as dificuldades citadas.

A guerra na selva exige boas condições físicas, natas ou adquiridas pelo treino. A alta temperatura exterior, os efeitos do sol e do clima, a perda de fluídos do corpo humano, tendem a diminuir a resistência e contribuem para a fadiga que é um dos grandes inimigos das tropas.

É de considerar, ainda, o efeito psicológico que frequentemente se revela sob a forma de tornar aparentemente maiores os perigos inerentes à luta; a visibilidade limitada que aumenta a noção de insegurança; os barulhos estranhos que assumem grande volume, o que enerva o combatente fàcilmente e o tende a fazer cair em pânico.

As condições de luta apresentam-se mais desvantajosas do que realmente são.

O perigo dos animais ferozes, é em grande parte produto da imaginação do homem. Devemos, todavia, tomar precauções contra répteis venenosos, mas mesmo estes, só se tornam perigosos quando incomodados. A importância militar da vida animal na floresta, reside principalmente no facto do movimento rápido das aves e outros animais, poder alertar os exploradores, indicando-lhes a presença do homem.

Tem alguma importância a identificação apropriada das plantas e animais para as unidades que tenham os abastecimentos cortados. Contudo, não é aconselhável contar com a caça; sòmente os frutos carnudos e as plantas nos poderão salvar em situações de emergência. Uma das normas adoptadas para escolha de frutos, não venenosos, é reparar quais os comidos ou ruidos por animais do mato.

Tornar familiar o ambiente da selva e, particularmente, combater o sentimento de solidão causado pelo isolamento, é uma das grandes funções dos chefes naqueles lugares e em tais situações.

Em face do que dissemos podemos concluir que se utilizarmos e explorarmos convenientemente as condições desfavoráveis da natureza (tempo, terreno e clima) teremos uma ajuda e não um obstáculo neste tipo de operações.

2 — **Servidões da Selva**

As características negativas da selva são:

a) — Visão limitada
b) — Dificuldade de orientação
c) — Mobilidade restrita

d) — Dificuldade de reabastecimento
e) — Perigos para a saúde
f) — Dificuldade de observação aérea.

Analisemos cada uma destas servidões.

A *visibilidade limitada* impõe-nos frentes estreitas, reduz as distâncias, atenua as possibilidades das armas de apoio, dificulta a regulação do tiro e obriga a um aumento de actividade de patrulhas.

Esta servidão força a redução dos campos de tiro. Numa posição ocupada, há sempre necessidade de cortar vegetação para abrir campos de tiro, mas devemos fazê-lo com as cautelas necessárias a fim de não denunciar a posição à observação inimiga, especialmente à observação aérea.

No entanto, a limitação da visibilidade facilita a dissimulação — tanto para posições defensivas como ofensivas — e este factor, acrescido da luz coada e sombreado da floresta, contribui grandemente para a surpresa.

Sobre a *dificuldade de orientação* diremos que a densidade de vegetação torna a orientação difícil. As cartas raramente indicam com precisão os caminhos e estradas que ràpidamente se tornam irreconhecíveis pela erosão e pela vegetação quando não constantemente utilizados; as fotografias aéreas dificilmente mostram mais que a copa das árvores e os campos de visão limitados restringem o uso de bússula.

Não é fácil a determinação de uma direcção e hora pelo sol. À volta de 22 de Junho o sol estará a cerca de 23,5 graus a Norte do equador; nestas circunstâncias, nascerá, na zona tórrida — onde normalmente se encontram as zonas da selva — a cerca de 25 graus a Norte do ponto cardeal Este e põe-se a cerca de 25 graus a Norte do ponto cardeal Oeste.

O mesmo poderemos dizer na época à volta de 22 de Dezembro, substituindo a referência Norte pela referência Sul. Sòmente nas proximidades de 21 de Março e 23 de Setembro, nascerá aproximadamente a Este e desaparecerá a Oeste.

Tomar uma direcção pelo sol só é de aconselhar na primeira parte da manhã e na parte final da tarde. Quando o sol está perto do zénite a orientação é difícil, porquanto ao meio dia solar o sol indica-nos frequentemente o Norte em vez do Sul como sempre acontece na região continental portuguesa.

Contudo, estas dificuldades podem vencer-se pela instrução individual de orientação na selva, a qual consiste no desenvolvimento das

faculdades individuais, e na utilização adequada de todos os meios disponíveis.

Acerca da *mobilidade restrita* diremos que nos locais onde a vegetação é espessa, a progressão será excessivamente lenta e laboriosa.

Em tais condições surgirá por vezes o perigo de ataques de flanco.

A somar a esta dificuldade de progressão, há que considerar a transposição de pequenos cursos de água, que podem tornar-se perigosos, dentro de uma hora, depois das chuvas abundantes da monção.

A *dificuldade de reabastecimento* está subordinada a tais condições que limitará por vezes a extensão das operações, os movimentos e os efectivos empregados.

Os caminhos ou estradas disponíveis dentre os poucos que há; as frequentes vias fluviais; a densidade de vegetação; a estação do ano e as condições gerais do terreno, terão uma acção directa nos transportes a utilizar e, consequentemente, no funcionamento do reabastecimento. Os pedidos devem ser feitos com a antecedência necessária.

Há que estabelecer um plano cuidadoso na distribuição dos transportes e todos os reabastecimentos devem ser fiscalizados, de forma a eliminar os excessos e os artigos não essenciais.

Além disso, deve haver cuidados especiais para os proteger contra os estragos causados pelas condições atmosféricas.

Os processos fundamentais de reabastecimento são: por lançamento aéreo; viaturas de transporte, (geralmente Jeeps); a dorso de animais; por via fluvial (barcos ou canoas) e à mão, cada um tendo as suas limitações próprias.

A quinta limitação *perigos para a saúde* necessitaria, só por si, um tratado para ser focada. No entanto, resumidamente, diremos que são ainda frequentes as doenças transmitidas pelas moscas, mosquitos, carraças, moscas da areia, pulgas e ácaros e ainda as motivadas pela água, infecções intestinais e micoses da pele.

Em temperaturas elevadas, de climas húmidos, o homem perde pelo suor grandes quantidades de água; qualquer restrição de água redundará numa perda de eficiência, no enfraquecimento das possibilidades de trabalho e abaixamento do moral, podendo ir até à exaustação pelo calor. A melhor medida é tomar pequenas quantidades de água sempre que haja sede.

Para restabelecer a perda de sal, é ainda aconselhável a junção de um grama de sal por cantil.

Porque, com frequência, nas operações da selva não estará à mão um médico, todo o pessoal deve saber prestar os primeiros socorros

em casos vulgares. Os casos mais frequentes são os de insolação e exaustação.

O estado de insolação aparece muitas vezes repentinamente; dá dores de cabeça, tonturas com náuseas e vómitos, dando então o delírio e a inconsciência — é importante lembrar que a pele ficará quente e seca (a temperatura do corpo sobe bastante). O tratamento de emergência é fazer baixar quanto possível a temperatura, aliviando-lhe as roupas e espargindo o corpo com água; friccionar enèrgicamente os braços, pernas e tronco para aumentar a circulação do sangue, enquanto se vai abanando contìnuamente a fim de aumentar a velocidade de evaporação da água e o seu efeito de refrigeração.

A exaustação manifesta-se por dores de cabeça, adormecimento, extrema fraqueza, tonturas e incapacidade para andar; poderão também aparecer caimbras. Neste estado a pele apresenta-se húmida, fria e viscosa. Para os primeiros socorros, colocar o paciente num lugar fresco onde possa descansar e tomar grandes quantidades de água salgada.

Os tratamentos referidos não dispensam os cuidados médicos ou posterior hospitalização.

A *dificuldade de observação aérea* é evidente visto que as copas das árvores se unem formando um toldo, impedindo, portanto, a observação. Com dificuldade apenas a fotografia aérea oblíqua poderá revelar alguns detalhes. A aviação de observação tem a sua acção muito limitada no que diz respeito à descoberta e observação dos movimentos inimigos. O bombardeamento por aviões é difícil por dificuldade de identificação de objetivos. Um método prático a considerar será o tiro de morteiro com granadas de fumos para assinalar os objectivos às forças aéreas.

3 — **As transmissões**

Os estafetas são os melhores agentes de transmissões; devem ser usados pelos comandos das unidades elementares para assegurar um fluxo constante de informações da frente para a retaguarda. Os estafetas devem ser seleccionados com base no desembaraço, inteligência, resistência física, coragem e iniciativa e todos devem ser bons atiradores.

Nas operações da selva, devem ser utilizados todos os meios de transmissões possíveis, para facilitar o contacto e o controle, tão sacrificados por vezes nestas regiões. Os telefones provam ter alguma efi-

cácia mas em contrapartida os meios rádios têm servidões grandes: os seus alcances são reduzidos de mais de 50 % e as baterias ou pilhas além da dificuldade de reabastecimento têm a vida reduzida a cerca de metade. São aconselháveis ainda os sinais acústicos e visuais.

4 — **A segurança**

A segurança é semelhante à das operações em campo aberto, porém com uma redução de dispersão. Deve ser contínua, tendo em atenção que o inimigo pode surgir de qualquer direcção. Uma das formas indicadas para manter a segurança é conservar a iniciativa, obrigando o inimigo a conformar-se com os nossos movimentos. Isto consegue-se criando elementos de segurança constituidos por patrulhas fortes e agressivas, que de dia são lançadas pelas unidades tipo esquadrão ou companhia, com a finalidade de deter patrulhas inimigas e que tentarão enganá-las quanto ao dispositivo tomado. Estas patrulhas ao cair da noite deverão unir-se à unidade que as lançou. Este processo tornará difícil o reconhecimento da posição por parte do inimigo. As patrulhas lançadas, na maioria das vezes, lucrarão ficando quietas, deixando o movimento ao inimigo imediatamente antes do combate.

5 — **As armas**

A infantaria toma parte em larga escala no combate da selva. A luta é normalmente caracterizada pelo combate próximo. Sempre que possível a infantaria deve ser apoiada pelas outras armas, organizando-se agrupamentos tácticos com base numa análise cuidadosa do terreno de modo a obter-se a máxima liberdade táctica e eficiência no combate.

A artilharia tem muitas dificuldades; contudo, o seu valor é tão grande que se devem fazer todos os esforços para tornar o seu fogo possível e eficiente. A densidade de vegetação restringe o raio de acção do rebentamento das granadas, de modo que em geral, são necessárias granadas de calibres maiores ou então uma maior quantidade. Os observadores avançados terão grande dificuldade na regulação e por vezes terão que o fazer pelo som.

Quanto às unidades mecanizadas, a menos que se tenham construido prèviamente estradas, o movimento dos carros é impossível na selva cerrada. Quando o terreno o permita os carros podem ser usados com vantagem contra objectivos limitados e bem definidos. Nor-

malmente os carros estão restringidos a operar em terrenos onde constituem alvos vulneráveis para a defesa anticarro por serem fàcilmente canalizados e pelo perigo de cairem em embuscadas.

6 — **O ataque a posições não organizadas**

Podemos tomar como vardadeiro o teorema seguinte:

Se as duas forças adversas, não são muito diferentes em efectivos e em experiência na selva, aquela que mais ràpidamente estudar a situação, tomar uma decisão, distribuir as suas ordens e executar o seu plano, ganha a iniciativa das operações e, pela rapidez da acção, obtém a vitória.

Na ofensiva os morteiros devem abrir fogo a curtas distâncias. Nem sempre é possível fazer-se um reconhecimento, mas desde que haja oportunidade, mesmo que seja limitado, não deve deixar de se fazer.

É preferível que o comandante tome a iniciativa, mesmo com informações muito diminutas, a perdê-la enquanto aguarda outras mais completas.

Se no ataque houver coordenação com um movimento envolvente, a força que envolve deve progredir ràpidamente e deve indicar por sinais convencionais quando está pronta para se lançar sobre o objectivo, devendo estes sinais ser sempre repetidos. A força envolvente deve mover-se com velocidade, devendo, no entanto, o pessoal chegar à posição em boas condições de combater.

Se for previsto o emprego de aviação, deve dar-se conhecimento ao comandante das forças envolventes dos planos de actuação e os pilotos devem ser cuidadosamente instruidos.

Se existem fogos de apoio, é o comandante da força envolvente que dará o sinal para levantamento do fogo.

Deve sempre manter-se uma força em reserva até esclarecimento da situação, a qual protege a retaguarda e posteriormente será empregada na exploração do sucesso.

7 — **Organização do terreno para a defesa**

O princípio da defesa em todas as direcções é de suma importância. Os campos de observação limitados facilitam a aproximação do inimigo até curtas distâncias e sem ser visto, Sempre que possível, um ou dois flancos devem ser apoiados em obstáculos naturais (rios,

lagoas, pântanos ou escarpados). Ainda que estes acidentes constituam obstáculo para o atacante, não devem ser considerados intransponíveis e devem ser tomadas precauções para deter pelo fogo quaisquer elementos inimigos que por ali se infiltrem.

Ter em atenção que: não há selva impenetrável, pântanos que não se possam transpor, rios que não se atravessem ou encostas que não se possam escalar.

As posições defensivas devem organizar-se sempre que possível apoiando-se mùtuamente.

8 — **Considerações finais**

A guerra na selva exige a descentralização do comando em grau anormal; os quadros terão que ter grande eficiência e treino adequado.

Sucede por vezes que os comandantes dos destacamentos da frente, absorvidos por pequenos combates, não transmitem informações para a retaguarda, donde a necessidade de serem acompanhados por pequenos destacamentos especializados para assegurar o fluxo de informações para trás.

Os oficiais subalternos e os sargentos devem possuir extraordinária iniciativa, bravura e decisão.

O combatente deve desconfiar de tudo; o grau de ocultação que a selva oferece requer vagarosa e cuidada pesquisa do inimigo. Há necessàriamente que incutir no combatente a ideia de que o inimigo pode estar sempre próximo.

A informação pelo som é fundamental neste tipo de operações — um ouvido bem apurado, pode ouvir nestas regiões a grandes distâncias e um ouvido treinado e habituado aos ruidos normais da selva, pode destrinçar os ruidos anormais provocados pela aproximação inimiga, evitando a surpresa. O melhor antídoto contra a surpresa é uma reacção viva e rápida — os primeiros tiros são os únicos a recear.

As armas individuais que reunem melhores condições para acções das zonas muito arborizadas, são as espingardas, utilizando alça telescópica e a pistola metralhadora. Há também vantagens na utilização de granadas de mão que constituem a arma defensiva mais importante contra o ataque de noite e de grande valor para neutralização de posições enterradas. Não queremos deixar ainda de frisar a importância da catana, tanto como ferramenta necessária na selva, como da sua utilidade no combate corpo a corpo.

A ofensiva é sempre vantajosa e os pequenos ataques devem executar-se em meia lua.

Como resumo podemos dizer que as características de um bom combatente na selva são:

Prontidão mental e física
Destreza e velocidade no manejo das armas
Sentido do momento em que se deve fazer fogo
Sentido dos movimentos silenciosos
Sentido de orientação
Audição apurada.

Nesta espécie de combate o álcool deve ser evitado porque faz adormecer o sentido da vista e ouvido e entorpece o raciocínio.

Todas estas características foram mais ou menos referidas durante este pequeno e simples artigo, mas não queremos deixar de citar um exemplo real em que o *sentido do momento em que deve fazer fogo* foi desrespeitado.

Passou-se nas regiões densamente arborizadas de Goa, quando da intensificação das acções de sabotagem e atentados por parte dos terroristas contra a nossa soberania. Queremos acrescentar que o conhecimento que temos de tal acção é puramente particular por informações casualmente colhidas.

Um dos agentes mais activos da polícia goesa, resolveu utilizar um dos inúmeros estratagemas que se podem engendrar nas regiões da selva: colocou uma patrulha simples, com aspecto despreocupado e pouco agressivo a passear diàriamente e à mesma hora em determinado ponto visível das regiões fronteiriças.

À volta desta zona e a coberto da escuridão, tinham sido colocados elementos de polícia com um dispositivo periférico em bolsa. A missão era deixar entrar profundamente o grupo terrorista, que certamente entraria para alvejar a patrulha, e só abrir fogo à ordem ou depois de ouvir os primeiros tiros.

Sucedeu que um dos elementos do flanco da bolsa, quando já tinha elementos terroristas ao alcance da sua arma, abriu fogo desrespeitando a ordem dada — não sabemos a razão mas talvez por ter visto parar o grupo e presumir que não avançava mais em profundidade. Certo é que deu como resultado serem apanhados apenas alguns elementos terroristas e haver ferimentos em elementos da nossa polícia, no pequeno combate que durou cerca de uma hora.

Restará dizer alguma coisa sobre *relações com os nativos*. Devem ser olhados com suspeita. No entanto, deve procurar-se a sua amisade e cooperação. Qualquer acto de violência ou qualquer acção de abuso sobre os nativos, pode ter efeitos prejudiciais. Os naturais leais, são auxiliares preciosíssimos como exploradores, guias, elementos de informação e intérpretes para contactarem com os chefes das povoações nativas. Um estratagema de bons resultados é convencer o natural de que somos suficientemente fortes para vencer; então, ele nos esclarecerá e ajudará.

É tal a prática e o à-vontade das pessoas com treino da selva que impressiona.

Exporemos para finalizar este simples trabalho, dois breves exemplos:

Um dos naturais que várias vezes nos acompanhou como guia de noite, sabia destrinçar todos os ruidos. Ele afirmava sem errar: é veado, é porco de mato, é chacal ou vento nos bambús.

Nós, que nascemos no campo, onde temos vivido grande parte do nosso tempo, que desde que por lei fomos autorizados a pegar numa espingarda de caça, temos percorrido montes e vales em variadíssimos aspectos de terreno e que temos certa vaidade em afirmar ter algum sentido de orientação, aconteceu-nos o caso que em poucas palavras relatamos:

Numa das vezes que nos embrenhamos na floresta, fizemo-nos acompanhar de alguns elementos militares e entre eles de um africano menos frequentador dessa região que nós. No regresso, surgindo-nos uma pequena dúvida, perguntamos ao landim: — *Samuel, vamos bem?*

Este, com o seu português arrevesado, respondeu: — *Vai bem sim senhor, está perto! O destacamento fica para ali...* e apontou com o braço para a esquerda e retaguarda.

E tinha razão!...

A Fotogrametria

e a Carta 1/25.000

pelo Capitão A. SOARES BRANCO

Introdução

Embora o assunto deste trabalho não seja nada cavaleiro, ele está-lhe intimamente ligado, pela utilização constante e permanente que tem de fazer das cartas, principalmente durante as suas missões típicas:

Reconhecimento;
Exploração do sucesso.

Já pensaram na dificuldade de cumprir alguma destas missões sem as cartas e em terreno completamente desconhecido?

Deve ser algo parecido com o voo sem visibilidade.

Mas se um militar não souber ler correntemente uma carta, em qualquer escala, também se encontrará nas mesmas condições.

Ler uma carta não é só saber seguir um caminho nela representado, é também, se houver mais caminhos ou se o caminho tiver desaparecido, procurar pela forma do terreno e das linhas de água a rota que temos de seguir sem nos perdermos.

Não restam dúvidas que as cartas são de utilização constante e estamos tentados a dizer:

«As cartas são para os militares o que o breviário é para o sacerdote».

Se nós as temos de utilizar todos os dias é natural que muitas vezes nos tenha vindo ao pensamento:

Como se faz uma Carta?

Como resposta, muitos se lembram, com certeza, da velha prancheta com uma alidade em cima, no campo de Obstáculos da Escola do Exército, durante um daqueles T. P. entre os muitos que por lá haviam.

Bem sabemos que este assunto é de ordem técnica, bastante especializado, mas depois das muitas conversas que temos tido com vários camaradas, fomos tentados a abordá-lo, tanto mais que durante alguns anos andámos nele envolvidos.

Assim orientamos este trabalho, dividindo-o em 4 partes:

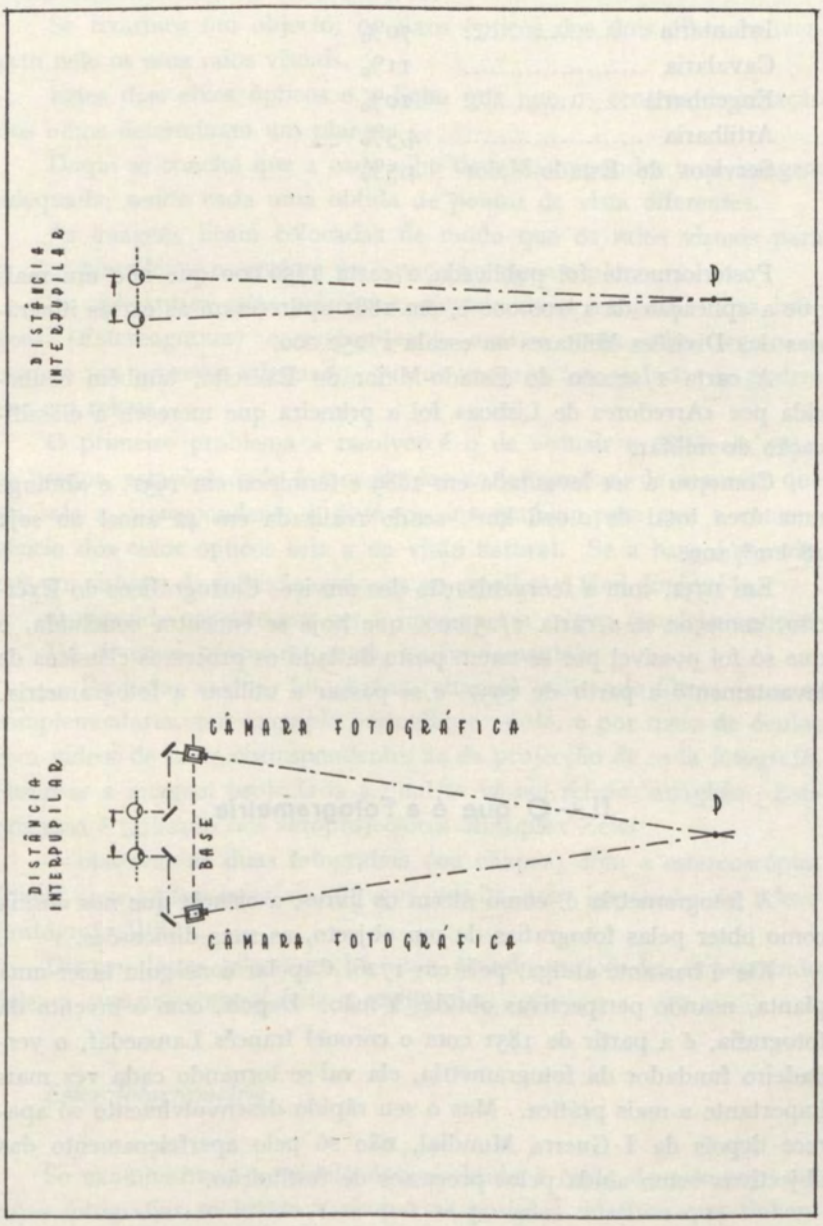
I — Um pouco de história;
II — O que é a fotogrametria;
III — Sua aplicação à carta 1/25.000;
IV — Conclusão.

I — Um pouco de história

Os militares sempre tiveram a seu cargo e andaram ligados aos trabalhos geodésicos e topográficos realizados no nosso país.

O Ministério da Guerra em 1788, iniciou os trabalhos de triangulação, que foram confiados ao Dr. Ciera, lente da Real Academia de Marinha, mas só em 1790 os Generais Pedro e Filipe Folque começaram a primeira triangulação geodésica. Em 1863 está terminado este formidável e árduo trabalho pois foi necessário fazer um reconhecimento perfeito de todo o País, elaborar o estudo da triangulação, tendo em vista a conformação dos triângulos, construir os marcos geodésicos, fazer as observações e realizar os cálculos, e não nos podemos esquecer que nessa época os meios de locomoção mais rápidos eram o cavalo.

Baseados na triangulação começou-se a carta 1/100.000 que em 1881 se encontra já concluída.


DISTÂNCIA INTERPUPILAR
P
DISTÂNCIA INTERPUPILAR
CÂMARA FOTOGRÁFICA
BASE
P
CÂMARA FOTOGRÁFICA

É interessante saber que foi realizada por oficiais do Exército nas seguintes proporções:

Infantaria	70%
Cavalaria	11%
Engenharia	10%
Artilharia	4,5%
Serviços do Estado-Maior	4,5%

Posteriormente foi publicada a carta 1/50.000 que não era mais que a aplicação da 1/100.000 e, em 1881 apareceram as cartas itinerárias das Divisões Militares na escala 1/250.000.

A carta 1/20.000 do Estado-Maior do Exército, também conhecida por «Arredores de Lisboa» foi a primeira que mereceu a classificação de militar.

Começou a ser levantada em 1889 e terminou em 1931, e abrange uma área total de 2.016 km², sendo realizada em 42 anos! ou seja 48 km²/ano.

Em 1932, com a reorganização dos serviços Cartográficos do Exército, começou-se a carta 1/25.000, que hoje se encontra concluída, o que só foi possível por se terem posto de lado os processos clássicos de levantamento a partir de 1937, e se passar a utilizar a fotogrametria.

II — O que é a Fotogrametria

A fotogrametria é, como dizem os livros, a ciência que nos ensina como obter pelas fotografias de um objecto, as suas dimensões.

Ela é bastante antiga, pois em 1726, Capelar conseguiu fazer uma planta, usando perspectivas obtidas à mão. Depois, com o invento da fotografia, e a partir de 1851 com o coronel francês Laussedat, o verdadeiro fundador da fotogrametria, ela vai-se tornando cada vez mais importante e mais prática. Mas o seu rápido desenvolvimento só aparece depois da I Guerra Mundial, não só pelo aperfeiçoamento das objectivas como ainda pelos processos de restituição.

Vamos agora procurar dar uma ideia dos princípios em que se funda.

Como sabemos, as imagens na retina têm posições diferentes, a observação dos objectos feita com os dois olhos, permite-nos avaliar a sua distância relativa e o seu relevo.

Se fixarmos um objecto, os eixos ópticos dos dois olhos convergem nele os seus raios visuais.

Estes dois eixos ópticos e a linha que une os centros de rotação dos olhos determinam um plano.

Daqui se conclui que a cada olho deve corresponder uma imagem adequada, sendo cada uma obtida de pontos de vista diferentes.

As imagens ficam colocadas de modo que os raios visuais para pontos homólogos se cortam no espaço no mesmo plano.

Se aplicarmos estes princípios, tirando duas fotografias das imagens (Estereograma) correspondentes uma a cada olho, veremos, usando um processo adequado, que as imagens fotografadas se podem ver em relevo.

O primeiro problema a resolver é o de reduzir a distância entre os pontos, estações onde foram tiradas as fotografias, de maneira que ela seja a correspondente à distância interpupilar para que a convergência dos eixos ópticos seja a da visão natural. Se a base é grande, por um sistema de reflexão, prismas ou espelhos é fácil diminuí-la.

O segundo consiste em ver a imagem em relevo (modelo óptico).

Há diversos processos, sendo os fundamentais:

— Projectar as duas fotografias (chapas) utilizando filtros de cores complementares, por exemplo vermelho e verde, e por meio de óculos com vidros de cores correspondentes às da projecção de cada fotografia observar a imagem projectada a qual se vê em relevo, anaglifo. Este processo é utilizado nos aeroprojectores Multiplex Zeiss;

— observar as duas fotografias (ou chapas) com o estereoscópio, óculos com lentes especiais, do que resulta uma impressão de relevo (autógrafo Wild).

Dentro destes processos há uma grande variedade, dependendo deles a maneira como é feita a restituição.

Esterofotogrametria

Se examinarmos o modelo óptico obtido à custa do estereograma cujas fotografias se levam a ocupar as posições relativas que tinham ao ser impressionadas, é possível desse exame tirar as medidas necessárias à restituição do objecto na escala desejada.

Para isso utiliza-se um estereocomparado que nos permite obter as coordenadas de qualquer ponto, relativas aos eixos de uma das fotografias que o compõem.

Se for «P» um ponto do objecto fotografado e «Pe» e «Pd» as suas imagens nas fotografias da esquerda E e direita D, tirando por Od uma paralela a Oe Pe, deduz-se:

$$\frac{B}{Xd - Xe} = \frac{Oe\ P}{Od\ P'e} = \frac{Od\ P}{Od\ P'e}\,\frac{\cos\alpha}{\cos\alpha} = \frac{Z}{f}$$

e fazendo

$$Xd - Xe = p \text{ (paralaxe)}$$

vem

$$Z = Bf\,\frac{I}{P}$$

Dos triângulos OE P Q e Oe Pe O deduz-se

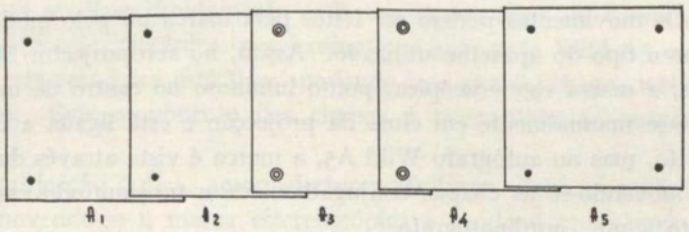
$$X = Xe\,\frac{Z}{f}$$

e no outro plano, anàlogamente,

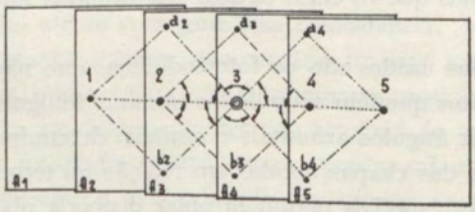
$$Y = ye\,\frac{Z}{f}$$

sendo X, Y e Z as coordenadas do ponto P, determinadas à custa dos valores Xe Xd e Ye Yd, resultantes da medição sobre as fotografias e do conhecimento prévio de B (base fotogramétrica, distância entre as

AÉRO TRIANGULAÇÃO



TRIANGULAÇÃO - RADIAL



estações onde se fotografou) e de f (distância focal da câmara fotográfica utilizada).

As medições podem fazer-se sobre o modelo óptico visão estereoscópica, com o auxílio de uma marca resultante da fusão de 2 retículos ou sinais colocados nas oculares e que se fazem aflorar à superfície do modelo, sendo as posições da marca obtidas com movimentos segundo as 3 dimensões, podendo ser lidas em cada eixo ou ser registadas automàticamente em coordinatrógrafos sob projecção octogonais das figuras descritas.

Os movimentos podem ser feitos pela marca ou pelo modelo conforme o tipo do aparelho utilizado. Assim, no aeroprojector Multiplex Zeiss, a marca estereoscópica, ponto luminoso no centro de um disco, move-se manualmente em cima da projecção e está ligada a um pantógrafo, mas no autógrafo Wild A5, a marca é vista através das oculares, movendo-se as chapas conjugadamente e transmitindo esse movimento a um coordinatógrafo.

A coincidência da marca com um ponto do modelo óptico corresponde à coincidência de cada um dos retículos com as imagens desse ponto nos dois elementos do estereograma.

Conhecidos de uma maneira geral os princípios, vamos agora tratar da fotogrametria.

Como sabemos a fotogrametria pode ser terrestre ou aérea, conforme as duas estações estão no solo ou no ar.

Na fotogrametria terrestre, obtêm-se as fotografias do terreno a partir de duas estações cujas coordenadas são conhecidas e determinam-se os ângulos que os eixos ópticos das câmaras fotográficas fazem com a base.

Os aparelhos usados são os fototeodolitos, que não são mais que vulgares teodolitos que têm acupulados câmaras fotográficas. Eles permitem-nos medir ângulos azimutais e zenitais, determinando-se assim a posição rigorosa das chapas obtidas em relação ao terreno fotografado.

Restituidores especiais permitem obter depois a planta do terreno. Este processo só se usa em terrenos muito montanhosos ou para se fazer o alçado de edifícios.

Na fotogrametria aérea, as fotografias são tiradas, para o mesmo terreno, de duas estações aéreas consecutivas, com uma sobreposição quase total e a cada ponto do terreno correspondem 2 pontos conjugados, um em cada fotografia (chapa); obtida a cobertura aérea e realizados os trabalhos de campo, tem de se proceder, como já vimos, à restituição.

Os processos de restituição são muitos, pois existem diversos tipos de aparelhos baseados na forma de projecção das chapas fotogramétricas (pares fotogramétricos).

Os principais tipos são:

Projecção mecânica;
Projecção óptica;
Projecção óptica mecânica.

Vamos analisar ràpidamente cada um destes tipos de restituição.

Na projecção mecânica, por exemplo, o autógrafo Wild A5 e A6, a marca estereoscópica está fixa, movendo-se o par de chapas nas três dimensões. Este movimento das chapas é transmitido ao coordinatógrafo.

Na projecção óptica, aeroprojectores Multiplex Zeiss, a projecção é fixa, movendo-se a marca estereoscópica e sendo o movimento da marca transmitido ao pantógrafo.

A projecção óptica mecânica resulta da conjugação dos dois processos, autógrafo Wild A4.

Em todos estes processos é necessário realizar a orientação dos pares fotogramétricos e a determinação dos pontos fotogramétricos de apoio.

Os pares fotogramétricos têm de ser orientados um em relação ao outro, orientação interna ou relativa.

Esta orientação não é mais do que a coincidência no modelo óptico da projecção das duas imagens e para a obter basta rodar as chapas nas três dimensões até se conseguir essa coincidência.

Feita a orientação interna, é necessário realizar a orientação externa ou absoluta que consiste em determinar a posição absoluta do par fotogramétrico em relação ao terreno fotografado.

Marcando na fotografia (chapa) quatro pontos *a b c* e *d*, chamados pontos fotogramétricos, e determinando no terreno as coordenadas e cotas dos pontos correspondentes, se projectarmos esses pontos na prancheta, A B C e D, à escala desejada, agora, desde que se façam coincidir os mesmos pontos da imagem (modelo óptico), com os da prancheta, o par fotogramétrico fica orientado em relação ao terreno.

É evidente que se tem de deslocar o par fotogramétrico em conjunto, para não desrectificar a orientação relativa.

Obtida a orientação, não temos mais que obrigar a marca estereoscópica, onde se introduz um certo valor de z, cota, a percorrer o ter-

reno estando sempre assente nele, o que é facilitado pelo exagero com que o relevo é representado. Automàticamente na prancheta vai aparecendo uma curva de nível correspondente à cota marcada. Depois seguem-se os detalhes planimétricos, linhas de água, estradas e caminhos, casas, etc., obtendo-se a planta do terreno correspondente ao par restituído.

Operação idêntica realiza-se para todos os outros pares da cobertura aérea efectuada.

A marcação dos pontos fotogramétricos é feita de modo a que a zona correspondente à localização de cada ponto deve abranger as quatro fotos adjacentes, o que dá em geral uma média de 1,5 pontos fotogramétricos por par, se o voo foi realizado em boas condições.

Explicado de uma maneira sucinta o que é a fotogrametria, vamos agora estudar a sua aplicação.

Para se obter a cobertura aérea da zona a levantar é necessário efectuar-se um plano de voo.

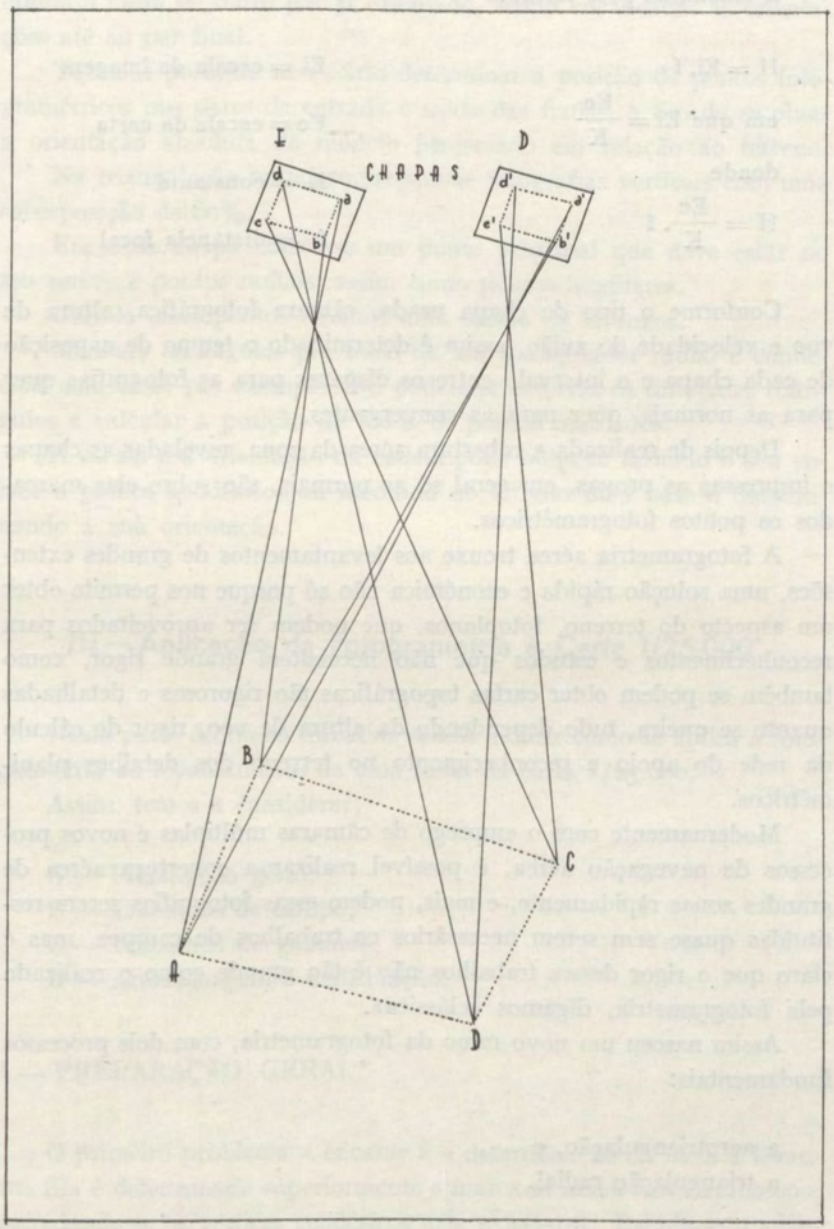
O avião terá de deslocar-se de modo que o centro óptico da objectiva da sua câmara fotográfica, percorra rectas paralelas (fiadas), situadas à mesma distância umas das outras, distância esta que deve garantir uma sobreposição lateral entre fiadas de cerca de 30%.

Para se realizar um bom voo é necessário:

— Não voar fiadas longas (20 a 30 km o máximo);
— Voar o mais possível à mesma altura;
— Determinar cuidadosamente a velocidade do avião;
— Regular os disparos da câmara fotográfica com a velocidade do avião;
— Determinar a driva e compensar a posição da câmara fotográfica;
— Assinalar no terreno as entradas das fiadas.

Do que foi dito conclui-se que o voo fotográfico para obedecer a estas condições se torna muito difícil de realizar em boas condições.

As fotografias são tiradas automàticamente e aos pares: uma vertical e outra oblíqua (normal e convergente) correspondendo ao mesmo terreno, havendo entre cada duas fotografias normais uma sobreposição de 20%; ou só verticais, mas neste caso a sobreposição é de 60% ou mais, tudo dependendo do tipo de restituidor a utilizar.


I
D
CHAPAS
d
a
c
b
d'
a'
c'
b'
B
C
A
D

A altura de voo é dependente da escala a que se quer trabalhar e da distância focal da câmara fotográfica.

É calculada pela fórmula

$$H = Ei.\ f$$

em que $Ei = \frac{Ec}{K}$

donde

$$H = \frac{Ec}{K}.\ f$$

Ei = escala da imagem

Ec = escala da carta

K = constante

f = distância focal

Conforme o tipo de chapa usada, câmara fotográfica, altura de voo e velocidade do avião, assim é determinado o tempo de exposição de cada chapa e o intervalo entre os disparos para as fotografias quer para as normais, quer para as convergentes.

Depois de realizada a cobertura aérea da zona, reveladas as chapas e impressas as provas, em geral só as normais, são sobre elas marcados os pontos fotogramétricos.

A fotogrametria aérea trouxe aos levantamentos de grandes extensões, uma solução rápida e económica não só porque nos permite obter um aspecto do terreno, fotoplanos, que podem ser aproveitados para reconhecimentos e estudos que não necessitem grande rigor, como também se podem obter cartas topográficas tão rigorosas e detalhadas quanto se queira, tudo dependendo da altura de voo, rigor de cálculo da rede de apoio e reconhecimento no terreno dos detalhes planimétricos.

Modernamente com o emprego de câmaras múltiplas e novos processos de navegação aérea, é possível realizar a cobertura aérea de grandes zonas ràpidamente, e mais, podem essas fotografias serem restituídas quase sem serem necessários os trabalhos de campos, mas é claro que o rigor desses trabalhos não é tão grande como o realizado pela fotogrametria, digamos «clássica».

Assim nasceu um novo ramo da fotogrametria, com dois processos fundamentais:

a aerotriangulação, e
a triangulação radial.

No primeiro podem determinar-se as cotas dos pontos, mas no segundo, que só se usa para regiões muito planas, tal não é possível.

Na aerotriangulação que pode ser obtida, por exemplo, com um conjunto de projectores Multiplex Zeiss, a orientação de um par é obtida à custa de outro par já orientado, sendo encadeadas as orientações até ao par final.

Torna-se portanto necessário determinar a posição de pontos fotogramétricos nos pares de entrada e saída das fiadas, a fim de se obter a orientação absoluta do modelo projectado em relação ao terreno.

Na triangulação radial empregam-se fotografias verticais com uma sobreposição de 60%.

Em cada chapa marca-se um ponto principal que deve estar no seu centro e pontos radiais, assim como pontos auxiliares.

Unindo esses pontos teremos uma cadeia de losangos.

Medindo os ângulos por meio de um triangulador radial e conhecida uma base, por exemplo 2-3, podem-se resolver os diferentes triângulos e calcular a posição de todos os pontos marcados.

A escala e a orientação da cadeia pode obter-se fazendo o seu enlace a pontos geodésicos ou medindo no terreno uma base e determinando a sua orientação.

III — Aplicação da Fotogrametria à Carta 1/25.000

Nesta parte do nosso trabalho vamos indicar como se aplica a fotogrametria ao levantamento de uma folha da carta 1/25.000.

Assim, temos a considerar:

A — Preparação geral;
B — Trabalhos de campo;
C — Trabalhos de gabinete;
D — Armazenagem e distribuição.

A — PREPARAÇÃO GERAL

O primeiro problema a encarar é a determinação da zona a levantar. Ela é determinada superiormente e marca-se numa carta 1/100.000, assinalando-se os vértices geodésicos nela existentes. Estuda-se o adensamento dessa rede tendo em vista a escala a que o levantamento vai ser feito.

Aconteceu algumas vezes, que essa zona estava compreendida numa região em que os vértices geodésicos ainda eram do tempo dos Generais Folque.

Então o problema complicava-se bastante, pois apesar desses trabalhos serem perfeitíssimos para a época em que foram realizados e com o material então existente, que era do melhor, hoje encontram-se fora das tolerâncias admitidas.

Tornou-se necessário, a partir da triangulação fundamental do País, já revista, estabelecer a rede geodésica secundária.

Uma vez estabelecida a rede e obtidas as suas coordenadas, realiza-se a cobertura aérea da zona, tendo em atenção as indicações já expostas.

B — TRABALHOS DE CAMPO

Temos a considerar estes trabalhos divididos em três períodos:

1) — Preparação;
2) — Execução;
3) — Conclusão.

1) — *Preparação*

Na preparação os trabalhos a executar são:

— Estudo, recolha, preparação e ordenação de dados técnicos que vão depois servir de base às operações de campo;
— Recepção, verificação e afinação do material topográfico;
— Recepção de pessoal auxiliar, dos solípedes ou viaturas para transporte, isto já no local do estacionamento da equipa.

Vamos detalhar cada uma destas.

Para o levantamento da carta militar, o estudo preliminar é feito na carta 1/50.000 ou 1/100.000.

Nesta carta, na folha correspondente à zona que se vai levantar, em geral uma folha da carta 1/25.000, são lançados os limites desta, para se verificar a situação dos vértices geodésicos existentes e se coincidem com os dados nas relações recebidas, pois estes são os elementos fundamentais do trabalho de levantamento.

É também recebida a colecção das fotografias aéreas da folha, em geral na escala aproximada 1/15.000 e às vezes na 1/20.000 impressas em papel mate, e tendo já marcadas as zonas dos pontos fotogramétricos a determinar.

Identificando as fotografias com a carta faz-se um esquema do mosaico fotográfico, onde se marca o número das fotografias e os pontos fotogramétricos e que serve depois como guia para o trabalho. Estuda-se também a posição dos centros populacionais a fim de escolher o local para o estacionamento da equipa.

Depois da recolha dos dados técnicos, passa-se à fase seguinte: Recepção, verificação, rectificação do material topográfico.

O material a receber é o seguinte:

Taqueómetro;
Mira;
Fita métrica;
Guarda sol;
Máquina de calcular;
Tabelas e impressos.

Procede-se à verificação deste material e fazem-se as rectificações do taqueómetro.

Em seguida parte-se para o local do estacionamento da equipa, onde se trata dos alojamentos para o pessoal e solípedes ou viaturas e estabelecem-se relações com as Entidades Civis e Guarda Nacional Republicana.

Tendo-se recebido o pessoal e solípedes são estes alojados em locais prèviamente escolhidos e o pessoal é instruído nos cuidados a ter nas suas relações com os civis, trato do material topográfico, arreios e solípedes.

2) — *Execução*

Na execução temos a considerar:

a) — Reconhecimento e sinalização dos vértices geodésicos e pontos auxiliares;
b) — Observação e cálculo da rede;

c) — Observação e cálculo dos pontos fotogramétricos;
d) — Reconhecimento e desenho das fotografias;
e) — Cadastro militar.

Passemos agora a detalhar cada um destes trabalhos:

a) — O primeiro trabalho a efectuar é o reconhecimento da zona de acção, tendo em atenção os vértices geodésicos, que devem ser identificados no terreno, bem como edifícios notáveis pelo seu porte ou localização e pontos predominantes, pois vão servir para adensar a rede geodésica existente.

Todos estes pontos devem ser sinalizados com mastros e bandeiras. Ao mesmo tempo devem fazer-se croquis ou fotografias desses vértices e uma descrição detalhada da sua configuração e localização a fim de se elaborar a rede auxiliar da artilharia.

b) — Uma vez sinalizada a folha, passamos à observação e depois ao cálculo desses pontos.

Na observação usam-se em geral, para a determinação das coordenadas, os processos de intercepção inversa conjugados com a directa, efectuando-se para cada vértice 2 leituras, *a directa progressiva e a inversa retrógrada.*

A intercepção inversa, é, como se lembram, o vulgo Pothenod, isto é, fazendo estação num ponto cujas coordenadas e cota desconhecemos, vamos determinar a sua posição pela observação de pontos de coordenadas e cotas conhecidas .

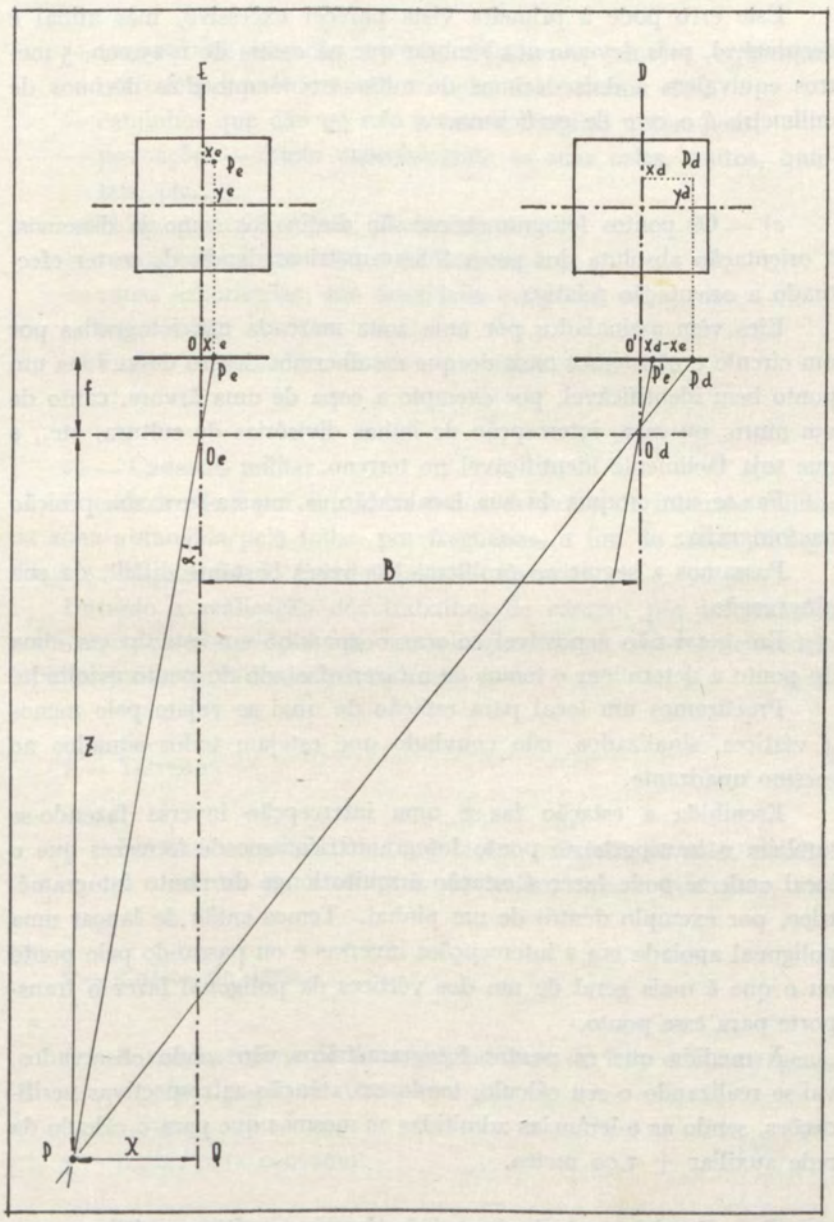
A intercepção directa é o problema inverso, estacionando em pontos cujas coordenadas e cotas conhecemos, vamos calcular a posição de um ponto que é observado de diversas estações.

É evidente que para as intercepções inversas nos bastava observar 3 pontos, mas é necessário observar mais, a fim de se poder fazer uma verificação das coordenadas e cotas determinadas.

Para a intercepção directa são necessárias 2 estações, mas pelas mesmas razões convém observar o ponto pelo menos de mais outras duas.

Resta-nos agora efectuar o cálculo das coordenadas desses vértices. Esse cálculo é feito à máquina, em impressos especiais, utilizando funções naturais, sendo vantajoso que o aparelho seja graduado em grados, pois o cálculo torna-se mais rápido.

Estes métodos de cálculo têm um rendimento de 3 vezes superior ao cálculo logarítmico.


E
D
xe
Pe
ye
xd
Pd
yd
O
xe
Pe
O'
xd-xe
P'e
Pd
f
Oe
Od
B
Z
P
X
Q

Quando se fazem as verificações do cálculo é preciso ter em conta as tolerâncias admitidas, que são para a escala a que se está a trabalhar de ± 1.00 metro.

Este erro pode à primeira vista parecer excessivo, mas afinal é desprezível, pois devemo-nos lembrar que na escala de 1/25.000, 5 metros equivalem a dois décimos de milímetro, e que dois décimos de milímetro é o erro de graficismo.

c) — Os pontos fotogramétricos são destinados como já dissemos, à orientação absoluta dos pares fotogramétricos depois de se ter efectuado a orientação relativa.

Eles vêm assinalados por uma zona marcada nas fotografias por um círculo e não temos mais do que escolhermos dentro dessa zona um ponto bem identificável, por exemplo a copa de uma árvore, canto de um muro, ou casa, intercepção de linhas divisórias de cultura, etc., e que seja fàcilmente identificável no terreno.

Faz-se um croquis da sua localização, e, marca-se a sua posição na fotografia.

Passamos a seguir ao problema, às vezes bastante difícil, da sua observação.

Em geral não é possível colocar o aparelho em estação em cima do ponto a determinar e temos de o fazer afastado do ponto escolhido.

Procuramos um local para estação do qual se vejam pelo menos 4 vértices, sinalizados, não convindo que estejam todos situados no mesmo quadrante.

Escolhida a estação faz-se uma intercepção inversa fazendo-se também o transporte ao ponto fotogramétrico; sucede às vezes que o local onde se pode fazer a estação é muito longe do ponto fotogramétrico, por exemplo dentro de um pinhal. Temos então de lançar uma poligonal apoiada em 2 intercepções inversas e ou passando pelo ponto ou o que é mais geral de um dos vértices da poligonal fazer o transporte para esse ponto.

À medida que os pontos fotogramétricos vão sendo observados, vai-se realizando o seu cálculo, tendo em atenção as respectivas verificações, sendo as tolerâncias admitidas as mesmas que para o cálculo da rede auxiliar ± 1.00 metro.

d) — Paralelamente à observação dos pontos fotogramétricos, realiza-se o reconhecimento das fotografias, em que todos os detalhes pla-

nimétricos devem ser reconhecidos e depois desenhados a tinta a cores, e com sinais convencionais.

Este reconhecimento que é da máxima importância, tem em vista:

— largura das estradas, aterros, desaterros, pontões, aquedutos, marcos quilométricos, arvorização das bermas, etc.;
— caminhos que dão ou não acesso a viaturas automóveis;
— povoações — muito especialmente as suas orlas, muros, quintais, etc.;
— valas, poços, arrozais, pântanos, etc.;
— casas, com a sua verdadeira orientação;
— zonas arborizadas, sua densidade e espécie, sebes, etc.;
— toponímia;
— limites de concelho, distrito, província, etc., etc.

e) — Cadastro militar.

O cadastro tem por fim obter todos os dados de interesse militar da zona abrangida pela folha, por freguesias, a fim de serem fornecidos à 4.ª Repartição do Estado-Maior do Exército.

Durante a realização dos trabalhos de campo, por informações colhidas e pela observação, vão sendo registados em caderno de modelo especial todos os dados relativos a:

1 — Terreno:

Formas, acessibilidade, vegetação, natureza do solo, possibilidades de aterragens de avião, minas existentes, etc.

2 — Cursos de água:

Largura, regime da corrente, natureza do leito e das margens, localização de vaus, etc.

3 — Águas para consumo:

Poços, fontes, nascentes, bebedouros, canalizações, depósitos, etc.

4 — Vias de comunicação:

Classificação das estradas, características, estado de conservação, locais de fácil destruição, etc., caminho de ferro — estações, cais, locais de fácil destruição, etc.

5 — Obras de arte:

Pontes, pontões, aquedutos, suas características.

6 — Povoações:

Principais centros populacionais, natureza das construções, possibilidades de acantonamento.

7 — Recursos locais:

Principais produtos da região — víveres, forragens, materiais de construção, etc.

8 — Factor humano:

Carácter e temperamento, sentimentos patrióticos, disciplina social, como aceitam o serviço militar, sentimentos religiosos, nível de vida, etc.

9 — Elementos diversos:

Fábricas, oficinas, etc.

3) — *Conclusão*

Uma vez terminados os trabalhos de campo, é organizado o respectivo processo e feito um relatório indicando a maneira como decorreram esses trabalhos.

As equipas recolhem à sede, sendo o pessoal e solípedes mandados recolher às respectivas Unidades.

São necessários, em média, 8 meses para uma equipa efectuar os trabalhos de campo relativos a uma folha.

C — TRABALHOS DE GABINETE

Nos trabalhos de Gabinete, temos a considerar as seguintes fases:

1 — Restituição;
2 — Desenho;
3 — Impressão.

1 — *Restituição*

A restituição da folha é feita, conforme o tipo de aparelho usado, ou nos aeroprojectores Multiplex Zeiss ou no Autógrafo Wild A6, sendo este último aparelho de um rendimento duplo do anterior.

A fadiga do operador é grande, pois tem de estar contìnuamente a observar o modelo óptico, pelo que a prática provou que passadas 5 horas ele já não está em condições de produzir um trabalho perfeito.

Trabalha-se por turnos de 4 horas, um operador e um ajudante, e em trabalho contínuo no Autógrafo Wild, uma folha leva cerca de 8 dias a ser restituída.

A matriz é colada numa prancheta de alumínio a fim de se evitarem os erros provenientes da dilatação do papel e do empenamento da prancheta.

Os trabalhos pròpriamente de restituição já foram anteriormente explicados.

2 — *Desenho*

Depois de restituída a folha é enviada ao desenhador que em face das fotografias e na matriz que vem da restituição desenhada a lápis, a cores, vai desenhar a tinta e nas cores correspondentes, todos os detalhes.

É de notar que o desenhador é uma das peças fundamentais deste trabalho, pois quando não souber interpretar qualquer detalhe deve consultar o topógrafo, a fim de poder tirar as possíveis dúvidas que lhe tenham surgido.

O desenho de uma folha leva cerca de um mês.

Depois do trabalho pronto, o topógrafo faz uma revisão do desenho, comparando-o com o das fotografias, tendo especial atenção com a toponímia pois sucede muitas vezes, o desenhador escrever o nome, de um casal, por exemplo, junto a uma casa e esse nome referir-se a outra.

3 — *Impressão*

A impressão é feita pelo processo fotolitográfico, ou seja, tira-se uma fotografia da matriz à escala, e passa-se esta para as pedras litográficas (pedra calcárea de grão e contextura especial). Em seguida desenha-se em cada pedra a parte correspondente a cada cor. Teremos assim 5 pedras correspondentes às 5 cores em que é impressa a folha.

A impressão é uma operação difícil em que se têm de manter na oficina a temperatura e a humidade constantes por causa da dilatação do papel.

A folha vai 5 vezes à máquina de impressão.

O papel, como se está a ver, não pode dilatar, e tem de ser bem centrado, empregando-se para isso marcas ou meios de referência muitíssimo rigorosos, pois de outro modo os detalhes de cada cor não são impressos na sua verdadeira posição.

Uma vez preparadas as pedras, tiram-se provas que são revistas pelo desenhador.

Depois faz-se a edição.

Este trabalho leva cerca de 2 meses.

D — ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO

1 — *Armazenagem*

Os exemplares de cada folha são guardados em local seco, não sujeito a variações de temperatura e humidade.

O armazém funciona com um sistema de fichas de modo a poder-se saber em qualquer momento qual a quantidade de exemplares de cada folha existentes.

2 — *Distribuição*

Em tempo de paz a distribuição das folhas faz-se através dos Serviços Cartográficos do Exército.

Em campanha o comando de Engenharia é o responsável pela obtenção, armazenagem e distribuição, e a 2.ª Repartição do Quartel General orienta e fiscaliza essa distribuição.

Nas pequenas Unidades o oficial de informações é o responsável pela obtenção, armazenagem e distribuição das folhas.

Na Grande Unidade ao fazer-se o planeamento das operações, faz-se também na 2.ª Repartição o planeamento das necessidades em folhas tendo em atenção:

a) — Área a cobrir;
b) — Escalas adequadas;
c) — Dotação inicial;
d) — Necessidades de substituição.

Na área a cobrir, a 2.ª Repartição tem de coordenar a sua acção com a 3.ª e com o Comando da Engenharia, tendo em vista as escalas adequadas para o tipo de missão e as características de cada escalão, determinando o número de exemplares da dotação inicial e necessidades de substituição.

A título informativo, para uma operação normal de divisão, são necessários 1.400 exemplares de cada folha para a dotação inicial, assim distribuídos:

Q. G.	300
R. I.	600
Art. Div.	300
Esq. Rec.	50
Bat. Eng.	50
G. C. C. D.	100
Total	1.400

Normalmente, em campanha, os Serviços Cartográficos terão equipas móveis de impressão, que trabalham no Escalão exército e que produzem as folhas a uma ou duas cores. É uma impressão muito rápida e que permite manter os níveis dos depósitos.

Como estão organizados os novos Serviços Cartográficos a sua produção anual não podia ser superior a 35 folhas por falta de pessoal especializado, e tendo em atenção que é necessário cerca de um ano, a partir do início dos trabalhos de campo para pôr uma folha em circulação.

IV — Conclusão

De tudo o que dissemos, podemos verificar que para se poder realizar um levantamento desta natureza é necessária uma organização bastante eficiente, pois os meios a mover são muitos e diferentes.

O pessoal tem de estar devidamente treinado para se poder tirar rendimento e tem de ser tècnicamente honesto, pois de outro modo, começam a surgir atritos entre as diversas peças que compõem esta complicada máquina.

Quantas vezes olhamos para uma folha e dizemos: isto aqui está errado! Vamos logo ver quem foi o autor do erro, o nome dele vem na legenda, mas esquecemo-nos de que essa folha passou por muitas mãos e que muitas vezes não é dele a culpa mas sim de outros, ou que se repararmos bem na data da edição, essa folha já passou a sua idade, pois está velha.

(Uma folha está velha quando passam 10 anos após a sua publicação).

Espero que este trabalho, apesar de longo, vos tenha relembrado alguns assuntos já esquecidos e que quando pegardes numa folha, possais apreciar os trabalhos e canseiras que ela deu antes de ser editada.

Hipismo

SUMÁRIO

Hipismo

Ten.-Coronel Correia Barrento

Concursos Hípicos Internacionais e Nacionais de 1957

Crónica pela E. M. E.

HIPISMO

pelo Ten.-Cor. CORREIA BARRENTO

Pedem-nos um artigo para a *Revista da Cavalaria*.

Embora sem dotes para o fazer, temos procurado sempre transmitir, àqueles com menos prática, alguns ensinamentos que fomos adquirindo com a experiência, e assim, escrevemos vários artigos sobre Equitação para esta Revista.

Esses artigos nada diziam de novo mas tinham, contudo, o fim de relatar um trabalho real e honesto, procurando apontar os prós e contras dos sistemas que seguíamos.

Assim, fomos dando a nossa modesta colaboração em prol do hipismo até que uma polémica desagradável e injusta nos levou a não tornar a escrever sobre esse assunto.

Não podemos, porém, deixar de responder ao novo apelo feito pela *Revista da Cavalaria* e, pondo de parte sentimentos pessoais, eis-nos novamente a falar sobre Equitação.

Equitação clássica e provas de ensino

a) — **Equitação Clássica.**

Não se modificaram, com a moderna utilização dos cavalos, os princípios básicos da Equitação, os quais são bem claros nas obras dos Grandes Mestres, podendo-se apenas discutir os métodos seguidos por Este ou Aquele.

A aplicação do cavalo e, portanto, as exigências da equitação, é que se transformaram profundamente, aparecendo variadíssimos métodos

destinados ao aproveitamento do cavalo na exploração da equitação larga que hoje se pratica correntemente.

A adaptação da equitação clássica ou antiga às exigências actuais tem sido muito discutida, chegando-se por vezes a afirmar que uma é antagónica da outra.

Terá fundamento esta afirmação?

Quanto a nós — não — podendo, contudo, serem praticadas separadamente.

A equitação larga está ao alcance de todos aqueles que tenham a coragem para a enfrentar e não a devemos pôr de parte na procura do desembaraço e gosto pelo perigo, tão necessários como úteis, nos quadros do Exército.

Mesmo neste ramo não devemos abandonar a questão artística que facilita e embeleza o aproveitamento do cavalo, especialmente na equitação desportiva mais praticada actualmente — o percurso de obstáculos —.

Fácil é aproveitar um cavalo em provas de obstáculos, desde que ele salte e mais ainda se ganhar prémios.

Se, porém, os cavaleiros tiverem conhecimento e prática da equitação artística, obterão, certamente, e com elegância maior e melhor número de classificações.

Hoje em dia os nossos cavaleiros não praticam a equitação artística.

Quais as razões?

Julgamos ser a carência de estímulo, a que mais adiante nos referiremos, e ainda o facto desta modalidade equestre ser a mais ingrata, impondo-se apenas pelos cavalos apresentados, fruto das qualidades e conhecimentos dos seus cavaleiros ou acção profícua de mestre competente.

A equitação clássica requer um cavalo com boa conformação e sangue, apto a corresponder às grandes exigências consequentes deste trabalho especializado.

Nem todos os cavalos servem para a equitação prática e, discordando da opinião corrente que afirma ser a equitação artística uma exploração e aperfeiçoamento dos andamentos naturais do cavalo, reconhecemos que dada a preponderância do cavalo de corridas, caiu-se em demasia no tipo longilíneo, perdendo-se, assim, a conformação necessária à elevação dos andamentos imposta na equitação clássica.

Esta diferença de conformação fácil é constatá-la, observando as gravuras antigas que não constituem fantasia do homem, mas sim, realidade transmitida à tela pelo espírito artístico dos seus autores.

Ora como não dispomos de cavalos com conformação própria para esta espécie de trabalho, necessário se torna ginasticá-los e musculá-los de forma a poderem suportar, sem fadiga, as exigências daquela equitação.

Expostas estas ideias gerais, entremos no tema «Provas de Ensino».

b) — **Provas de Ensino.**

Pareceu-nos conveniente abordar este assunto por sabermos que alguns dos nossos cavaleiros têm conhecimentos e prática para se dedicarem à equitação académica, como o têm demonstrado em vários cavalos apresentados em provas de ensino. Além disso, constatamos haver um certo número de cavaleiros mais novos, com grande intuição e que, por certo, obteriam resultados valiosos dedicando-se a este ramo de desporto hípico, desde que sejam estimulados e bem orientados.

Antes, porém, de entrarmos abertamente no assunto «Provas de Ensino» recordemos o passado...

Os nossos cavaleiros só têm concorrido às provas de ensino olímpicas e, portanto, sempre em grande desvantagem em relação aos outros concorrentes que as precedem de várias provas de ensino internacionais.

Contudo, mesmo neste ambiente, conseguimos, nas olimpíadas de Londres, em 1948, um honroso 3.º prémio por equipas. Em 1952, nas olimpíadas de Helsínquia, concorremos, novamente, com uma equipa de três cavaleiros, composta de dois conjuntos (cavaleiro-cavalo) que já tinham participado em Londres e de outro que concorria de novo. Nesta competição, como se sabe, fomos muito menos felizes o que, quanto a nós, se deve atribuir ao facto do programa ser muito mais exigente e também por o nosso melhor cavalo, e que concorria de novo, ter sido muito depreciado devido à sua «pouca presença» (pequeno com andamentos acanhados), apesar da sua magnífica e correcta prova (a melhor transmissão da passage ao piaffer e vice-versa entre todas as apresentações).

Nas últimas olimpíadas, as de Estocolmo, em 1956, concorremos apenas com um cavalo — *Feitiço* — que já tinha participado em Londres e Helsínquia, montado então por outro cavaleiro, tendo obtido o 12.º lugar entre 36 concorrentes.

Visto assim o passado, a traços largos, encaremos agora o futuro.

Estamos a dois anos das olimpíadas de Roma e se a elas pretendemos concorrer como julgamos conveniente e talvez possível, é altura

de se pensar no assunto a sério, especialmente na preparação dos representantes.

Como se poderia conseguir?

Entregando o mais ràpidamente possível alguns cavalos com possibilidades para ensino a cavaleiros de reconhecidas e comprovadas qualidades.

Porém, dado o pouco tempo de que se dispõe, só o julgamos possível se esses cavalos já estiverem em estado de participar em provas médias de ensino, facto que em nada desmereceria o valor equestre dos seus novos cavaleiros.

Sabemos que esses cavaleiros escolhidos trabalhariam com o maior interesse e que, tendo ocasião de participar em várias provas, isso constituiria simultâneamente um estímulo e uma compensação para o seu trabalho.

Estamos certos também que as comissões organizadoras dos concursos hípicos poderiam incluir nos seus programas essas provas de ensino desde que lhes fosse dado auxílio, pois, só por si, não poderão suportar esse encargo.

Convinha, pois, elaborar os programas desses concursos de ensino de maneira a que fossem disputadas provas simples, conjuntamente com outras de maiores exigências (o grande prémio de ensino inclusive) destinadas aos diversos cavalos conforme o seu estado de adiantamento.

Deve ser dado especial relevo a esta última por representar a finalidade máxima do ensino, a de maiores aspirações para os cavaleiros e, ainda, por ser aquela que tem de se cumprir nas olimpíadas.

Entregues os cavalos e organizadas as provas torna-se necessário valorizar o trabalho dos cavaleiros, premiando sòmente os cavalos bem ensinados (que atinjam determinada pontuação) e eliminando os que não progridam após várias apresentações, para que o ensino seja mantido no alto nível a que tem direito.

Estas competições não só entusiasmam e estimulam os cavaleiros mas também servem como meio de selecção para a representação olímpica e, em ensino, não conhecemos outros processos de escolha.

Se os resultados obtidos nestas competições forem satisfatórios e alguns cavaleiros mostrarem condições para concorrer às olimpíadas, haveria toda a vantagem em que participassem em concursos internacionais de ensino, para os habituar ao respectivo ambiente e torná-los conhecidos dos Membros dos Júris e do meio internacional de ensino.

Entre nós não se têm realizado provas de alta escola porque não há o número mínimo de quatro cavalos inscritos, número este estipu-

lado pelas comissões organizadoras dos concursos hípicos, em sua própria defesa.

Com esta determinação são muito prejudicados os concorrentes porque não têm provas e só têm conhecimento da impossibilidade da sua realização no próprio concurso depois de deslocados os cavalos, obrigando-os a um trabalho e preocupação constantes durante o período do concurso, sem qualquer compensação.

De facto, não há concorrentes porque não têm provas para disputar e sem este estímulo só um ou outro «carola» se dedica a um ramo de equitação que implica muito trabalho, bastantes conhecimentos, longa prática e alguma intuição.

Concretizando, podemos esclarecer que em 1957 realizaram-se no nossos País, as seguintes provas de ensino:

— No Concurso Hípico Militar de Mafra, uma prova de Alta Escola e uma de Equitação Superior;
— Em alguns concursos hípicos uma prova de ensino com o programa do campeonato ou, excepcionalmente, o de Equitação Superior;
— Anunciadas nos Concursos Hípicos de Guimarães e Pedras Salgadas provas de Alta Escola que não se realizaram por não haver o mínimo de 4 cavalos inscritos.

No Estrangeiro, durante o ano de 1957, temos conhecimento da realização de bastantes provas de ensino, entre as quais citamos, as abertas a cavaleiros estrangeiros nos C. H. I. O. de Berlim, Dortmund, Aix-la-Chapelle, Roterdam e várias nacionais organizadas em França.

Em quase todos os Concursos Internacionais indicados foram organizadas quatro provas simples e as de «Saint George» e «Grande Prémio de Ensino», com a participação de mais de vinte e de doze concorrentes, respectivamente, com a presença de ingleses, franceses, romenos, suíços, suecos, jugoslavos e alemães.

Nos concursos de ensino realizados na Alemanha os quatro primeiros prémios, de todas as provas, foram ganhos pelos mesmos cavalos, todos alemães, devido ao seu bom estado de ensino e por o programa não proibir a participação do mesmo cavalo em todas as provas.

Julgamos interessante terminar, transcrevendo a opinião do Coronel Challan Belval, oficial francês, membro dos júris de quase todos esses concursos e que notamos estar de acordo com a nossa ideia no que respeita à organização e preparação destas provas.

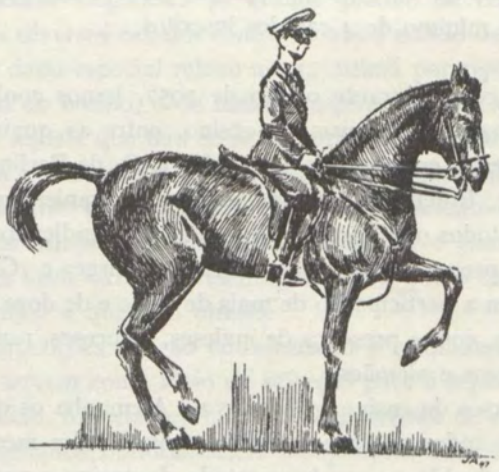
«L'Allemanhe nous parait posseder actuellement une pèpinière de chevaux et de cavaliers ou de cavalières jeunes qui lui permet d'aborder sans inquiètude les grandes compétitions internationales de dressage à venir. Les progrès depuis Aix-la-Chapelle el Thun sont considérables.

C'est la consequence logique et justifiée de l'intérêt intelligent porté au dressage, considéré ici *comme base première et indispensable* de toute equitation, quel qu'en soit l'object.

La multiplicité des compétitions à provoqué celle des concurrents tentés et encouragés par le nombre d'épreuves à disputer.

Pour se bien classer, ceux-ci ont dû travailler. Or, le travail est à l'origine des progrès, et la sélection s'opère ainsi automatiquement, parmi les cavaliers comme parmi les chevaux.

La méthode a porté ses fruíts. Le resultat est concluant».



CONCURSOS HÍPICOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE 1957

* Crónica pela E. M. E.

O CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL DE NICE

Não faltando à tradição, a equipa portuguesa foi um ano mais até Nice.

Chefiada pelo Excelentíssimo Tenente-Coronel Fernando Paes, e composta pelo Capitão Callado com *Martingil* e *Caramulo*, Capitão Duarte Silva com *Goldanger* e *Martinete*, Capitão Mathias com *Granada* e *Truksa*, Capitão Neto de Almeida com *Jacaré* e *Impecável* e Capitão Sabbo com *Licorne* e *Panóplia*, a nossa embaixada desportiva mais um ano a juntar a outros, deixou bem colocado o nome de Portugal.

Este ano o concurso esteve concorridíssimo.

Nada menos que Irlandeses, Italianos, Ingleses, Holandeses, Espanhóis, todas as estrelas da constelação francesa, à excepção de D'Oriola, a nossa equipa e ainda alguns concorrentes individuais.

Os Irlandeses mantiveram-se no nível de Lisboa:

Nada progrediram e até os debutantes da equipa nos pareceram de categoria inferior aos Barrys!

Os cavalos continuam a ser aqueles saltadores extraordinários que também já conhecíamos.

* Escola Militar de Equitação.

Os Italianos apresentaram-se com 3 cavaleiros novos. Fausto Puccini, mais experiente, possui um irlandês, *Celebration*, que deu nas vistas.

O p. s. i. *Nelson*, de Sorbi, agradou sobreforma pelas faculdades e estilo demonstrados.

Chefiadas por Leewlyn, os Ingleses levaram uma equipa mista: Palethorpe e Moss, as famosas cavaleiras tinham como companheiros Willians e Barnes, um jovem de pouco mais de 18 anos, cheio de sentimento.

Palethorpe esteve enorme, firmando os seus créditos durante todo o concurso e culminando com uma vitória na potência, já a 2 metros.

Os Holandeses, que viamos pela primeira vez, não foram felizes. Orientados pelo Capitão Grupellar possuem um lote de cavalos, com base nos alemães que agradou sobreforma.

Os Espanhóis, sobejamente nossos conhecidos, levaram este ano uma equipa de gente moça. Pepe Bohorques marcou uma posição muito interessante acabando por ganhar com o seu *Michoacano* o «Grande Prémio».

De resto, a equipa esteve em pleno com Seoane que triunfou no «Prix de Monaco», Alonso, Figueiroa que ganhou o «Grand Prix de France» e Dominguez em verdadeira forma.

Os Franceses começaram em grande estilo.

Imbatíveis ao cronómetro, Du Brucil, Lefrant, Fombelle, D'Orgeix e Mme. Savon forneceram-nos percursos de muito sabor.

No entanto, verificou-se uma quebra da equipa nas provas de força.

Ausência de cavalos de poder? Excesso de preparação para provas ao cronómetro?

Só Mlle. Chanhaux com a sua extraordinária *Etincelle*, se revelou na «Potência» onde foi até aos 2 metros e se quedou 2.ª ex-aequo com o Capitão Callado.

A nossa equipa esteve regularíssima, do primeiro ao último dia, tendo vindo sempre a subir de forma e terminado com a apetecida vitória na «Taça das Nações», a confirmar uma vez mais, a juntar a tantas, que só a falta de cavalos para discutir os primeiros lugares individuais aos «cracks» que há em todas as equipas, nos impede de ganharmos mais provas, porque nos de equipa em que a regularidade dos percursos e a homogeneidade de valores é primordial, nessas, o nome de Portugal, aparece sempre nos postos de honra, o que mais uma vez se verificou no magnífico concurso de Nice.

CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL OFICIAL DE ROMA

Após 18 anos de interregno a equipe equestre portuguesa voltou a Roma! E ainda bem que voltou pois a visita que a equipe italiana nos tinha feito em 1954 precisava de retribuição. Assim, temos esperanças de ver outra vez aquela equipe no Concurso de Lisboa do próximo ano.

O Campo de Piazza di Siena é de uma leveza encantadora. Rodeado pelo arvoredo da Villa Borghesi, que lhe empresta a sua frescura, apresenta um piso que satisfaz, embora não seja daqueles em que nos ficam os olhos. A relva não é muito abundante e, se não forem os pitons, arriscamo-nos a algum escorregão de respeito. E isto aconteceu a D'Orgeix na «Taça das Nações»...

Os obstáculos com varas muito finas que não impõem respeito ao cavalo, verticais absolutamente direitos e rias com as varas à mesma altura, sem marcação alguma (chegamos a saltar várias vezes uma ria com um murosito no meio que lhe dava uma carcação... negativa), tornam a monte difícil pois exigem uma precisão na batida que não é fácil de conseguir.

E só assim se explica que não apresentando as provas obstáculos de dimensões exageradas a percentagem de percursos sem faltas seja bastante pequena.

O público romano, que encheu completamente as tribunas daquele maravilhoso campo, merece uma referência especial, pois o seu entusiasmo é de assinalar.

Sempre atento ao desenrolar das provas, seguindo com interesse os percursos de todos os cavaleiros, mostrou que ali o concurso hípico não é apenas uma reunião mundana, mas um espectáculo de que verdadeiramente se gosta.

Quando chovia e se abriam guarda chuvas logo se ouviam protestos de pessoas que diziam não ter vindo ali para ver chapéus abertos...

Assim está certo!...

Sete equipes se apresentaram a disputar este concurso, além dos concorrentes italianos: Camboja (2 cavaleiros), França, Inglaterra, Irlanda, Holanda, Polónia e Portugal.

Os concorrentes de Camboja mostraram um nível bastante baixo, tendo feito poucos progressos nos últimos 5 anos.

A equipe francesa enveredou nìtidamente pela especialidade das provas de velocidade, fazendo os seus componentes verdadeiras lou-

curas na luta contra o tempo. Basta dizer que no «Prémio Viminale», em que cada concorrente montava 2 cavalos, conseguiram classificar-se nos 4 primeiros lugares, fazendo 8 percursos sem faltas, e o 5.º componente ficou em 7.º com um percurso limpo e outro com 1 toque. Portanto, em 10 percursos deram apenas 1 toque e com tempos que lhes permitiram obter aquelas classificações. Mas nas provas fortes (tipo potência, grande prémio ou taça das Nações) desapareceram das classificações principais pois os seus cavalos habituados àquelas correrias não corresponderam quando os obstáculos subiram.

As equipes inglesa, irlandesa e holandesa mostraram-se iguais a si mesmas apresentando-se bem, dentro do nível em que normalmente actuam.

Para nós, a grande novidade do concurso era a equipe polaca. Sabendo que «noutros tempos» se apresentava bem e que o nível equestre desse país era apreciável, estavamos com interesse em observar como os seus cavaleiros se comportavam, nesta sua primeira saída para o estrangeiro, depois da guerra. Dos cavalos apenas dois pareceram de classe. Os cavaleiros, como era natural depois de tantos anos sem contacto internacional, mostraram- se abaixo do nível das outras equipes de mais nomeada.

Com os cavalos pouco controlados e hesitantes na abordagem dos obstáculos, mostraram-se contudo capazes de progredir se trabalharem com vontade para recuperar o tempo perdido.

Os italianos possuem um grupo de cavalos e cavaleiros que honra bem as suas tradições equestres. À cabeça de todos esteve o Capitão Raimondo d'Inzeo com o seu famoso *Merano*. Não nos podemos esquecer como no «Grande Prémio» estando à cabeça o Capitão Salvatore Oppes com o rapidíssimo *Pagoro*, nossos conhecidos, entrou em pista e jogando tudo por tudo, com uma segurança e harmonia incomparáveis, bateu aquele conjunto por 6 segundos. Percurso inesquecível de beleza e arte.

Oppes e *Pagoro* estiveram bem.

Piero D'Inzeo um pouco apagado.

A equipe portuguesa não pôde contar com todos os seus elementos pois *Martingil* adoeceu, *Martinete* desapareceu e *Caramulo* atravessou uma baixa de forma de que só se veio a recompor no último dia em que, com um bom percurso, conquistou um segundo lugar.

Mas os restantes cavalos deram luta e a presença dos nossos cavaleiros na pista, durante a distribuição dos prémios de todas as provas disputadas, marcou a presença de Portugal na cidade eterna.

As nossas melhores classificações (4 segundos prémios) deveram-se: 2 a *Jacaré* na potência e na prova reservada aos cavalos classificados até 3.º nas provas anteriores, 1 a *Caramulo* no «Prémio Gianicolo» e 1 a *Panóplia* na prova de eliminatórias sucessivas.

Dos restantes cavalos todos se classificaram somando um total de 19 prémios, o que mostra que a representação portuguesa que tomou parte neste concurso, se comportou de maneira a não deslustrar a consideração de que Portugal goza no estrangeiro como nação onde a equitação de obstáculos atingiu um nível capaz de se comparar com as mais fortes neste ramo do desporto equestre.

CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL OFICIAL DE LISBOA

O nosso Concurso de Lisboa teve este ano o grande atractivo da presença de duas equipes que, sendo de grande valor, ainda não tinham sido vistas entre nós: as equipes da Alemanha e do Brasil.

A alemã vinha aureolada da fama que lhe dá os nomes de Thiedemann e Winkler, dois astros de primeira grandeza do firmamento hípico internacional. E se alguma desilusão o público lisboeta teve, foi apenas de não poder apreciar *Halla*, a famosa égua de Winkler, com a qual conquistou os títulos olímpicos e 2 vezes o do mundo, pois o que viu não o pode ter desiludido.

Mas Thiedemann foi o nome máximo do concurso com *Meteor*, *Godwind* e *Finale*, três animais de extraordinária categoria, e com os quais conquistou algumas das principais provas do concurso, entre elas o «Grande Prémio».

Winkler não o pôde acompanhar pois teve um cavalo doente e *Nakiri* ainda se encontra bastante novato para provas deste género e, devemos dizê-lo, não nos pareceu que o grande cavaleiro o tivesse explorado da melhor maneira.

Lutke, Westhues e Buchwald acompanharam bem a equipe e contribuiram para os seus resultados de conjunto.

A equipe brasileira esteve abaixo do seu melhor, pois os seus cavalos chegaram apenas na véspera do concurso por ter sofrido um atraso considerável o seu transporte de barco, atraso este motivado por forte temporal no Atlântico.

E assim, a prolongada imobilidade a que estiveram sujeitos e a falta de tempo para retomarem a forma, motivou a baixa de que se ressentiram.

Mas mesmo assim Eloi de Menezes, Renylto Ferreira e Nelson Pessoa Filho ainda nos mostraram do que são capazes, em especial o último com a sua vitória na «Caça».

A equipe espanhola apareceu-nos este ano sem os seus consagrados. Constituiam-na os já nossos conhecidos Lopes Quezada, Alonso Martin,

Fritz Thiedemann montando o cavalo «Finale» *em que ganhou o «Grande Prémio» do Concurso Hipico Internacional Oficial de Lisboa*

Dominguez e o novo Perez Seoane. A sua actuação, sendo boa, não teve o brilhantismo doutros tempos.

Com estas equipes aureoladas de fama, o público correspondeu aos sacrifícios dos organizadores e foi num ambiente de entusiasmo que se foram disputando as várias provas, ambiente este que nos fez sonhar que o entusiasmo que o público português tem pelas coisas hípicas não morreu de todo.

Terá sido sonho ou realidade?

Será o público que não gosta de cavalos ou serão as organizações que não interessam o público?

As várias provas foram disputadas de maneira impressionante e se Thiedman viu os seus esforços coroados de êxito, bastantes vezes não foi

sem luta, luta cerrada, que o conseguiu, luta essa que na realidade mais enalteceu o valor do grande cavaleiro alemão.

E assim na «Omnium» foi o binómio Sabbo *Licorne* que se impôs, na «Caça» Nelson Pessoa Filho *Copacabana*, na «Turf» Callado *Caramulo*, na «Regularidade» Mano *Granja*, nas «Parelhas» Thiedman-Westhues e nas «Dificuldades» e «Grande Prémio, Thiedman.

A equipa alemã, vencedora da «Taça das Nações» do Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa

Na «Taça de Ouro» a superioridade da nossa equipe em relação à espanhola foi esmagadora. A atestá-lo o resultado: Portugal 4 pontos; Espanha 36.

A «Taça das Nações», com que fechou este belo concurso de Lisboa, terminou, como não era difícil de prever, pela vitória das cores alemãs que, com a regularidade com que vinha a actuar, merecia, na realidade, incontestàvelmente, esse triunfo.

RESULTADOS

Prova «Secretariado Nacional da Informação»

(Omnium)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0 0 0,52-4
2.º	Cap. Ferreira Cabral	*Grã Duquesa*	0 0 0,56
3.º	Hans G. Winkler	*Fahnenjunker*	0 0 1,03-2

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
4.º	Fritz Thiedemann	*Finale*	0 4	0,49-3
5.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0 4	0,49 4
6.º	Fritz Thiedemann	*Meteor*	0 4	0,50-1
7.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0 4	0,52
8.º	Magnus v. Buchwaldt	*Tabitha*	0 4	0,53
9.º	Alfons L. Westhues	*Hardenberg*	0 8	0,52-3
10.º	Fritz Thiedemann	*Godewind*	0 8	0,54-3
11.º	Maj. Renyldo Ferreira	*Bibelot*	3 1/4	1,41
12.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	4	
	Peter Robeson	*Craven A*	4	
	Cap. Álvaro Sabbo	*Cafoné*	4	
	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	4	
	Ten. Perez Seoane	*Baden*	4	
	T. C. Elói Menezes	*Black Tie*	4	
	Cap. Alonso Martin	*Brise Brise*	4	
	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	4	
	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	4	
	Com. Lopez Hierro	*Amado Mio*	4	
	Alfons L. Westhues	*Ala*	4	
	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	4	
	Cap. Alonso Martin	*Incierto*	4	
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	4	
	Hans G. Winkler	*Nakiri*	4	

Prova «Turf Club»

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	1,05-2
2.º	Magnus v. Buchwaldt	*Tabitha*	0	1,05-3
3.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	0	1,15
4.º	Maj. António Spínola	*Achiles*	0	1,18-2
5.º	Hans G. Winkler	*Nakiri*	4	1,00-3
6.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4	1,04-4

Prova «Federação Equestre Portuguesa»

1.º	Fritz Thiedemann	*Finale*	0 0	0,45-4
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0 0	0,57
3.º	C. Lopez Quesada	*Tapatio*	0 0	0,57-3
4.º	Fritz Thiedemann	*Meteor*	0 4	0,47-4
5.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0 4	0,51-4
6.º	Alfons L. Westhues	*Ala*	0 4	0,53-2
7.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0 8	0,51-2
8.º	Com. Lopez Hierro	*Amado Mio*	0 8	0,52
9.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0 D	

Prova «Direcção Geral dos Desportos»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Alfons Westhues Friz Thiedemann	*Ala*	000	0,39
2.º	Com. D. Manjon Ten. Perez Seoane	*Mister B* *Vimont*	004	0,39
3.º	Alfons Westhues Magnus Buchwaldt	*Hardenberg* *Flugwind*	004	0,39-1
4.º	Ten. João Sequeira Ten. Pereira Coutinho	*Heleboro* *Nacional*	00	1,05
5.º	Cap. Henrique Callado Cap. Jorge Mathias	*Goldanger* *Lanceiro*	07	1,13-2

Taça de «Ouro da Península»

1.ª Portugal	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	7-4	1,17-4
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0-0	1,23
	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0-0	1,20
	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0-4	1,22-2

Prova «Capitão José Beltrão»

(Caça)

1.º	Sr. Nelson Pessoa Filho	*Copacabana*	1,05-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	1,09
	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	1,09
	Sr. Nelson Pessoa Filho	*Cyrano*	1,09
5.º	Cap. António Romeiras	*Febus*	1,14-1
6.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	1,14-3
7.º	Fritz Thiedemann	*Meteor*	1,16-2
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	1,16-2

Prova «Ministério do Exército»

1.º	Fritz Thiedemann	*Finale*	0 0	0,32-3
2.º	Ten. Perez Seoane	*Baden*	0 4	0,34
3.º	Sr. Nelson Pessoa Filho	*Relincho*	0 4	0,34-3
4.º	Cap. Lopez Quezada	*Tapatio*	0 4	0,36-4
5.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 4 1/2	0,37-3
6.º	Cap. Pereira de Almeida	*Palpite*	1 1/2	

Prova «Juventude»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Anne Marie Teisseire	*Ousada*	16 1/2	1,26-1
2.º	Filipe Malta da Costa	*Bambu*	0	1,05-4
3.º	Joaquim P. Fernandes	*Jumarte*	3	1,07-2
4.º	Sanches Osório	*Nico*	3	1,19-4

Prova «Câmara Municipal de Lisboa»

(Grande Prémio)

1.º	Fritz Thiedemann	*Finale*	0 0
2.º	Fritz Thiedemann	*Meteor*	0 1/4
3.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0
4.º	Com. Dominguez Manjon	*Mister B*	1/4
5.º	Cap. António Romeiras	*Febus*	4
	Cap. Alonso Martin	*Incierto*	4
	Cap. Lopez Quezada	*Tapatio*	4
	Fritz Thiedemann	*Godewind*	4
	Com. E. de Los Monteros	*Frantillack*	4
	Cap. António Romeiras	*Vénus*	4
	Magnus Buchwaldt	*Tabitha*	4
12.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	4 1/4

Prova «Coronel Jara de Carvalho»

(Ensino)

1.º	Maj. Reymão Nogueira	*Red Robin*	111,2
2.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Albatroz*	130
3.º	Maj. Reymão Nogueira	*Brown Lace*	142

«Prémio de Honra do Concurso»

Fritz Thiedemann

Taça «Coronel Helder Martins»

Cap. Henrique Callado

Taça «General Vieira da Rocha»

Cap. Henrique Callado *Caramulo*

Taça «*General Manuel Latino*»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
	Fritz Thiedemann	*Finale*	

Prova «*Equipagem de St. Huberto*»

1.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	44	3,00
2.º	Fritz Thiedemann	*Meteor*	43	1,33-1
3.º	Sr. Nelson Pessoa Filho	*Cyrano*	42	1,33-4
4.º	Fritz Thiedemann	*Godewind*	41	1,36-1
5.º	Cap. Pereira de Almeida	*Palpite*	38	1,33-2
6.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	37	1,23
7.º	Cap. Lopez Quezada	*Etoile*	37	1,33-1
8.º	Com. Lopez de Hierro	*Amado Mio*	35	1,24-4

Prova «*General Craveiro Lopes*»

(Taça das Nações)

1.ª Alemanha	Alfons L. Westhues	*Ala*	4	0	11
	Hans G. Winkler	*Fanhenjunker*	4	4	
	Magnus v. Buchwaldt	*Tabitha*	7	3	
	Fritz Thiedemann	*Finale*	0	0	

CONCURSO HÍPICO NACIONAL DE LISBOA

RESULTADOS

Prova «*Júniores*»

1.º	Luís Bagulho	*Napista*	0	0	0,40-2
2.º	Manuel Malta da Costa	*Bambu*	0	0	0,42
3.º	José C. Carvalhosa	*Adular*	0	4	0,38-2

Prova «*Inauguração*»

1.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	0	0	0,44
2.º	Ten. A Pereira Coutinho	*Cachito*	0	0	0,44-2
3.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0	0	0,47-2
4.º	Ten. Gabriel Dores	*Granito*	0	4	0,40-3
5.º	Sr. Rui d'Orey	*Que Infeliz*	0	4	0,41-3

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	e	Tempo
6.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0 4		0,50-3
7.º	Sr. Nuno Botelho	*Kinga*	0 4		0,52-1
8.º	Sr. Paulo Ribeiro Teles	*Bhim*	0 7	1/2	1,12-3
9.º	Ten. Ricardo Durão	*Cantil*	0 8		0,42

Prova «*Habits Rouges*»

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	1,15-1
2.º	Sr. Rogério de Macedo	*Dinar*	0	1,18-3
3.º	Dr. Sousa Pereira	*Fellow*	4	1,07-3
4.º	D. Henrique de Mendia	*Colibri d'Or*	4	1,10-2
5.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	4	1,19-1

Prova «*Diana*»

1.º	Anne Marie Teisseire	*Campista*	4	1,01-2
2.º	Anne Marie Teisseire	*Ousada*	4	1,05-4
3.º	June Hatherly	*Fidalgo*	16	1,01-2

Prova «*Omnium*»

1.º	Cad. A. Correia Barrento	*Pardal*	0 0		0,43
2.º	Alf. Pimenta da Gama	*Cigano*	0 0		0,43-2
3.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Honesto*	0 4		0,42
4.º	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	0 8		0,39-3
5.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	0 8		0,47
6.º	Ten. Carlos Morais	*Full Cry*	0 8		0,47-1
	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0 8		0,47-1
8 º	Sr. Diogo Sobral	*Neptuno*	0 12		0,41-2
9.º	Alf. Carlos Campos	*Lambareiro*	0 26	3/4	1,37-3
10 º	Sr. Rui d'Orey	*Que Infeliz*	3		
11.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	4		
	Sr. Vicente Caldeira	*Orfeu*	4		
	Cap. Cruz Azevedo	*Vintage*	4		
	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	4		
	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	4		
	Ten. João Sequeira	*Maritza*	4		
	Ten. Clara Pinto	*Rayfish*	4		
	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	4		
	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	4		
	Alf. Cabedo	*Rebelde*	4		
	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	4		
	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	4		
	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	4		
	Cad. Vasco L. Ramires	*Mourisco*	4		

Prova «Ministério da Economia»

(Nacional)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Nacional*	0 1,19
2.º	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	4 1,22-1
3.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Mourisco*	4 1,23-3
4.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Quintal*	4 1,29-4
5.º	Sr. Rui d'Orey	*Que Infeliz*	4 1,38
6.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	5 3/4 1,46

Prova «Juventude»

1.º	Joaquim P. Fernandes	*Jumarte*	0	0,51
2.º	Sousa Lobo	*Necessário*	0	0,54-3
3.º	Sanches Osório	*Nico*	0	1,01-1

Prova «Campo Grande»

1.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	RRRRB	0,34-2
2.º	Ten. Henrique Mora	*Débil*	RRRRB	0,38-1
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	RRRRB	0,38-4
4.º	Alf. Carlos Campos	*Lambareiro*	RRRRB	0,39-2
	Cap. Leopoldo Severo	*Forest Gold*	RRRRB	0,39-2
6.º	Cap. Manuel Cerqueira	*Omazu*	RRRRB	0,40
7.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	RRRRB	0,40-3
8.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	RRRRB	0,42-4

Prova «Sociedade Hípica Portuguesa»

1.º	Sr. J. Moura Neves	*Frivolo*	4 4	0,28-4
2.º	Cad. A. Correia Barrento	*Pardal*	4 D	
3.º	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	8	
	Cap. Leopoldo Severo	*Ariane*	8	
	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	8	
	Dr. Sousa Pereira	*Fellow*	8	
	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	8	

CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL OFICIAL DE MADRID

De 24 de Maio a 1 de Junho disputou-se mais um Concurso Hípico Internacional de Madrid com a presença das equipas representativas da Alemanha, Brasil, Espanha e Portugal. A França fez-se representar por uma equipa de três amazonas e um cavaleiro.

Depois dos extraordinários resultados obtidos pela equipa alemã no concurso de Lisboa que antecedeu o de Madrid, tudo fazia prever uma supremacia absoluta desta equipa e uma nova série de vitórias de Fritz Tiedman com os seus três cavalos que Lisboa apreciou em plena forma: *Finale, Meteor* e *Luftwind*. Por outro lado havia o incentivo do despique com os cavaleiros espanhóis que não tinham vindo a Portugal: Goyoaga que montava os seus *Fahnenkonig, Tora* e *Toscanela* e Figueiroa com *Gracieux* e *Bandit* e ainda a amazona francesa Madame Savon cujas vitórias são por demais conhecidas.

No entanto, a feição do concurso foi diferente do de Lisboa e a figura dominante foi sem sombra de dúvida o Capitão Henrique Callado que classificando-se com extraordinária regularidade com *Caramulo, Martingil* e *Coldanger* cometeu a extraordinária proeza de ganhar três provas, entre elas o «Grande Prémio».

Não podemos deixar de fazer uma referência a estas três provas.

A primeira, que foi ganha com *Martingil* ficando ex-aequo com Goyoaga e Lutke Westhues era uma potência que terminou à 3.ª barrage, com um vertical de varas a 1,85, uma ria de varas iguais a 1,60×2,00 e um opendisch com 1,75×2,20. Nesta barrage apenas *Toscanela*, montada por Goyoaga, *Martingil* com Callado e *Ala* com Lutke Westhues conseguiram passar com 4 pontos. Não foi possível fazer os desempates entre estes três cavaleiros por já ser quase noite.

A segunda vitória foi obtida com *Goldanger* na prova «Ministério de Informacion y Turismo, disputada segundo a tabela A com cronómetro. Esta prova, corrida no mesmo dia do Grande Prémio, reunia de um modo geral os cavalos mais fracos do concurso.

A terceira prova, ganha com *Caramulo*, foi o «Grande Prémio de Madrid».

Havendo o sistema de aposta eram os cavalos distribuídos por grupos de 10, havendo nestes sempre 2 de cada país.

Isto dava como resultado um maior interesse na disputa de cada prova, pois normalmente no último grupo estavam os 2 melhores conjuntos de cada País.

Assim sucedeu no grande prémio.

Depois de cerca de 1 dezena de percursos, a bandeira portuguesa subiu no mastro de honra com um percurso de *Febus*, montado pelo Capitão Romeiras Júnior, que foi penalizado por excesso de tempo. Pouco tempo depois foi batido por Tiedman que fez subir a bandeira alemã.

No entanto, esta, pouco tempo ali permaneceu, pois um percurso sem faltas de Neto de Almeida com *Jacaré* de novo fez hastear a nossa bandeira. O tempo de *Jacaré* foi melhorado por Martingil, com o Capitão Callado, que ficou à cabeça por largo tempo, até que se entrou no último grupo de aposta que tinha como se disse os 2 melhores conjuntos de cada País. Ao iniciar-se este, ocupavamos os 1.º, 2.º e 4.º lugares da classificação por intermédio, respectivamente, de *Martingil*, *Jacaré* e *Febus*.

O primeiro concorrente deste grupo foi o brasileiro Nelson Pessoa Filho que com *Relincho* obteve um magnífico percurso sem faltas que fez subir a bandeira do seu País e que imediatamente foi substituída pela francesa, pois a concorrente seguinte, Madame Rene Savon, com *Charleston*, fez um percurso rapidíssimo colocando-se à cabeça. Parecia difícil bater *Charleston* mas Goyoaga com *Fanhenkonig* fez um percurso formidável cortando tudo quando podia e ocupou o lugar de honra aplaudido com enorme entusiasmo pelos milhares de pessoas que assistiam ao decorrer deste inesquecível grande prémio.

Faltavam apenas *Finale* com Tiedman e *Caramulo* com Callado. A prova de *Finale* não destronou *Fahnenkonig* pois fez vários derrubes, e quando *Caramulo* entrou em pista, a expectativa era tremenda, sobretudo depois do percurso limpo que fez e do tempo que se via no cronómetro eléctrico parecer ser muito próximo do conseguido por Goyoaga. Todos davam a sua opinião sobre se tinha ou não batido o tempo e, ansiosamente, olhavam para a tribuna do júri onde se via desusado movimento, pois todos os seus membros foram ler o cronómetro. Finalmente, foi anunciado o tempo, que tinha sido o mesmo, pelo que era necessário disputar o 1.º lugar numa barrage.

Aumentados e alargados alguns obstáculos, foi a barrage feita sobre um percurso mais curto.

Só quem viu a forma como Goyoaga montou *Fahnenkonig* cortando nas voltas e carregando para cima daqueles enormes obstáculos, pode crer que semelhante percurso fosse feito em 48 s e sem nenhuma falta. Quando Callado entrou em pista, montando *Caramulo*, parecia-nos que pràticamente a classificação estava feita.

Ao ser-lhe dado sinal para iniciar o percurso, Callado tomou o galope e foi dar uma volta larguíssima antes de abordar os visores que ultrapassou a uma velocidade incrível. Não há palavras para descrever o virtuosismo com que *Caramulo* foi conduzido. Apenas há a dizer que quando o tempo do percurso sem faltas de *Caramulo* foi anunciado, era inferior em 2 segundos ao tempo de *Fahnenkonig!*

Não podemos terminar este breve apontamento do C. H. de Madrid sem nos referirmos ao 2.º lugar que obtivemos na «Taça das Nações», atrás da Espanha.

Ao fim das 2 mãos desta prova, a pontuação de Portugal e Espanha era igual, pelo que foi necessária uma barrage para decidir a classificação. De notar, os três percursos sem faltas obtidos por Neto de Almeida com *Jacaré*.

Foi a equipa constituída, além dos Capitães Callado e Neto de Almeida, pelo Capitão Romeiras Júnior que com *Febus* e *Vénus* obteve várias classificações, entre elas um 2.º na «Omnium», pelo Capitão Jorge Mathias que em virtude de uma queda no 2.º dia não mais veio a montar, e pelo Tenente Álvaro Sabbo que, com *Licorne* e sem *Panóplia* que adoeceu em Lisboa, não veio a dar o rendimento habitual.

Fez parte da equipa que era chefiada pelo Sr. Tenente-Coronel Fernando Paes, a amazona portuguesa D. Ana Maria Ribeiro Ferreira que se apresentou muitíssimo bem com *Cooltrane*, vindo a obter um 5.º lugar na «Regularidade».

SANTARÉM

Realizou-se no dia 7 de Junho o Concurso Hípico de Santarém que foi sem dúvida alguma uma magnífica prova de boa vontade, trabalho e organização da Escola Prática de Cavalaria.

O campo que dias antes parecia impossível de se poder aí realizar provas de concurso hípico, apareceu como por bruxaria pronto até aos mais pequenos pormenores no 1.º dia de Concurso. Embora não estivessem presentes os cavaleiros e cavalos da Equipa que vinham de regresso de Madrid, estiveram em Santarém mais de 100 concorrentes, entre os quais um número muito elevado de cavaleiros civis, o que muito nos apraz registar por ver que o Desporto Equestre começa a ser devidamente considerado também no meio civil, especialmente pelo número, que há poucos anos atrás era diminuto.

Nos cavalos sem handicap as provas revestiram-se de bastante interesse, a luta foi muito grande, bem disputada, e as provas muito bem

concebidas embora um pouco duras, para concurso não oficial, o que não impediu que tivessem resultado bem.

Entre tantos percursos realizados, um nos parece ser de justiça frizar pela magnífica lição de como conduzir um cavalo debutante: o do Cadete Vasco Ramires no *Rovuma*. Este jovem cavaleiro que do público já se tornou bastante conhecido pelos seus brilhantes e constantes resultados obtidos nas provas para cavalos sem handicap, revelou, montando *Rovuma*, qualidades de cavaleiro fino e consciencioso, sabendo

O Ten.-Coronel Fernando Paes montando a égua «Imperatriz» *em que ganhou o «Grande Prémio de Santaréms»*

prevalecer ao ardor próprio de concursista de pouca idade os cuidados do ensino de um cavalo novo em pistas de obstáculos.

Nos cavalos de handicap as honras vão para o Exmo Tenente-Coronel Fernando Paes que montando *Imperatriz* em três provas em que entrou, conquistou dois primeiros lugares, «Omnium» e «Grande Prémio», e um segundo lugar na «Regularidade», ganhando assim, com todo o direito, o troféu de honra do concurso atribuído ao conjunto mais premiado durante o decorrer das provas. É justo também uma referência ao conjunto Tenente Rodrigues Mano com *Granja* que depois de vencer a «Regularidade» de Lisboa, veio a Santarém vencer outra «Regularidade», mostrando assim qualidades que certamente o guindarão a um plano de muito destaque.

A forma como este concurso foi apreciado é garantia segura da sua continuação no nosso calendário.

Parabéns à Escola Prática de Cavalaria e, para o ano, contaremos novamente com o vosso esforço, boa vontade e nível técnico.

RESULTADOS

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	0	0,50-6
2.º	D. Henrique de Mendia	*Colibri d'Or*	0	0,51-9
3.º	Cap. Correia de Freitas	*Ousada*	0	0,53-6
4.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	0	0,54-2
5.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	0	0,56
6.º	Sr. Cardoso de Lemos	*Madragoa*	0	1,01-2
7.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	3 3/4	1,06-6
8.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Quipar*	4	0,50-7
9.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	4	0,50-9
10.º	Ten. Rui Pereira Coutinho	*Nabão*	4	0,52-1
11.º	Ten. Martins Rodrigues	*Estrela de Abril*	4	0,53
12.º	Alf. Carlos Campos	*Lambareiro*	4	0,53-6
13.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	4	0,55
14.º	Ten. Brito da Cruz	*Hela*	4	0,55-4
15.º	Ten. Henrique Mora	*Débil*	4	0,58-8
16.º	Sr. Manuel do Amaral	*Martelo*	6 3/4	1,15
17.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Cachito*	7	1,00-4

Prova «Associação Académica de Santarém»

(Aspirantes tirocinantes da E. P. C.)

1.º	Asp. Cruz Azevedo	*Nordeste*	0	0,47-5
2.º	Asp. Barroco	*Lulo*	0	0,51-1
3.º	Asp. Simões Pereira	*Scalabis*	0	0,51-3
4.º	Asp. Melo	*Protestante*	0	0,51-3
5.º	Asp. Teixeira	*Jau*	0	0,53

Prova «Câmara Municipal de Santarém»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	0	1,14-7
2.º	Cap. F. Cavaleiro	*Clonsila*	3	1,20-8
3.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	4	0,59
4.º	Cap. António Romeiras	*Vénus*	4	1,03-5
5.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	4	1,14-2

Prova «Club de Santarém»
(Habits Rouges)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	0	1,10-2
2.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Rovuma*	0	1,15-7
3.º	Alf. José Manuel de Andrade	*Orfeu*	0	1,21-4
4.º	Sr. Paulo Ribeiro Teles	*Bhym*	4	1,11-1
5.º	D. Henrique de Mendia	*Czapska*	4	1,11-4
6.º	Dr. Sousa Pereira	*Fellow*	4 3/4	1,30-6

Prova «Guarnição Militar de Santarém»

1.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Honesto*		0,57-4
2.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*		1,00-2
3.º	Cap. Henrique Callado	*Harkoli*		1,02-9
4.º	Ten. Santos Leite	*Picanceira*		1,04-1
5.º	Cap. António Romeiras	*St Rodney*		1,04-2
6.º	Ten. João Sequeira	*Heleboro*		1,05-5
7.º	Ten. Rui Pereira Coutinho	*Orchidée*		1,06-2
8.º	Ten. Rui Pereira Ceutinho	*Nabão*		1,06-5
9.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*		1,08
10.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*		1,10-6
11.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*		1,10-8
12.º	Ten. Helder Mathias	*Fuzileiro*		1,11-1
13.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*		1,15-8
14.º	Ten. Santos Leite	*Natural*		1,17-6
15.º	Alf. José Manuel de Andrade	*Orfeu*		1,18-7

Prova «Junta da Província do Ribatejo»
(Regularidade)

1.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	44	1,33-6
2.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Nacional*	21	0,52
3.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	21	—
4.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Mourisco*	19	0,43
5.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	11	0,35-8
6.º	Ten. Rui Abrantes	*Helix*	9	0,23-4

Prova «Juventude»

1.º	Joaquim Picão Fernandes	*Fuzileiro*	4	0,54-5
2.º	Manuel Malta da Costa	*Marujo*	4	0,57-6
3.º	Anne Marie Teisseire	*Ousada*	4	0,58-2
4.º	Gonçalo de Aguiar	*Cognac*	4	0,59-3
5.º	Ramiro Cardigos	*Jau*	8	0,53
6.º	Sousa Dias de Almeida	*Helix*	8	0,53-9

Prova «*Grémio da Lavoura de Santarém*»

(Nacional)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Mourisco*	0	0,52-3
2.º	Cap. Henrique Callado	*Harkoli*	0	0,55-1
3.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Honesto*	0	0,55-9
4.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	0	0,56-8
5.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	0	1,00
6.º	Alf. José Manuel de Andrade	*Orfeu*	0	1,04
7.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Nacional*	4	0,54-2
8.º	Ten. Helder Mathias	*Fuzileiro*	4	0,57-2

Prova «*José Rodrigues Santo*»

(Estafetas)

1.º	Cad. Vasco L. Ramires	*Mourisco*	24	1,59-3
	Cap. António Romeiras	*Vintage*		
2.º	Ten. Ferrand d'Almeida	*Grã-Duque*	23	1,57
	Cap. Rhodes Sérgio	*Castiço*		
3.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	23	2,01-8
	Ten. Santos Leite	*Natural*		
4.º	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	23	2,07
	Ten. João Sequeira	*Orly*		
5.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Cachito*	23	2,08
	Ten. Engrácia Antunes	*Bonança*		
6.º	Sr. Paulo Ribeiro Teles	*Bhym*	23	2,12-7
	Alf. José Manuel de Andrade	*Orfeu*		
7.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	22	2,03-4
	Cap. António Romeiras	*St Rodney*		
8.º	D. Henrique de Mendia	*Czapska*	22	2,05-4
	Cad. Vasco L. Ramires	*Quintal*		

Prova «*Brasil*»

(Grande Prémio)

1.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	4	1,21
2.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	8	1,13-6
3.º	Ten. João Sequeira	*Heleboro*	11 1/4	1,21-4
4.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	16	1,09-1
5.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	18 1/4	1,21-9
6.º	Cap. F. Cavaleiro	*Clonsila*	24	1,17-3

Prova «*IV Feira do Ribatejo*»
(Despedida)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. Leopoldo Severo	*Ariane*	4 0,56-9
2.º	Alf. Clara Pinto	*Rayfish*	4 1.02-3
3.º	Sr. Moura Neves	*Frivolo*	7 1,11
4.º	Ten. Gabriel Dores	*Ilheu*	7 1,13-3
5.º	Sr. Soares Branco	*Mustard*	7 1,14-2
6.º	Sr. Rui d'Orey	*Eclaireur*	7 3/4 1,20-8
7.º	Ten. Octávio Aguiar	*Ali Baba*	8 0,55-4
8.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	8 0,58-6

ÉVORA

Graças à dedicação e tenacidade da infatigável comissão organizadora, realizou-se sob o escaldante sol alentejano mais um C. H.

Pena é que o público não tenha correspondido em absoluto ao esforço dispendido e brilhe, por vezes, pela sua ausência.

Felicitamos a organização, pela forma como durante quase uma semana decorreram as provas e pela feliz ideia de ter, todos os dias, uma prova para cavalos que não tivessem ganho prémios, verdadeiro estimulante de fomento hípico.

O Capitão Henrique Callado montando o cavalo «Martingil» *em que ganhou o «Grande Prémio de Évora»*

Fazemos votos que esta ideia se estenda a outras organizações.

Os concorrentes não deixaram de aparecer, tendo estado presentes os nossos melhores conjuntos internacionais.

Nas provas para cavalos que não tivessem ganho prémios, o Tenente Brito da Cruz, com o alemão *Faísca*, conseguiu ganhar muito bem, 2 das 3 provas.

O Capitão António Romeiras com *St. Rodney* e *Vintage*, teve comportamento digno de registo nas provas para cavalos sem handicap.

A presença dos internacionais que foram a Nice, Roma e Madrid e a luta travada nas restantes provas, vieram completar o interesse em que se desenrolou este concurso e muito contribuiram para o seu belo êxito.

O Capitão Henrique Callado, com *Martingil* no «Grande Prémio» e *Caramulo* na «Potência», foi o vencedor das duas principais provas do concurso, confirmando em absoluto as suas belas possibilidades.

RESULTADOS

Prova «Escola de Regentes Agrícolas de Évora»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Ten. Brito da Cruz	*Faisca*	0	1,00
2.º	Ten. Ricardo Durão	*Palmela*	0	1,03-3
3.º	Sr. Pedro Silva	*Killder*	0	1,05-1
4.º	Alf. César Monteiro	*Feiticeiro*	0	1,05-2
5.º	Ten. Ruben de Andrade	*Malagueta*	0	1,07-3

Prova «Forças do Ministério do Interior»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	0	1,00-1
2.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0	1,01-3
3.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Honesto*	0	1,02
4.º	Ten. Silva Baptista	*Lusitano*	0	1,03-3
5.º	Ten. Carlos Campos	*Lambareiro*	0	1,04-3
6.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0	1,05
7.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	0	1,05-1
8.º	Ten. António Marquilhas	*Matuto*	0	1,05-3
9.º	Cap. Correia de Freitas	*Ousada*	0	1,06
10.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	0	1,07-1
11.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0	1,07-4
12.º	Ten. Brito da Cruz	*Hela*	0	1,11-1

Prova «Dr. Almeida Margiochi»

(Omnium — 3.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0	1,03-4
2.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	1,05-1
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Ophrayne*	0	1,05-4
4.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Mourisco*	0	1,08-2
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0	1,16-4
6.º	Maj. António Spínola	*Achiles*	0	1,19-4
7.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	4	1,05-1

Prova «Engenheiro Filipe Malta da Costa»

(Júniores — 1.ª Série)

1.º	Francisco Caldeira	*Jasmim*	0	0,46
2.º	João Saraiva	*Bambu*	0	0,59
3.º	J. Caldas de Almeida	*Sultão*	0	1,20

Prova «Engenheiro João Picão Caldeira»

(Júniores — 2.ª Série)

1.º	J. Picão Fernandes	*Jumarte*	0	0,46-1
2.º	Fernando Caldeira	*Necessário*	0	0,50-1
3.º	Gonçalo de Aguiar	*Cognac*	0	0,54-2

Prova «Secção Lebreira do Lusitano Ginásio Club»

(Júniores — 1.ª Série)

1.º	Francisco Caldeira	*Jasmim*	0	0,45
2.º	João Saraiva	*Bambu*	0	0,54-2
3.º	J. Caldas de Almeida	*Sultão*	1	1,09-2

Prova «Sociedade Amadores de Hipismo e Caça de Estremoz»

(Júniores — 2.ª Série)

1.º	J. Picão Fernandes	*Jumarte*	0	0,42-4
2.º	Fernando Caldeira	*Onisco*	0	0,44-2
3.º	M. Malta da Costa	*Killder*	0	0,49-4
1.º	D. Teresa Santa Iria	*Rayfish*	10 3/4	1,16-3

Prova «Francisco Barahona Fragoso e Mira»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Ten. Brito da Cruz	*Faisca*	0	0,48
2.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Apache*	0	0,51-1
3.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Dartago*	0	0,53
4.º	Ten. Ricardo Durão	*Palmela*	0	0,53-4
5.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Rovuma*	0	0,55-2
6.º	Sr. José Lupi	*Quasimodo*	0	0,56

Prova «Dia Olímpico»

(Regularidade)

1.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	41	1,31
2.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Nabão*	38	1,32
	Ten. Martins Rodrigues	*Maio*	38	1,32
4.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	37	1,25
5.º	Ten. Gabriel Dores	*Granito*	35	1,23
6.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	34	1,32
7.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	33	1,31-3
8.º	Cad. A. Correia Barrento	*Oxalá*	33	1,35
9.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Quintal*	27	1,07-2
10.º	Cap. Vasco Ramires	*Honesto*	27	1,21-3
11.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	27	1,26-2
12.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	25	1,00-4

Prova «Câmara Municipal de Évora»

1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Febus*	0	0	0,24-4
2.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0	0	0,25-3
3.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	4	0,22-4
4.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0	4	0,24
5.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	4	0,25-1
6.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	0	4	0,26-1
7.º	Maj. António Spínola	*Achiles*	0	4	0,28-4

Prova «Conde de Ervideira»

(Ensino)

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	133,66	pontos
2.º	Sr. Vicente Caldeira	*Bruleur*	113,66	»
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Pegasus*	113,33	»

Prova «Joaquim José de Matos Fernandes»

(Caça — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Dartago*	0,56-3
2.º	Ten. António P. Coutinho	*Malange*	0,58
3.º	Sr. F. Potes Amaral	*Prometido*	1,00-1
4.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	1,03
5.º	Ten. Fernandes Moreno	*Novato*	1,04
6.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Quixote*	1,05

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

(Caça — 2.ª Série)

1.º	Alf. Lemos Alves	*Oboé*	0,55-2
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	0,55-4
3.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0,56
4.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	0,56-1
5.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	0,56-3
	Ten. Silva Baptista	*Lusitano*	0,56-3
7.º	Ten. Henrique Mora	*Débil*	0,57-4
8.º	Ten. Silva Baptista	*Marinheiro*	0,58-4
9.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0,59
10.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Nabão*	0,59-2
11.º	Ten. Carlos Morais	*Full Cry*	1,00-4
12.º	Ten. Martins Rodrigues	*Maio*	1,01

Prova «IV Região Militar»

(Grande Prémio)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0
2.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	1 1/4
3.º	Maj. António Spínola	*Achiles*	4
	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4
	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	4
6.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	8
	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	8
	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	8
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	8
	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	8
	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	8
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	8

Prova «Direcção-Geral dos Serviços Pecuários»

(Nacional)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	0,55-1
2.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0	0,57-4

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
3.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	0,58-1
4.º	Ten. Gabriel Dores	*Ilheu*	0	0,59-2
5.º	Sr. João Caldeira	*Onisco*	0	1,02
6.º	Cap. Correia de Freitas	*Notável*	0	1,02-2
7.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	0	1,08-2

Prova «*Conde de Vilalva*»

1.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0	0,48-2
2.º	Alf. José Cabedo	*Que Infeliz*	0	0,49-2
3.º	Ten. Carlos de Azeredo	*Martinica*	0	0,49-4
4.º	Ten. Clara Pinto	*Rayfish*	0	0,51-1
	Ten. Ricardo Durão	*Cantil*	0	0,51-1
6.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	0	0,52
7.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	0	0,52-1
8.º	Ten. Brito da Cruz	*Faisca*	0	0,52-2
9.º	Ten. Santos Leite	*Natural*	0	0,53
10.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	0	0,54-3
11.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	0,54-4
	Ten. Martins Rodrigues	*Preta*	0	0,54-4
	Ten. Martins Ferreira	*Heril*	0	0,55-3
	Cap. Leão Correia	*Bonança*	0	0,58-4
	Sr. Nuno Potes	*Beyrute*	0	1,03-2
	Sr. Águia de Pina	*Malpique*	0	1,08-3
	Sr. Ribeiro Teles	*Bhyme*	3	1,00-1
	Ten. Rui Abrantes	*Helix*	4	0,49-2
	Alf. Costa Gomes	*Come Gente*	4	0,54
	Cap. Freire de Andrade	*Ardent*	4	0,54-1
	Ten. Ruy d'Orey	*Colvá*	4	0,59
	Cap. Manuel Cerqueira	*Omazum*	11	1,00

Prova «*Capitão José de Melo*»

(Ensino)

1.º	Cap. Mena e Silva	*Adónis*	1.121,66	pontos
2.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Albatroz*	975	»
3.º	Cap. Henrique Çallado	*Martingil*	966,66	»

Prova «*Governador Civil de Évora*»

(Potência)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	0	0	0
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	0	0	0
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0	0	0	4

ELVAS

Com o saber querer e a vontade firme de alguns sócios da Sociedade Hípica Lebreira de Elvas, ajudados pelas facilidades concedidas pelo Comando do Regimento de Lanceiros 1, realizou-se mais um Concurso Hípico, elevado desta vez à categoria de oficial.

Um grupo de cavaleiros espanhóis, que se deslocaram da cidade fronteiriça de Badajoz, vieram animar e dar maior interesse à disputa das diferentes provas.

O público soube compreender o esforço dispendido pela brilhante

O Capitão Fernando Cavaleiro montando a égua «Clonsila» *em que ganhou o «Grande Prémio de Elvas»*

Comissão Organizadora, tendo acompanhado e acarinhado com a sua presença o desenrolar desta bela jornada.

Os concorrentes não faltaram, sendo de registar a forma especialmente simpática e acolhedora como foram recebidos e as facilidades que lhes foram dispensadas.

Os percursos da autoria de Vicente Caldeira, de bom nível técnico, resultaram muito bem.

Todas as provas estiveram muito animadas e especialmente valorizadas com a presença de cavaleiros espanhóis, tendo surgido algumas surpresas, muito em especial nas 6 barras, onde o Capitão Morube com *Altable*, foi o único a limpar a 4.ª barrage, ficando vencedor e deixando em 2.º lugar ex-aequo, *Imperatriz*, *Martingil*, *Palpite* e *Granada*.

O «Grande Prémio», com um traçado muito feliz e com belos percursos, foi uma prova de alto nível, ficando apurados para a barrage Callado com *Martingil* e Cavaleiro com *Clonsila*.

O lugar de honra veio a pertencer a Cavaleiro que levou *Clonsila*, numa barrage emocionantíssima, a uma vitória muito bonita, valorizada excepcionalmente pelas dificuldades da prova e pelos conjuntos com que se teve de bater, muito especialmente na «Barrage».

Encerrou este belo certame com uma simpática festa para distribuição dos prémios, que decorreu muito animada.

RESULTADOS

Prova «Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo»

(Júniores — Omnium)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Francisco Caldeira	*Janota*	0 0 0,38-1
2.º	D. Teresa Santa Iria	*Rayfish*	0 0 0,41
3.º	Fernando Caldeira	*Jumarte*	4

Prova «Grémio da Lavoura de Elvas»

(Inauguração)

1.º	Eng.º Fernando Graciosa	*Bruleur*	0
2.º	Cap. Jorge Mathias	*Capri II*	4
3.º	Sr. João Caldeira	*Solidó*	8

Prova «Batalhão de Caçadores 8»

(Omnium — 1.ª Série)

1.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	0 4	0,44
2.º	Cap. Fernando Cordova	*Descarado*	0 8	0,43
3.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	0 12	0,42
4.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Gay Boy*	0 19	0,51
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0 D	

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
6.º	Ten. Martins Rodrigues	*Maio*	4
	Ten. Helder Mathias	*Fuzileiro*	4
	Ten. Clara Pinto	*Rayfish*	4
	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	4
	Ten. Santiago Calvillo	*Nocaut*	4
	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	4
	Ten.-Cor. Botana Rosse	*Embalage*	4
	Sr. Águia de Pina	*Malpique*	4

Prova «*Guarnição Militar de Elvas*»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0 0	0,34-2
2.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	0 0	0,44
3.º	Cap. Pote Outiveros	*Saca*	0 4	0,32-3
4.º	Ten.-Cor. Fernandes Pais	*Imperatriz*	0 4	0,36-4
5.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0 7 3/4	0,50-1
6.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	4	
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	4	
	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	4	
	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	4	
	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	4	
	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	4	
	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	4	

Prova «*Dr. Ruy de Andrade*»

(Ensino)

1.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*
2.º	Eng.º Fernando Graciosa	*Bruleur*
3.º	Sr. Rogério de Macedo	*Dinnar*

Prova «*Marquês de Alegrete*»

(Habits Rouges)

1.º	Sr. João Caldeira	*Onisco*	0	0,45-1
2.º	Cap. Fernando Cordova	*Habana*	0	0,45-3
3.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	0	0,46
4.º	Sr. João Gordo Mendes	*Liger*	0	0,58-2
5.º	Sr. João Caldeira	*Janota II*	3	0,55-2
6.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	3	1,01-3

Prova «Fronteira»

(Equipas)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º Portugal	Ten. Andrade e Silva	*Curvéu*	8 1,07
	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	o 1,12
	Cap. António Romeiras	*Vintage*	o 1,08-4
	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	o 0,56

Prova «Lavoura de Elvas»

(Nacional)

1.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	o	0,55-3
2.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	o	0,57-2
3.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	o	1,03
4.º	Ten. Martins Rodrigues	*Maio*	o	1,04-4
5.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	o	1,14-4
6.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	o	1,18-4

Prova «Hotel Alentejo»

(Júniores — Caça)

1.º	F. Malta da Costa	*Bambu*	0,54-4
2.º	Fernando Caldeira	*Jumarte*	0,55-5
3.º	Francisco Caldeira	*Jasmim*	1,00-4

Prova «Associação de Criadores de Cavalos»

(Caça)

1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Febus*	0,47
2.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Mourisco*	0,50
3.º	Cap. Pote Outiveros	*Saca*	0,51-3
4.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	0,52
5.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	0,52-3
6.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	0,53-3
7.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	0,55
8.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0,55-1
9.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0,56
10.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Honesto*	0,56-2
11.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0,57
12.º	Cap. Saldanha Gouveia	*Hanga*	0,58-2
13.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	0,59

Prova «Câmara Municipal de Elvas»

(Seis Barras)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Morube y Morube	*Altable*	0 0 0
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0 0 4
	Cap. Pereira de Almeida	*Palpite*	0 0 4
	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	0 0 4
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0 0 4

Prova «Governo Civil de Portalegre»

(Júniores — Grande Prémio)

1.º	Francisco Caldeira	*Helix*	0	1,07-1
2.º	Fernando Caldeira	*Janota II*	0	1,07-4
3.º	Gonçalo de Aguiar	*Cognac*	16 3/4	1,38-1

Prova «Coronel Almeida Dias»

(Regularidade)

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	40	1,32-2
2.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Honesto*	40	1,32-3
3.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Oxalá*	34	1,32-3
4.º	Cap. Freire de Andrade	*Ardent*	33	—
5.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	32	1,33-3
6.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Quintal*	29	1,13-4
7.º	Ten. Rodriguez de Llera	*Olimpico*	23	1,08-2
8.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Apache*	22	—
9.º	Cap. Pote Outiveros	*Saca*	21	0,50-3
10.º	Cap. Xavier de Brito	*Full Cry*	21	0,54-4
11.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	21	0,58

Prova «Sociedade Hípica Lebreira de Elvas»

(Grande Prémio)

1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0 4	0,47-1
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0 12	0,43-2
3.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	7 3/4	
4.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	8	
	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	8	
6.º	Cap. Pereira de Almeida	*Palpite*	8 3/4	

MAFRA

Em duas tardes amenas concursou-se à sombra daqueles plátanos, tão velhos como o Convento, no campo da Escola Militar de Equitação.

Este concurso reveste-se de características muito próprias que podemos talvez classificá-las da seguinte maneira: concurso sem pretensões a grande espectáculo, feito em ambiente familiar, pequeno, pouca assistência e poucos cavaleiros em pista, mas com bastante nível técnico e muito sério.

Vários nomes apareceram a encimar as classificações, mas à parte estes, houve muito bons percursos que por um toque ou outro não apareceram premiados, o que lhes não tira o mérito de forma alguma. É o caso de *Venus*, *Fubraio* e *Star Rose*.

A primeira prova para os cavalos com handicap foi das mais disputadas de que temos memória. Depois de dois percursos limpos mas não muito rápidos, *Lanceiro* limpa em melhor tempo, 1 m 4 s, *Caramulo* já em bom galope bate *Lanceiro* por 1/5. Seguidamente, *Licorne* andando bastante, bate *Caramulo* também por 1/5. Finalmente *Granada*, montada pelo Capitão Jorge Mathias, bate *Licorne* também por 1/5, saindo vencedora do despique.

O «Grande Prémio» que aparentemente estava simples, pois era acessível à grande parte dos cavalos com handicap, só deu um percurso sem penalizações que foi o de *Panóplia*, montada pelo Capitão Álvaro Sabbo, saindo assim vencedora, não se chegando a realizar a barrage para os limpos, visto que apenas mais *Febus* limpou, sendo penalizado em tempo.

E com dois dias apenas de provas, terminou este concurso tão agradável devido à temperatura e ao estado do tempo, e ao seu equlíbrio e nível técnico.

RESULTADOS

Prova «Sargentos»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos
1.º	1.º Sarg. Inácio Guerra	*Que Foi*
2.º	2.º Sarg. Franscisco Caetano	*Otelo*
3.º	2.º Sarg. Figueiredo	«?»

Prova «Serviços de Remonta»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0 1,09
2.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Oxalá*	0 1,09-4
3.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	0 1,11-4
4.º	Ten. Carlos Morais	*Full Cry*	4 1,02-1
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	4 1,04-2
6.º	Alf. Cabedo	*Que Infeliz*	4 1,04-3
7.º	Alf. Semedo	*Caquioso*	4 1,05
	Cap. António Romeiras	*Vintage*	4 1,05
9.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	4 1,05-1
10.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	4 1,06-1

Prova «Ministério das Finanças»

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0 1,02-1
2.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0 1,02-2
3.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0 1,02-3
4.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0 1,02-4
5.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	0 1,04-2
6.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Nacional*	0 1,07-4

Prova «Escola Prática de Infantaria»

1.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	0 1,00-1
2.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Malange*	0 1,10
3.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	3 1,19-3
4.º	Ten. Carlos Morais	*Full Cry*	4 1,00-1
5.º	Alf. Cabedo	*Que Infeliz*	4 1,04
6.º	Ten. R. P. Coutinho	*Orchideé*	4 1,04-3
7.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	4 1,04-4

Prova «Ministério da Economia»

1.º	Ten. A. Pereira Coutinho	*Nacional*	0 1,10-2
2.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	0 1,15-3
3.º	Ten. Leopoldo Severo	*Ariane*	4 1,10-4
4.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	8 1,08-4
5.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	0 1,23-1

Prova «*Câmara Municipal de Mafra*»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0 1,15
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	1/4 1,24-2
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4 1,22-2
3.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	4 1,17
3.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	4 1,23
3.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	4 1,21-4

I CONCURSO HÍPICO DE MONTEMOR-O-NOVO

Com o patrocínio da Câmara Municipal e dos Grémios da Lavoura e do Comércio e a vontade inquebrantável da Brilhante Comissão Organizadora, realizou Montemor o seu 1.º C. H., que muito veio enriquecer o nosso calendário hípico. Fazemos votos para que se continue, confirmando as suas características próprias dadas pelo ambiente especial que lhe foi criado.

Os concorrentes compareceram em grande número, tendo tomado parte nas diferentes provas cerca de 100 cavalos, o que demonstra o interesse com que foi recebido por todos este simpático concurso.

As especiais atenções de que foram rodeados os concorrentes e o grande interesse do público por todas as provas, acorrendo em massa ao Estádio 1.º de Maio e acarinhando com os seus aplausos os brilhantes percursos ali realizados, foram a expressão dominante deste concurso.

Nas provas para cavalos sem handicap, o Tenente João Sequeira, com *Orly*, evidenciou-se pela regularidade de resultados e prémios alcançados, tendo explorado brilhantemente as possibilidades da sua montada e impondo-se com real valor.

Nas provas com handicap, os Capitães Cavaleiro, Netto de Almeida e Jorge Mathias, obtiveram brilhantes resultados, tendo sido os mais premiados. O Capitão Cavaleiro triunfou muito bem no «Grande Prémio», e na «Regularidade». O Capitão Netto de Almeida obteve os 2.º e 3.º da «Regularidade» e um 2.º e dois 3.ºs no «Grande Prémio».

O Capitão Jorge Mathias ganhou muito bem a «Omnium», tendo ficado 3.º no «Grande Prémio».

Foi particularmente feliz, em todos os aspectos, a organização deste Concurso, tendo terminado com uma brilhante e muito bem organizada festa em que se fez a distribuição dos prémios.

Parabéns ao 1.º Concurso de Montemor e que a forma como decorreu, seja o melhor estímulo para que se continue.

RESULTADOS

Prova «João Baptista Malta Júnior»

(Juniores)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	D. June Hatherly	*Fidalgo*	4	1,02-2
1.º	J. Picão Fernandes	*Jumarte*	0	0,50-4
2.º	M. Malta da Costa	*Bambu*	0	0,52-1
3.º	F. Picão Caldeira	*Peão*	0	0,52-4

Prova «Grémio do Comércio de Montemor-o-Novo»

(Inauguração)

1.º	Cap. Cruz Azevedo	*Odalisca*	0	0,58-3
2.º	Maj. António Spínola	*Antje*	0	1,04-2
3.º	Ten. Lopes Mateus	*Estrela do Norte*	0	1,04-3
4.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Margão*	0	1,05-4

Prova «Dr. Alfredo Augusto Cunhal»

(Omnium — 1.ª Serie)

1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	0	0,50
2.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	0	0,51
3.º	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	0	0,52-3
4.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	0	0,54-1
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	0,54-3
6.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0	0,56-1
7.º	Sr. Carvalho Martins	*Fakir II*	0	0,59-2
8.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	4	0,52-2

Prova «Dr. António Justino da Costa Praça»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0	1,01-3
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,02
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	1,04-4
3.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0	1,04-4
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0	1,09-4
6.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	3	1,09-1

Prova «Grémio da Lavoura de Montemor-o-Novo»

(Nacional)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0 1,04-1
2.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0 1,05-4
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0 1,06
	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	0 1,06
5.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	0 1,07-4
6.º	Cap. Cruz Azevedo	*Odalisca*	0 1,10-1

Prova «Dr. Artur de Sousa Barreto»

(Júniores — Eliminatórias)

1.º	F. Malta da Costa	*Bambu*
2.º	João Saraiva	*Gigante*
3.º	F. Picão Caldeira	*Janota II*
	J. Picão Fernandes	*Jumarte*

Prova «Dr. Francisco Romeiras»

(Caça)

1.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	1,57
2.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	1,57-2
3.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	1,57-4
4.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	2,01-1
5.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	2,02-2
6.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	2,03
7.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Orchidée*	2,05-2
8.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	2,06-4
9.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	2,09-4
10.º	Cad. A. Correia Barrento	*Oxalá*	2,15-2

Prova «Coronel Manuel da Fonseca Salvação»

(Regularidade)

1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	44	1,30-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	40	1,31
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	38	1,31-3
4.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	37	1,22-4
5.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	31	1,08-2

Prova «Câmara Municipal de Montemor-o-Novo»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0 0,53-1
2.º	Ten. Ricardo Durão	*Cantil*	0 0,53-3
3.º	Ten.-Cor Correia Barrento	*Pardal*	0 0,54
4.º	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	0 0,54-2
5.º	Cap. António Romeiras	*Vintage*	0 0,55
6.º	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	0 0,56
7.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	0 0,57-1
8.º	Ten. Rui Abrantes	*Helix*	0 0,57-4
9.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	0 0,58-2
10.º	Alf. José Cabedo	*Iole*	0 0,59-1
11.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0 1,01-3

Prova «Irmãos Malta da Costa»

(Juniores)

1.º	D. June Hatherly	*Fidalgo*	4	1,02-3
1.º	João Saraiva	*Gigante*	0	0,51-2
2.º	F. Malta da Costa	*Liger*	0	0,57
3.º	L. Fernandes Tomás	*Grou*	0	0,57-1
4.º	J. Picão Fernandes	*Jumarte*	4	0,48-3
5.º	M. Malta da Costa	*Bambu*	4	0,51-3

Prova «Conde de Santo André»

(Habits Rouges)

1.º	Dr. Sousa Pereira	*Fellow*	0	0,47-2
2.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	0,50-1
3.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0	0,52-3
4.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	0	0,53-4
4.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	0,53-4
6.º	Sr. P. Ribeiro Teles	*Bhym*	0	0,55-2

Prova «Capitão António Romeiras»

(Grande Prémio)

1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	4
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	5 1/4
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	8
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	8
3.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	8

GUIMARÃES

Folheando uma antiga revista da Sociedade Hípica Portuguesa, em que trazia alguns resultados dos concursos hípicos desse ano (1923), vimos brilhar os nomes de Hermano Margaride, Ivens Ferraz, Ramos Pinto e Luiz Margaride como vencedores das provas.

Desde então, nesta nossa histórica Cidade, quase milenária, nunca mais se realizara uma exibição equestre.

Em Agosto deste ano teve lugar o I Concurso Hípico Oficial desta cidade. Foi na realidade uma organização «em cheio».

Num campo de obstáculos pequeno, mas extremamente cuidado e

O Capitão Álvaro Sabbo montando a égua «Panóplia» *em que ganhou o «Grande Grémio de Guimarães»*

localizado num ambiente encantador, tendo como fundo o Castelo de Guimarães, que por ser o berço da Nacionalidade, nos incute um misto de respeito e grandiosidade, realizaram-se os três dias de provas que comportou este certame.

A distribuição das provas e o seu traçado foram francamente felizes.

O jovem cavaleiro Mendes Paulo com o seu estimado *Pileco Urgo*, venceu a primeira das provas. Mas o grande triunfador deste concurso foi indubitàvelmente o Capitão Álvaro Sabbo. Venceu com *Panóplia*

as provas com handicap (uma excepção para a caça em que o Capitão Jorge Mathias levou *Lanceiro* a mais uma vitória) e com *Quipar* deliciou a assistência com um magnífico percurso numa barrage.

Uma chamada para o já consagrado cavaleiro civil Vicente Caldeira que apresentou muito bem em pista o seu irlandez *Quiet-Boy*.

Quanto aos cuidados postos pela organização para a recepção aos concorrentes, não poderiamos desejar melhor.

Para o povo desta cidade minhota vão as maiores felicitações pelo tão grande entusiasmo posto neste belo desporto, conseguindo, o que julgamos único na história do hipismo português, uma lotação esgotada.

Ao encerrar estas considerações, não poderemos deixar de testemunhar o que profundamente nos impressionou, a homenagem prestada ao fundador da «Nacionalidade».

Formaram em linha, voltados para o Medieval Castelo, todos os concorrentes, fazendo a guarda de honra ao arriar da bandeira de D. Afonso Henriques, enquanto a charanga do Regimento de Cavalaria n.º 6 executava a marcha de continência. Tocante cerimónia dos cavaleiros de agora prestando preito de homenagem aos de antanho; muito diferente a sua monte e a aplicação do seu cavalo, mas o espírito será o mesmo, passem séculos no decurso da História.

RESULTADOS

Prova «*S. Gualter*»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	0	0,53-2
2.º	Cap. Almeida Santos	*Heril*	0	0,57-4
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	0	0,58-1
4.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	0	0,59
5.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Quipar*	3	1,06
6.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	3	1,11-2
7.º	Maj. J. Costa Gomes	*Frágil*	3	1,12-3
8.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Orchidée*	4	0,49

Prova «*Câmara Municipal de Guimarães*»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0 0	0,28-4
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	0 0	0,29-3
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 4	0,27-1

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
4.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	0 4	0,28-4
5.º	Ten. Helder Martins	*Jumarte*	0 4	0,36-3
6.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	0 8 3/4	0,44-1
7.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	3	
	Ten. Rui Abrantes	*Helix*	3	

Prova «*José Martins Minotes*»

(Nacional)

1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Quipar*	0	0,47-3
	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0	0,47-3
3.º	D. Caetano de Lancastre	*Invento*	0	0,49-2
4.º	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	*Que Infeliz*	0	0,50
	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	0,50
6.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	0	0,51

Prova «*Mumadona*»

(Regularidade)

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	43	1,30-1
2.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	42	1,33-3
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Odalisca*	41	1,27-4
4.º	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	*Que Infeliz*	41	1,31
5.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	41	1,33
6.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	41	
7.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Quipar*	40	1,31-1
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Margão*	40	1,34

Prova «*Regimento de Cavalaria 6*»

(Caça)

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	1,04	0,29-3
2.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	1,04	0,34-2
3.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Licorne*	1,04-2	
4.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	1,05-1	
5.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	1,06-3	
6.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	1,08	
7.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	1,09	
8.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	1,12-3	

Prova «*Ministro da Defesa Nacional*»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Quipar*	0 0 0,22-3
2.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa*	0 0 0,24-1
3.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0 0 0,24-4
4.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Beduino*	0 0 0,25-2
5.º	Ten.-Cor. A. Margarido	*Pequenino*	0 0 0,26
	Ten. Helder Mathias	*Bambi*	0 0 0,26
7.º	Ten. Luís Moreira	*Xadrez*	0 0 0,26-1
8.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	0 0 0,28

Prova «*D. Afonso Henriques*»

(Grande Prémio de Guimarães)

1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	4 0 0,59-1
2.º	Cap. António Romeiras	*Vénus*	0 4 0,59-3
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	0 4 1,01-1
4.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0 1/2 4 1/2 1,03-4
5.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	5 1/4 0 0,59-2
6.º	Cap. Mário Delgado	*Helminto*	3 1/4 4 1/2 1,04
7.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0 8 0,52-2
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	4 4 0,53-2
	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	8 0 0,53-2

PEDRAS SALGADAS

Em Agosto realizou-se mais um concurso hípico nas Pedras Salgadas.

Este concurso tem a parte simpática de estarem sempre reunidos todos os concorrentes. Com a facilidade de deslocação de hoje em dia e a diversidade de atracções da maioria dos locais, a pouco e pouco todos os concursos perderam esta particularidade. Mas as Pedras, com o seu parque maravilhoso e repousante, dá ensejo para que ali nos conservemos refugiando-nos da vida agitada de agora.

A equipa espanhola, constituída por dois cavaleiros de primeira plana (Espinosa e Perez Seoane) de um cavaleiro bastante experimentado (Larraz) e de um jovem (Sauz) com o seu esplêndido *Eolo*, constituia uma forte equipa prevendo-se que obtivessem lugares de destaque, tanto mais que nos faltavam o grande ganhador Capitão Henrique Callado, Major Fernando Cavaleiro e Capitão Jorge Mathias.

Foi, no entanto, um fracasso para os nossos vizinhos cavaleiros.

O Capitão Netto de Almeida esteve extraordinário, brilhantíssimo. Com a sua conhecida parelha *Impecável* e *Jacaré*, obteve as seguintes classificações, o que dispensa mais comentários: 6 primeiros, 2 segundos, 2 terceiros, 1 quarto e 1 sexto.

César Mano e *Granja* estiveram em boa plana, no que foi recom-

O Capitão Netto de Almeida montando o cavalo «Jacaré» *em que ganhou o «Grande Prémio das Pedras Salgadas»*

pensado com a sua acertada escolha para a equipa na disputa da Taça «Fernando Artalejo».

De lamentar, o acidente havido com *Vénus*, privando o Capitão António Romeiras de continuar um concurso que prometia ser auspicioso.

Nas provas sem handicap, Vasco Ramires foi o grande triunfador. Mais uma vez confirmou as suas magníficas qualidades de concursista. Um bravo para o Alferes Semedo, novo nestas lides, pelo seu primeiro triunfo e uma chamada para Vicente Caldeira que com *Quiet Boy* confirmou a boa impressão trazida de Guimarães.

Quanto à organização, distribuição das provas e seu traçado, sairam regularmente, não querendo, contudo, deixar de me referir às eliminatórias que foram concebidas de modo a ditarem o vencedor só quase no final, o que prendeu enormemente a assistência.

RESULTADOS

Prova «Tenente Manuel Candeias»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Apache*	0	1,00-3
2.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Quintal*	0	1,00-4
3.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0	1,03-2
4.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	0	1,05-1
5.º	Ten. Santos Leite	*Natural*	0	1,07-4
6.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Orchidée*	3	1,15
7.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Beduino*	3	1,16-1
8.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	3	1,17
9.º	Ten. Ricardo Durão	*Cantil*	4	1,00-2
	Ten. Álvaro Sabbo	*Quipar*	4	1,00-2

Prova «Engenheiro Arantes e Oliveira»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0	1,05
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0	1,05-4
3.º	Cap. António Romeiras	*Vénus*	3	1,18
4.º	Ten. Conde de Velle	*Llanero*	3	1,20-2
5.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	4	1,06
6.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	4	1,10-1
7.º	Com. E. de los Monteros	*Frantillac*	7	1,15-1
8.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Castiço*	7	1,16-4

Prova «Avelames»

1.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso* *Lictor*	0	1,41
2.º	Ten. Ruy Pereira Coutinho	*Orchidée* *Bambi*	4	1,27-3
3.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Quintal* *Honesto*	4	1,30-3
4.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa* *Beduino*	4	1,34-2
5.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy* *Rubi*	6	1,57-1
6.º	Ten. João Sequeira	*Maritza* *Orly*	7	1,56-3

Prova «Governador Civil de Vila Real»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 0 0 0 0
2.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0 0 0 0 4
	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	0 0 0 0 4
	Ten. Conde de Velle	*Llanero*	0 0 0 0 4
	Ten. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0 0 0 0 4
6.º	Ten. Conde de Velle	*Baden*	0 0 0 4

Taça «Conde de Lavradio»

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	1,01
2.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Mourisco*	4	0,57-2
3.º	D. Caetano de Lancastre	*Invento*	4	0,59-3

Prova «Echo»

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	40	1,27-3
	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa*		
2.º	Cor. Ribeiro de Carvalho	*Farsola*	40	1,38-3
	Maj. Costa Gomes	*Frágil*		
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Castiço*	39	1,27
	Cad. Vasco Ramires	*Apache*		
4.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	39	1,36-2
	Ten. Lopes Mateus	*Democrate*		
5.º	Cad. António Barrento	*Oxalá*	39	1,37-1
	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*		
6.º	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	*Que Infeliz*	39	1,39-4
	Ten.-Cor. A. Margarido	*Pequenino*		

Taça «D. Fernando Artalejo»

1.ª Equipa Portuguesa

Ten. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	12	1,06-4
Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	4	1,03
Cap. António Romeiras	*Vénus*	4	0,59-1
Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4	1,06-3

Taça «Cilinha»

1.º	Cap. António Romeiras	*Vénus*	0 0	0,55-1
2.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	0 0	0,59-3
3.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0 0	1,00

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	Ten. Conde de Velle	*Llanero*	0 4 0,57-4
5.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 4 0,59-2
6.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Licorne*	0 4 1,01-3

Prova «*Sabroso*»

1.º	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	0 0 0 0 0
2.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	0 0 0 0 4
3.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	0 0 0 0 8
4.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	0 0 0 0 11
5.º	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	0 0 0 0 16
6.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	0 0 0 0 25
7.º	Ten. Amadeu Duarte	*Lusitano*	0 0 0 0 Df
	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	0 0 0 0 Df
9.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa*	0 0 0 3

Prova «*Padrela*»

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 0	1,07-3
				1,09-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4	1,05-2
			4	1,04
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	4	0,56-3
			12	0,56
4.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	8	1,05-1
			8	1,04-4
5.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Licorne*	8	1,08
			8	1,14-1
6.º	Ten. Conde de Velle	*Llanero*	19	1,31-3
			0	1,04-2

Prova «*Capitão Herminio Carneiro*»

(Nacional)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	0	0,56-4
2.º	Cap. Caldeira de Carvalho	*Prusse*	0	0,58-4
3.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0	0,59-4
4.º	Cad. Correia Barrento	*Oxalá*	0	1,01-3
5.º	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	0	1,02-1
6.º	Ten. Santos Leite	*Natural*	0	1,08-3

Prova «Palace Hotel de Vidago»

(Caça)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	1,08-4
2.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	1,13-2
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	1,13-4
4.º	Sr. Vicente Caldeira	*Rubi*	1,15-3
5.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	1,18-3
6.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa*	1,19-3
7.º	Cap. Duarte Silva	*Orfeu*	1,20-1
8.º	D. Caetano de Lancastre	*Invento*	1,20-2
9.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	1,20-3
	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	1,20-3
11.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Castiço*	1,23
12.º	Ten. R. Pereira Coutinho	*Maritza*	1,23-2

Prova «Taça Myriam»

(Grande Prémio)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	4	1,27-4
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	7	1,37-1
3.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Licorne*	7	1,37-3
4.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	12	1,28-2
5.º	Ten. Conde de Velle	*Llanero*	12	1,30-1
6.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	12 1/4	1,42-1

Prova «Gomil — Junta de Turismo das Pedras Salgadas»

(Percurso à americana — 1.ª Série)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	44	1,34-1
2.º	Cap. Rodrigo da Silveira	*Comparsa*	41	1,34-3
3.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	38	1,31-1
4.º	Ten. Luís Moreira	*Xadrez III*	38	1,32
5.º	Ten. Ricardo Durão	*Cantil*	38	1,33-1
6.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	38	1,34-2
7.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	38	1,35-1
8.º	Ten. Andrade e Silva	*Lacaio*	34	1,34

(2.ª Série)

1.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	40	1,33-1
2.º	Com. M. Larraz	*Angler*	28	
3.º	Com. M. Larraz	*Tropicana*	25	1,03-3
4.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	23	0,51
5.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	23	0,56-1
6.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	23	1,00-1

Prova «*Romanas*»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0	1,05
2.º	Ten. Silva Freire	*Borlista*	0	1,09
3.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Come Gente*	0	1,10
4.º	Alf. César Monteiro	*Lulo*	4	1,09-4
5.º	Ten. Andrade e Silva	*Lacaio*	8	1,10-2
6.º	Alf. Mendes Paulo	*Almansil*	8	1,12-4
7.º	Ten. Silva Freire	*Labareda*	9 3/4	1,21-1
8.º	Sr. Nuno Carneiro	*Ali*	14	1,39
9.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	16	1,30-4
10.º	Ten. Brito e Faro	*Heliopse*	27 1/4	1,27-3

Taça «*António Ribeiro de Carvalho*»

(Taça de Honra)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0 0 0 4 0
2.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0 0 0 4 8
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 0 0 8

CALDAS DA RAINHA

Com o 45.º C. H. das Caldas teve lugar mais uma competição equestre das mais tradicionais do país.

No frondoso campo da Mata estiveram em pista as maiores estrelas do nosso hipismo e novas esperanças apareceram. Está neste último caso Carlos Morais que fez umas brilhantes provas no irlandês *Full-cry*. Este cavaleiro, poderá ter um futuro risonho com a bela *parelha Full-cry* e *Clavarshan*, se continuar a trabalhar com perseverança e vontade de vencer, que aliás são qualidades que tem sempre patenteado.

Também Vasco Ramires, com o extraordinário jeito com que foi predestinado para estas competições, classificou-se brilhantemente com os cavalos da sua «caudelaria», que seu pai, com tanto sentido prático, consegue desencantar.

Dos consagrados, os Capitães Henrique Callado e Netto de Almeida estiveram em evidência, o que aliás vem sendo quase normal em todos os concursos.

De registar, a maneira brilhante como *Truksa* se comportou nas 6 tríplices e o esplêndido espírito do Capitão Craveiro Lopes entrando e classificando-se em 6.º numa prova como o «Grande Prémio», sobejamente conhecido pela sua extrema dureza.

RESULTADOS

Prova «*Mestre Joaquim Alves*»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Ten. Carlos de Morais	*Full Cry*	0	1,01-3
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	0	1,12
3.º	Cad. Vasco Luís Ramires	*Apache*	4	0,58
4.º	Maj. António Spínola	*Antje*	4	1,10-3
5.º	Ten. Fernando Graciosa	*Bruleur*	4	1,11-1
6.º	Ten. Lopes Mateus	*Estrela do Norte*	8	1,03-2

Prova «*Regimento de Infantaria 5*»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	0	1,08-2
2.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0	1,08-4
3.º	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	0	1,10-4
4.º	D. Henrique de Mendia	*Czapska*	0	1,13-2
5.º	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	0	1,17-4
6.º	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	3	1,20-4
7.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	4	1,08
8.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	4	1,08-2

Prova «*Hospital Rainha D. Leonor*»

(Omnium — 3.ª Série)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,11-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	1,15
3.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	0	1,23-3
4.º	Cap. Jorge Mathias	*Trouxa*	3	1,22-1
5.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	3 1/2	1,37-1
6.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4	1,09-3
7.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	4	1,12-2
8.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	4	1,15-2
9.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	4	1,15-4
10.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	7	1,19-1

Prova «*Engenheiro Arantes e Oliveira*»

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Quintal*	45	1,31-4
2.º	Ten. Carlos de Morais	*Full Cry*	45	1,34-1
3.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	44	1,34-2

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	e Tempo
4.º	D. Henrique de Mendia	*Colibri d'Or*	43	1,31
5.º	Alf. Pimenta da Gama	*Radis Rose*	43	1,31
6.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	43	1,33-1
7.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	42	1,30-2
8.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	42	1,31-2
9.º	D. Henrique de Mendia	*Czapska*	41	1,31-2
10.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	40	1,31-3

Prova «*Comissão Municipal de Turismo*»

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	oooo
2.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	ooo4
3.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	ooo8
4.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	oooD
5 º	Cap. Jorge Mathias	*Trouxa*	oooD
6.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	oo4
	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	oo4
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fèbus*	oo4
	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	oo4
10.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	oo8

Prova «*Juventude*»

1.º	José C. Carvalhosa	*Mourisco*	o	0,54-4
2.º	Manuel Malta da Costa	*Bambu*	o	0,56
3.º	Sousa Dias de Almeida	*Mimi*	o	0,56-4

Prova «*Grémio do Comércio*»

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	o	0,45-1
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	o	0,47-4
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	o	0,49-4
4.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	o	0,51-1
5.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	o	0,51-4
6.º	D. Henrique de Mendia	*Czapska*	o	0,53-3
7.º	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	o	0,54-2
8.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	3	1,04-1
9.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	3	1,07-1
10.º	Alf. Pimenta da Gama	*Radis Rose*	4	0,50-3

Prova «*Câmara Municipal das Caldas da Rainha*»

(Grande Prémio)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	5 1,53-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	8 1,49
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	12 1,34-2
4.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	16 1/4 1,51
5.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	20 1,44-1
6.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	24 1,46-3
7.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	31 3/4 1,52-2
8.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	35 1/4 2,22-2
9.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	36 1,47-2

(Cavalo Nacional)

1.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*
3.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*

SINTRA

Elevado à categoria de Oficial, o concurso da bela vila de Sintra apresentou-se este ano vestindo um figurino totalmente novo, como aliás se esperava.

O Ex.mo Major Carvalhosa saiu-se do ingrato cargo de Director de Campo, da melhor maneira, tendo concebido uma meia dúzia de percursos com aspecto simples e sóbrio cujos resultados atestaram bem que tiveram categoria.

De resto, as marcas atingidas na «Potência» e nas «6 Barras» só são possíveis quando os directores de campo não fazem «barbaridades»!

O público que à tarde acorreu em grande número não se sentiu enfastiado, pois o número de cavalos que saltavam era quase o ideal!

Da parte da manhã realizaram-se as provas para os cavalos sem handicap nas quais o Alferes Lemos Alves marcou uma posição muito interessante. À parte os resultados que obteve, montou com muito acerto deixando antever um bom futuro. Esteve também notável o Cadete Vasco Ramires aproveitando muito bem os seus cavalos *Mourisco* e *Honesto*.

Os cavalos de handicap quase só tiveram provas de tipo «Potência». A «Omnium» resolvida em barrage deu a 3.ª vitória consecutiva ao Capitão Jorge Mathias que no seu *Lanceiro* bateu *Clonsila* que parecia já o vencedor. A «Potência» foi forte, indo a 1,75 no Muro e no Oxer para não falar na vala que já tinha 5,20. *Jacaré* montado pelo Capitão Netto de Almeida foi o grande vencedor perante *Martingil*, *Cocunela* e *Lore*.

O Tenente Rodrigues Mano montando a égua «Granja» *em que ganhou o «Grande Prémio de Sintra»*

O «Grande Prémio» foi, digamos, a consagração de um conjunto que já se vinha impondo em toda a época, Tenente César Mano com *Granja*. Numa impressionante barrage deixou para trás todos os que se lhe chegaram e averbou uma sensacional vitória.

As «6 Barras» resultaram felicíssimas. A 1,70 tocaram *Granada*, *Jacaré*, *Martingil* e *Granja*. Repetindo, só *Martingil* ficou eliminado e quando as barras foram para 1,80, só *Granada* montada pelo Capitão Jorge Mathias logrou limpar obtendo assim uma merecidíssima vitória.

E foi este o belo panorama do Concurso Hípico de Sintra que nos últimos anos se vem notabilizando no calendário hípico.

RESULTADOS

Prova «Cruz Alta»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0	1,04-2
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Quintal*	0	1,09-4
3.º	Ten. Pinto de Aguiar	*Ali Babá*	0	1,10-1
4.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	0	1,10-4
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0	1,11-2
6.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0	1,13-2
7.º	Alf. César Monteiro	*Lullo*	0	1,13-3
8.º	Ten. Henrique Mora	*Débil*	0	1,14-2
	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	0	1,14-2
10.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0	1,16-1
11.º	Ten. Lopes Mateus	*Democrate*	0	1,19
12.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	3	1,29

Prova «Praia das Maçãs»

1.º	Sr. Diogo P. Sobral	*Neptuno*	0	1,15
2.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	3	1,23-4
3.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	4	1,03-4
4.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	4	1,08
5.º	Sr. Luís P. Sobral	*Fubraio*	4	1,09-3
6.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	4	1,11
7.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	4	1,12

Prova «Colares»

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0	1,07-1
			0	1,26-2
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0	1,16-4
			0	0,27-1
3.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,21-2
			0	0,27-4
4.º	Cap. Xavier de Brito	*Ephrayne*	0	1,09
			4	0,26-3
5.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0	1,10-2
			4	0,26-4
6.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0	1,07-1
			8	0,26
7.º	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	0	1,18-1
			8	0,30-4

Prova «Equitação Superior»

(Ensino)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	120,6
2.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Castiço*	113,5
3.º	Cor. Mena e Silva	*Adonis*	101,3
4.º	Sr. Guilherme Borba	*Bruleur*	77,6

Prova «Lagoa Azul»

1.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	48	1,31-2
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Quintal*	48	1,33-2
3.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	48	1,33-3
4.º	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	48	1,35-1
5.º	Alf. Lemos Alves	*Oboé*	48	
6.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	46	1,31-2
	Alf. Pimenta da Gama	*Radis Rose*	46	1,31-2
8.º	Ten. Pinto de Aguiar	*Ali Babá*	46	1,32
9.º	Sr. Paulo Ribeiro Telles	*Bhim*	46	1,32-2
10.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	46	1,33
11.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	46	1,33-1
12.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	44	1,31-2

Prova «Penaferrim»

(Caça)

1.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	0,59-2
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0,59-4
3.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	1,01-2
4.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	1,02-3
	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	1,02-3

Prova «Capuchos»

(Potência)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 0 0 0
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0 0 0 0
3.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunela*	0 0 7
4.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0 0 8
	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	0 0 8

Prova «Monserrate»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Ten. Pinto de Aguiar	*Ali Bábá*	0	1,08-2
2.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	0	1,10-1
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	0	1,11
4.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	0	1,11-3
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Dartago*	0	1,12
6.º	Cap. Craveiro Lopes	*Brilhante II*	0	1,12-2
7.º	Ten. Lopes Mateus	*Democrate*	0	1,12-3
8.º	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	0	1,12-4
9.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0	1,15-3
10.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0	1,16-3
11.º	Cap. Cruz Azevedo	*Odalisca*	0	1,18-1

Prova «Sport União Sintrense»

(Regularidade)

1.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	40	1,35
2.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	37	1,30-3
3.º	Sr. Diogo Sobral	*Neptuno*	37	1,34
4.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	36	1,32-2
5.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	36	1,32-4
6.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	36	1,33-4

Prova «Grande Prémio de Sintra»

(Taça Coronel Helder Martins)

1.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0	0	1,01-1
2.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	4	0,58-4
3.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	4	1,03-1
4.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0	7 3/4	1,10-3
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0	8	0,56-3

«Ginkana»

(Cavalos à mão)

Manuel Vasco Pacheco Rodrigues
Maria Luisa Canavarro Rhodes Sérgio
Maria Isabel Correia Mathias
António Augusto Correia Barrento Sabbo
António Vasco Taborda Ferreira

Clas.	Cavaleiros	Cavalos		Pontuação e Tempo

(A passo)

José Pedro Canavarro Rhodes Sérgio
Eduardo Neto de Almeida
Maud Queiroz Pereira
João Pedro de Oliveira
José Carlos Neto de Almeida

(A trote)

Maria de Fátima C. Picão Caldeira
Maria Margarida Picão Caldeira
Pedro Queiroz Pereira
Afonso Maria Canavarro Rhodes Sérgio

(Galope)

Manuel Queiroz Pereira
Emílio Malta da Costa
Vasco Rodrigues Ferreira

(Desembaraço)

José Luís Teixeira
José Carlos Carvalhosa
Christopher de Beck

Prova «Queluz»

1.º	Sousa Dias d'Almeida	*Helix*		1,00–4
2.º	Francisco Caldeira	*Janota II*		1,01
3.º	José C. Carvalhosa	*Mourisco*	0	1,01–4
4.º	Manuel Malta da Costa	*Bambu*	0	1,02–4
5.º	Fernando Caldeira	*Peão*	0	1,04–3

Prova «Revista Diana»

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	0,58–1
2.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0	1,02–4
3.º	Sr. Diogo Sobral	*Neptuno*	0	1,03–1
4.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	1,03–2
5.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	1,03–4
6.º	Sr. João Luís Caldeira	*Onisco*	0	1,04–3

Prova «Peninha»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Cad. Correia Barrento	*Gingão*	0	1,05
2.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0	1,06-1
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	0	1,12-1
4.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0	1,15-1
5.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Bidonée*	0	1,16
6.º	Dr. Sousa Pereira	*Rajá*	3	1,22-1

Prova «Castelo da Pena»

1.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	0	1,03-2
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	0	1,04-1
3.º	Ten. Gabriel Dores	*Ilheu*	0	1,05
4.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	0	1,08
5.º	Alf. César Monteiro	*Lullo*	0	1,08-1
6.º	Sr. José Tavares	*Florim*	0	1,11-2
7.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	3	1,20-3

Prova «Castelo dos Mouros»

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0 4	0,58-1
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	0 16	0,43-2
3.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	4	
	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	4	

Prova «Parelhas Mistas»

1.ª	Sr. Lourenço F. Tomás D. Alícia Vejaramo	*Imperador* *Colibri*	0	0,38-4
2.ª	Sr. Diogo Sobral D. Ana Ribeiro Ferreira	*Neptuno* *Cooltrane*	0	0,41-4
3.ª	Ten. R. Pereira Coutinho D. Ana Ribeiro Ferreira	*Orchidée* *Gay Boy*	4	0,37
4.ª	Sr. Manuel Malta da Costa Miss June Hatherly	*Corsário* *Bambu*	4	0,40-3

Prova «Seteais»

1.º	Cap. Jorge Mathias	*Granada*	0 0 4 0	0
2.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0 0 4 0	8
3.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0 0 4 0	D
4.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0 0 4	8

CASCAIS

Não restam dúvidas que, ano após ano, o formosíssimo Parque da Gandarinha vem melhorando as suas condições com vista certamente em tornar-se uma pista modelo. Não anda longe disso. Em beleza nada temos que se lhe compare e quanto ao piso cada ano se vai apresentando melhor.

Este ano apareceu-nos repleto de boxes. São factos que justificam algumas hipóteses de que este concurso tenha repercussão internacional semelhante ao de Lisboa.

Dirão talvez que o campo de aquecimento é pequeno, mas concursos com muito maiores responsabilidades não os têm maiores, como por exemplo Nice e Roma.

Muita prova para todos os gostos e feitios e este ano muito bem recheada de prémios.

Esteve em evidência, nas provas para cavalos sem handicap, o cavaleiro civil Vicente Caldeira, montando *Quiet Boy*. Este cavaleiro tem o curso de Instrutor de Equitação da Escola Militar de Equitação, e neste concurso ganhou quatro provas.

Nas provas para cavalos com handicap, *Panóplia* montada pelo Capitão Álvaro Sabbo evidenciou-se, ganhando o «Grande Prémio» numa bela barrage com *Febus*.

A «Potência» foi ganha de uma maneira deveras emocionante pelo Capitão Henrique Calado, montando *Caramulo*, que há anos vem sendo, em substituição de *Raso*, o favorito do público de Cascais.

No entanto, o Concurso de Cascais tem uma característica um pouco própria e de muito interesse para fomentar o gosto por este desporto; são as provas para cavaleiros Júniores, que este ano comportaram 5 provas entre as quais uma «Omnium», uma «Caça», uma «Regularidade» e até um «Grande Prémio».

RESULTADOS

Prova «Cidadela de Cascais»
(Sargentos)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	1.º Sarg. Inácio Guerra	*Que Foi*	0	1,01-3
2.º	1.º Sarg. José Marques	*Nababo*	0	1,14-1
3.º	1.º Sarg. Inácio Guerra	*Harcoli*	4	1,07-2
4.º	2.º Sarg. Francisco Caetano	*Pampilho*	8	1,10-2

Prova «Francisco José Paulo de Carvalho»

(Omnium — Júniores)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Sousa Dias d'Almeida	*Mimi*	0 0	0,30-4
2.º	F. Malta da Costa	*Discutido*	0 4	0,29-3
3.º	Sousa Dias d'Almeida	*Jasmim*	0	0,56-2
4.º	Sousa Dias d'Almeida	*Helix*	0	0,58
5.º	Lourenço F. Tomás	*Grou*	0	0,59-1
6.º	M. Malta da Costa	*Corsário*	0	0,59-4
7.º	António Cunha Ferreira	*Nababo*	0	1,01

Prova «Federação Equestre Portuguesa»

(Omnium)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	0	0,58-1
2.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	0,59-3
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	0	1,00
	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0	1,00
5.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0	1,01
6.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,01-2
7.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	0	1,05-4
8.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	0	1,06-3
9.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*		

Prova «Junta de Turismo de Cascais»

(Omnium)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	0	0,56-3
2.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	0,57-4
3.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	0	0,59-2
4.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	0	1,00-2
5.º	Cap. Craveiro Lopes	*Brilhante II*	0	1,02
6.º	Sr. Luís Sobral	*Fubraio*	0	1,02-2
7.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	0	1,02-3
8.º	Ten. Alfredo Cunha	*Bambu II*	0	1,03-3
	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	0	1,03-3
10.º	Sr. Paulo Ribeiro Telles	*Bhim*	0	1,03-4
11.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	0	1,04-1
12.º	Cap. Joaquim Barreto	*Balancé*	0	1,04-3
13.º	Ten. Martins Rodrigues	*C. Palantine*	0	1,05-1
14.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Star Rose*	0	1,05-2

Prova «Capitão José Beltrão»

(Caça)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	1,03-3
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	1,05-3
3.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	1,05-4
4.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	1,06-2
5.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	1,07
6.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	1,08
7.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	1,08-1
8.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	1,08-2

Prova «José Manuel dos Santos Luís»

(Caça — Júniores)

1.º	José Carlos Carvalhosa	*Ariane*	0,45
2.º	João Carlos Saraiva	*Castiço*	0,45-4
3.º	Joaquim P. Fernandes	*Jumarte*	0,46
4.º	António Cunha Ferreira	*Nababo*	0,46-4
5.º	Fernando Caldeira	*Que Foi*	0,47
6.º	Sousa Dias d'Almeida	*Jasmim*	0,48-2
7.º	F. Malta da Costa	*Fakir*	0,48-4

Prova «Dr. Filipe de Vilhena»

(Casacas Encarnadas)

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	0,57
2.º	Cor. Mena e Silva	*Wendover*	0	1,00
3.º	Sr. Rogério de Macedo	*Rayfish*	0	1,01-4
4.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	1,02
5.º	Sr. Diogo Sobral	*Neptuno*	0	1,02-2
6.º	Sr. Nuno Carneiro	*Ali*	0	1,04-3

Prova «Dr. José Barreiro»

(Nacional)

1.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	0	1,05-3
2.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0	1,05-4
3.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	0	1,06-4
3.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	0	1,06-4
5.º	Alf. Lemos Alves	*Oboé*	0	1,07
6.º	Ten. Álvaro Sabbo	*Rebelde*		

Prova «Major Eduardo Oliveira Soares»

(Regularidade — Júniores

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
1.º	Fernando Caldeira	*Que Foi*	44	1,33
2.º	Christopher de Beck	*Heros*	42	1,32-1
3.º	Mary E. Santo Salgado	*Janota*	42	1,33
4.º	José C. Carvalhosa	*Mourisco*	39	1,25-3
5.º	Filipe Malta da Costa	*May Star*	39	1,30-1
6.º	Gonçalo de Aguiar	*Conhaque*	38	1,33-2

Prova «General Manuel Latino»

(Caça)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	1,02-3
2.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	1,08-2
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	1,10-1
4.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Rebelde*	1,10-4
5.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	1,11
6.º	Ten. Lopes Mateus	*Animador*	1,11-3
7.º	Ten. Martins Rodrigues	*C. Palantine*	1,12
8.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	1,13-4
9.º	Cap. Cruz Azevedo	*Mary Star*	1,14-1
10.º	Cap. Craveiro Lopes	*Brilhante II*	1,14-2
	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	1,14-2

Prova «Coronel Helder Martins»

(Regularidade)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	40	1,31-4
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	40	1,32-1
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	40	1,33-3
4.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	39	1,29-3
5.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	38	1,33
6.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	38	1,34
7.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	38	1,37
8.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	37	1,26-3

Prova «Câmara Municipal de Cascais»

(Grande Prémio de Júniores)

1.º	Sanches Osório	*Napista*	0	1,06-3
2.º	M. Malta da Costa	*Bambu*	0	1,09
3.º	Christopher de Beck	*Heros*	0	1,10-2
4.º	Fernando Caldeira	*Peão*	0	1,14

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	Tempo
5.º	Sousa Dias d'Almeida	*Helix*	0	1,15
6.º	F. Malta da Costa	*May Star*	3	1,25
7.º	M. Malta da Costa	*Corsário*	3	1,27

Prova «*Estoril*»
(Casaca Encarnada)

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	1,08-2
2.º	Sr. Diogo Sobral	*Neptuno*	0	1,08-3
3.º	Dr. José M. Andrade	*Orfeu*	0	1,13-4
4.º	Eng.º R. Castro Pereira	*Dancourt*	4	1,15-3
5.º	Sr. José de Tavares	*Florim*	4	1,16-2
6.º	Sr. Cardoso de Lemos	*Madragoa*	4	1,19-2

Prova «*José Florindo de Oliveira*»
(Seis Barras)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Cocunella*	0	0	0	0	0	
2.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0	0	0	0	4	
3.º	Ten.Cor. Fernando Pais	*Imperatriz*	0	0	0	4		
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	0	0	0	4		
5.º	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	0	0	4			
	Ten. Duarte Pinto	*Marte*	0	0	4			

Prova «*Marquês do Fayal (D. António)*»
(Regularidade)

1.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	40	1,33-3
2.º	Ten. Martins Rodrigues	*C. Palantine*	40	1,33-4
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	38	1,31-2
4.º	Cap. António Romeiras	*St. Rodney*	38	1,33-1
5.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	38	1,34-4
6.º	Alf. Cunha Semedo	*Caqueoso*	37	1,31-2
7.º	Cad. Vasco Ramires	*Quintal*	35	1,19-4
8.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	35	1,20
9.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Senator*	34	1,32-1
10.º	Alf. Mendes Paulo	*Almansil*	34	1,32-2
11.º	Dr. Nuno Potes	*Beirut*	34	1,34
12.º	Ten. Alfredo Cunha	*Bambu II*	31	1,17-3

Prova «*El-Rei D. Carlos I*»
(Grande Prémio de Cascais)

1.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0	4	0,34-3
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	0	16	0,37
3.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*		4	

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	7
5.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	8
	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	8
7.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	8 1/4
8.º	Cap. Leopoldo Severo	*Ariane*	12
	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	12
	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	12

Prova «Gandarinha»

(Estafetas — Júniores)

1.º	Francisco Caldeira	*Quiet Boy*	48	2,00-4	48	1,58-1
	Gonçalo de Aguiar	*Conhaque*				
2.º	Alfredo J. Passanha	*Neptuno*	48	2,00-4	47	1,54
	Christopher de Beck	*Heros*				
3.º	Sousa Dias d'Almeida	*Helix*	47	1,47-2		
	Sanches Osório	*Napista*				
4.º	Sousa Dias d'Almeida	*Mimi*	47	1,48-4		
	José C. Carvalhosa	*Ariane*				

Prova «Duque de Palmela»

(Grande Prémio)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	0	0,54-3
2.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	0	1,05-2
3.º	Cap. Cruz Azevedo	*Pagem*	0	1,06
4.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	0	1,08-2
5.º	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	0	1,09-2
6.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	3 3/4	1,16-3
7.º	Cad. Vasco Ramires	*Quintal*	4	1,00
	Ten. João Sequeira	*Orly*	4	1,00
9.º	Alf. Lemos Alves	*Fadado*	4	1,01-4

Prova «Marechal Carmona»

(Potência)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	0	0	0	4	0
2.º	Cap. Álvaro Sabbo	*Panóplia*	0	0	0	0	4	4
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	0	0	0	4		
	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	0	0	4		
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	0	0	8			
6.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0	4				
	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	0	4				

FIGUEIRA DA FOZ

Nesta simpática cidade que é uma das mais concorridas nas estações calmosas pela sua grande praia, esplêndida piscina e vários outros atractivos, realizou-se, conjuntamente com o Campeonato de Portugal de Cavaleiro de Obstáculos, o Concurso Hípico reservado a cavalos que não participassem no Campeonato.

Mais uma vez Vasco Ramires esteve em plano de evidência, fechando assim uma época que foi deveras brilhante.

Na «Nacional», saiu vencedor Lopes Mateus, o que muito nos alegrou, pois é notório o entusiasmo deste cavaleiro pelo desporto equestre. O extraordinário espírito ganhador de Monteiro da Graça levou o velho *Hirco* a mais uma vitória. *Radieux* com o seu fino e desembaraçado cavaleiro Xavier de Brito acabou, e muito bem, uma época cheia de classificações.

As parelhas, prova com que este Concurso Hípico costuma encerrar, proporcionou uma vitória à nossa distinta concursista n.º 1, Ana Maria Ribeiro Ferreira e a seu mestre, Fernando Cavaleiro.

Ao encerrar estas pequenas considerações, há que prestar justa homenagem à Comissão Organizadora que foi inexcedível nas festas e facilidades dispensadas aos concorrentes.

CAMPEONATO DE PORTUGAL DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS

A realização do 3.º Campeonato de Portugal do Cavaleiro de Obstáculos proporcionou ao distinto cavaleiro Capitão Eduardo Vaz Netto de Almeida, uma brilhante e incontestável vitória, que veio confirmar a impressão deveras elogiosa em que é tida a sua agradável, bonita e eficiente monte, quer em Portugal quer além fronteiras, nomeadamente em França. Na realidade, ver concursar o Capitão Netto de Almeida é assistir a um espectáculo de arte e harmonia, em que o tacto equestre deste cavaleiro transforma em simplicidade os mais difíceis percursos.

Reuniu o Campeonato a inscrição de oito cavaleiros, num total de treze cavalos.

Foi bastante interessante, pois a categoria dos conjuntos em pista ofereceu-nos bons percursos que foram cheios de interesse.

Os quatro conjuntos que nas três provas de apuramento («Omnium», «Potência» e «Grande Prémio») mais se destacaram, foram premiados com a passagem à final. Terminou esta, como atrás dissemos, com a vitória do Capitão Netto de Almeida (4 3/4 pontos) seguido do Capitão Jorge Mathias (15 1/4), Capitão Henrique Callado (41) e Capitão César Mano (72).

De realçar, o traçado e concepção dos percursos, factor muito importante no sucesso de um Concurso Hípico.

RESULTADOS

Prova «Guarnição Militar da Figueira da Foz»

(Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0 0,52-4
2.º	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	*Que Infeliz*	0 0,56-1
3.º	Cad. Vasco Ramires	*Honesto*	0 0,57-3
	Cad. Correia Barrento	*Gingão*	0 0,57-3
5.º	Alf. Mendes Paulo	*Almansil*	0 0,58
6.º	Ten. Henrique Mora	*Olaia*	0 0,59-2
7.º	Maj. António Spínola	*Antje*	0 1,03-1
8.º	Sr. António Gama Braz	*Ticotico*	0 1,04-1
9.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	0 1,06-1
10.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	4 0,53-4
11.º	Cap. Cruz Azevedo	*Odalisca*	4 0,56-2
12.º	Alf. Lemos Alves	*Oboé*	4 0,57-2
13.º	Cap. Cruz Azevedo	*Paladino*	4 0,58-2

Prova «Direcção Geral dos Serviços Pecuários»

(Nacional)

1.º	Ten. Lopes Mateus	*Animador*	0	0,51
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	0	0,51-3
3.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	0	0,52-2
4.º	Alf. Mendes Paulo	*Urgo*	0	0,54-3
5.º	Alf. César Monteiro	*Lullo*	0	0,57
6.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	1,00-3
7.º	Ten. Helder Mathias	*Jumarte*	4	0,50
8.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	4	0,50-3
9.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	4	0,51
10.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	4	0,51-2

Prova «*Companhia dos Carvões e Cimentos do Mondego*»

(Omnium — 2.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	e Tempo
1.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	0	0,50-2
2.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	0	0,52-2
3.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0	0,53-3
4.º	Cap. Netto de Almeida	*Goldanger*	0	0,58-2
5.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	*Pardal*	0	1,02-2
6.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	4	0,54-4

Prova «*Grande Casino Peninsular*»

(Casacas Encarnadas)

1.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	0	0,49
2.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Dartago*	0	0,50-3
3.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0	0,52-2
4.º	Sr. Águia de Pina	*Fakir II*	0	0,53-4
5.º	Sr. Vicente Caldeira	*Lotus*	0	1,02
6.º	Sr. João L. Caldeira	*Onisco*	4	0,49-4
7.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	4	0,50-2

Prova «*Hotel da Praia*»

(Discipulos)

1.º	Fernando Caldeira	*Jumarte*	0	0,56-2
2.º	João Saraiva	*Liger*	0	0,57-1
3.º	José C. Carvalhosa	*Que Infeliz*	0	0,57-4

Prova «*II Região Militar*»

(1.ª do C. P. C. O.)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	0,07-4
2.º	Cap. Rhodes Sérgio	*Nocivo II*	0	1,09
3.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	1,11-4
4.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	0	1,14-4
5.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,16-3
6.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	4	1,07

Prova «*Estaleiros Navais do Mondego*»

(Caça)

1.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	1,02-2
2.º	Ten. João Sequeira	*Orly*	1,06-1
3.º	Cad. Vasco Ramires	*Mourisco*	1,07-1

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	1,09
5.º	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	1,09-4
	Ten. Monteiro da Graça	*Dancing Star*	1,09-4
7.º	Cad. Correia Barrento	*Gingão*	1,10
8.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	1,11-3
9.º	Ten. João Sequeira	*Maritza*	1,14-2
10.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	1,14-3
11.º	Alf. César Monteiro	*Lullo*	1,15-3

Prova «*Ministério do Exército*»

(2.ª do C. P. C. O. — Tipo Potência)

1.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	0
	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	0	0
3.º	Cap. Xavier de Brito	*Lore*	0	4
	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0	4
5.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	8
6.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	0	12
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	0	12

Prova «*Comissão Municipal de Turismo*»

1.º	Ten. Monteiro da Graça	*Hirco*	0	4	0,51-3
					0,42
2.º	Cap. Xavier de Brito	*Radieux*	0	8	0,51-3
					0,39-4
3.º	Cap. Craveiro Lopes	*Helsinquia*	0		0,52
4.º	Ten. Rui Abrantes	*Helix*	0		0,53
5.º	Ten. João Sequeira	*Heléboro*	0		0,53-2
6.º	Cap. Jorge Mathias	*Lanceiro*	0		0,54
7.º	Alf. Lemos Alves	*Oboé*	0		0,55-3
8.º	Sr. Rogério de Macedo	*Dinar*	0		0,56-4
9.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Gay Boy*	0		0,58-1
10.º	Cap. Netto de Almeida	*St. Rodney*	0		0,59
11.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	0		1,00
12.º	Cap. Cruz Azevedo	*May Star*	0		1,02-2
13.º	Maj. António Spínola	*Antje*	0		1,04
	Cap. Pereira de Almeida	*Quipar*	0		1,04
15.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	3		1,03
16.º	Cad. Vasco Ramires	*Apache*	4		0,53
17.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Dartago*	4		0,54-4
18.º	Ten. Lopes Mateus	*Democrate*	4		0,56

Prova «Piscina Praia»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Sousa Dias d'Almeida	*Helix*	0	0,54
2.º	José C. Carvalhosa	*Que Infeliz*	0	0,56-1
3.º	João Saraiva	*Castiço*	0	0,56-2

Prova «Câmara Municipal da Figueira da Foz»

(3.ª do C. P. C. O. — Tipo Grande Prémio)

1.º	Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	0	1,06
2.º	Cap. Henrique Callado	*Martingil*	0	1,07-2
3.º	Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	0	1,08-2
4.º	Cap. Netto de Almeida	*Impecável*	0	1,12
5.º	Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	4	1,03-2
6.º	Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	5 1/2	1,24-1
7.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Fébus*	12	1,04
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*	15 1/2	1,33

Prova «Quinta da Foja»

(Regularidade)

1.º	Ten. Martins Rodrigues	*Count Palantine*	40	1,31-2
2.º	Alf. Lemos Alves	*Corsário*	38	1,36
3.º	Ten. Rui Abrantes	*Paloma*	33	1,22-1
4.º	Ten. Monteiro da Graça	*Cigano*	31	1,15-4
5.º	Ten. Ivens Ferraz	*Bonança*	29	1,21-1
6.º	Sr. Nuno Carneiro	*Ali*	29	1,25-3
7.º	Alf. Arnaut Pombeiro	*Nordeste*	27	1,08
8.º	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	*Que Infeliz*	27	1,14-4
9.º	Sr. João L. Caldeira	*Janota II*	23	0,53-3
10.º	Sr. Vicente Caldeira	*Quiet Boy*	23	0,54

Prova «Governador Civil de Coimbra»

(Estafetas)

1.º	D. Ana Ribeiro Ferreira Cap. Fernando Cavaleiro	*Gay Boy* *Fébus*	23	1,43-2
2.º	Cap. Álvaro Sabbo Cap. Rhodes Sérgio	*Licorne* *Nocivo II*	23	1,47-3
3.º	Ten. Monteiro da Graça Cap. Xavier de Brito	*Hirco* *Radieux*	23	1,49-3

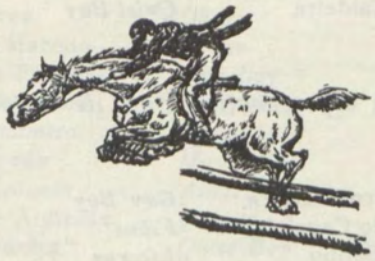
Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação	e Tempo
4.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	*Cooltrane*	23	1,57
	Cap. Fernando Cavaleiro	*Clonsila*		
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	*Castiço*	23	2,05
	Cap. Cruz Azevedo	*St. Rodney*		

Prova «*Defesa Nacional*»

(Final do C. P. C. O.)

Cap. Henrique Callado	*Caramulo*	29	Df
	Granja	4	1,01-2
	Truxa	4	1,04-4
	Jacaré	4	1,02
Cap. Netto de Almeida	*Jacaré*	0	1,04-2
	Caramulo	4 1/4	1,13
	Granja	0	1,02-4
	Truxa	0	1,07-3
Cap. Jorge Mathias	*Truxa*	4	1,02-4
	Jacaré	4	0,59
	Caramulo	3 1/4	1,08-3
	Granja	4	1,00-1
Ten. Rodrigues Mano	*Granja*	4	1,04
	Truxa	6 3/4	1,22-2
	Jacaré	41	Df
	Caramulo	21 1/4	1,17

		Pontuação (Total)
1.º	Cap. Netto de Almeida	4 1/4
2.º	Cap. Jorge Mathias	15 1/4
3.º	Cap. Henrique Callado	41
4.º	Ten. Rodrigues Mano	73



Noticiário

ESCOLA MILITAR DE EQUITAÇÃO

Visita do Ex.mo Sr. Capitão-General de Madrid

No dia 11 de Outubro visitou a Escola Militar de Equitação o Ex.mo Sr. Capitão-General de Madrid que a convite do Ex.mo Sr. Governador Militar de Lisboa se deslocou a Portugal com alguns oficiais do Exército do País vizinho, acompanhados das respectivas esposas.

No Campo de Obstáculos assistiu S. Ex.a a uma apresentação de gala da Escola de Mafra e a uma demonstração de saltos de obstáculos ambos efectuados pelo Comandante e Oficiais da Escola Militar de Equitação, finda a qual S. Ex.a e os oficiais que o acompanharam grandemente louvaram tudo o que viram.

Visita de Sua Excelência o Presidente do Paquistão

No dia 14 de Outubro visitou a Escola Militar de Equitação o Ex.mo Senhor General Iskander Mirza, Presidente do Paquistão que vinha acompanhado pelo Ex.mo Senhor Dr. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros. A sua chegada era aguardada pelo Sr. Coronel Almeida Fernandes, subsecretário do Exército, que estava acompanhado pelos Srs. Generais José Esquivel, Administrador Geral do Exército, Narciso de Sousa, Presidente da Comissão Superior de Educação Física do Exército e Tenente-Coronel Fernando Paes, Comandante da Escola.

S. Ex.ª assistiu no picadeiro a uma apresentação de gala da Escola de Mafra e a uma demonstração de saltos de obstáculos. Findas estas, S. Ex.ª, que foi oficial de Cavalaria, teve palavras de grande elogio, para o Sr. Tenente-Coronel Fernando Paes.

Regimento de Cavalaria n.º 8

No dia 17 de Novembro do corrente ano estiveram os «Cavaleiros da Beira Baixa» em festa.

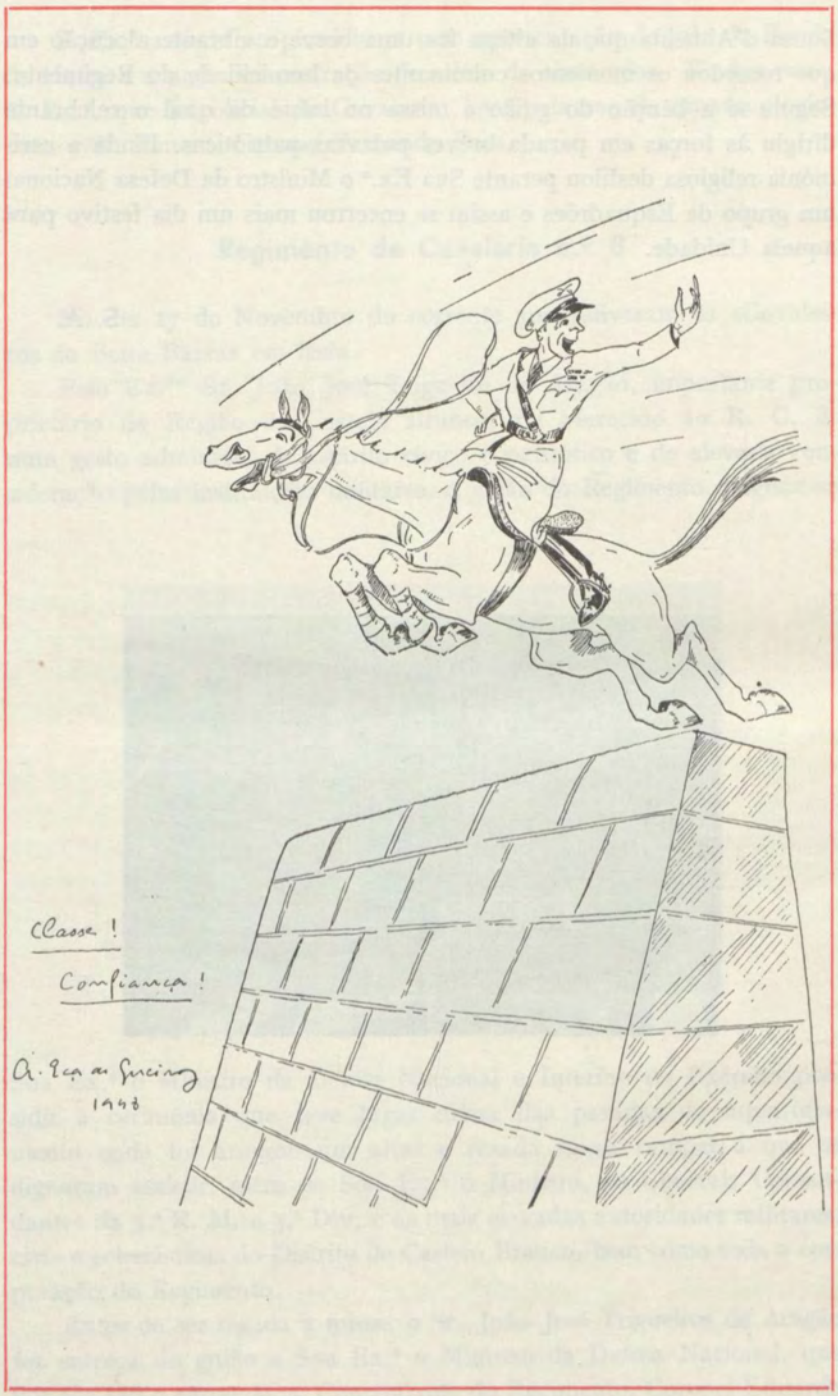
Pelo Ex.mo Sr. João José Trigueiro de Aragão, importante proprietário da Região de Castelo Branco, foi oferecido ao R. C. 8, num gesto admirável de espírito cívico e patriótico e de elevada consideração pelas instituições militares, o guião do Regimento. Dignou-se

Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional e Interino do Exército presidir à cerimónia que teve lugar numa das paradas do aquartelamento onde foi armado um altar e rezada missa campal a que se dignaram assistir, além de Sua Ex.ª o Ministro, os Generais Comandantes da 3.ª R. M. e 3.ª Div. e as mais elevadas autoridades militares, civis e eclesiásticas do Distrito de Castelo Branco, bem como toda a corporação do Regimento.

Antes de ser rezada a missa, o Sr. João José Trigueiros de Aragão fez entrega do guião a Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, que por sua vez o entregou ao Comandante do Regimento, Coronel Eduardo

Sousa d'Almeida que na altura fez uma breve e vibrante alocução em que recordou os momentos culminantes da heroicidade do Regimento. Seguiu-se a bênção do guião e missa no início da qual o celebrante dirigiu às forças em parada breves palavras patrióticas. Finda a cerimónia religiosa desfilou perante Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional um grupo de Esquadrões e assim se encerrou mais um dia festivo para aquela Unidade.

S. A.


Classe !
Confiança !
A. Paes de Queiroz
1948

Jornais revistas livros

O PAPEL IDEOLÓGICO DO EXÉRCITO

pelo General L. M. CHASSIN

Já é tempo de o Exército abandonar o seu mutismo.

Chegou o momento, para o mundo livre — se não quiser morrer de morte violenta — de aplicar alguns dos processos do seu adversário. Ora um desses métodos — e sem dúvida o mais importante — reside no papel ideológico que, nos países situados para lá da «Cortina de Ferro», é atribuído às forças militares.

Desapareceram há mais de um século os exércitos de profissionais e ainda está longe de desaparecer o reinado das massas. Periòdicamente, os militares do activo sonham com um novo «Alexandre» que, à frente de um pequeno exército de tropas escolhidas e fortemente armadas, poria em fuga, como em Arbelles, as numerosíssimas hordas de um inimigo menos bem instruído. Sonho irrealizável! Nesta época de guerra científica, continuará a subsistir o poder tirânico do número, e Deus estará sempre ao lado dos mais fortes. A vitória dos Americanos sobre os Alemães da Frente Oeste foi uma vitória do número, tal como sucedeu com os Russos na Frente Leste. É certo que o emprego da bomba atómica e dos nevoeiros radioactivos poderia, no caso de se realizar a surpresa total, terminar nalguns dias uma guerra mundial. Possibilidade que já hoje não existe, pois ambos os partidos dispõem da invenção. De resto, é esta sempre a sorte das armas novas. Podem ter êxito uma vez, mas uma vez só. Graças aos seus canhões, Carlos VII conquistou a Itália num simples passeio militar. Dez anos depois, o canhão tornara-se uma arma banal, insuficiente para garantir uma decisão rápida. Tinham sido tomadas medidas de defesa e de contra-ataque e, mais uma vez, havia que recorrer aos combates terrestres, onde o número retomava o seu papel dominante. O mesmo acontecerá provàvelmente no caso de um conflito futuro, supondo excluída a surpresa técnica total.

*

O exército de massas tem, assim, todas as probabilidades de subsistir durante muito tempo, ainda que a sua composição varie. O importante para o nosso ponto de vista é que durante os próximos decénios se continuará, nos países civilizados, a obrigar todos os cidadãos a fazer um estágio no exército activo. Mas em que consiste a função deste último? Consiste essencialmente em ensinar a cada um dos cidadãos o que ele deverá fazer em tempo de guerra, isto é, como defender a Nação quando ela estiver em perigo. Trata-se, portanto, de um trabalho de classificação e depois de instrução. Os processos para levar a cabo a primeira destas tarefas são, em todos os países, sensìvelmente idênticos: um insiste sobre as qualidades puramente intelectuais do indivíduo — método que parece bastante antiquado — outro, sobre as possibilidades reveladas por um exame de selecção psicotécnica, outro, finalmente, sobre o seu passado, os seus estudos, o seu meio. É quando se chega à segunda tarefa, a instrução, que se cava um abismo entre as nações ocidentais e as outras.

De facto, que vemos nós suceder na Rússia, na China e nos seus satélites? Logo que um mancebo é chamado para o serviço militar, antes mesmo de lhe serem ensinados quaisquer rudimentos de educação militar, antes de lhe terem metido nas mãos a arma de que virá a servir-se, obrigam-no, durante um tempo mais ou menos longo — sabemos que no Vietmin chinês esse período é de três meses —, a seguir um treino ideológico muito completo, à razão de oito horas por dia, com centros de estudos, leituras em comum, discussões, questionários, informações, etc. Desta forma, terminado este primeiro trabalho, o recruta ficará, durante todo o seu serviço militar, sòlidamente enquadrado do ponto de vista ideológico por comissários especialmente designados para o efeito, sendo-lhe dados no decorrer dos meses «cursos de manutenção» a valer.

*

O objectivo destes treinos é simples: tem por fim essencial dar ao novo soldado a fé na sua missão, e, para tal, a fé na grandeza do seu país, no valor eminente do seu sistema político, na sua superioridade material e moral em relação às outras nações, fé que será capaz de levar o indivíduo a dar a sua vida sem hesitação, em caso de necessidade. Trata-se, como se vê, de uma escola, talvez um pouco particular, de patriotismo.

De passagem, diremos que os jovens soldados da U. R. S. S. ou dos seus satélites já vêm sèriamente endoutrinados quando chegam ao regimento.

Durante toda a sua juventude, tanto na escola, como no colégio ou na oficina, receberam informações da mesma ordem ainda que adaptadas a outros fins. Nestas condições, poderia parecer inútil recomeçar durante a vida militar, e que seria melhor destinar todo o tempo à instrução militar como fazem os Ocidentais. Ora, nós vemos os nossos adversários eventuais não hesitarem em perder um tempo precioso. Por que será? A razão reside no facto de a concepção ocidental da guerra se ter tornado absolutamente falsa. Não devemos hesitar em repeti-lo e em apontar a situação extraordinàriamente paradoxal em que vivemos.

Sem ir até ao ponto de afirmar que temos uma concepção teo-ândrica da história, podemos, no entanto, sustentar que somos nós, os Ocidentais, os representantes do espiritualismo, ao passo que os nossos adversários são os campeões do materialismo mais absoluto. Ora, quem diz espiritualismo diz reconhecimento da primazia do espírito, do valor do homem e do pensamento. «São as ideias que conduzem o mundo» é um dos artigos do nosso credo. Pelo contrário, os materialistas, que consideram que tudo é matéria, que a consciência é um epifenómeno e que se riem das questões escatológicas, afirmam que o universo é dominado apenas pelas forças económicas e mecânicas.

*

Mas que vemos nós na realidade? Por um lado, os defensores de um espiritualismo abastardado conduzem-se como puros materialistas; por outro, os materialistas têm reacções de espiritualistas, para não dizer de idealistas inveterados.

Com efeito, os Ocidentais dão ao moral, na guerra, uma importância muito diminuta. Considera-se que é o bloco que produz mais aço e mais carvão que deve automàticamente triunfar. Escreve-se, como o general Fuller — que sob a pressão dos factos acabou por fazer o seu exame de consciência — que a posse das melhores armas dá 99% de probabilidades de vitória.E ainda hoje, quando se fala de massa, considera-se apenas o produto do número pelo poder de fogo. Esquece-se que à frente deste produto temos que colocar um «operador», um factor de importância capital que, se for nulo, anula o produto. Este factor é o moral. Os Ocidentais consideram que o soldado médio tem um determinado moral que é igual em ambos os campos, e que, portanto, não há que entrar com ele nos seus cálculos. Ora isto, é um erro terrível.

Os materialistas também se revolvem no paradoxo — mas no bom sentido! Seriam consequentes com a sua doutrina se se contentassem com cálculos teóricos de massa, de velocidade, de comprimentos e de pesos. O homem que não tem alma, que é um autómato, não mereceria lògicamente que se preocupassem com ele e que não tentassem insuflar-lhe um ideal, uma fé, um fanatismo. Ora, eles não hesitam em fazê-lo, sem se importarem com mais essa contradição, e têm toda a razão. Que teria sido da U. R. S. S. sem o moral dos habitantes de Moscovo, de Leninegrado e de Estalinegrado? Como teriam os comunistas chineses conseguido vencer Chang-Kai-Chek, os seus milhões de soldados, os seus milhares de aviões e de carros de combate, se não tivessem contado com tropas decididas a triunfar ou a morrer?

*

É claro que o moral não é tudo. Os Japoneses tinham um fanatismo pelo menos igual ao dos Chineses vermelhos. As S. S. de Hitler não ficavam nada a dever aos seus adversários da frente Leste. É evidente que, sendo igual o moral, são os outros factores que decidem da vitória. A guerra civil de Espanha, por exemplo, opôs, de 1936 a 1938, às brigadas internacionais e aos republicanos de grande coragem os Navarros e os Mouros animados de uma vontade igualmente feroz. As questões de armamento, de organização, de comando, de estratégia, de táctica e de número retomaram então toda a sua importância.

E podemos concluir que um exército composto de soldados sem moral elevado nunca passará de uma horda sem valor, qualquer que sejam o seu armamento e a qualidade dos seus chefes. De que serviria pôr nas mãos dos homens as armas mais aperfeiçoadas se eles não estivessem dispostos a servir-se delas? Quando muito, empregá-las-iam para defender a vida se fossem atacados. E então teríamos uma tropa muito boa para a defensiva, quase incapaz de se aguentar nos pontos de apoio fortificados, por detrás do arame farpado e dos campos de minas ou metida nos abrigos de betão. Voltaríamos de novo ao espírito da «Linha Maginot»; e todos sabem que uma guerra não se ganha só com a defensiva. É preciso acabar por atacar.

Uma vez admitida a necessidade do moral dos combatentes, torna-se indispensável saber se é uma empresa viável a «criação» de um moral entre os povos ocidentais. Não desconhecemos o que os nossos adversários pensam a este respeito. Trata-se de ver se somos capazes de empregar os seus métodos ou se teremos que adoptar outros.

Já apontámos uma primeira diferença entre os recrutas ocidentais e os dos países situados para lá da «Cortina de Ferro». Ela é importante. Ao passo que estes são chamados às fileiras já fortemente endoutrinados, a situação do Ocidente sob este aspecto é extremamente precária. Tudo reside na educação. Sem querer descobrir quais as étapas da formação moral e intelectual do jovem, o certo é que aos vinte anos, quando ele se apresenta para prestar o seu serviço militar, já muitas coisas estão inteiramente resolvidas. É primeiro na escola, sob a influência dos professores e dos colegas, e no seio da família, que recebe os primeiros rudimentos, que assimila um certo número de crenças que constituirão as bases, por vezes indestrutíveis, sobre que constituirá a sua consciência de homem adulto.

*

Deste trio de educadores: o mestre, os colegas e os pais, é o primeiro que tende a predominar sobre o conjunto. Com efeito, se durante uma geração o ensino dos pais pode prolongar, conter ou contrabalançar a influência do professor, a acção dos filhos já será mais fraca e, na terceira geração, assistir-se-á a um nítido desequilíbrio com vantagem para a acção pedagógica. É este o processo que vimos desenvolver-se muitas vezes no decurso da história contemporânea, e em todos os campos. No caso do ensino religioso, este desenvolvimento é dos mais característicos: a partir do momento em que a religião deixou de ser ensinada oficialmente nas escolas, em muitos casos a acção dos pais foi enfraquecendo progressivamente até se tornar nula, ainda que, no exemplo considerado, a acção do clero tenha desempenhado o seu papel.

No caso do patriotismo, o problema é grave. É evidente que uma nação, que pretende ter defensores capazes deve exaltar tanto nas escolas como no exército as virtudes do patriotismo, da coragem e da disciplina. Nos princípios da III República vivemos um período em que nenhum homem público era «antimilitarista», em que Gambetta afirmava a sua fé no exército, «o nosso bem mais precioso», em que todo o país tinha os olhos e o pensamento fixados «na linha azulada dos Vosges». Podem discutir-se os inconvenientes do espírito de desforra

e afirmar que teria sido melhor trabalhar, nessa época, por um entendimento franco-alemão. Segundo essa opinião, haveria que condenar Joana d'Arc por ter impedido a edificação de um poderoso império franco-britânico que teria alterado o destino da Europa. Fantasias inúteis! De facto, graças à comunhão de todos, graças sobretudo ao patriotismo do mestre-escola francês que tinha sabido formar gerações de jovens corajosos, decididos a dar a sua vida pela França, o nosso país, em 1914, pôde resistir vitoriosamente ao choque terrível do exército alemão. Tinhamos então conhecido os tempos em que, na escola comunal, nos ensinavam cânticos patrióticos, que ainda sabiamos de cor quarenta anos mais tarde, em que a Alsácia-Lorena aparecia coberta de negro nos mapas murais, família de luto no nordeste do país, em que a história era ensinada, não como um encadeamento de causas económicas, mas como um drama em que a acção do herói era preponderante. Tinhamos a sensação carnal da França, nossa mãe, nossa pátria, e queriamos defendê-la, salvá-la, evitar-lhe os transes da humilhação, da derrota e do sofrimento. E durante os primeiros anos da guerra de 1914, quantos jovens Franceses esperaram com impaciência o momento de poder alistar-se! A prática das marchas militares, do tiro e dos exercícios realizados sob a direcção dos nossos professores contribuiam para nos dar maior resistência física. E Joffre pôde dizer, depois dos primeiros encontros e apesar dos primeiros reveses: «Estou tranquilo, a ferramenta é boa».

*

Seria, de facto, bem difícil a situação de um general que não pudesse contar decididamente com o moral das suas tropas. Suponhamos o caso de um engenheiro que construiu um dique contra as inundações de um rio. Perguntam-lhe se a obra é sólida: «Muito boa, responde ele. Dos 10 quilómetros, 9 são muito sólidos e aguentarão sem dúvida. Já o mesmo não posso dizer do décimo». O mesmo se passa com um exército. Basta que exista um ponto de menor resistência para que a inundação se dê e que tudo ceda. Ludendorff, nas suas *Memórias*, fala do dia 9 de Agosto de 1918 como o «dia de luto do exército alemão». Foi esse o dia em que, pela primeira vez, uma divisão alemã se desintegrou no campo de batalha e retirou em desordem sem defender as suas posições. Sem uma boa ferramenta, não há possibilidade de ganhar uma guerra, mesmo que se disponha de armas atómicas. E a ferramenta é o povo todo inteiro! Não temos o propósito de estudar aqui as causas da derrota de 1940 e de determinarmos quem são os responsáveis pela queda do patriotismo no nosso país. O que é certo é que em 13 de Maio de 1940, em Sedan, a ferramenta não se mostrou à altura das necessidades do momento. A brecha foi aberta no décimo quilómetro do dique e tudo ruiu. As duas divisões que desapareceram de súbito sem combater e retiraram desordenadamente para sudoeste têm graves responsabilidades na história, porque os generais alemães, que admiravam e respeitavam o exército francês, consideravam uma loucura o plano de penetração pelo centro imposto pelo «cabo Hitler». Uma tentativa de travessia do Mosa fracassada ter-lhes-ia confirmado os seus receios, e tudo poderia mudar. Mas as divisões que foram incapazes de realizar o contra-ataque seriam especialmente de má qualidade? Decerto que não, ainda que pertencessem à «série B». Em 1914-1918,

os territoriais tinham dado provas da mesma coragem e ainda de maior resistência do que muitos jovens. A verdade é que o moral não existia: as teorias derrotistas tinham-no destruído.

*

Tem-se dito que a França, em 1939, não tinha compreendido a razão por que ia fazer a guerra. Isto é não ter em conta a inteligência do nosso povo. A necessidade de deter o hitlerismo, cancro devastador da Europa, violador de tratados e destruidor de povos livres, era muito mais evidente do que as razões da entrada em guerra contra o *Reich* de Guilherme II que não cometera ainda qualquer acto de agressão. O caso da Polónia, depois do de Praga e de Viena, era muito mais claro do que o assassinato de Serajevo de que o Francês médio de 1914 não compreendera grande coisa. Paradoxo evidente: os partidos da esquerda, incluindo os comunistas, aconselhavam desde 1936 a resistência ao fascismo, mesmo recorrendo às armas, ao passo que em 1941 eram pacifistas internacionais convictos. Que se teria então passado? Passou-se que, depois da guerra de 1914-1918, a França, vitoriosa mas esgotada, tinha, por um reflexo normal, desejado a paz para sempre. A teoria consistindo em afirmar que o melhor meio para nunca mais haver guerras consistia em destruir os instintos belicosos na criança, fora aplicada com sucesso — mas infelizmente só do nosso lado! Se todas as nações do mundo tivessem seguido a mesma orientação da França, isso teria sido óptimo, e o fim que nos propunhamos seria atingido. Mas o homem ainda está muito perto das suas origens, ainda muito pouco liberto da sua ganga para lutar com êxito contra os seus instintos.

*

Existiria, porém, ainda outra causa? A lassidão, o cansaço mortal de uma nação envelhecida que já não tinha filhos em número suficiente e que, tendo sentido profundamente na sua carne as feridas da guerra, chegava ao ponto de comparar uma derrota rápida com uma vitória a longo prazo? Não acreditamos. As possibilidades de uma criança nascida hoje são pelo menos iguais às de uma criança do tempo de Vercingetorix, de Luís XIV ou de Napoleão. A única coisa que conta é o seu «condicionamento», a sua educação, que fará dela, segundo o processo empregado, um herói ou um pusilânime. Mas a verdade é que as directivas dadas nas grandes assembleias públicas ou privadas que guiam a vida da Nação foram seguidas tanto nas escolas como nos jornais. A nocividade do exército e dos seus quadros, parasitas em tempo de paz, aventureiros na guerra, tornou-se o tema de propagandas fáceis. A teoria marxista da história, encadeamento de dramas económicos, foi ensinada em toda a parte em que a intoxicação era forte. Acabaram-se os cânticos de marcha, a exaltação da pátria, o respeito pela bandeira. O herói transformava-se, pouco a pouco, num imbecil: dar a sua vida, e por «um trapo de seda tricolor» era bem próprio de um «pobre diabo». O ideal era ganhar dinheiro muito depressa, sem escrúpulos paralisantes. Inverteu-se a escala dos valores morais: a santidade e o heroismo passaram para os últimos lugares, acompanhados pela honestidade e pela lealdade. Tomaram os primeiros lugares o «oportunismo» e a capacidade para «fazer dinheiro».

A maré do materialismo subia ràpidamente. O grande burlão tornava-se uma personagem importante e, mesmo depois de desmascarado, não deixava de ser admirado: era a época de Oustric e de Stavisky.

Não se julgue que colocamos como uma das principais razões desta derrocada moral o abaixamento do *standing* do exército activo e, sobretudo, dos oficiais. Trata-se essencialmente de uma queda do moral e, portanto, do valor cívico do cidadão. A Suíça, que não tem exército activo, é uma nação corajosa, lúcida, patriota. A França, herdeira de um grande passado militar, perdeu em vinte anos a sua razão de viver por ter deixado de ensinar aos seus filhos a prática das virtudes essenciais. É preciso que isto não recomece. Na actual conjuntura mundial, em que os motivos para recear ultrapassam infelizmente as razões para ter esperança, é essencial que os povos ameaçados tenham vontade de se defender. De contrário, tudo será inútil.

*

Estamos numa democracia. O nosso sistema de educação, extremamente tolerante, dá aos educadores a maior liberdade, de que alguns abusam no ensino que ministram e que desviam por vezes em função das suas opiniões pessoais. Existem democracias, tão antigas e respeitáveis como a nossa, que não jogam assim com a educação da mocidade, mas não cremos que os seus métodos possam ser actualmente aplicados entre nós. Temos por isso que nos resignar a ver certos germens nocivos «semeados no cérebro de muitas crianças» por pessoas inteligentes dispondo de meios de condicionamento óptimos, e muitas vezes animadas por uma verdadeira fé que, sendo apaixonadamente a sua, não é forçosamente a do país e dos seus interesses superiores. Nesta situação, o ensino da história, da filosofia e da economia política parece-nos ser o mais carregado de perigos. Mas mesmo com o da biologia, da física ou das matemáticas superiores se poderá fazer pender os espíritos jovens para o puro materialismo, donde tudo deriva, como se afirma nos livros de J. V. Estaline.

Para esta propaganda, para este condicionamento, inevitáveis, é preciso encontrar antídotos. Estes são principalmente três: a religião, a família e o exército.

Ainda que todos os anos nos venham falar do «renascimento cristão», que nos façam notar certos progressos locais, certas conversões espectaculares, temos que reconhecer que as multidões francesas, no seu conjunto, não voltaram a ter a fé dos seus antepassados. A França transformou-se num país de missão, e os missionários faltam. É certo que neste caso não há qualquer equívoco como no ensino oficial. O Papa tomou decididamente partido contra a subversão comunista, e as ordens são bastante claras e precisas para que se tenha a certeza da excelência da acção. Mas nem todas as crianças vão à catequese, passando ali muito menos tempo do que na escola comunal ou no liceu. Não devemos, portanto, ter grandes ilusões quanto ao valor deste antídoto. Quanto à acção da família, já mostrámos o seu mecanismo e apontámos o seu valor em declínio. Já passou o tempo em que os avós faziam os netos jurar, diante de uma reprodução da estátua de Estrasburgo coberta de crepes, que libertariam a Alsácia-Lorena. Minados por anos de condicionamento pacifista, os pais de hoje,

quando não estão politicamente contaminados, nem sempre são apóstolos — e as mães são, por constituição, hostis a tudo que possa ameaçar a vida dos filhos.

É verdade que existem ainda hoje em França robustos agregados familiares que não estão gangrenados pela propaganda materialista. Mas também neste caso, não podemos esperar uma acção que se exerça sobre todos e com suficiente vigor.

*

Fica-nos o Exército. Resta saber se ele dispõe do tempo e dos meios para proceder a uma obra de restauração ideológica, e se esta obra tem suficientes condições de sucesso para ser empreendida. Devemos dizer que a nossa resposta é afirmativa.

Primeiro que tudo, pode admitir-se que o espírito do exército activo, considerado do ponto de vista ideológico se tem mantido muito bom. É certo que, no fim da guerra, quando o partido comunista dispunha de algumas das alavancas de comando — e principalmente do Ministério do Ar — ou quando a cobertura da Resistência lhe permitia intervir eficazmente a favor dos seus protegidos, se assistiu a algumas adesões oportunistas. Na mesma época, a depuração privou a nossa máquina militar de um certo número de oficiais de valor que hoje nos fazem falta no campo exclusivamente militar. No entanto, o velho corpo reagiu, pelas suas tradições, pela sua coesão, pela sua disciplina e pelos seus hábitos. Absorveu os recém-chegados, assimilou-os e modificou-os. E expulsou do seu seio os elementos patològicamente perigosos. A guerra da Indochina, apesar de todas as dificuldades que nos trouxe, deu ao novo corpo de oficiais e sargentos saídos da crise de 1945 o hábito do combate, do comando, do risco e muitas vezes do sacrifício. As velhas virtudes de camaradagem e generosidade, no meio do perigo corrido em comum, foram revigoradas. A necessidade da disciplina e da obediência impuseram-se aos mais recalcitrantes. Por outro lado, os insultos dirigidos pelos comunistas aos soldados do Corpo Expedicionário provocaram nestes uma reacção de defesa e indignação cujos efeitos se fazem sentir. A associação dos antigos do C. E. F. E. O. criou, para lá das horas de combate, uma solidariedade eficaz em muitos jovens franceses.

Tendo conservado em grande parte o seu espírito tradicional e o culto das virtudes francesas, o exército activo é, portanto, capaz de provocar e manter reacções felizes entre os jovens recrutas. Os nossos quadros são de valor, tanto do ponto de vista moral como dos conhecimentos. As nossas escolas—Coëtquidan, a Escola de Guerra — continuam a dar-nos essa garantia. Não nos faltam oficiais do Estado-Maior capazes de elaborar uma doutrina, e de redigir textos fàcilmente assimiláveis pelos sargentos instrutores. Também não faltam oficiais jovens, capazes de travar discussão com rapazes já marcados pela propaganda comunista.

*

Do ponto de vista intelectual, e mesmo didáctico, a tarefa em que pensamos, se não é fácil de realizar, pode pelo menos sê-lo em condições convenientes.

E terá probabilidades de dar bons resultados?

É evidente que isso dependerá, sobretudo, da maneira por que for levada a cabo. Mas ela poderia ser *a priori* marcada pela ineficácia se o tempo atribuído fosse demasiadamente reduzido, ou se o pessoal visado tivesse sofrido já uma marca tão forte que o «contra-choque» não tivesse qualquer utilidade.

Felizmente que não é esse o caso.

Relativamente ao tempo, dezoito meses bem empregados são suficientes para se conseguir muita coisa. Se os Vietmin conseguem — no fim de um treino ideológico de três meses apenas — inculcar uma fé sólida aos seus homens, nós devemos poder conseguir — se para tal nos esforçarmos — uma obra semelhante num período seis vezes maior. A pequena duração do serviço militar obrigatório não constitui, portanto, uma objecção capital, sobretudo se soubermos, depois do regresso do mancebo à vida civil, prolongar a nossa acção por meio das associações regimentais e dos períodos de reserva.

A segunda objecção é mais forte. O Vietmin, dir-nos-ão, trabalha com um pessoal absolutamente novo, que nunca foi «condicionado» politicamente. Mas o Francês, por vezes contaminado desde os bancos da escola, sofreu, antes da sua incorporação, os efeitos de anos de propaganda política, tanto na oficina como na aldeia. Aos vinte anos já é demasiado tarde para o fazer arripiar caminho; as suas ideias fundamentais estão bem ancoradas no cérebro, com a sua concepção da vida, da sociedade e da linha de acção a seguir bem impressa. Isto é sem dúvida importante, mas há que considerar um pouco detidamente a que percentagem de soldados se aplica este raciocínio.

Vejamos, antes de mais nada, para eliminar um primeiro sofisma, que quando nos afirmam que a propaganda vietmin trabalha num terreno virgem, se comete um erro. Que homem haverá, mais do que o trabalhador vietmin, que tenha sido mais fortemente «condicionado», desde o seu nascimento, pela família, pelo sacerdote, pelo imenso arsenal das tradições seculares, dos hábitos, dos costumes e das leis. O trabalho do propagandista é, pelo contrário, no caso do camponês vietmin, extremamente difícil. Mas consegue levá-lo a cabo com êxito.

*

Donde vêm os jovens soldados? Podemos dividi-los em três grupos principais: os do campo, na maioria agricultores; os da cidade, na maioria operários, e, finalmente, aqueles que têm como se dizia dantes as «capacidades»: os intelectuais, estudantes ou professores que ultrapassaram largamente a fase da instrução primária obrigatória. Do ponto de vista que nos interessa, encontrar-se-á nestes três grupos um certo número de jovens mais ou menos marcados pela propaganda. Entre os camponeses, essa marca será em geral fraca, mas é mais importante entre os operários. Finalmente, será entre os intelectuais que encontraremos os propagandistas, mas também ali encontraremos os defensores das teorias opostas. Por fim, ver-nos-emos em presença de uma minoria virulenta de comunizantes, de uma minoria anticomunista decidida e de uma enorme maioria de indivíduos que sofreram influências nos dois sentidos, mas sem que estas influências os tenham marcado suficientemente para fazer deles «militantes». É a esta imensa maioria que se dirigirá inicialmente o nosso treino ideológico. Se for eficaz, e esperamos que o seja, teremos obtido um resultado

importante. É claro que o quartel não se deve transformar em local de comício, e, portanto, aconselhamos que o nosso ensino ideológico não tome um carácter político. O seu fim será dar à maioria dos cidadãos franceses um espírito cívico e patriótico perfeitamente compatível com a filiação em qualquer partido, com excepção daquele que nega ou desnatura o civismo e o patriotismo.

*

Eis-nos chegados ao fundo do problema. Como devemos organizar o treino ideológico dos jovens soldados? Qual o programa que escolheremos? Para isso não há que dar tratos à imaginação. Basta-nos aplicar os próprios métodos dos nossos adversários, adaptando-os à mentalidade do Ocidente.

Um programa de instrução ideológica deve compreender duas partes. A primeira é puramente cívica: fundar-se-á no estudo dos principais sistemas políticos de um e outro lado da «Cortina de Ferro». A segunda é uma parte puramente patriótica: basear-se-á no estudo da história e mostrará as consequências históricas da aplicação dos principais sistemas cívicos.

A parte «cívica» poderia compreender o estudo crítico do marxismo-leninismo e a exploração táctica que o comunismo faz dele para manter regimes de opressão e minar o moral dos povos nas verdadeiras democracias.

Mas estas questões teóricas deveriam ser apenas citadas, se não fosse julgado até útil suprimi-las. É sobre a organização do «partido» que devemos estender-nos, sobre as suas doutrinas e *slogans*. É sobre o anonimato da colectivização, sobre a destruição da família, da liberdade individual, sobre o regime-policial, sobre o todo poderoso Estado-Leviatan que insistiremos constantemente, citando textos autênticos, escolhidos nas obras dos grandes chefes do lado de lá da «Cortina». E ainda sobre a colonização intelectual e racial a que há muito se entrega o comunismo, que, pela sua própria essência, só pode deter-se com a conquista total do mundo. «O único imperialismo actual é o imperialismo vermelho», costuma dizer de Lattre. Trata-se de uma verdade que é necessário espalhar. A influência do *Komintern*, depois a do *Kominform*, a domesticação dos P. C. exteriores à Rússia, serão então evocados.

*

O mesmo faremos no que se refere ao «nosso lado da barricada». Sem ter que esconder as fraquezas do sistema democrático, ser-nos-á fácil demonstrar que estamos do lado da verdade, da justiça, da liberdade, do respeito dos direitos do homem. Para tal, bastará compulsar, dando-lhes vida, os velhos manuais de educação cívica, a que se não dá a importância que merecem. O incontestável esforço feito pelos povos livres para estabelecer uma comunidade mundial servirá de conclusão.

Depois passar-se-á ao ensino patriótico, principalmente fundado na história, e inicialmente na história do nosso país. Este estudo da história terá, como já dissemos, de ser completamente renovado e despojado da interpretação materialista que, há alguns anos a esta parte, tem sido o melhor veículo da subversão

comunista. É necessário mostrar que são as ideias, os pensamentos, enfim o homem, que dirigem o mundo e não o jogo mais ou menos obscuro de forças económicas materiais. Haverá que demonstrar que não existe qualquer fatalismo na história, que o tempo dos impérios e dos grandes espaços não chegou e que, pelo contrário, são as comunidades de superfície e de população médias, «na escala humana», que são as mais estáveis e que resistem, melhor do que qualquer império, ao desgaste do tempo. Será, portanto, necessário mostrar o valor e o interesse que têm para a raça humana a manutenção de comunidades que progridem mais que outras no caminho da justiça social e da liberdade humana, e a da França em primeiro lugar, porque, apesar dos seus erros e desvios, ela continua a ser uma das comunidades mais nobres e valiosas do mundo. Haverá que expor aos jovens que nós fomos sempre os primeiros a lançar ideias generosas e a opor os nossos peitos à subversão, quer ela partisse de Guilherme II, de Hitler ou do comunismo de hoje. E, sobretudo, teremos que tirar da história lições de entusiasmo e de fé: uma história que não exalte o homem, que não desperte nele o amor da pátria até ao sacrifício supremo, que não reuna os compatriotas para a salvaguarda do liberalismo que receberam como herança, nunca passará de um passatempo oco e sem sentido.

*

Em face do quadro dos esforços realizados pelos povos mais nobres da humanidade para se evadirem pouco a pouco da sua ganga, para conseguirem libertar o homem das mais atrozes servidões, para lhe darem um pouco mais de dignidade e de nobreza, será necessário mostrar, sem hesitações, o outro lado da barricada: o regresso à escravidão, os trabalhos forçados, as deportações maciças, as perseguições colectivas de agrupamentos inteiros, a abolição brutal de todas as oposições, a supressão das liberdades mais sagradas, a perseguição contra as religiões, a destruição das famílias, a instauração da delação, o desenvolvimento das polícias políticas, etc. Temos, em suma, que provar, com a verdade e só a verdade, aos hesitantes e aos fracos que somos os herdeiros e os representantes de uma grande civilização espiritualista, baseada nos ensinamentos do cristianismo e que a nossa ideologia, se lhe dermos um pouco de dinamismo, é muito superior à do adversário, a qual se funda no ódio de classes e na instauração hipotética, num futuro que vai recuando cada dia, de um reino na terra do homem divinizado. Sonho messiânico, monstruoso e irrealizável, pois só se pode construir sobre o amor e não sobre o ódio.

Uma vez traçado o quadro geral do nosso ensino, que diremos dos processos de instrução que não seja já conhecido e banal nesta era das propagandas, dos jornais, do cinema e da rádio?

O princípio fundamental da propaganda, fundado no carácter gregário das sociedades modernas, é terrível porque especula com o abaixamento intelectual do homem que ele tende a desprezar. Para comunicar uma crença a um cérebro oco ou preguiçoso não é necessária uma demonstração convincente; basta apelar para os instintos mais profundamente enraizados e repetir com força, e durante um tempo suficiente, as mesmas frases simples e apaixonadamente atraentes. Se quisermos alcançar a vitória numa luta que pode ser decisiva, teremos que lutar pelo menos contra as más propagandas e, em caso de necessidade, não

hesitar em combatê-las utilizando os seus próprios meios técnicos. Não deveremos deixar ao adversário o monopólio dos *slogans* e das fórmulas repetidas pela rádio. Há que organizar a nossa própria cruzada.

*

No que respeita ao plano de ensino no exército, procederemos como o inimigo. Logo a seguir à incorporação dos recrutas, e antes mesmo de iniciada a formação militar, começaremos a formação cívica dos jovens soldados por meio de conferências, de círculos de estudos, de projecção de filmes, de questionários, de recompensas. Esta primeira fase durará pelo menos três meses. Poderia ser acompanhada por demonstrações patrióticas, como celebração de cerimónias e manifestações susceptíveis de impressionar a imaginação dos recrutas. Os que se revelarem com mais condições serão destinados a assegurar a sua divulgação e prolongar a acção inicial.

Depois começará o serviço militar pròpriamente dito. Mas é preciso que então o nosso trabalho não fique apenas em projecto. Desta forma não se obteriam resultados duradouros, como sucedeu em certa época com os Centros de Aperfeiçoamento de Sargentos, iniciativa interessante mas que foi lançada numa atmosfera infelizmente pouco propícia. Se quuisermos que a nossa tarefa frutifique, será necessário que em cada formação, sob a direcção de oficiais escolhidos auxiliados por propagandistas competentes, sejam organizados cursos de palestras durante toda a duração do serviço militar. É relativamente fácil impressionar o espírito dos recrutas. E deverá também ser fácil exaltá-los com a recordação das nossas passadas glórias, inculcando-lhes a vontade de defenderem a nossa civilização ameaçada.

Mas não nos venham dizer que o tempo necessário para formar o soldado moderno, neste século de técnica, é já bastante reduzido e que seria impossível consagrar três meses dos dezoito de serviço militar a outra coisa que não seja o puro mister das armas. A experiência adquirida pelos nossos adversários eventuais garante-nos, pela sua própria existência, a possibilidade de atingir o nosso objectivo.

Também não nos digam que, ao empregarmos os métodos do inimigo, corremos o risco de ultrapassar o nosso fim e de lançar os homens no polo oposto do comunismo que é o fascismo. Isso apenas significaria que não fomos compreendidos, pois o nosso fim é defender uma ideologia de inspiração liberal, inteiramente oposta à das ditaduras.

E, finalmente não pretendam que, ao tentarmos «violar o mental» dos nossos compatriotas, vamos contra o mais sagrado dos nossos princípios: o da liberdade de pensamento. Estranho sofisma, quando se trata precisamente de lutar contra a mentira e fazer triunfar a verdade.

*

Estamos convencidos de que não é com canhões, nem com bombas atómicas que se luta contra uma ideologia poderosa. Se tal fizermos, seremos finalmente vencidos porque são as crenças que governam o mundo, mesmo quando são falsas. Para lutar contra uma ideologia poderosa, universal, que pode tocar

qualquer homem, torna-se necessário opor-lhe uma ideologia mais poderosa e igualmente acessível a todos. Ora, nós temos ao nosso alcance essa ideologia. Basta dar-lhe dinamismo. E então oporemos a um evangelho de ódio um evangelho de amor, a um evangelho material um evangelho espiritual. E estamos seguros de que ganharemos a partida.

Para aplicar a nossa ideologia, temos três meios: o primeiro, e o mais poderoso, é o educador. Não trataremos aqui deste problema — apesar de ser nele que reside a chave da vitória. O segundo é a família: já vimos que é muitas vezes insuficiente. O terceiro, que nunca experimentámos, é o exército. O facto de vir sendo aplicado com êxito pelo nosso adversário eventual, deve incitar-nos a seguir o seu exemplo. Pode ser que não substitua só por si os outros dois, mas poderá pelo menos preparar um movimento de refluxo. Não será legítimo esperar que os jovens alertados por nós se irão transformando, pouco a pouco, em todos os meios que frequentam, e, principalmente, no seio das suas famílias, nos apóstolos da fé ocidental? Será demasiado esperar que o nosso povo volte a ser o que sempre foi no decurso da sua longa história, um povo generoso, justo e bom, mas simultâneamente enérgico e corajoso, pronto a dar a vida para defender os valores da civilização tão penosamente adquiridos e que hoje correm tão graves perigos?

*

Voltamos a insistir: não se trata de fazer política e de transformar os quartéis em fórum. Trata-se de os transformar um pouco, como de resto é a tendência actual, em anfiteatros de liceu. É de história e de filosofia que queremos falar, e não de programas eleitorais. Sabemos muito bem que vamos contra muitos preconceitos e costumes fortemente enraizados. Mas não conheceu o exército, no tempo em que ele era «mudo», o processo Dreyfus e o das fichas? A sua evolução é um facto, pois hoje temos direito a votar. E não vemos em que o ensino da história e dos princípios que condicionam a nossa civilização ocidental possa ser incompatível com a nossa função tradicional. Pelo contrário, estamos convencidos de que este ensino é o único meio capaz de permitir que a Nação encontre defensores ardentes, prontos a sacrificar-se por ela. Há que estudar o problema e tentar a experiência. Velha força ainda coerente e disciplinada, derradeiro receptáculo das mais antigas e sólidas virtudes da raça, o exército tem um papel fundamental a desempenhar ante os perigos que se acastelam. Depois da função social do oficial, surge agora o momento da sua função ideológica.

«*Revue de Documentation Militaire*»
n.º 87 — 15 de Junho de 1956

APOIO DE FOGOS ATÓMICOS

pelo Coronel THEODORE C. MATAXIS

Em todo o mundo, os planeadores militares trabalham com um pano de fundo dominado pelas armas atómicas. Nestes últimos 10 anos a América tem ouvido muitas opiniões sobre a posição das armas atómicas, no conjunto da defesa nacional.

Essas opiniões variam desde o conceito de aniquilamento maciço pela força aérea estratégica, até ao sentimento de que as armas de destruição em massa deixarão de ser utilizadas, como não o foram os gases na 2.ª guerra mundial. Mas ninguém respondeu ainda à pergunta mais importante que até hoje foi feita nos círculos de defesa: «Que orientação tomará a guerra atómica?».

Para o Exército, porém, este problema já foi resolvido. O Chefe do Estado-Maior afirmou que o Exército deve estar preparado, não só para empregar armas nucleares contra o inimigo, em toda e qualquer situação, como também deve prever que o inimigo as empregue contra nós.

A missão do Exército é imutável. Continua a ser a de derrotar um agressor em combate terrestre e procurar ganhar o contrôlo sobre o território e população. Embora uma guerra atómica, entre as duas partes contendoras, não venha a alterar os princípios operacionais fundamentais, é certo que viria a causar uma quase revolucionária mudança na sua aplicação.

Por exemplo, é salientada a maior dependência da manobra em relação ao poder de fogo, especialmente nas unidades de baixo escalão. Com efeito, as armas atómicas poderão vir a ser o principal apoio de fogo do comandante do corpo de exército.

Além disso, teremos de aplicar com todo o cuidado o princípio da massa. De acordo com o FM-100-5, a massa é essencialmente, uma combinação de homens e poder de fogo. Mas não devemos cometer o erro de supor que a massa é ùnicamente um conjunto de homens e de armas convencionais. A concentração de tropas e artilharia para se efectuar um ataque, como se fez na 2.ª guerra mundial e na Coreia, poderia tornar-se desastrosa no campo de batalha atómico, tal como aconteceria a uma falange macedónia contra uma moderna posição de metralhadoras.

Muito se tem escrito recentemente acerca do efeito das armas atómicas na nossa táctica e organização actuais. A orientação do pensamento é agora fácil de se distinguir. Continuando o combate terrestre a ser um conjunto de fogo e manobra, o tremendo poder de fogo das armas atómicas exige o máximo de flexibilidade de todas as unidades. O ponto-chave é a dispersão das nossas forças para impedir que se ofereça um objectivo atómico ao inimigo. Esta dispersão conduz a uma necessidade de mobilidade que torne possível a rápida concentração de tropas em determinado ponto crítico, para efectuar um ataque e imediatamente dispersá-las, uma vez que o objectivo foi capturado e antes

que o inimigo possa contra-atacar com armas atómicas. Esta grande dispersão e movimentos rápidos conduzem, por sua vez, a uma exigência de melhores transmissões, a fim de manter o contrôlo de unidades largamente dispersas e em constante movimento.

Exercícios de campanha, tais como «Follow Me», «Sagebrush» e outros experimentaram novas ideias e orgânicas de combate, ajudando a determinar a formação óptima e a táctica mais eficaz para o campo de batalha atómico.

Temos de continuar a estudar e experimentar em manobras as novas ideias e conceitos para nos certificarmos que mantemos o Exército a par dos mais modernos desenvolvimentos técnicos. Que os Alemães se aperceberam desta necessidade entre a 1.ª e a 2.ª guerras mundiais, prova-o a sua contraparte nos nossos regulamentos de campanha:

«A guerra sofre uma evolução constante. As armas novas conduzem sempre a novas formas de combate. Prever essa evolução técnica antes que ela ocorra, julgar bem da influência destas novas armas na batalha, empregá-las antes do adversário, são condições essenciais para o sucesso».

O resultado de se não conservarem à frente da evolução técnica das novas armas e tácticas, foi dramàticamente demonstrado pela sorte dos exércitos francês e inglês em 1940, na França. Depois da 1.ª guerra mundial os Franceses e Ingleses descansaram sobre os seus louros. Os seus Estados-Maiores supuseram que a 2.ª guerra mundial seguiria o padrão da 1.ª — uma ofensiva alemã em larga frente. Estavam convencidos, é claro, que a linha Maginot podia deter qualquer ataque alemão.

Entretanto, os Alemães trabalhavam no desenvolvimento e experiência de orgânicas e tácticas baseadas na mais estreita colaboração entre o carro de combate e o avião. E então criaram a guerra relâmpago — carros de combate atacando em massa, apoiados por aviões de bombardeio a picar, penetrando através das posições inimigas, em frentes estreitas e em direcção a objectivos bem atrás das primeiras linhas. Assim, os Alemães construiram o seu poder militar à volta dos dois avanços técnicos da 1.ª guerra mundial, o carro de combate e o avião. O ataque alemão contra uma frente estreita, na Primavera de 1940, surpreendeu por completo os Franceses e os Ingleses e teve como resultado a capitulação da França e a evacuação do exército inglês por Dunquerque. Não devemos cometer o erro de nos prepararmos para a próxima guerra com a doutrina da última. Se surgir uma terceira grande guerra, temos de estar prontos a combater utilizando o maior progresso técnico da 2.ª guerra mundial — as armas atómicas. Durante a 2.ª guerra mundial, e mesmo com completa surpresa, vários dias eram necessários para efectuar uma rotura por meio de concentração de armas convencionais. Actualmente, a rápida saturação de uma zona inimiga por fogos atómicos, coordenada com o ataque terrestre, permitirá romper as linhas inimigas sem se ter de fazer uma grande concentração de artilharia e de tropas. As tropas poderão ser reunidas no último instante antes do ataque — concentrando-as no tempo mais que no espaço.

Tal como acontece com outras armas, o resultado obtido pelas armas atómicas será tanto maior quanto mais vigorosamente for explorado o efeito inicial. Contudo, não esperamos poder derrotar o inimigo sòmente por meio de fogo atómico. Para romper através da posição e manter a neutralização de um inimigo atacado com a arma atómica, é necessário que os meios de apoio de fogos

convencionais estejam integrados com o plano de apoio de fogos atómicos e com o plano de manobra. Surge então para a Infantaria uma série de perguntas: «Muito bem, mas como é que isto me afectará se amanhã tiver de combater com a minha unidade apoiada por armas atómicas tácticas?». «Como poderá a Infantaria dispor delas no ataque?». «Qual é o pano de fundo do planeamento e o mecanismo dos pedidos, antes que nós possamos dispor de fogos atómicos para lançar sobre o inimigo à nossa frente?».

Para responder a estas perguntas e para melhor ilustrar a necessidade de um planeamento e coordenação detalhados quando se empregam armas atómicas tácticas em apoio a um exército no ataque, é melhor estudarmos a seguinte situação.

O ataque inimigo contra as forças da NATO, durante a Primavera, foi finalmente detido, logo a ocidente do rio Reno. As forças da NATO estão agora preparadas para lançar uma contra-ofensiva, apoiadas pelo uso extensivo de armas atómicas tácticas. Depois de pesadas perdas durante o mal sucedido ataque a ocidente do rio Reno, as forças inimigas pararam, reagruparam-se e retrocederam para tomar posições defensivas, preparando-se para receber a ofensiva das forças da NATO.

No dia 3 de Maio o comandante do III Corpo de Exército recebeu uma directiva do Sétimo Exército, com a missão do III Corpo durante a próxima contra-ofensiva. Seguem-se alguns extractos da directiva:

No dia 1 de Maio, o dispositivo conhecido do inimigo era o indicado na carta anexa. Informações do comando do Teatro de Operações referem que a capacidade do inimigo do ponto de vista atómico táctico está bastante limitada, devido às reduzidas reservas de projécteis provocadas pela ofensiva de Abril e por exigências de ordem estratégica. Calcula-se, porém, que o inimigo empregará armas atómicas contra objectivos que apresentem o perigo de provocar uma rotura na sua extensa frente.

O III Corpo ataca no dia 7 de Maio a fim de penetrar nas posições defensivas inimigas, ocupar a região dominante 30 quilómetros a leste da segunda posição defensiva inimiga e prepara-se para continuar o ataque para leste, à ordem.

Armas atómicas, sòmente para planeamento: disponíveis 20 projécteis de 2KT a 75KT; disponíveis todos os meios de lançamento; os meios específicos postos à ordem do CE serão indicados mais tarde.

Depois de recebidas as instruções do Sétimo Exército, o Estado-Maior do Corpo de Exército reuniu-se em 031900 de Maio. O comandante do Corpo de Exército deu a conhecer a sua concepção para o ataque *(Fig. 1)*.

O Corpo atacaria com 2 divisões de infantaria em 1.º escalão.

A 7.ª Divisão, a norte, faria o ataque principal para romper as primeira e segunda posições defensivas inimigas. Depois de rota a segunda posição, a 2.ª Divisão Blindada ultrapassá-la-ia, para ocupar o objectivo do Corpo de Exército. Para a rotura inicial das posições inimigas, a maior parte das armas atómicas seria empregada numa pequena frente. Seriam organizados planos para o emprego de fogos atómicos, a pedido, no apoio à rotura das posições à retaguarda.

Depois de exposta a concepção, o chefe da 3.ª Repartição do Corpo reuniu os seus oficiais e pô-los ao corrente da situação. Expôs os factores que consi-

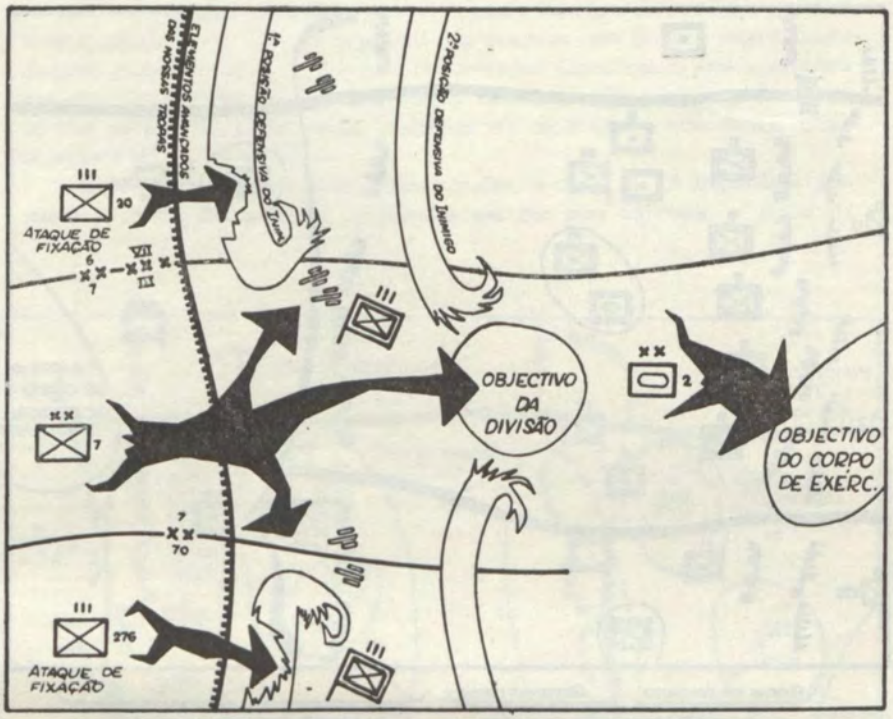


FIG. 1 - CONCEPÇÃO DO COMANDANTE DE CORPO DE EXÉRCITO PARA O ATAQUE

derava mais importantes para a escolha de zonas gerais de objectivos para as armas atómicas em apoio do ataque do Corpo *(Fig. 2)*. «Primeiro», disse, «temos de tomar em linha de conta a influência que a destruição ou a neutralização dos objectivos terá na nossa missão. Em segundo lugar, temos de ter em consideração todas as informações que possam ser obtidas acerca dos objectivos, que ajudarão o técnico de exame de objectivos a indicar os tipos de armas atómicas a empregar. A primeira reunião de planeamento realizar-se-á imediatamente».

Durante a reunião de planeamento foram escolhidos os objectivos gerais para fogos e horário e foram designadas prioridades *(Fig. 3)*.

As organizações da posição de resistência foram designadas como uma zona geral de objectivos (zona Alfa), o que estava de acordo com a concepção do comandante do Corpo de Exército de uma rotura em frente estreita, apoiada por concentração de fogos atómicos. Estes fogos assegurariam à 7.ª Divisão uma rotura rápida da primeira posição de resistência.

Em seguida, foram planeados outros ataques atómicos contra reservas locais, postos de comando e elementos de apoio de fogos (zona Bravo). Os fogos atómicos nesta zona facilitariam a passagem rápida das tropas atacantes através da primeira posição de resistência.

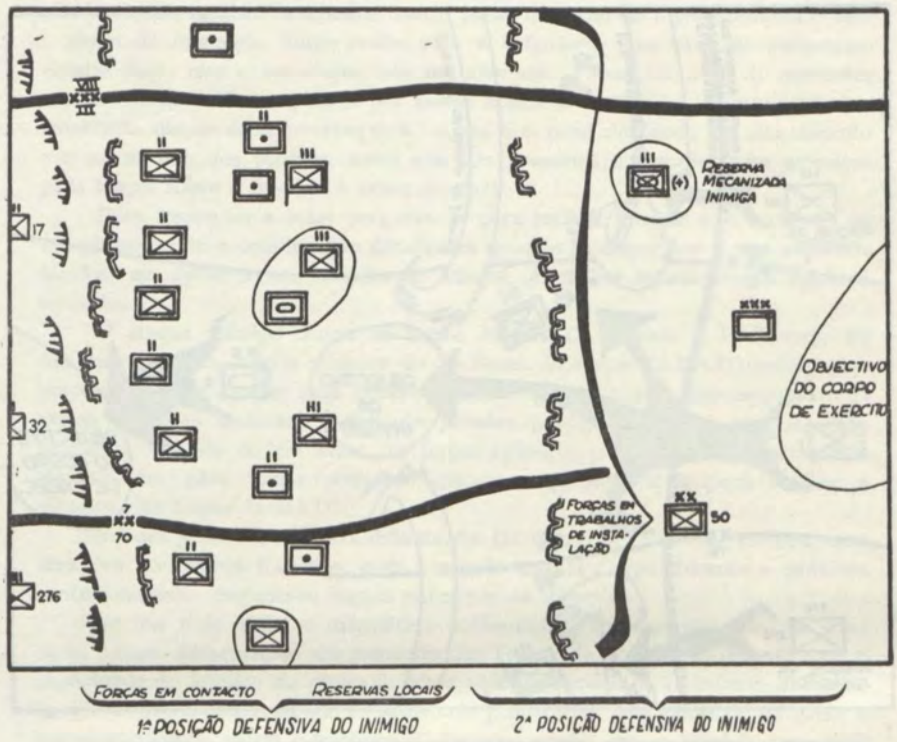


FIG. 2 - DISPOSITIVO INIMIGO

A zona de objectivos Charlie incluia as reservas inimigas, que poderiam interferir na rotura. Tratava-se de um regimento mecanizado mantido como reserva móvel, e que constituia uma ameaça para o bom sucesso da missão do Corpo de Exército. O inimigo poderia empregá-lo em colmatagem ao longo da segunda posição defensiva ou empregá-lo como núcleo de uma força de contra-ataque.

Além disso, foi planeado um ataque contra o posto de comando do Corpo de Exército inimigo (Zona de objectivos Delta) para cortar as transmissões e impedir o comando durante a fase mais crítica do ataque, a rotura da primeira posição defensiva. Além da destruição do PC, poder-se-iam obter efeitos sobre outras instalações normalmente localizadas próximo dele.

Foram enunciadas prioridades para os ataques a horário, de forma a facilitar o cumprimento da missão do Corpo. Foram dadas a primeira e segunda prioridades às zonas Alfa e Bravo visto constituirem a «crosta» das defesas inimigas, através das quais devia realizar-se a acção principal.

Foi dada 3.ª prioridade à zona Charlie, a reserva mecanizada inimiga que constituia uma ameaça à rotura rápida das duas posições defensivas, se não fosse neutralizada.

A prioridade mais baixa foi dada ao PC inimigo (zona Delta).

A zona de objectivos Echo, na 2.ª posição inimiga, foi escolhida para os tiros a pedido, uma vez que o pessoal que ocupava essa posição estava muito disperso para constituir um objectivo remunerador. Classificando essa zona como um objectivo atómico «a pedido», seriam calculados com tempo os elementos de tiro necessários. Além desta, poderiam ser escolhidas outras zonas, como objectivos de tiro «a pedido».

Depois de aprovadas estas recomendações, o chefe da 3.ª Repartição preparou a ordem de operações. Ordenou a um dos seus adjuntos, o oficial de

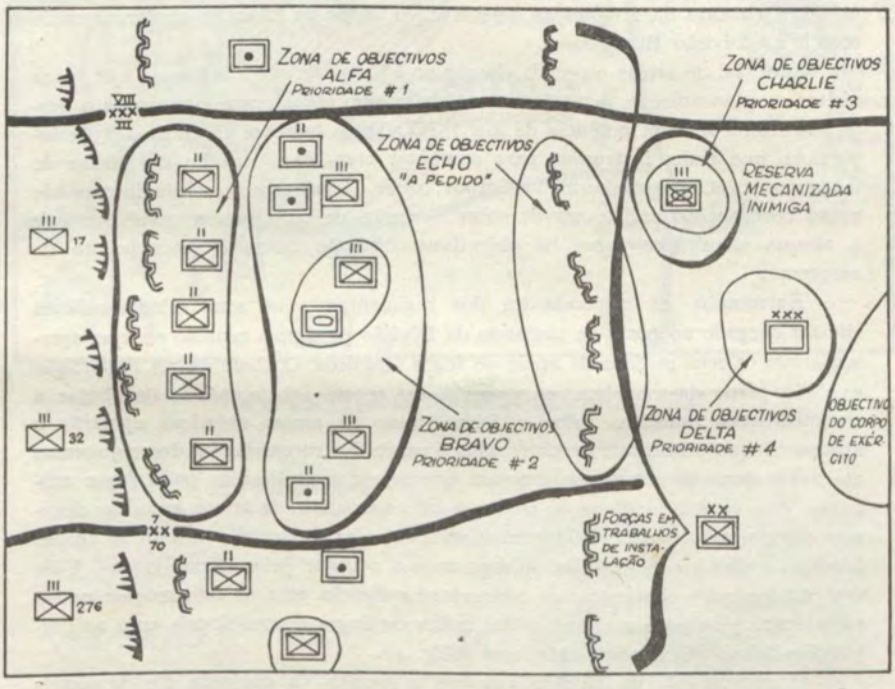


FIG. 3 - ESCOLHA DE ZONAS GERAIS DE OBJECTIVOS

armas especiais do Corpo, que fosse ao PC da 7.ª Divisão de Infantaria para ajudar a preparar um plano de apoio de fogos atómicos para o ataque da Divisão.

O chefe da 3.ª Repartição indicou-lhe que os ataques a objectivos à retaguarda deviam ser simultâneos com os da frente. Desta maneira se conseguiria a maior desorganização e confusão em toda a profundidade da posição inimiga e se paralisariam as reacções durante a rotura.

Para assegurar a maior flexibilidade ao plano e a melhor utilização dos meios de lançamento disponíveis, o chefe da 3.ª Repartição disse ao oficial de armas especiais para coordenar pessoalmente com o chefe da 3.ª Repartição da 7.ª Divisão o tipo de meios de lançamento a empregar em todos os ataques pla-

neados. «Quero assegurar», afirmou «que utilizamos com propriedade os meios que dispomos. Considerando o número de acções simultâneas que estamos planeando, temos que fazer o melhor uso deles».

Em 040800 de Maio, no PC da 7.ª Divisão, o Estado-Maior planeava o ataque. Baseando-se na ordem preparatória do Corpo, o comandante da Divisão deu a seguinte directiva para o planeamento:

«Atacamos em 7 de Maio, apoiados por fogos atómicos, para romper a primeira e segunda posições inimigas na nossa zona de acção. Atacamos com dois regimentos em 1.º escalão para romper a primeira posição inimiga. Ocupamos, então, posições para a protecção dos flancos da Divisão e para a continuação do ataque. O regimento em reserva deve capturar um objectivo que assegure a rotura da 2.ª posição defensiva. O Corpo de Exército explorará então com a 2.ª Divisão Blindada».

O oficial de armas especiais chegou ao PC da Divisão e informou que, para efeitos de planeamento, à 7.ª Divisão tinham sido inicialmente atribuídos 9 projécteis atómicos, com potência de 2 a 75KT. Disse também ao chefe da 3.ª Repartição que tinha instruções para combinar com ele a escolha dos meios de lançamento. «O Comandante do Corpo», disse, «está especialmente interessado numa coordenação muito cerrada sobre os meios de lançamento, para conseguir o ataque simultâneo sobre os objectivos, obtendo assim o maior efeito de surpresa».

Entretanto, os comandantes dos regimentos e os seus estados-maiores tinham chegado ao posto de comando da Divisão para uma reunião em que apresentariam os seus pedidos de apoio de fogos atómicos. O chefe da 3.ª Repartição expôs o plano de manobra. «Agora», disse, «como sabem, temos de chegar a recomendações definidas sobre a forma como as armas atómicas apoiarão o ataque. O que precisamos nesta reunião é saber dos comandantes dos regimentos atacantes quais as zonas que desejam que sejam neutralizadas pelos fogos atómicos. Depois, em coordenação com o nosso especialista de armas atómicas devemos fazer uma 1.ª escolha de pontos-zero, calcular os danos causados às tropas inimigas e discutir as medidas de segurança a adoptar pelas nossas tropas. Uma vez obtidos estes elementos, os comandantes ficarão com as informações necessárias para planear a integração dos meios de fogos convencionais com as destruições feitas pelas armas atómicas» *(Fig. 4)*.

O comandante da Divisão aprovou a escolha da potência dos projécteis feita na reunião. Deu depois as seguintes instruções, acerca do emprego de armas de apoio não atómicas:

«Lembrem-se», disse, «do grande valor do segredo! Temos de manter o aspecto da frente — actividades e fogos — antes da hora A. (Hora marcada para o ataque atómico).

«Agora tratemos da integração dos fogos convencionais com os efeitos dos fogos atómicos. Temos de conseguir a utilização máxima de todas as armas não atómicas no apoio à rotura das posições inimigas não afectadas pelo ataque atómico. Temos de estudar um plano de fogos concentrados sobre as posições inimigas, entre as nossas tropas de 1.º escalão e a zona de grandes destruições, com o fim de neutralizar o inimigo, durante o ataque. Em seguida, temos de planear fogos sobre todas as vias de comunicação nas zonas da retaguarda, para evitar o reforço da área alvejada. Temos também de planear fogos de flagelação

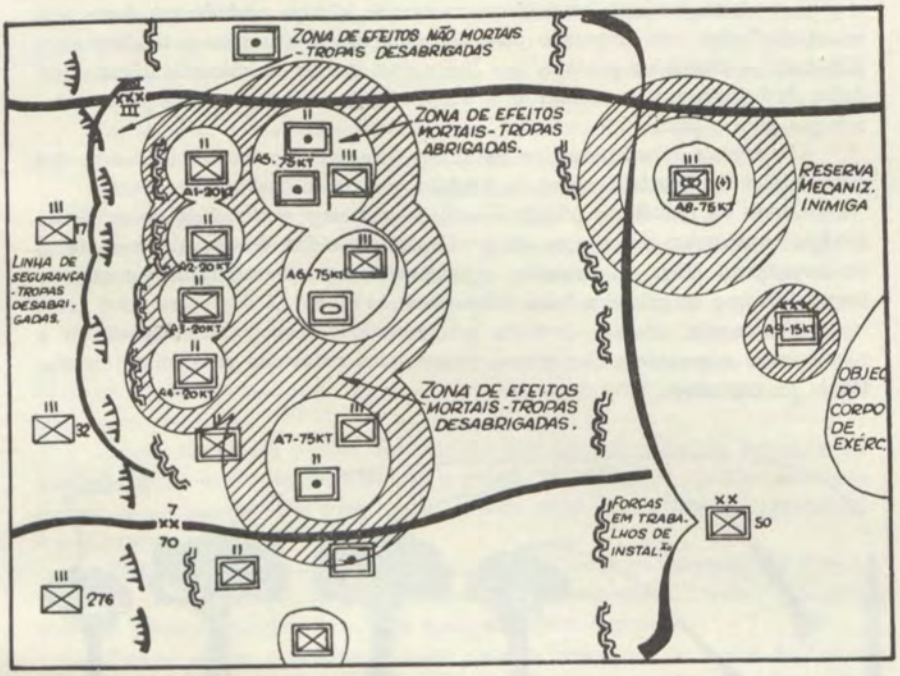


FIG. 4 - ESCOLHA DA POTÊNCIA DOS PROJÉCTEIS

Objectivo	Potência dos projécteis	Descrição do objectivo
A 1, A 2, A 3, A 4	20 KT	Unidades de atiradores entrincheirados e armas de apoio dos batalhões.
A 5, A 6, A 7	75 KT	Reservas locais de infantaria e blindados, artilharia e postos de comando.
A 8	75 KT	Regimento mecanizado inimigo em reserva móvel.
A 9	15 KT	Quartel-General do Corpo de Exército inimigo.

e interdição sobre as reservas e postos de comando para dificultar e atrasar a reorganização.

«Como têm conhecimento, foram planeados fogos atómicos «a pedido» para apoiar o ataque contra a segunda posição defensiva. O ponto-chave do ataque é a rapidez. Temos de manter o inimigo desorganizado e desorientado, a fim de que não se possa reagrupar e contra-atacar antes que conquistemos os objectivos. Logo que estes forem ocupados, as unidades instalar-se-ão, entrincheirando-se

e preparando-se para um possível contra-ataque inimigo apoiado por fogos atómicos. O Corpo está preparado para dar reforços de batalhões e também para substituir os batalhões perdidos por efeito dos ataques atómicos inimigos. Unidades de helicópteros encontram-se à disposição do Corpo para transportar estes reforços para a frente.

«Depois de substituídos, os batalhões incapazes devido a pesadas perdas serão adidos ao Quartel-General da Divisão para reabilitação».

Depois da reunião, o oficial de armas especiais e o oficial de operações da Divisão regressaram ao reboque da 3.ª Repartição a fim de discutirem os meios de lançamento *(Fig. 5)*. Primeiro, consideraram as armas a utilizar contra as tropas inimigas de primeira linha (objectivos A1 a A4).

«Parece-me», disse o chefe da 3.ª Repartição, «que o principal factor a considerar é a segurança das nossas tropas, mas reduzindo ao mínimo da distância de segurança.

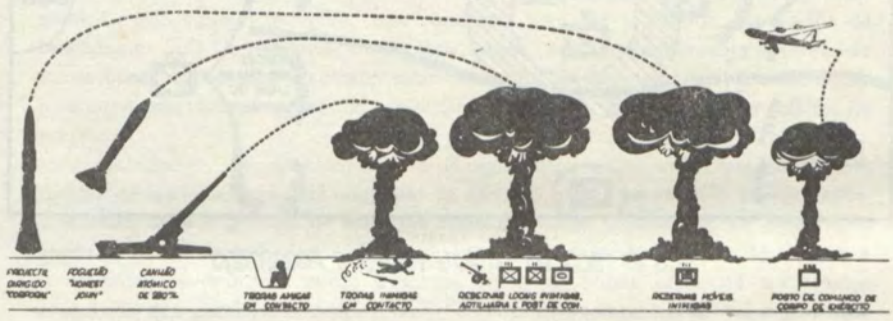


FIG 5 - ESCOLHA DOS MEIOS DE LANÇAMENTO

Meios de lançamento	Potência	Alcance	Observações
Artilharia atómica	2-20 KT	27 Km	Pequenos erros prováveis. Melhor para utilização na proximidade das tropas amigas.
Foguetões	10-100 KT	16-40 Km	Maior variedade de potências. Alcance relativamente limitado.
Projécteis dirijidos	10-KT-5MT	32-240 Km	A arma de maior alcance do Exército.
Aviões	2-KT-5MT	Dependente do tipo de avião	A maior flexibilidade em alcances e potências. Deve ser usado com grande cuidado próximo das nossas tropas por causa dos grandes erros prováveis.

«Isso é verdade», replicou o oficial de armas especiais, «e ambas estas exigências são satisfeitas por meios de lançamento com pequenos erros prováveis. A precisão do canhão de 280 mm. faz com que seja o meio mais indicado para estes objectivos».

Em seguida, foram considerados as reservas locais e os objectivos situados logo atrás dos batalhões inimigos em 1.º escalão (objectivos A5 a A7).

«Para estes objectivos temos de rejeitar o emprego do canhão de 280 mm. devido à necessidade de grande potência», disse o chefe da 3.ª Repartição, «e isto leva-nos para os foguetões «Honest John» ou para os projécteis dirigidos «Corporal». Sabe que não podemos utilizar a força aérea para ataques nesta zona, pelo perigo que as outras explosões atómicas constituiriam para os aviões.

«Considerando que estamos a utilizar todos os meios de lançamento», respondeu o oficial de armas especiais, «esta é a zona onde devemos empregar o «Honest John». O seu curto alcance em relação ao «Corporal», torna-o ideal para estes objectivos.

«Agora estudemos o caso das reservas móveis que poderiam interferir no ataque. Temos de ter em consideração a grande distância do objectivo às nossas tropas de 1.º escalão. Por essa razão o único meio de lançamento apropriado é o «Corporal».

«Finalmente, o nosso último objectivo — o posto de comando do Corpo. Aqui, sou de opinião que se deve utilizar o lançamento aéreo. Assim, ficaremos com um projéctil dirigido livre para qualquer «tiro» a pedido.

«Temos, assim, concluída a nossa escolha preliminar de meios de lançamento», disse o oficial de armas especiais. «Deseja mais alguma coisa antes que eu volte ao PC do Corpo?».

«Está tudo bem. A única coisa que tenho de tratar é a hora do ataque», respondeu o oficial de operações. «Desejariamos que a acção atómica preceda ou siga imediatamente o ICNM. A protecção dada pela escuridão é necessária para se obter a surpresa. O ataque seria lançado quando as tropas atacantes pudessem avançar ràpidamente, a fim de explorar a destruição e a desorganização causadas pela acção atómica.

«Parece-me razoável», disse o oficial de armas especiais. «Tenho a certeza de que isso será aceite no Corpo. Baseie-se nisto para o seu plano inicial e se por acaso houver alguma alteração, eu comunicar-lha-ei logo que possa».

Regressou então ao Quartel-General do Corpo de Exército, onde as informações que trouxe foram integradas noutros planos e, finalmente, incluídas no anexo sobre apoio de fogos atómicos.

Como se vê neste exemplo, uma unidade numèricamente inferior, sendo devidamente apoiada por armas atómicas tácticas, pode atacar forças muito superiores. Sòmente com fogos convencionais, a 7.ª Divisão estaria impossibilitada de atacar um inimigo numèricamente superior e entrincheirado. Contudo, neste caso, a potência relativa de combate das forças em posição não foi ùnicamente baseada nos efectivos numéricos. Foram feitos planos para destruir e desorganizar o inimigo, utilizando armas atómicas. Estas dariam ao inimigo «a forma desejada».

No exemplo descrito, a acção atómica concentrada antes do ataque neutralizaria o inimigo, permitindo uma rotura rápida e a captura da segunda posição antes que ele pudesse reagir com eficácia. Os ataques atómicos sobre a principal

posição defensiva inimiga, reservas locais e a artilharia, apoiados por fogos maciços não atómicos, sobre as primeiras linhas inimigas, permitiria um avanço rápido sobre os primeiros objectivos designados, nos flancos da Divisão. A isto, seguir-se-ia uma rápida ocupação da segunda posição pelo regimento em reserva, apoiado, a pedido, por armas atómicas.

Uma vez ocupados os objectivos, devem as forças preparar-se para receber contra-ataques também apoiados por fogos atómicos. É por isso imperativo que, logo que os objectivos sejam tomados, os comandantes ordenem a dispersão das suas tropas a fim de evitarem oferecer objectivos atómicos lucrativos ao inimigo. As unidades devem entrincheirar-se tão ràpidamente quanto possível. Contudo, para contra-atacar, o inimigo tem de reunir as suas tropas apresentando assim um objectivo atómico valioso para um «tiro a pedido».

Viram quais os vários meios actualmente disponíveis para o lançamento de fogos atómicos, que farão o apoio das vossas unidades. Para nos certificarmos de que tudo está pronto quando surgir uma guerra nuclear, cada um de nós tem de se preparar, bem como preparar as suas unidades para que saibam utilizar devidamente todos os meios ao nosso dispor, incluindo as armas atómicas, de modo a que possamos ser bem sucedidos no campo de batalha do futuro.

Outubro de 1956
«Infantry»

Bertrand & Irmãos, L.da

TRABALHOS

TIPOGRÁFICOS

SIMPLES,

E DE LUXO,

REPRODUÇÕES

EM FOTOGRAVURA,

OFFSET

E LITOGRAFIA

✱

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227 / 21368

LISBOA

Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS

●

LIVROS À VENDA

MANUAL DE EQUITAÇAO

I Parte — Equitação Elementar . . . . . 25$00
II Parte — Equitação Complementar e Superior . 35$00
Ilustrado com gravuras

DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS 5$00

REGULAMENTO PARA A INSTRUÇÃO DE ORDEM UNIDA . . . . . 12$50

●

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 36 82 45 **LISBOA**